



UNIVERSIDADE D
COIMBRA



Rangel Silvando da Silva do Nascimento

DE QUEM É A TERRA?
A QUESTÃO DA REFORMA AGRÁRIA E O MST
NO GOVERNO LULA

Tese de Doutoramento em Sociologia: Relações de Trabalho, Desigualdades Sociais e Sindicalismo, orientada pelo Prof. Doutor Elísio Estanque e pelo Prof. Doutor Bernardo Mançano Fernandes e apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

Junho de 2019



UNIVERSIDADE DE
COIMBRA

FACULDADE
DE
ECONOMIA

Rangel Silvando da Silva do Nascimento

DE QUEM É A TERRA?
A QUESTÃO DA REFORMA AGRÁRIA E O MST
NO GOVERNO LULA

Tese de Doutoramento em Sociologia: Relações de Trabalho, Desigualdades Sociais e Sindicalismo, orientada pelo Prof. Doutor Elísio Estanque e pelo Prof. Doutor Bernardo Mançano Fernandes e apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

Junho de 2019

Lista de Siglas

ABC – Conjunto de cidades industriais da Região Metropolitana de São Paulo
ABRA – Associação Brasileira de Reforma Agrária
ANCA – Associação Nacional de Cooperação Agrícola
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CEBs – Comunidades Eclesiais de Base
CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNV – Comissão Nacional da Verdade
CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento
CONCRAB – Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil
CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito
CPMI – Comissão Parlamentar Mista de Inquérito
CPT – Comissão Pastoral da Terra
CUT – Central Única dos Trabalhadores
DATALUTA – Banco de dados da luta pela terra
DEM – Democratas (partido político, antigo PFL renomeado)
DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ENFF – Escola Nacional Florestan Fernandes
EUA – Estados Unidos da América (*USA*)
EZLN – Exército Zapatista de Libertação Nacional
FAO – Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
FETRAF – Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar
FHC – Fernando Henrique Cardoso
FIES – Financiamento Estudantil
FMI – Fundo Monetário Internacional (*IMF*)
FSM – Fórum Social Mundial
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRA – Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
IDE – Investimento Direto Estrangeiro
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ITR – Imposto Territorial Rural
LE – Liderança Estadual do MST
LL – Liderança Local do MST
LN – Liderança Nacional do MST
LN-A – Liderança Nacional do MST, que vive em Assentamento

LN-I – Liderança Nacional do MST, Intelectual
LN-S – Liderança Nacional do MST, integrante da Secretaria Nacional
MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens
MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MÁSTER – Movimento dos Agricultores Sem-Terra
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
MLST – Movimento de Libertação dos Sem-Terra
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra
MTST – Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto
NAFTA – Tratado Norte-Americano de Livre Comércio
NERA – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária
NMS – Novos Movimentos Sociais
OCDE – Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (*OECD*)
OMC – Organização Mundial do Comércio (*WTO*)
ONGs – Organizações não Governamentais
PAA – Programa de Aquisição de Alimentos
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PIB – Produto Interno Bruto
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONERA – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
PROUNI – Programa Universidade para Todos
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
PSOL – Partido Socialismo e Liberdade
PT – Partido dos Trabalhadores
REDE – Rede Sustentabilidade (partido político)
STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Novo Cruzeiro, Minas Gerais
UDR – União Democrática Ruralista
UFVJM – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
ULTAB – União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil
URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

Resumo

A Tese de Doutorado, “De quem é a terra? A questão da reforma agrária e o MST no governo Lula”, tem o objetivo de, a partir da perspectiva dos militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), analisar as políticas do governo Lula (2003-2010), do Partido dos Trabalhadores (PT), diante do antagonismo entre o agronegócio e a reforma agrária. Considerando que historicamente o PT foi um partido em defesa da reforma agrária, incluindo-a nos programas de governo das campanhas eleitorais até 2002, a pesquisa se orienta pelas seguintes perguntas de partida: Como os movimentos socioterritoriais resistem aos avanços do neoliberalismo? Como o PT e o MST percebem a questão agrária? O que mudou na questão agrária durante o governo do PT? Como o PT e o MST trataram a reforma agrária? Para responder a essas questões, a metodologia da pesquisa, além da revisão bibliográfica, inclui trabalho de campo de observação participante e entrevistas com militantes do MST, devido à importância de suas experiências e reflexões sobre a realidade para a produção do conhecimento, dentro da orientação metodológica da ecologia de saberes, de acordo com as epistemologias do Sul. Perante a força do agronegócio no contexto da globalização hegemônica neoliberal, será dado destaque à questão agrária no Brasil e ao principal movimento relacionado a esta questão, o MST, um movimento socioterritorial, por ter o território como trunfo. O campesinato é desterritorializado pelo agronegócio, e este é desterritorializado pelo campesinato. Na luta pela terra, o camponês recria-se e faz-se sujeito subversivo da ordem que, violentamente, impõe a propriedade privada da terra para a produção de *commodities* pelo agronegócio aliado ao latifúndio no Brasil. Nas vozes militantes do MST, o governo Lula não realizou a reforma agrária esperada, não só porque se acomodou nos interesses do agronegócio, e na política de conciliação de classes, que ficou conhecida como lulismo, mas também porque toda a esquerda se acomodou em não realizar pressão efetiva sobre o governo do PT, para que ele cumprisse seus compromissos históricos com as classes populares. O lulismo é um reformismo fraco e um pacto conservador, que adota políticas compensatórias sem um processo de conscientização dos beneficiários e sem confrontar a ordem. Porém, com todos os problemas, a avaliação mais geral da maioria dos militantes do MST é de que houve avanços e durante o governo Lula o país foi menos desigual e mais democrático. E mesmo sem conquistar a reforma agrária esperada no governo do PT, o MST continua a apoiá-lo, em virtude de ser o único partido com condições efetivas de enfrentar o domínio total do neoliberalismo no controle do Estado.

Palavras-chave: Movimentos Socioterritoriais; Luta pela terra; Reforma Agrária; MST; Agronegócio; PT; Lulismo.

Abstract

The PhD Thesis, "Whose is the land? The issue of agrarian reform and the MST in the Lula government ", aimed to, from the perspective of the militants of the MST (*Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra*), analyze the policies of the Lula government (2003-2010) and PT (*Partido dos Trabalhadores*), faced with the antagonism between agribusiness and agrarian reform. Considering that historically PT is a political party which supports the agrarian reform, including it in the election campaign plans until 2002, the current study is guided by the following questions: How do socio-territorial movements resist the advance of the neoliberalism? How do PT and MST perceive the agrarian question? What did change in the agrarian question during the PT government? How did PT and MST deal with agrarian reform? To answer these questions, in addition to the literature review, participant observation and interviews with MST militants were carried out. This methodology was used due to the importance of the militant experiences and reflections on the reality for the production of knowledge, within the orientation methodology of the ecology of knowledge, according to the epistemologies of the South. Given the strength of the agribusiness in the context of the neoliberal hegemonic globalization, the agrarian question in Brazil and the main movement related to this issue, the MST, a socio-territorial movement, for having the territory as a trump will be highlighted. The peasantry is deterritorialized by agribusiness and vice versa. In the struggle for land, the peasants recreate themselves and become a subversive participant of the order which violently imposes the private property of the land for the production of commodities by the agribusiness allied with the latifundium in Brazil. In the MST militant voices, the Lula government did not carry out the expected agrarian reform, not only because it accommodated itself in the interests of agribusiness and in the politics of class conciliation, which became known as Lulism, but also because the left wing politics conform to not make effective pressure on the PT government, so that it fulfilled its historical commitments with the popular classes. Lulism is a weak reformism and a conservative pact, which adopts compensatory policies without a process of awareness of the beneficiaries and without confronting the order. However, with all the problems, the most general evaluation of most of the MST militants is that there have been advances and during the Lula administration the country was less unequal and more democratic. In addition, even without get the agrarian reform expected in the PT government, the MST continues to support it, since PT is the only political party with effective conditions to face the total domination of the neoliberalism in the State control.

Keywords: Socio-territorial movements; Struggle for land; Agrarian Reform; MST; Agribusiness; PT; Lulism.

Sumário

Introdução	1
1. Metodologia	7
1.1 Relato de uma vivência	23
1.2 Perguntas de partida	39
2. Mercado, Estado, Movimentos Socioterritoriais	41
2.1 Economia de Mercado, Sociedade de Mercado, Liberalismo	48
2.2 Liberalismo, Reformismo Social, Neoliberalismo	53
2.3 Economia Política da Ascensão do Neoliberalismo	58
2.4 Sistema Mundial, Subdesenvolvimento, Desenvolvimentismo.....	71
2.5 Movimentos Sociais	90
2.6 Movimentos Socioterritoriais	106
3. Brasil, Movimentos, Final do Século XX, Desafios, Início do Século XXI.	117
3.1 Questão Agrária	118
3.2 O nascimento e a caminhada do MST	133
3.3 O Novo Sindicalismo, a criação e os caminhos do PT	153
4. Análise do governo Lula, pelas vozes militantes do MST	171
4.1 Por que o governo Lula não fez a reforma agrária que se esperava?	183
4.1.1 Reflexões sobre a não realização da reforma agrária esperada no governo Lula, pelas vozes de Lideranças Locais do MST (LLs)	183
4.1.2 Reflexões sobre a não realização da reforma agrária esperada no governo Lula, pelas vozes de Lideranças Estaduais do MST (LEs)	188
4.1.3 Reflexões sobre a não realização da reforma agrária esperada no governo Lula, pelas vozes de Lideranças Nacionais do MST (LNs)	193
4.1.4 Neodesenvolvimentismo?	212
4.1.5 Lulismo X Reforma Agrária	223
4.2 O MST se enfraqueceu no governo Lula?	246
4.2.1 Reflexões sobre se MST se enfraqueceu no governo Lula, pelas vozes de Lideranças Locais do MST	246

4.2.2 Reflexões sobre se MST se enfraqueceu no governo Lula, pelas vozes de Lideranças Estaduais do MST.....	252
4.2.3 Reflexões sobre se MST se enfraqueceu no governo Lula, pelas vozes de Lideranças Nacionais do MST.....	261
4.3 Por que o MST continua a apoiar o PT?	280
4.3.1 Reflexões sobre o que leva o MST a apoiar o PT, pelas vozes de Lideranças Locais do MST	280
4.3.2 Reflexões sobre o que leva o MST a apoiar o PT, pelas vozes de Lideranças Estaduais do MST.....	283
4.3.3 Reflexões sobre o que leva o MST a apoiar o PT, pelas vozes de Lideranças Nacionais do MST.....	286
Conclusão	301
Bibliografia.....	309
Documentários	323

Introdução

Com muitos outros irmãos estou semeando a semente de uma verdadeira reforma agrária que vai mudar o Brasil. Imaginem vocês como seria diferente o debate sobre a reforma agrária se o Lula estivesse no lugar da “múmia” que está lá dentro do Palácio do Planalto? Um dia vai ser diferente. [...] É uma pena que o Lula ainda não chegou lá. Um dia ele vai chegar, para que o Brasil seja melhor para os jovens de amanhã.

Frei Pedro Nozela, em 1990

No início dos anos 1980, num contexto de grandes mobilizações sociais afloradas no final da década de 1970, que vão culminar no desfecho de um período de ditadura militar no Brasil, nascem, de forças congruentes, o Partido dos Trabalhadores, o PT em 1980, e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, o MST em 1984. Ao longo do período de maturação dessas instituições – nas duas décadas que antecedem a ascensão à presidência da República, do ex-metalúrgico, ex-sindicalista, fundador do PT, Luiz Inácio Lula da Silva – o Partido dos Trabalhadores se transformou no principal partido de esquerda em defesa de causas populares como, por exemplo, a reforma agrária. Já o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra alcançou notoriedade internacional como o maior movimento de massas, de luta pela terra no Brasil.

O objetivo é, a partir da perspectiva dos militantes do MST, analisar as políticas do governo Lula, 2003-2010, diante do antagonismo entre o agronegócio e a reforma agrária. Minha pesquisa de campo foi dialogar com militantes do MST convidando-os para problematizarem o assunto desde o saber incorporado na militância sobre o porquê da não reforma agrária no governo Lula.

No Capítulo 1, exponho a orientação metodológica e o método do meu trabalho de campo. Este foi realizado para assimilar a perspectiva do MST sobre as políticas do governo Lula. Conversei abertamente, sem um questionário pré-delimitado, com militantes de três escalas de atuação no MST, Liderança Local (LL), Liderança Estadual (LE) e Liderança Nacional (LN), sendo esta subdividida em: residente em assentamento (LN-A); intelectual (LN-I); e integrante da Secretaria Nacional (LN-S). Propondo destacar a concepção de vida contra hegemônica dos sem-terra, reconhecendo a importância das experiências e reflexões sobre a realidade dos saberes incorporados nos militantes que resistem com êxito à opressão. O foco dessa abordagem são as epistemologias do Sul (Santos e Menezes, 2009), com síntese cultural entre o que é considerado científico e os outros saberes, para a produção do conhecimento a partir da perspectiva subalterna (Freire, 1968); com base na investigação-ação participativa para um diálogo de saberes (Fals Borda, 1995); e, desse modo, transformar as ausências em presenças tão importantes quanto a científica para a produção do conhecimento, pela ecologia de saberes (Santos, 2002, 2007). As epistemologias do Sul são um compromisso ético-político com os oprimidos, não é o ir a campo extrair informações para depois interpretá-las, é o ir para estar junto, quando eles mais precisam (Santos, 2008). Em parte da minha pesquisa de campo convivi em um acampamento do MST que estava a lutar para reverter um iminente despejo pela polícia, em cumprimento de ordem judicial. Compartilho um relato dessa vivência na segunda parte do Capítulo 1, o qual é encerrado com as perguntas de partida da tese.

No Capítulo 2, devido à crescente força do agronegócio na globalização hegemônica neoliberal, que será determinante na questão da reforma agrária e o MST no governo Lula, lanço a problemática mais abrangente entre mercado, Estado e movimentos socioterritoriais, no esforço de construção de um quadro teórico-analítico que permita contextualizar o ambiente onde se situa o meu tema de investigação. Ou seja, parto da estrutura transnacional de centro-periferia da economia-mundo capitalista, as forças e estruturas mais abstratas e gerais do sistema mundial, que incidem sobre a especificidade que observo, um país

subdesenvolvido, uma sociedade com profundas desigualdades, que não realizou a reforma agrária, entre tantas outras contradições ilustrativas da posição periférica do Brasil, de exportador de *commodities*, na divisão internacional do trabalho no sistema-mundo (Prebisch, 1949; Furtado, 1961; Wallerstein, 1974). No desenvolvimento do capitalismo, a intensa intervenção do Estado na edificação do liberalismo e do credo liberal de que o Estado não intervém, promove uma inversão decisiva: o mercado deixa de estar dentro da sociedade, a sociedade passa a estar dentro do mercado (Polanyi, 1944). A ascensão do neoliberalismo é a radicalização do poder do mercado sobre as políticas do Estado, em detrimento da comunidade (Santos, 1994). O resultado é o agravamento das contradições da sociedade que motivam os movimentos sociais (Touraine, 1998). Entre as contradições e os movimentos darei destaque à questão agrária no Brasil e ao principal movimento relacionado a esta questão, o MST. A partir de Fernandes e Martin (2004), e Fernandes (2005, 2008), apreendo o MST como um movimento socioterritorial, por ter o território como trunfo. Sendo a conquista da terra, a condição essencial de sua existência, o território explica porque o MST resiste, e também, porque é tão combatido. O campesinato é desterritorializado pelo agronegócio, porém, isto não é o fim do campesinato, é o começo da sua luta pela desterritorialização do agronegócio. Na luta pela terra, o camponês recria-se e faz-se sujeito subversivo da ordem que, violentamente, impõe a propriedade privada da terra para a produção de *commodities* pelo agronegócio aliado ao latifúndio.

No Capítulo 3, contextualizo o Brasil no início do século XXI. A análise parte de uma súmula da questão agrária, para embasar um breve resgate do panorama de mobilização social que levou à criação do MST e do PT, além das caminhadas de ambos – narradas pelas vozes militantes do MST, na minha pesquisa de campo – pelo período que antecede a ascensão de Lula à presidência da República. A questão agrária permanece no Brasil, porque é um encadeamento de problemas resultados da não realização da reforma agrária, da não correção da extrema concentração fundiária, que historicamente é bloqueada pela defesa intransigente da propriedade da terra. Essa terra concentrada sempre

motivou a organização dos camponeses para lutar pela terra, até que em 1984 é criado o MST, do protagonismo de ações coletivas no cenário de redemocratização do final da ditadura militar. Um processo histórico que já havia gerado o PT. No percurso até a vitória de Lula para presidente da República, em 2002, o PT defendia a reforma agrária e o MST o apoiava à espera do partido ascender ao governo, para finalmente o movimento poder se desenvolver sem o confronto habitual com os governos inimigos declarados. Ocorre que a vitória eleitoral de Lula, ficou comprometida com um amplo leque de alianças que bloquearam qualquer reforma estrutural.

Entre os militantes sem-terra que conversei há uma sintonia em considerar que as políticas do governo Lula foram mais voltadas para desenvolver o agronegócio do que o campesinato. A base teórica-ideológica dessas políticas em benefício do agronegócio, desde o governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), é o paradigma do capitalismo agrário que, a partir dos anos 1990, predomina na academia e nas políticas públicas. Para esse paradigma (Abramovay, 1992) não existe a questão agrária, a contradição estrutural do capitalismo, a concentração da riqueza e a exclusão social do campesinato. Logo, no campo não haveria dois modelos antagônicos de produção, e sim grandes e pequenos produtores, que deveriam ser integrados ao mercado, mas o que atrapalharia essa integração seria o camponês. Aliás, para o paradigma neoliberal do capitalismo agrário não existe camponês, e sim agricultor familiar integrado ao agronegócio. Por outro lado, segundo o paradigma da questão agrária (Fernandes, 2008), a situação de extrema pobreza do campesinato é ainda mais agravada no contexto da globalização hegemônica neoliberal, onde o agronegócio subjuga, destrói e recria o campesinato. O camponês ou é subalterno, ou é eliminado quando o poder econômico lhe tira a terra ou a vida. Mas esse processo carrega em si a sua antítese, pois quando o sem-terra expropriado não se sujeita à marginalidade e à fome, o camponês recria-se na luta pela terra, pela desconcentração fundiária com o objetivo da policultura em pequenas áreas, voltada a manter o modo de vida e a população camponesa no meio rural, para a produção de alimentos para o mercado interno. No entanto, a disputa entre o

campesinato e o complexo de sistemas do agronegócio é extremamente desproporcional, já que este é comandado por grandes corporações dos setores de alimentos, combustíveis, sementes e agrotóxicos. Esses grupos, em aliança com o capital financeiro, patrocinam as campanhas eleitorais e, assim, têm o Estado como principal aliado para promover a concentração de terras em latifúndios de monocultura intensiva em tecnologia, voltada para a exportação de *commodities*, com uso de sementes transgênicas, no país que é o segundo colocado mundial em consumo de agrotóxicos. Essa opção política pelo “antigo” modelo colonial extrativista, exportador de natureza, é uma política de crescimento econômico que não dialoga com problemas fundamentais da sociedade, como o excessivo emprego informal e emprego formal de um Salário Mínimo, sendo este, três vezes menor que o mais baixo Salário Mínimo da Europa, e a renda per capita no Brasil, cinco vezes menor que a média dos países desenvolvidos (Fernandes, 2008, 2013b; Bacen, 2018).

Por fim, no Capítulo 4, abordo o governo Lula a partir das perspectivas de militantes do MST, compartilhadas no meu trabalho de campo. Apesar de as conversas que mantive serem abertas, foi inevitável perguntar por que Lula não fez a reforma agrária e, assim, já justificava para os meus interlocutores que o que motivou o meu tema da questão da reforma agrária e o MST no governo Lula, foi o histórico do PT como um partido que sempre teve entre as suas bandeiras, a defesa da reforma agrária, não só no discurso, mas como programa de governo das campanhas eleitorais até 2002. Tanto que nesse ano, Lula discursa em um congresso do MST e na ocasião afirma que se eleito presidente faria a reforma agrária numa canetada. Mesmo sem ser correspondido no governo Lula, o MST, em todas as esferas do movimento, desde a base à direção nacional, apoia o PT pelo vínculo histórico e pelo pragmatismo de acreditar que, eleitoralmente, não existe alternativa ao PT, naquilo que é possível resistir à hegemonia do neoliberalismo no Estado. Para as Lideranças Locais do MST (LLs), não houve reforma agrária no governo Lula, por falta de vontade do presidente em superar os obstáculos para realizar novos assentamentos, e isso teria enfraquecido o MST, pelo desestímulo dos militantes em continuarem nas ocupações sem a

possibilidade de conquistas. As Lideranças Estaduais (LEs) e Nacionais (LNs) do MST, não admitem que o governo Lula enfraqueceu o movimento. Apontam um enfraquecimento da esquerda em geral, resultado do neoliberalismo. Afirmam que o MST teria sido a única instituição a manter ações coletivas como, por exemplo, as ocupações de terra. Mas identificam nas políticas compensatórias do governo Lula, uma garantia de sobrevivência aos sem-terra, sem precisarem se submeter por tanto tempo à situação extrema de acampados nas ocupações. As LEs ressaltam que o governo Lula não fez a reforma agrária, por ter se aliado à burguesia e abandonado o povo. Por sua vez, para as LNs não cabia a reforma agrária na política de conciliação de classes do lulismo, que não se propõe a confrontar a ordem (Singer, 2012). Lula define bem o lulismo, mesmo sem assim chamar a sua política, em uma de suas principais e mais repetidas frases: “Nós não queremos tirar nada dos ricos, nós só queremos que o pobre suba um degrau”. Para as LNs, dar o pouco que seja aos pobres, sem tirar dos ricos, é insustentável, com o agravante de que, no lulismo, as políticas são personificadas no Lula, sem um processo de mobilização social e, assim, as políticas assistencialistas, entre outras medidas que reduziram a pobreza, são passageiras, em virtude de que não foram feitas as reformas estruturais e a conscientização, ou a politização das ações do governo. Some-se a isso o afastamento do PT das causas populares que o levaram ao poder. A sua busca pela permanência no poder como objetivo principal, o fez perder o principal meio de permanência no poder, o apoio popular.

1. Metodologia

A universidade é um latifúndio que nós devemos ocupar.

Serginho, militante do MST, em 2014

É tempo de aprendermos a nos libertar do espelho eurocêntrico onde nossa imagem é sempre, necessariamente, distorcida. É tempo, enfim, de deixar de ser o que não somos.

Aníbal Quijano, em 2005

Acolheram-me num casebre de madeira, em plena favela, dois missionários franceses. Pela primeira vez, entrei em contato direto com o povo. Esse povo que figura nos livros que me abasteciam o idealismo e presente também em meu discurso, em minhas teorias, na razão de ser de meu engajamento na luta armada, nas infundáveis discussões políticas no cárcere, ali estava o povo colado em meu barraco.

Frei Betto, sobre o trabalho da Teologia da Libertação, nos anos 1970

A pesquisa-militante é um compromisso de solidariedade com as lutas sociais dos oprimidos. É o reconhecimento dos conhecimentos que nascem nas resistências à opressão. Na presente investigação sobre a questão da reforma agrária e o MST no governo Lula considero que os saberes incorporados nos sujeitos, na luta pela terra, têm a mesma importância do saber acadêmico sobre o tema. A produção de conhecimento científico a partir da perspectiva subalterna é uma abordagem que se assemelha, principalmente, às propostas: de Paulo Freire (1968), da síntese cultural entre o saber popular e o saber científico; de Orlando Fals Borda (1995, 2005), da investigação-ação participativa para um diálogo de saberes; e de Boaventura de Sousa Santos (2002), para ir de uma sociologia das ausências a uma sociologia das emergências: “O objetivo da sociologia das ausências é transformar objetos impossíveis em possíveis e com base neles transformar as ausências em presenças” (Santos, 2002: 246).

A ausência de outros conhecimentos no ambiente científico deve-se à visão de mundo hegemônica que, no enfoque de Santos, nega radicalmente o próprio significado da palavra universidade, pois “o que não existe é, na verdade, ativamente produzido como tal, isto é, como uma alternativa não-credível ao que existe. O seu objeto empírico é considerado impossível à luz das ciências sociais convencionais, pelo que a sua simples formulação representa já uma ruptura com elas” (Santos, 2002: 246). Os conhecimentos validados pela ciência são os que não favorecem, em geral, a emancipação dos oprimidos, dos subalternos, dos excluídos, dos dominados. Pelo contrário, são conhecimentos de vencedores, contados pelos vencedores das lutas sociais. Essa problemática é a raiz da linha abissal que, desde o princípio da modernidade ocidental, divide as sociedades metropolitanas do Norte, das sociedades coloniais do Sul. Para o Norte, tudo o que ocorre nas sociedades coloniais, o lado Sul da linha abissal é o lado do não ser, do invisível, do inferior, do sub-humano, não é relevante e não pode contradizer as ideias universais que vigoram do lado Norte da linha, o que se expressa na narrativa acadêmica a produzir ausências massivamente (Santos, 2002, 2007).

Reconhecer o conhecimento construído na experiência e na resistência dos oprimidos, não como um objeto passivo de pesquisa, mas como uma sabedoria que dialoga com outros saberes, vai de encontro à “Pedagogia do Oprimido” de Paulo Freire (1968). Uma concepção e prática de educação edificada na realidade *do* oprimido, a partir da sua perspectiva, e não uma pedagogia *para* os oprimidos. “Quem sentirá, melhor do que eles, os efeitos da opressão? Quem, mais do que eles, para ir compreendendo a necessidade da libertação?” (Freire, 1968: 31). De acordo com Arroyo, nos anos 1960 a Pedagogia do Oprimido, no Brasil, “se alimenta, sobretudo, das reações e da organização dos trabalhadores do campo nas Ligas Camponesas e em sindicatos. Reflete o contexto político de lutas pelas Reformas de Base, da centralidade das pressões pela Reforma Agrária e da persistência tensa da questão da terra na nossa formação social e política” (Arroyo, 2012: 555).

A interação do pesquisador com os sujeitos da pesquisa na abordagem

direcionada ao estudo de grupos subalternos na América Latina, pode ser exemplificada na explicação de Scherer-Warren:

Quanto ao posicionamento do intelectual em relação aos sujeitos de seus estudos, não se trata de negar a contribuição de conhecimento acumulado das ciências humanas no campo das ações coletivas, mas de apreciar sua validade em cada contexto histórico e territorial; nem tampouco de ser um mero reproduzidor da fala dos sujeitos das pesquisas, como foi bastante comum na segunda metade do século passado nos chamados estudos sobre os “movimentos populares” na América Latina. É necessário abrir-se para compreender o significado do pensar e do fazer do “outro”, mas não apenas enquanto “outro” e sim como parceiro de uma prática e de uma utopia de transformação em direção a uma sociedade mais justa social e culturalmente (2010: 26).

Os saberes camponeses como os dos militantes do MST são uma produção autônoma de conhecimento em relação à análise interpretativa acadêmica, mas muitas vezes são desperdiçados na produção do conhecimento científico, pelo silenciamento epistemológico ocidental, onde persiste a ideia de uma vanguarda que vai guiar os movimentos sociais e não precisa compreender os conhecimentos neles incorporados, como se fosse trazer a luz para eles. Trata-se de uma postura colonial, em virtude de hierarquizar os conhecimentos. Quem produz conhecimento científico situado do lado dos oprimidos, deve se ver como intelectual de retaguarda, ao estar com as mobilizações populares, auxiliando-as em suas jornadas por direitos de cidadania e democracia, a partir de dentro e a partir de baixo e, eventualmente, não criando vanguardas inconsequentes, que fazem estudos *sobre* a perspectiva subalterna, em vez de os produzir *com* essa perspectiva e *a partir* dela. No entanto, o fundamental para a ciência é a autoria. Não se permite considerar que existe uma reflexão sobre a realidade social que não se expressa da forma como a ciência se expressa. Há conhecimentos que não têm autores, os conhecimentos são autores e, portanto, são anônimos, porque não existem teoricamente, mas nas práticas sociais. E há também os superautores, quando viver pelos oprimidos foi a grande autoria, pelo o que fizeram, disseram e escreveram “sem rigor científico”. Desconsiderar esses saberes é uma razão indolente que desperdiça experiências e deixa de fora uma

série de produções de conhecimentos, por contemplar a razão ocidental que contrai o presente e expande o futuro (Freire, 1968; Fals Borda, 1995, 2005; Santos, 2002, 2008). Sendo assim, Santos propõe:

Uma racionalidade cosmopolita que [...] terá de seguir a trajetória inversa: expandir o presente e contrair o futuro. Só assim será possível criar o espaço-tempo necessário para conhecer e valorizar a inesgotável experiência social que está em curso no mundo de hoje. Por outras palavras, só assim será possível evitar o gigantesco desperdício da experiência de que sofremos hoje em dia. Para expandir o presente, proponho uma sociologia das ausências; para contrair o futuro, uma sociologia das emergências. [...] Em vez de uma teoria geral, proponho uma teoria ou um processo de tradução, capaz de criar uma inteligibilidade mútua entre experiências possíveis e disponíveis (2002: 239).

O conhecimento científico é útil na medida em que se reconhece como incompleto, como parte da ecologia de saberes que compõem a experiência do mundo, e na medida em que viabiliza um diálogo intercultural com outros conhecimentos, em busca de justiça cognitiva global. Mais importante do que a corrente teórica do pesquisador, é saber de que lado ele está na luta contra hegemônica para transgredir as relações de dominação. Esse posicionamento deve ser um testemunho crítico, ir apoiar, conhecer, conversar com sujeitos que estão na luta contra a exclusão, a opressão, a subalternização. Partilhar a luta, estar com eles em momentos de risco. Cada vez mais, populações atravessam uma situação limite. E o conhecimento subalterno dos oprimidos é incrementado quando começam a resistir, a lutar. Para dialogar com esse conhecimento é aconselhável uma metodologia não extrativista, já que certas categorias científicas podem não ser suficientes para dar conta da complexidade que é a ação de um movimento como, por exemplo, o MST (Freire, 1968; Fals Borda, 1995; Santos, 2002, 2006).

Devo reconhecer, antes de conhecer. Devo promover – pelo processo denominado síntese cultural (Freire, 1968), ou tradução intercultural (Santos, 2002), ou diálogo de saberes (Fals Borda, 2005) – o translado de conhecimentos complementares, para articular conceitos, culturas, práticas que possam ser

objeto de tradução para outra maneira de produzir conhecimento. Perceber diferenças, complementos e contradições, mas criar inteligibilidade, sem dissolver a identidade de cada cultura. Dessa maneira, a pesquisa pode destacar uma sociologia das ausências dos saberes possíveis e disponíveis, e contribuir em um processo de tradução intercultural dessas experiências, para desfamiliarizar-se com o epistemicídio dos saberes no esforço de construção de uma sociologia das emergências (Santos, 2002).

Wallerstein salienta que o intelectual sério não consegue deixar de se exprimir moral e politicamente. Para o autor, o intelectual funciona necessariamente em três níveis:

Como analista na busca da verdade; como pessoa moral na busca do bem e do belo; e como pessoa política na busca pela unificação do verdadeiro com o bem e o belo. As estruturas do saber que predominaram durante dois séculos tornaram-se antinaturais, exatamente porque decretaram que o intelectual não poderia mover-se com facilidade entre esses três níveis. [...] Uma vez que os intelectuais descartam as restrições de uma falsa neutralidade de valores, podem desempenhar, dentro da transição pela qual estamos passando, um papel que vale a pena. Ao dizer que a neutralidade de valores é ao mesmo tempo miragem e burla, não estou sustentando que não haja diferença entre as tarefas analítica, moral e política. Há de fato uma diferença, e ela é fundamental. As três não podem simplesmente se fundir. Mas tampouco podem se separar. Nosso problema é como navegar nesse aparente paradoxo de três tarefas que não podem se fundir nem se separar (Wallerstein, 2007: 119-21).

O meu posicionamento nesta pesquisa-militante se expressa em atitudes que contribuem diretamente para desenvolver os acampamentos e os assentamentos rurais, devido à minha identificação com as visões de mundo que apoiam a luta pela terra e a reforma agrária. Todo conhecimento se situa, epistemologicamente, ou do lado dominante, ou do subalterno. Ao tratar os oprimidos como alienados, a ciência moderna abriga um colonialismo e coloca o cientista num plano superior, por acumular um conhecimento científico que nutre a separação entre sociedade e natureza, entre sujeito e objeto, numa total identidade entre objetividade e neutralidade. No entanto, a neutralidade

desinserida e não-situada é um mito ocidental. De acordo com Estanque, “não se pode dissociar a construção do objeto, do instrumento de construção do objeto e da sua crítica”, uma vez que “o processo de construção do conhecimento contém sempre uma dimensão autobiográfica” (2000: 133). “E saber de que lado estamos nesse mundo de contrastes e de injustiças é uma opção que não pode ser ditada por critérios científicos, mas pelos valores e princípios éticos que guiam o cientista social nas suas escolhas e na sua ação como cientista e como cidadão” (2009: 322) (Estanque, 2000, 2009; Fernandes, 2001; Santos, 2006; Grosfoguel, 2008). Como esclarece Fernandes:

Por quais razões alguns pesquisadores também são militantes? Essa prática pode contribuir com a pesquisa? Ou pode prejudicar a pesquisa? Essas questões estão insistentemente nos debates entre os acadêmicos. [...] A imparcialidade nunca é apolítica. [...] A ciência não paira acima da realidade. [...] O que torna um pesquisador militante é seu compromisso e/ou identificação com determinadas organizações, com definidas visões de mundo. Essa condição aproxima ainda mais a universidade da sociedade, dos seus inúmeros problemas. Para o pesquisador-militante, a ciência tem como significado a perspectiva da transformação das realidades estudadas, bem como da sociedade. Desse modo, há um intenso compromisso com as pessoas que são os sujeitos de seu objeto de pesquisa (2001: 13-14).

A metodologia do presente trabalho tem o compromisso ético, político, militante, de visão epistemológica horizontal dos conhecimentos, sublinhando a ecologia de saberes, porque o conhecimento científico é apenas uma das maneiras de interpretar a realidade e não é superior às outras, devendo, portanto, com estas dialogar com humildade teórica, analítica e política, conforme definição de Santos e Meneses (2009) para as epistemologias do Sul. O Sul é o Sul epistêmico, não o geográfico. A produção do conhecimento na universidade, com raras exceções, é Norte, independentemente se uma universidade está abaixo ou acima da linha do Equador. Para as epistemologias do Sul, a Austrália é Norte, a América Central é Sul. Ocorre que a maioria das iniciativas que inspiram a abordagem estão localizadas geograficamente no Sul. São povos, culturas, conhecimentos, iniciativas, que têm em comum um presente de sobrevivente e

um passado colonial (Santos, 2007). Na concepção de Santos e Meneses:

O *Sul* é aqui concebido metaforicamente como um campo de desafios epistêmicos, que procuram reparar os danos e impactos historicamente causados pelo capitalismo na sua relação colonial com o mundo. [...] O colonialismo, para além de todas as dominações por que é conhecido, foi também uma dominação epistemológica, uma relação extremamente desigual de saber-poder que conduziu à supressão de muitas formas de saber próprias dos povos e/ou nações colonizados. As epistemologias do Sul são o conjunto de intervenções epistemológicas que denunciam essa supressão, valorizam os saberes que resistiram com êxito e investigam as condições de um diálogo horizontal entre conhecimentos. A esse diálogo entre saberes chamamos ecologia de saberes (2009: 12-13).

Considero que a atividade de pesquisa deve levar em conta a ecologia de saberes. Por isso minha perspectiva está ligada à intervenção epistemológica que não é um objetivo intelectual, é um objetivo político de procurar contribuir para ampliar os processos pelos quais se cria e partilha conhecimento, para validar os conhecimentos nascidos na luta dos oprimidos, dos excluídos, dos espoliados, dos explorados, que sofrem as desigualdades e discriminações criadas pelo capitalismo, pelo colonialismo e pelo patriarcado. Portanto, as narrativas militantes trazidas para esta tese serão tratadas como produção de conhecimento por sujeitos que possuem maneiras autônomas de interpretar a realidade. Não serão tratadas como objetos de metodologia extrativista, que extrai informações e acredita que o objeto não fala por si mesmo, que sua fala está cifrada e é uma matéria-prima a ser processada, desconstruindo o raciocínio do sujeito tratado como objeto (Santos, 2007, 2008). Como reforça Estanque, “são sobretudo os grupos dominantes, escolarizados e poderosos, que nos deixam legados escritos” (2000: 138). A proposta nesta tese é expor reflexões dos ativistas/militantes do MST, para que esses testemunhos fiquem à disposição do leitor, da mesma forma que estará para a minha análise. Não se trata de exaltação do conhecimento não científico como sendo o único válido e que não deve ser interrogado, mas de uma posição epistemológica que admite a “recíproca incompletude dos conhecimentos” (Santos, 2008: 18). Na compreensão de Santos:

O privilégio epistemológico concedido ao conhecimento científico nos últimos duzentos anos foi motivado pelo objetivo de transformar a ciência numa força produtiva do desenvolvimento capitalista e contribuir para a paz social; por sua vez, as forças políticas que nos dois últimos séculos lutaram contra o capitalismo viram igualmente na ciência [...] um instrumento progressista; nas últimas décadas, tornou-se evidente, por um lado que as promessas progressistas da ciência não foram cumpridas e, por outro, que a supressão ou marginalização dos conhecimentos não científicos redundou num desperdício de experiências (2008: 15).

Contra o desperdício de experiências, o procedimento metodológico da minha pesquisa de campo se aproxima do método de caso alargado (Santos, 1983; Burawoy, 1998), em virtude de procurar contribuir para o diálogo intercultural, destacando a especificidade e a riqueza do conhecimento expresso nas narrativas dos militantes que mantive contato.¹ Devo analisar essa produção do conhecimento, não pelo que traz de genérico e se uniformiza com outros casos semelhantes, pela quantidade. Mas pela percepção de que sua qualidade e sua exemplaridade tornam plenamente possível estabelecer critérios para generalizações e, através da teoria reconstruída, analisar a sociedade como um todo, não apenas o tema estudado. Conforme sistematização de Santos:

O método de caso alargado escolhe um caso ou um número limitado de casos em que se condensam com particular incidência os vetores estruturais mais importantes. [...] Em vez de reduzir os casos às variáveis que os normalizam e tornam mecanicamente semelhantes, procura analisar, com o máximo de detalhe descritivo, a complexidade do caso, com vistas a captar o que há nele de diferente ou mesmo de único. A riqueza do caso não está no que há nele de generalizável, mas na amplitude das incidências estruturais que nele se denunciam pela multiplicidade e profundidade das interações que o constituem (1983: 11-12).

O sociólogo Elísio Estanque, do Centro de Estudos Sociais (CES) da

¹ Sobre as vozes dos oprimidos a narrar conhecimentos subalternos, Santos interpreta que: “As vozes são apenas representativas pela sua exemplaridade, pelo carácter único do envolvimento dos seus titulares nas lutas sociais, pela intensidade das narrativas e histórias de vida que nos transmitem com insuperável transparência. Milhões de outras vozes, igualmente representativas pela sua exemplaridade, poderiam ter sido escolhidas. As vozes não ouvidas constituem o inabarcável silêncio planetário de que emergem as vozes aqui ouvidas, um silêncio, que, ao ouvi-las, se torna ainda mais pesado” (2008: 11).

Universidade de Coimbra, ao explicar a experiência de observação participante do trabalho de campo que desenvolveu para a sua tese, nos anos 1990, sintetiza como operacionalizar a pesquisa sob a orientação analítica mais geral do método de caso alargado:

Procurei, por um lado, centrar-me no detalhe e na minúcia das diversas situações observadas e, por outro lado, pretendi inserir esses cenários sociais num quadro estrutural e histórico mais amplo, tendo em vista utilizá-los como ilustração dos efeitos localizados – e nessa medida dotados de características particulares – das tendências transformadoras ocorridas na sociedade (Estanque, 2000: 131).

Estanque (2009) situa bem a tradição do CES nessa abordagem, muito anterior a Burawoy (2005) ter consagrado o termo “sociologia pública” para insuflar um sentido mais engajado à sociologia estadunidense, ao defender que “os conhecimentos subalternos deveriam ter garantido seus espaços para desenvolver suas próprias capacidades e injetar mais dinamismo nos conhecimentos dominantes” (Burawoy, 2005: 33). Isso não é novidade para a epistemologia empreendida no CES em geral, haja vista que, de acordo com Estanque, desde a década de 1980:

A comunidade sociológica de Coimbra vem se dedicando a produzir ciências sociais numa perspectiva crítica, transdisciplinar e assumidamente engajada. [...] Procura-se construir um conhecimento progressista, transformador e emancipatório, destinado a reforçar o espaço público. [...] Visualizar o invisível e valorizar, a partir das margens, as múltiplas potencialidades emancipatórias que o centro tem vindo a apagar ou a excluir. Em outras palavras, recusar limitar-se a justificar o que existe só porque existe, e estar atento às ausências e às emergências. [...] O desenvolvimento do CES obedeceu a uma opção estratégica. Aquela que mais diretamente carrega a marca teórica e epistemológica da sua principal referência, Boaventura de Sousa Santos. [...] Em especial a perspectiva epistemológica de crítica frontal ao paradigma ocidental da ciência moderna em favor de uma visão cosmopolita, multiculturalista e emancipatória dos movimentos e dos fenômenos sociais em geral (2009: 311-12).

O próprio Burawoy (2009) reconhece uma maneira criativa de produção

de conhecimento por parte dos países do Sul e, no Norte, ele chama a atenção para Portugal, pelo empenho de uma sociologia crítica que, após o ostracismo imposto pelo regime salazarista, respondeu com engajamento na reconstrução do tecido social da nação. Portanto, o engajamento que Burawoy vai chamar de sociologia pública, já vinha sendo, há décadas, a postura da maioria da pesquisa do CES, ao produzir conhecimento a partir da perspectiva dos oprimidos, em outras palavras, epistemologias do Sul, sociologia das ausências, sociologia das emergências, tradução intercultural, ecologia de saberes. E ainda Burawoy admite que: “O termo ‘sociologia pública’ é uma invenção americana. Se em outros países essa é a essência da sociologia, para nós ela não é mais do que uma parte de nossa disciplina, e uma pequena parte” (2005: 36). Portanto, ele busca explicar que a:

Sociologia Pública traz a sociologia para uma conversação com públicos; entendidos como pessoas que estão, elas próprias, envolvidas na conversação. Entre o sociólogo público orgânico e um público está um diálogo, um processo de mútua educação. [...] O projeto dessas sociologias públicas é tornar visível o que é invisível e validar essas conexões orgânicas como parte de nossas vidas sociológicas (2005: 14-15).

Braga e Santana explicam que Burawoy justifica o engajamento da sociologia pública, num estilo “que procura iluminar os elos existentes entre os problemas privados e os desafios públicos a partir da centralidade axiológica dos conhecimentos dos subalternos” (Braga e Santana, 2009: 224).² Um estilo de se fazer sociologia especialmente necessário em tempos de neoliberalismo, período no qual, segundo Burawoy:

A sociedade civil tem sido colonizada e cooptada pelos mercados e pelos Estados. E mais, a oposição a essas forças gêmeas vem, se realmente vem, da sociedade civil, entendida em sua

² Touraine também extrai uma síntese do debate sobre sociologia pública: “A sociologia, portanto, não se define mais como o estudo da sociedade ou dos sistemas sociais gerais, mas, antes, como o estudo dos processos sociais por meio dos quais os determinantes econômicos e políticos, de um lado, e os atores individuais ou coletivos, definidos cultural e socialmente, por outro, possam ser ligados, dando origem à ação coletiva, a processos políticos e a atitudes pessoais ou grupais” (2009: 246).

expressão local, nacional e transnacional. Nesse sentido, a afiliação da sociologia à sociedade civil, ou seja, à sociologia pública, representa os interesses da humanidade – interesses em manter acudados tanto o despotismo estatal como a tirania do mercado (2005: 43).

Na minha pesquisa de campo, amparado pela pós-graduação no CES e pela experiência do método e da prática em pesquisa-militante dos meus Orientadores, Professores Elísio Estanque e Bernardo Mançano Fernandes, fui para o trabalho de campo como um cientista social com formação em Economia, a fazer entrevistas para o doutoramento em Sociologia. Bourdieu defende a ativa atuação do sociólogo ao ir a campo justapor a realidade à teoria. Em seu livro, *As estruturas sociais da economia*, Bourdieu esclarece que: “A imersão da economia no social é tal que, [...] o objeto de uma verdadeira economia das práticas [...] são as condições de produção e reprodução dos agentes e das instituições de produção e reprodução econômica, cultural e social, quer dizer, o próprio objeto da sociologia em sua definição mais completa” (2006: 29).

Realizei a investigação empírica com a consciência de que, a partir das entrevistas, é possível a sistematização do porquê, sob a ótica do MST, a reforma agrária que era considerada possível com o governo Lula não se concretizou. Há uma falta de sintonia entre o MST e o governo do PT, já que este, notoriamente, não executou as políticas da maneira que o movimento propõe. Como isso vai ser assimilado desde a base até a direção do MST? Minha proposta não é analisar os sentidos possíveis do que está sendo dito nas entrevistas, mas situar esses discursos como uma análise social, um ponto de vista que traduz a realidade, lançando luz a aspectos que outras narrativas talvez não destacassem.

Para apreender a questão agrária no Brasil, no início do século XXI, no contexto mundial em que se insere o governo Lula – quando a questão ambiental, dos alimentos, da propriedade e do uso da terra, da água e dos minérios, são o cerne de qualquer análise sobre o sistema mundial – foi muito profícuo conversar com militantes do MST, de três escalas de atuação no movimento, Liderança Local, Liderança Estadual e Liderança Nacional. Sem revelar a identidade, distingo as falas pelas siglas, LL, para Liderança Local; LE, para Liderança

Estadual; e LN, para Liderança Nacional. Para o método desta pesquisa estabeleci, sob orientação, que os conhecimentos de três militantes de cada escala caracterizada acima já trazem diversidade e complexidade suficientes.

O anonimato das vozes que compartilharam conhecimentos nesta tese,³ visa preservar os militantes, não só devido às constantes ameaças que sofrem historicamente, conforme serão mencionadas nos próximos capítulos, mas também proporcionar que ficassem mais à vontade para expor suas opiniões sobre a postura política de aliados que ascenderam ao governo. Porém, quando eu garantia o anonimato e explicava que era, na verdade, uma garantia relativa, devido às extensas citações diretas, que poderiam identificar o dono da fala, fui surpreendido pela maioria dizer não se importar com isso.

A Liderança Local (LL1, LL2...) vive em um acampamento ou assentamento. Essa não é uma denominação oficial dentro do MST. Chamo assim, militantes que falam mais nas assembleias, se envolvem mais nas funções que requerem tarefas extra assentamento (ou acampamento) e mesmo consentem ter uma conversa (entrevista) gravada, haja vista que a timidez é mais frequente no meio rural, onde é difícil para a maioria externalizar seus conhecimentos.⁴

A Liderança Estadual (LE1, LE2...) reúne todas as características da Liderança Local. É uma referência para o acampado/assentado, que nutre por ela, respeito e admiração, uma vez que além de “pegar no batente” nas atividades

³ Atento às ressalvas de Ribeiro, de que: “os investigadores devem ser cautelosos acerca do grau de confidencialidade que prometem e realistas quanto à possibilidade de proteção do anonimato dos participantes. Não podem ignorar que práticas habituais de proteção do anonimato, [...] ao referir-se aos sujeitos da pesquisa, evitam realmente a sua identificação, mas não são totalmente eficazes. O uso de extensas citações diretas torna os informantes identificáveis, pelo menos por eles próprios e, muitas vezes, por outros que os conhecem bem” (2009: 35).

⁴ Como esclarece Santos, esses conhecimentos “são coletivos, mas são muitas vezes assumidos por porta-vozes individuais que se distinguem pelo modo como formulam esses conhecimentos, sobretudo ante pessoas estranhas. [...] São líderes de lutas, movimentos, iniciativas de resistência contra a opressão e em prol de uma sociedade mais justa e de uma vida coletiva melhor; líderes ou ativistas que tiveram êxito nas suas lutas e que nelas ganharam uma experiência e um saber práticos que estão dispostos a partilhar conosco (2008: 19).

cotidianas, ainda é a “faz tudo” da comunidade, é a “relações-públicas” do acampamento/assentamento no município e entre todo o conjunto de lideranças do estado. É líder por aclamação, e não apenas por vontade, ou por ter vencido uma votação, já que sempre está participando de manifestações, cursos de formação política, de produção, entre outros que o MST realiza.

A Liderança Nacional (LN) é possível subdividir em três posições. O MST possui uma Secretaria Nacional com sede na cidade de São Paulo. A principal liderança reconhecida tanto externamente, quanto entre os militantes, como líder do MST, é João Pedro Stedile, membro da Coordenação Nacional e da Secretaria Nacional. Mas há uma diversidade de militantes compondo esse quadro de Lideranças Nacionais, que diferenciei em três esferas: integrantes da Coordenação Nacional que trabalham na Secretaria Nacional (LN-S); representantes de cada estado em que o MST atua e que residem em Assentamentos (LN-A); e Intelectuais (LN-I), que têm um histórico de militância enquanto Liderança Nacional, mesmo que, oficialmente, não façam mais parte da direção nacional. Para cumprir o objetivo de entrevistar três LNs, conversei com uma pessoa de cada uma das três caracterizações de Liderança Nacional, LN-S (Secretaria Nacional); LN-A (Assentado); e LN-I (Intelectual).

Nas entrevistas abertas realizadas sem um questionário delimitado, havia apenas um fio condutor para a conversa em torno de três reflexões: Por que o governo Lula não fez a reforma agrária, que sempre esteve presente na pauta do PT antes de chegar ao poder? O MST se enfraqueceu no governo Lula? Por que o MST continua a apoiar o PT?

Deixei as vozes se exteriorizarem sem interrupções. Ao longo das conversas, as principais indagações que surgiram de minha parte foram as que seguem abaixo, as quais sintetizei para enviar à LN-I, que solicitou corresponder-se comigo via e-mail:

1. Nos anos 1980 nascem o PT e o MST, compartilhando várias pautas relativas às lutas da classe trabalhadora. Após derrotas do candidato do PT, Lula, nas eleições presidenciais de 1989, 94 e 98, esse processo iniciado na década de 80

- finalmente culminou na vitória, nas eleições de 2002. Como foi essa trajetória?*
- 2. Durante a campanha de 2002, Lula disse em um congresso do MST que, como presidente, faria a reforma agrária “numa canetada”. Por que não fez?*
 - 3. Qual é a sua percepção sobre a política agrícola do governo Lula?*
 - 4. Por que, mesmo sem fazer a reforma agrária, o PT recebe apoio do MST nas eleições?*
 - 5. Você concorda com a ideia de quanto pior o governo, melhor para os movimentos sociais? Ou seja, quanto mais conservador o governo, melhor para mudar a sociedade, pois a classe trabalhadora se defronta com um inimigo mais claro.*
 - 6. Você acha que o MST perdeu força no governo Lula?*
 - 7. Como caracterizar a relação entre o MST e o governo Lula?*
 - 8. Após mais de 30 anos de luta pela terra, por que o movimento constatou a impossibilidade da reforma agrária “clássica” e está propondo agora a “Reforma Agrária Popular”? (MST, 2013).*
 - 9. Quais são os principais desafios do MST?*
 - 10. Agora, fique à vontade para concluir, por exemplo, sobre um assunto que gostaria que tivesse sido abordado.*

As entrevistas abertas (conversas) gravadas com doze militantes do MST (uma delas em trocas de cartas via endereço eletrônico), cinco Lideranças Locais; quatro Lideranças Estaduais; e três Lideranças Nacionais, totalizaram 10,5 horas, em dez gravações, já que uma conversa foi com um casal de LLS, cujas vozes manteve “unidas” como se fossem uma, na identificação na tese, pelas características de reciprocidade na recepção da fala do cônjuge, e muita dinâmica de complementariedade narrando um raciocínio em duas vozes. A maioria me recebeu em sua própria casa, sendo que as três entrevistas iniciais fazem parte da primeira ida a campo, que relatarei no item a seguir, para compartilhar a experiência de observação participante, adotada em parte da pesquisa de campo, “tendo em vista uma abordagem mais em profundidade” (Estanque, 2000: 139) da perspectiva campesina, quando vivenciei dez dias num acampamento sem-terra, que enfrentava a iminência do cumprimento, pela polícia militar, de uma ordem de despejo judicial. De acordo com Estanque, “uma das maiores dificuldades que este método levanta diz respeito ao período de integração e aceitação do

investigador no seio do grupo que vai estudar. O esforço necessário para conquistar a aceitação é, como a antropologia cultural já mostrou, um dos aspectos mais importantes do método de observação participante” (2000: 139).

Dessa maneira, para a minha pesquisa de campo, ser professor da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), em Teófilo Otoni, Minas Gerais, foi decisivo. A pesquisa ocorreu entre janeiro de 2015 e maio de 2016 e foi realizada nos estados de Minas Gerais, São Paulo e Bahia, sendo preponderantemente em Minas Gerais, já que é a minha morada e o período desde o meu ingresso na UFVJM, em 2013, e o início do trabalho de campo, em 2015, foi relevante para conhecer acampamentos e assentamentos sem-terra, participar de eventos, reuniões, confraternizações, conviver com acampados e assentados, militantes, lideranças locais, estaduais e nacionais, construir vínculos de amizade e confiança, experiências singulares de vida. Fatores indispensáveis para poder ser recebido posteriormente, em momento no qual era um forasteiro adentrando no lar de uma família que faz parte de um movimento camponês, que ao longo de seus mais de 30 anos já passou por toda espécie de tragédia e violência impune, chacinas, assassinatos, perseguições, agressões, desrespeito, preconceito, exclusão social, difamações, ira dos meios de comunicação, privações, medo, insegurança, fome, e muita coragem. Portanto, com toda a razão, não é qualquer pessoa que vai ter acesso à exposição tão delicada de um militante para gravar a sua fala dentro do próprio lar. Todas as entrevistas que realizei só foram possíveis por ter conquistado a confiança das lideranças, as quais deram o aval e solicitaram aos militantes que me recebessem em sua morada, por ser uma pessoa de confiança.

Durante o período que vivenciei o processo de luta para reverter a ordem de despejo do acampamento sem-terra, Nova Vida, que já resistia há doze anos, não fazia ideia da real importância para os integrantes do movimento, dessa minha atitude, que fez toda a diferença na maneira como passei a ser tratado. O episódio virou meu apelido no movimento. Em todos os encontros com militantes do MST que participo sou apresentado como, “Professor que estava lá em Nova Vida na luta contra a ordem de despejo”.

Alguns meses após essa experiência, Serginho, militante sem-terra que a possibilitou, agendou um encontro e me acompanhou à casa de uma Liderança Nacional, que antes de começar a entrevista, assegurou-se com Serginho: “É esse professor que estava lá com vocês na luta pra reverter a ordem de despejo, não é?” E repetiu a pergunta quando, ao final da nossa estadia em sua casa, lhe pedi que intermediasse um encontro com uma liderança da Secretaria Nacional do MST. Os laços de companheirismo com os sem-terra, foram decisivos para a execução do meu trabalho de campo com todas as esferas de liderança, mas principalmente com as Lideranças Nacionais, uma vez que estas são mais ariscas às entrevistas pelas razões óbvias de serem muito solicitadas e estarem “cansadas de dar entrevistas”, seja para os meios de comunicação ou para a academia, com a finalidade apenas de extrair informações do movimento.

Esta percepção sobre as metodologias extrativistas pode ser melhor explicada pelos próprios sujeitos tratados como objetos nas pesquisas. Uma Liderança Nacional do MST, ao analisar a relação do movimento com a universidade, explica, com as suas próprias palavras, que é fundamental para o êxito dessa interação, aquilo que conheço pelo nome de epistemologias do Sul:

A relação que o MST criou com a universidade, nós ainda não tamos satisfeitos com a universidade. Então, fazendo a pergunta ao contrário. Eu faço agora pra você. Como é que a universidade vai contribuir para a Reforma Agrária Popular? Nem que não seja popular, que seja a reforma agrária de distribuir a terra. Alguns espaços que abrimos na universidade, a gente viu que é uma diferença enorme, onde a gente consegue unir o conhecimento popular, com o conhecimento técnico-científico. Já dá uma diferença muito grande. Porque pra transformar, acho que o MST tem que cumprir um papel de movimento social de reivindicar casa, saúde, escola, crédito, terra, tudo. O MST tem que fazer também formação política, tem que formar dirigente, tem que fazer o papel do Estado também e formar técnico, agrônomo, formar professor. Isso aqui, olha, é papel do Estado. Formação política nos clássicos é papel do partido. Partido não faz mais,

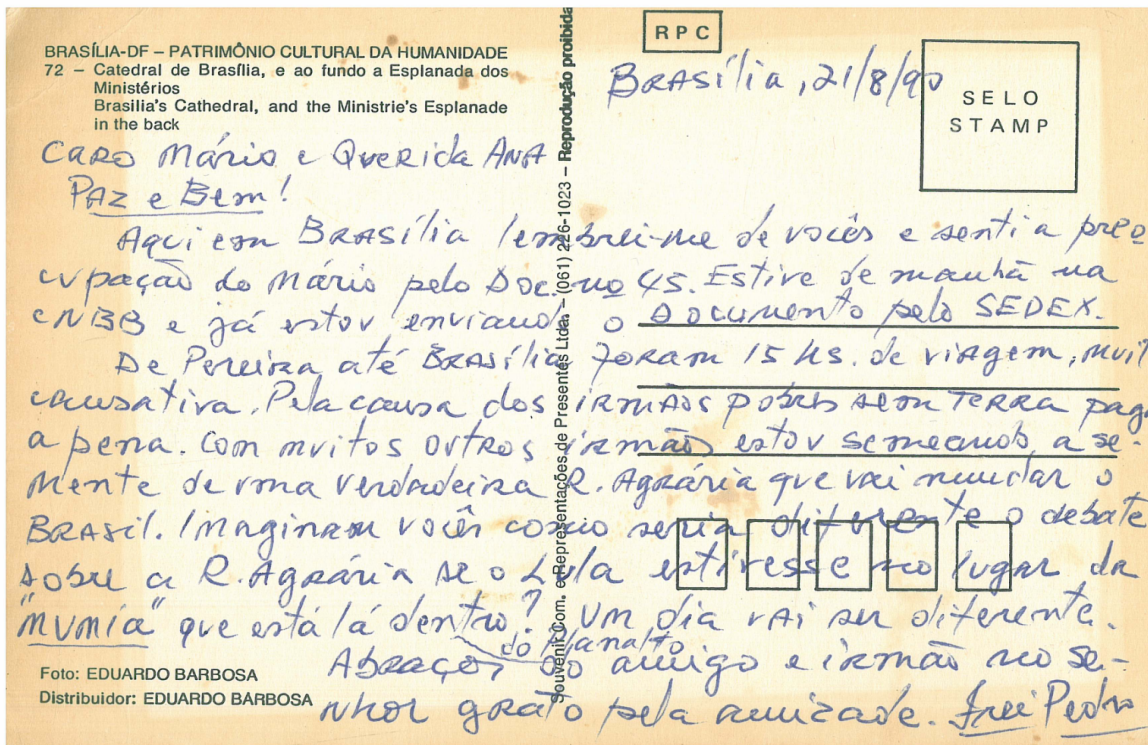
não. Então, nas parcerias com as universidades, acho que dá pra gente combinar isso aqui, a formação profissional, porque senão a carga fica muito pesada pra cima de nós. E aí, depois da sua tese publicada a gente vai cobrar o retorno, não é? Muita gente do MST reclama: “Mas com o tanto de gente que vem pesquisar a gente nos assentamentos, entrevista a gente, mas cadê? O que que eles fizeram com isso?” Nós queremos te comprometer, não pra voltar aqui em casa, mas pra continuar o trabalho de divulgação da causa popular no meio acadêmico (LN-A).

1.1 Relato de uma vivência

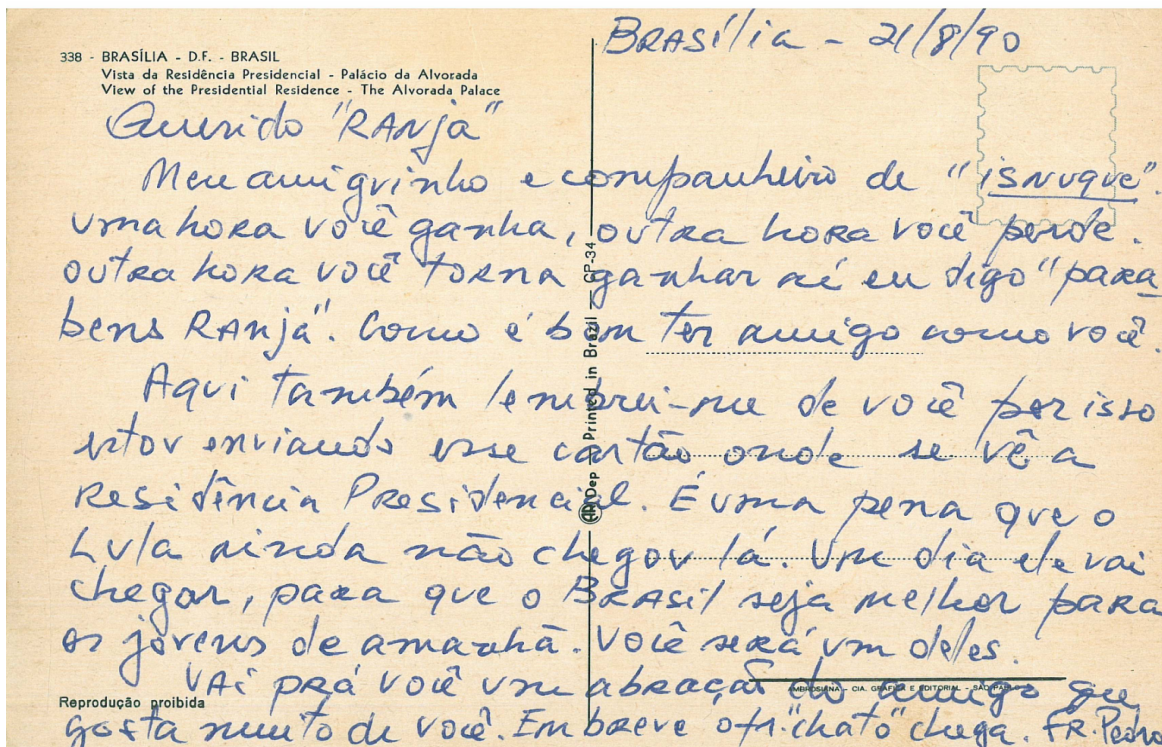
As epistemologias do Sul são um conhecimento que tem que estar colado às lutas sociais, e quem o promove tem que ter um compromisso com as lutas sociais. Não é o ir e estar, é o compromisso, é o risco que por vezes se tem que correr, é a solidariedade que se tem com a luta.

Boaventura de Sousa Santos, em 2016

Meu primeiro contato com a luta dos sem-terra foi quando conheci, aos seis anos de idade, o saudoso Frei Pedro Nozela, o melhor amigo da minha família durante mais de duas décadas. Típico representante da ala progressista da igreja, a Teologia da Libertação, responsável por recolocar a reforma agrária no debate político do país, a partir da criação da Comissão Pastoral da Terra (CPT), nos anos 1970. Frei Pedro sempre tinha histórias dos sem-terra para contar, a começar pelas duas cicatrizes que o marcavam por participar da luta pela terra: uma na panturrilha, alvejada por uma bala de revólver; e outra na nuca, devido a uma porretada de cassetete. Ambas causadas por polícias em ações de despejo, quando Frei Pedro, que sempre que podia estava ao lado dos sem-terra, não teve sua intransigência poupada. Em 1990, meses após a derrota eleitoral de Lula na campanha presidencial de 1989, eu tinha 11 anos de idade, quando recebemos os cartões-postais enviados por Frei Pedro (reproduzidos abaixo), na ocasião em que estive em Brasília para debater a reforma agrária na CNBB.



Acima, o cartão-postal do Frei Pedro para os meus pais; abaixo, o cartão para mim. Obs.: O Documento 45 da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) intitula-se: "Diretrizes Gerais da Ação Pastoral da Igreja no Brasil 1991/94".



As vozes dos sem-terra são uma narrativa de produção do conhecimento ativamente comprometida não só com a denúncia da exclusão social e da subalternização do campesinato, mas também com o realce da sua concepção de vida contra hegemônica. Em meu trabalho de campo de doutorado, ao partilhar momentos de perigo com famílias sem-terra acampadas, me chamou a atenção o ritual da mística, como sendo fundamental para reunirem forças perante os desafios de permanecer na luta pela terra. Como explica Bogo (2012: 475-9):

A mística ultrapassa o espectro do sagrado e introduz-se na vida social e na luta política, numa clara aproximação da consciência do fazer presente com a utopia do futuro. [...] Os movimentos populares compreendem a mística como expressões da cultura, da arte e dos valores como parte constitutiva da experiência edificada na luta pela transformação da realidade social, indo em direção ao *topos*, a parte realizável da utopia. [...] Os movimentos camponeses, a partir do final do século XX, compreenderam que a totalidade do projeto das mudanças sociais não se realiza apenas pela força e pela inteligência, os sentimentos e a afetividade também fazem parte do projeto e não podem ser ignorados. A subjetividade de cada um torna-se objetividade no processo que efetiva a antecipação da utopia. [...] Se o tempo produtivo mede-se pela produtividade material, o tempo da luta se mede pela espera e pela preparação das vitórias. [...] A mística é o ânimo para enfrentar as dificuldades e sustentar a solidariedade entre aqueles que lutam. [...] Os movimentos populares tiveram a ousadia de assumir a mística, dando a ela um conteúdo próprio. Por organizarem-se sem manuais, nasceu com eles uma nova consciência e um novo jeito de ser sujeitos sensíveis na história com uma mística que impede que sejam destruídos facilmente.

Sobre a mística e os princípios organizativos do MST, João Pedro Stedile (membro da Coordenação Nacional), explica que se tratam de inovações do MST que poderiam ser incorporadas por ações coletivas de diversas naturezas:

Trabalhamos a mística para obter unidade entre nós. Nem a esquerda – porque tinha vergonha – nem a direita desenvolvia isso. Incorporamos a mística como uma prática social que faz com que as pessoas se sintam bem em participar da luta. O outro aspecto que é uma contribuição geral, é a aplicação daqueles princípios organizativos. Temos, então, duas novidades que o movimento produziu e que podem ser assimiladas por outros tipos de movimentos sociais. [...] Os exemplos de sacrifícios são enormes. As famílias permanecem tanto tempo acampadas,

porque têm a mística e os princípios organizativos, não é só porque a terra é necessária (Stedile e Fernandes, 1999: 131-32).

Pude assimilar na prática, a mística e os princípios organizativos do MST, ao vivenciar dez dias, de 24/janeiro a 02/fevereiro/2015, no acampamento Nova Vida, que teve início em abril de 2002, quando aproximadamente 60 famílias sem-terra ocuparam a Fazenda Gravatá, que se encontrava praticamente abandonada no município de Novo Cruzeiro, Vale do Jequitinhonha, a 116 km de Teófilo Otoni, nordeste do estado de Minas Gerais, uma das regiões mais pobres do Brasil. Atualmente, restam 32 famílias que cultivam a terra, e criam porcos e galinhas para subsistência e, aos sábados, comercializam na feira da cidade, o excedente da produção de feijão, milho, mandioca, abóbora e mel. A minha vivência foi uma experiência singular, em virtude de ter auxiliado na articulação política para reverter uma ordem de despejo. Uma ordem de despejo é expedida por um juiz e executada pela polícia militar. No Brasil, a imensa maioria das pessoas que compõem os três poderes, executivo, legislativo e judiciário, têm vínculos com o número reduzido de famílias das classes dominantes, seja como um indivíduo membro desta classe ou, o que é muito mais comum, como um indivíduo pequeno-burguês que se comporta como empregado-serviçal-representante dos interesses da classe dominante, que nutre pelo povo, ódio, medo-pânico, preconceito e desconfiança. Este empregado pode ser, um juiz, um promotor, um deputado, um governador, ou um presidente da República. No episódio que estou a narrar, a ordem de despejo veio de um juiz, alienado da conjuntura histórica, política e socioeconômica do acampamento que estava para completar treze anos e já havia superado várias ordens de despejo a espera do fim do imbróglio judicial para ser regularizado como assentamento.

Já havia combinado com uma liderança do acampamento, Serginho, a minha ida no final de janeiro/2015, para realizar entrevistas numa hora oportuna. No entanto, ele telefonou solicitando minha presença no dia 24/01/2015, para auxiliar na articulação política para reverter a situação de despejo iminente. O contexto local era o seguinte: um dia antes da minha chegada, sexta-feira, dia 23/01, a polícia militar, liderada pelo coronel do Batalhão da Polícia Militar de

Teófilo Otoni e a TV Record da mesma cidade estiveram no Acampamento Nova Vida. O objetivo da visita do coronel foi comunicar que na segunda-feira, retornaria para cumprir a ordem de despejo de reintegração de posse da Fazenda Gravatá, devido ação judicial do proprietário, por discordar do valor estipulado na última perícia realizada para indenização a ser paga pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) para fins de assentar, legalmente, as famílias lá acampadas desde abril/2002. Após o comunicado, ao se despedir, o coronel, os policiais que o acompanhavam e os repórteres da TV foram surpreendidos com o convite do Serginho para almoçarem no acampamento.

Cheguei na cidade de Novo Cruzeiro no dia 24/01/2015, um sábado, pela manhã. Serginho estava à minha espera no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Novo Cruzeiro (STR), realizando contatos por e-mail e telefone, uma vez que no acampamento não há estes meios de comunicação disponíveis. Nos contatos que fizemos costumávamos articulações políticas com diversos representantes da sociedade, em busca de apoio para suspender a ordem de despejo. Foram contatados: prefeito, padre, assistentes sociais, presidente do STR, entre outros membros da sociedade de Novo Cruzeiro, vereador do Partido dos Trabalhadores (PT), de Teófilo Otoni, atuante nas comunidades rurais da região, TV Record, advogados do MST, João Pedro Stedile, entre outras lideranças nacionais e estaduais do MST, três deputados federais por Minas Gerais e dois deputados estaduais, todos do PT, superintendente do INCRA-MG, ministro do Desenvolvimento Agrário, e assessores do governador do estado, do PT. Além disso, realizamos convites para que comparecessem ao acampamento no dia agendado para o despejo, segunda-feira (26/01/15), pessoas amigas e simpatizantes do MST, bem como acampados e assentados de toda a região.

Seguimos para o acampamento por volta das 15 horas, já havia uma família a nossa espera para almoçarmos. É impressionante a organização. O acampamento não dispõe de infraestrutura adequada, em razão da insegurança de não ser ainda um assentamento e conviver recorrentemente com ordens de despejo ao longo de sua existência. Assim, a vida se arrasta em treze anos de improviso e muita determinação. Há uma área comum, na margem da estrada

que dá acesso ao acampamento, com salão comunitário onde ocorrem assembleias, campo de futebol, bar, cozinha coletiva e cisterna, da qual todos os acampados têm de ir com baldes coletar água, porque não há água nas moradias, chamadas de barracos. Os barracos são na maioria de pau-a-pique, sem água encanada, sem banheiro e dispõem de uma tomada e duas lâmpadas cada. A estrutura instalada pela empresa de energia elétrica não permite maior utilização do que essa para cada barraco. Inclusive algumas famílias usaram suas economias para adquirir um refrigerador, que permanece na embalagem, à espera da transformação da área em assentamento para ser aumentada a capacidade elétrica. Apenas o bar dispõe de refrigeradores. A existência do bar no acampamento, assim como o campo de futebol, foi uma decisão coletiva com o objetivo de evitar que os acampados tivessem sempre de deslocar-se para a cidade em busca de entretenimento e para evitar casos de alcoolismo. Os preços do bar beiram os de custo, em virtude de não visar o lucro. O bar é do coletivo do acampamento. Dois acampados se revezam na administração e no atendimento. O excedente é utilizado para viagens das lideranças e para festas coletivas.

Fiquei hospedado no barraco do Serginho e fui logo tomar banho no rio Gravatá, antes que escurecesse. Mal sabia que, por várias vezes nos dias seguintes, devido às atividades incessantes de articulação política, teria de ir à noite, sozinho, com lanterna, para o rio tomar banho. Foi marcante a experiência de tomar banho à noite no rio. E foi revoltante constatar, posteriormente, ter contraído esquistossomose por banhar-me no rio. Triste, não por ter contraído a doença enquanto indivíduo, mas pelo significado social desta doença da miséria. Muito triste saber que todos os acampados já contraíram a doença por ter de tomar banho no rio que recebe dejetos da sociedade sem saneamento básico. Sociedade que manda a polícia despejar, polícia truculenta, que junto com pistoleiros e jagunços tiram a vida de camponeses sob ordens de despejo, sob ordens de fazendeiros. “Cobrindo de luto a miséria dos camponeses”, como escreveu Saramago (1997) no prefácio do livro *Terra* de Sebastião Salgado (1997). Camponeses que trabalham honestamente na produção de alimentos à espera de “um direito que respeite, uma justiça que cumpra”.



Fotos 1 e 2: Acima, da esquerda para a direita, ao pé da bandeira do MST, uma área coberta de convívio, ao lado da estrada de acesso ao acampamento; a cisterna sob a árvore; entre esta árvore e a detrás, mais alta, ocorre a maioria das assembleias e é onde fica a cozinha comunitária; no centro da foto, o bar; e atrás do bar fica o campo de futebol. Ao fundo, a mata atlântica preservada, o que não há mais nas fazendas da vizinhança, tomadas pela monocultura do eucalipto. Na foto abaixo, vista parcial do acampamento, ao pé da mata atlântica.





Fotos 3 e 4: Acima, o barraco do Serginho, primeiro à esquerda. Vê-se ao fundo, a mata ciliar do Rio Gravatá, que aparece abaixo, no momento em que era lavada a louça do almoço coletivo.





Fotos 5 e 6: Assembleia no salão comunitário do acampamento Nova Vida.





Fotos 7 e 8: Acima, assembleia na sombra da grande árvore, ao lado da cozinha comunitária. E na foto abaixo, assembleia noturna no mesmo local.



No domingo pela manhã, Serginho e eu fomos ao assentamento Aruega, a aproximadamente 20 km do acampamento Nova Vida. É o assentamento mais antigo do MST em Minas Gerais, conquistado em 1988. Lá moram os pais e irmãos do Serginho, e também existem outros vínculos familiares e de amizade entre as duas comunidades. Havia uma assembleia agendada para tratarmos das estratégias de mobilização para lidar com a chegada da polícia em Nova Vida no dia seguinte. O clima era de muita apreensão, insegurança e medo da polícia realmente vir para despejar. Ficou, então, combinado que o máximo possível de companheiros de Aruega iriam se deslocar para Nova Vida e auxiliar na mobilização.

A assembleia foi presidida por uma liderança local, que logo em seguida me concedeu a primeira entrevista da minha pesquisa de campo de doutorado. De volta ao acampamento Nova Vida, realizei outra entrevista com uma liderança local. À noite, houve assembleia com todos os acampados de Nova Vida para traçar estratégias de enfrentamento com a polícia, que chegaria logo mais, pela manhã, ou até mesmo de madrugada.

As deliberações em assembleias são constitutivas da formação política e dos princípios organizativos do MST, que preza pela democracia direta nos coletivos dos assentamentos e acampamentos, conforme explicitado em sua “Cartilha de Formação”:

Por mais sabido que um militante seja, ele não detém, nem a verdade absoluta, nem o poder de decisão. É melhor errar com o povo, do que acertar sozinho. Por isso devemos zelar para que sempre haja um processo de discussão, de debate, com a base social. E a partir do debate, em grupos de famílias, em núcleos, tomar as decisões, pela vontade da ampla maioria. Os dirigentes devem consultar permanentemente o povo. E não apenas comunicar a eles, as deliberações das instâncias “superiores”. Nada é mais superior e importante do que o povo organizado na base (MST, s/d, s/p).

Na primeira assembleia que participei em Nova Vida, o clima era de medo, tensão e preocupação, misturado com a garra, a coragem e a fé, expressas na mística. A assembleia foi conduzida pelo Serginho, que transmitiu

todo o nosso trabalho de articulação política e, principalmente, preparou o estado emocional de todos para o enfrentamento com a polícia. Ficou decidido que, se a polícia viesse, seriam posicionadas as crianças e as mulheres na frente, na tentativa de constranger truculências e evitar o confronto. Caso a polícia partisse para o confronto, todos deveriam correr para os barracos e esperar a polícia entrar para atear fogo no barraco e, assim, morrer com dignidade, porque dali só sairiam mortos. Esse discurso foi apoiado por unanimidade, uma vez que não admitiam deixar suas casas, abandonar a vida construída com tanta luta, adversidade e solidariedade. Dessa maneira, as tarefas foram divididas em quatro grupos: articulação política; comunicação; segurança; e alimentação. Fiquei na articulação política com Serginho e uma Liderança Estadual. A equipe de segurança é um grupo que se reveza na vigilância noturna para a comunidade não ser surpreendida com a chegada sorrateira da polícia. Também foi constituída uma equipe responsável por cozinhar e providenciar os itens alimentícios que não são produzidos no acampamento, já que estava confirmada a vinda de algumas vans com militantes do MST da região para prestar apoio.

Na segunda-feira, antes das 7:00 horas, Serginho e eu fomos abordados na entrada do barraco pela equipe de reportagem da TV Record de Teófilo Otoni, que nos trouxe a informação de que a polícia não iria mais naquele dia, mas no dia seguinte. Então, os repórteres realizaram filmagens e entrevistas no local e partiram. Entretanto, desde a madrugada já vinham chegando os sem-terra da região nas vans. Houve grande mobilização de apoio e contamos com a presença de sem-terra assentados, acampados e lideranças regionais do MST, do prefeito de Novo Cruzeiro, da diretoria do STR, de um professor da UFVJM e do vereador do PT de Teófilo Otoni, muito importante pelos contatos com os deputados federais e estaduais do PT. Após o almoço coletivo para quase 200 pessoas, houve assembleia na sombra da grande árvore ao lado da cozinha. Vale destacar que todas as assembleias são iniciadas com músicas originais do MST e com música. Nesta assembleia, o vereador relatou os esforços realizados. A estratégia foi defender que havia um decreto municipal de dezembro de 2014, que tornava parte da área uma colônia agrícola em poder dos acampados e teria o efeito de

invalidar a ordem judicial de despejo. Entretanto, era necessário que a justiça suspendesse a ordem que já estava no batalhão regional da polícia militar de Teófilo Otoni, sob o comando do coronel, e que o obrigava a cumprir a ordem de despejo. Pela noite, após o jantar coletivo, houve mais uma assembleia sob a árvore para transmitir a todos, os esforços da nossa articulação política do dia, na tentativa de ir postergando a vinda da polícia, visto que o coronel insistia em dizer que viria a qualquer momento. Sendo assim, os companheiros que se deslocaram para prestar apoio, permaneceram em sua maioria pernoitando nos barracos do acampamento para fortalecer a resistência, caso chegasse a polícia.

Na terça-feira, após toda a parte da manhã realizando articulação política, trouxemos uma esperança para o acampamento. Então, foi convocada nova assembleia para logo após o almoço coletivo, sob a sombra da grande árvore. A assembleia foi iniciada com uma mística das mulheres. A boa notícia que trazíamos era do agendamento de uma reunião para o próximo dia pela manhã, na sede estadual do INCRA, na qual estariam: o fazendeiro, seu advogado, o prefeito de Novo Cruzeiro, o vereador de Teófilo Otoni e representantes do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), do INCRA, do MST e do governo de Minas Gerais. Entretanto, o vereador nos contatou para comunicar que telefonou para o coronel para colocá-lo a par da situação, o qual havia reiterado que, para ele, não mudava nada oficialmente. Ou seja, a polícia continuava a ameaçar chegar a qualquer momento. Mesmo assim, tínhamos motivos para nutrir uma expectativa positiva pelo esforço de mobilização para materializar tal reunião. Após o jantar coletivo, houve nova assembleia para deliberar as estratégias de enfrentamento diante da possível ação policial.

Na manhã seguinte, Serginho e eu fomos para o sindicato e permanecemos em contato, via mensagens telefônicas, com o vereador que, por volta das 11 horas, nos informou o desfecho da reunião. O proprietário havia concordado em protocolar na justiça o pedido de suspensão da reintegração de posse, devido ao acordo firmado na reunião, em que ficou combinado um prazo de até 90 dias para nova avaliação da área, por peritos de ambas as partes para, assim, chegar a um valor que ele estivesse de acordo para ser indenizado pelo

INCRA. Uma grande vitória depois de tanto empenho. No caminho de volta compramos uma caixa de rojão e quando estávamos a uns 500 metros da área comunitária do acampamento paramos o carro e disparamos os rojões. Eu não imaginava que estava prestes a vivenciar uma grande comoção. Era exatamente a hora do almoço coletivo, então, ao ouvirem os rojões, todos caminharam apressados, com os pratos de comida, para a estrada que fica muito próxima à grande árvore onde almoçavam ao abrigo do sol. Porém, caminhavam com a alegria contida, porque o rojão para os sem-terra é ambíguo. Ele é estouro de alegria, mas também é utilizado como alerta, quando se aproxima o perigo. Desta vez, era especialmente alegria.

Quando nos viram chegar com os bonés abanando, foi um êxtase de comemoração. Levantaram seus pratos de comida festivamente, carregados de toda simbologia que o alimento representa. Impossível descrever a emoção suscitada por todos naquele momento. Me retirei. Fui para a sombra do banquinho ao lado do campo de futebol. Busquei anonimato para as lágrimas. Minha privacidade durou apenas um instante. Logo sentiram a ausência do “professor” e fui alardeado com abraços de gratidão.

Logo após o almoço coletivo, nos reunimos em assembleia sob a grande árvore. Houve uma comovente mística das crianças. Cantavam uma música em homenagem à terra, estavam com argila por todo o corpo e seguravam ferramentas de lavrar a terra. Tudo parecia ter terminado. Mas, retornamos à cidade para saber da ligação que o vereador faria ao coronel para relatar a reunião e pedir que aguardasse nova decisão do juiz acatando a suspensão do pedido de reintegração de posse. No entanto, o coronel foi intransigente, reiterou que nada havia mudado e garantiu que iria no dia seguinte ao acampamento cumprir a ordem de despejo. Então, telefonamos para o repórter da TV de Teófilo Otoni para saber dele o que o coronel estava pensando, visto que devido à notícia da reunião, certamente a reportagem teria feito contato com o coronel para saber o que programava e assim poder fazer a cobertura midiática. O repórter disse que não haveria cobertura televisiva, pois o coronel o garantiu que estaria indo apenas dar um desfecho à história, seria uma visita e não um despejo.



Fotos 9 e 10: Assembleia de comemoração, iniciada com mística das crianças.





Foto 11: Comemorando o desfecho favorável da reunião com o fazendeiro.

Na dúvida, como não dava para confiar na melhor das hipóteses, antes de voltar ao acampamento, realizamos vários contatos com os amigos que vieram no início da semana. Precisávamos novamente do maior número possível de pessoas para manifestar apoio diante da polícia. Assim, retornamos ao acampamento e, após o jantar coletivo, transmitimos o “balde de água fria” para todos. A equipe de segurança foi reforçada e fomos dormir novamente com medo.

Assim, na quinta-feira (29/01/2015), as vans foram chegando desde a madrugada. E ao amanhecer já preparávamos a recepção à polícia, montando na entrada do acampamento uma mesa com a bandeira do MST e os alimentos produzidos no local e a linha de frente com as crianças que escreveram mensagens para a polícia. No final da manhã, o coronel deu sinal de vida a bordo de um helicóptero, sobrevoou a área por alguns minutos e se foi. Permaneci ainda até segunda-feira (02/02/2015). Entre sexta-feira e domingo, participei das festas de comemoração da vitória contra o despejo, do jogo de futebol, da bata de feijão (ritual para descascar o feijão com porretadas, quando não se dispõe de maquinário para tal) e realizei a última entrevista dessa vivência de dez dias.

1.2 Perguntas de partida

Como os movimentos socioterritoriais resistem aos avanços do neoliberalismo? (Capítulo 2)

Como o MST e o PT percebem a questão agrária? (Capítulo 3)

O que mudou na questão agrária durante o governo do PT? Como o PT e o MST trataram a reforma agrária? Por que não houve uma reforma agrária plena no governo Lula? O MST se enfraqueceu no governo Lula? Por que o MST continua a apoiar o PT? (Capítulo 4)

2. Mercado, Estado, Movimentos Socioterritoriais

Nas sociedades científicas, nas instituições governamentais e na imprensa, debatemos sobre as causas da pobreza do povo e sobre os meios de elevar seu nível de vida, só não falamos do único meio indubitável, capaz de elevar seguramente o nível do povo, que consiste em parar de tomar do povo a terra de que ele necessita. A terra não pode ser objeto de propriedade, não pode ser objeto de compra e venda, como a água, como o ar, como os raios do sol. Todos têm direito igual à terra e a todos os benefícios que ela oferece às pessoas.

Liev Tolstói, em 1899

Nas sociedades modernas, o aumento do poder do mercado sobre o Estado-nação e sobre a comunidade, possibilita a perversão dos valores morais que estavam enraizados nas comunidades locais. As sociedades, na segunda metade do século XIX, ainda não haviam conseguido repor outros tipos de valores, de moralidade, que pudessem assegurar a coesão social, a integração dos indivíduos com o sistema, com o coletivo (Smith, 1776; Durkheim, 1893; Polanyi, 1944). Na Europa, o Estado de Direito é inseparável das revoluções sociais que ocorreram desde os séculos XVIII e XIX, pelo fato de os movimentos operários terem iniciado a luta por determinados princípios que protegiam os mais fracos, visto que a força crescente do mercado gerou níveis de desestruturação social alarmantes, com aumento da pobreza, da desigualdade e doenças acometendo as classes trabalhadoras. Isso alertou os governos e as classes poderosas e, assim, a mobilização organizada da classe trabalhadora na Inglaterra, França e Europa em geral, de certa maneira impôs determinados limites ao ritmo da transformação. Foi a edificação do projeto sociocultural da modernidade, o Estado-nação e a civilização ocidental, a institucionalização de princípios do direito para uma igualdade formal perante a lei, a ideia iluminista de

progresso, liberdade, igualdade, fraternidade, todas essas bandeiras que, na Europa, influenciaram a construção do Estado e do Estado de Bem-Estar Social (Estanque, 2000, 2015).

A Revolução Francesa, a Revolução Industrial e o subsequente desenvolvimento do capitalismo nos países centrais, conduziram o processo histórico não linear da modernidade.⁵ Esse processo de consolidação do modo capitalista de produção foi culturalmente eurocentrado e deliberadamente colonial-racista. Quijano explica que:

A elaboração intelectual do processo da modernidade produziu uma perspectiva de conhecimento e um modo de produzir conhecimento que demonstram o caráter do padrão mundial de poder: colonial/moderno, capitalista e eurocentrado. Eurocentrismo é, aqui, o nome de uma perspectiva de conhecimento cuja elaboração sistemática começou na Europa Ocidental antes de meados do século XVII. [...] Sua constituição ocorreu associada à específica secularização burguesa do pensamento europeu e à experiência e às necessidades do padrão mundial de poder capitalista, colonial/moderno, eurocentrado, estabelecido a partir da América. [...] Uma específica racionalidade ou perspectiva de conhecimento que se torna mundialmente hegemônica colonizando e sobrepondo-se a todas as demais, prévias ou diferentes, e a seus respectivos saberes concretos, tanto na Europa como no resto do mundo (2005: 126).

Na modernidade há três grandes princípios de regulação: o princípio do Estado, o princípio do mercado e o princípio da comunidade. Para haver na sociedade um mínimo de coesão, o princípio da comunidade deve ter uma força social que garanta relativa autonomia do princípio do Estado em relação ao princípio do mercado. De acordo com Santos:

O Estado é uma realidade construída, uma criação artificial e moderna quando comparada com a sociedade civil. [...] A

⁵ Como sintetiza Wallerstein, “a Revolução Francesa foi o momento em que a burguesia expulsou a aristocracia feudal do poder estatal e com isso transformou o *ancien régime* pré-capitalista num Estado capitalista. A Revolução Industrial realça os frutos dessa transformação. Tão logo os capitalistas assumem o poder estatal torna-se possível expandir significativamente as possibilidades de triunfo de um sistema capitalista” (1999: 465).

modernidade do Estado constitucional do século XIX é caracterizada pela sua organização formal, unidade interna e soberania absoluta num sistema de Estados e, principalmente, pelo seu sistema jurídico unificado e centralizado, convertido em linguagem universal por meio da qual o Estado comunica com a sociedade civil. [...] O princípio da separação entre Estado e sociedade civil engloba tanto a ideia de um Estado mínimo como a de um Estado máximo, e a ação estatal é simultaneamente considerada como um inimigo potencial da liberdade individual e como a condição para o seu exercício. O Estado, enquanto realidade construída, é a condição necessária da realidade espontânea da sociedade civil. [...] Já a comunidade assenta na obrigação política horizontal, entre indivíduos ou grupos sociais e na solidariedade que dela decorre, uma solidariedade participativa e concreta, isto é, socialmente contextualizada (1994: 123 e 197).

Atualmente, o neoliberalismo é um processo em que o princípio do Estado perde a autonomia em relação ao princípio do mercado. É a passagem do Estado-nação para o mercado-nação que, em si, é paradoxal, porque o mercado é global. Para haver o domínio do princípio do mercado, o Estado deixa de exercer o papel que tinha quando da criação do Estado moderno, fundamentado na tributação, como promotor de ações não mercantis entre os cidadãos, através dos serviços públicos, dos direitos sociais e dos direitos econômicos, uma vez que se perverteu para um papel do Estado baseado na dívida pública. O Estado deixa de ser soberano, já que passa a ser devedor do mercado. A tributação deixa de ter como prioridade os serviços públicos e passa a ficar comprometida em honrar a dívida pública com o credor, o mercado global, a banca internacional. Nessa desorganização do Estado de Bem-Estar Social, pela perda de soberania gradual, o Estado vai perdendo a decência na sua ação e encontrando formas de baixar o nível de decência da condução política. Nesse ambiente, a democracia, que na Europa foi conquistada no capitalismo, é aspirada na América Latina mais como uma luta anticapitalista (Santos, 1994, 2006).

Ao observar o desenvolvimento das diferentes sociedades, o Estado sempre aparece a serviço da classe dominante, contudo, de acordo com a força social, o Estado também foi regulador e redistribuidor, com um impacto real em conquistas para as classes trabalhadoras. Sendo assim, até que ponto o Estado é dominador, até que ponto é regulador, e como essas duas dimensões se

conjugam num projeto que pode trazer conquistas sociais importantes para as classes trabalhadoras, ou pode trazer mais poder despótico e mais desigualdades sociais? O Estado é um sistema de instituições que ajuda a manter a sociedade sob controle, porque há de fato desigualdades, há classes muito desiguais, há um poder assimétrico e, portanto, o Estado é um aparelho de dominação. Porém, ao mesmo tempo em que o Estado é um aparelho de dominação que acaba por servir às classes poderosas, para além disso, no seu formato mais social, mais de Estado-Providência, impôs à classe dominante, à classe capitalista, conquistas muito importantes para as classes trabalhadoras no mundo ocidental (Estanque, 2009, 2015).

A partir de meados do século XX há a consolidação do Estado de Bem-Estar Social na Europa, com a institucionalização do diálogo social, e de todo um conjunto de direitos, num modelo de coesão baseado na lógica tripartida: representação dos sindicatos, representação dos empresários e representação do Estado. Esse reconhecimento de direitos é, desde logo, uma conquista democrática importante que fundamentou posteriormente programas de investimento, de desenvolvimento econômico, que permitiu desenhar como é que se tem um sistema de educação pública com qualidade e acessível a todos, como é que se constrói um sistema de saúde que garanta assistência à população em geral, como é que se constrói um sistema de justiça. Se na Europa Ocidental foi possível construir um Estado e um projeto de desenvolvimento, com as suas particularidades em diferentes países, nos trinta anos dourados, das décadas de 1950-70, isso deveu-se em larga medida à força dos movimentos sociais e à força inicial do movimento operário, designadamente, que depois teve o seu desenvolvimento no campo sindical (Hobsbawm, 1995; Estanque, 2014, 2015).

A capacidade do Estado, ou a eficácia das instituições, para proteger e defender os direitos sociais das classes subalternas depende, em grande parte, da capacidade de organização e de mobilização dessas mesmas classes subalternas. Portanto, depende de os movimentos sociais serem suficientemente fortes para impor conquistas (Touraine, 1998; Bourdieu, 2001). No Brasil, por exemplo, isso fica ainda mais evidente com os movimentos indígenas e

camponeses. Ocorre que o Estado está mais inserido na economia capitalista do que o contrário. Mas apesar de tudo ser contaminado e influenciado pela lógica do mercado capitalista, há realidades, países e continentes, onde o papel do Estado é maior ou menor, em termos da capacidade das instituições construir um sistema de regulação e um modelo de desenvolvimento mais democrático, orientado para o bem-estar. O Brasil faz parte da economia ocidental, funciona na mesma base, a propriedade privada da terra, a força de trabalho livre, a propriedade industrial. Por que é que, no Brasil, tem sido sempre tão difícil desenvolver alternativas de desenvolvimento que sejam ao mesmo tempo de democratização, de bem-estar social e de reconhecimento de direitos e de condições socioeconômicas para a sociedade, especialmente os grupos subalternos? (Santos, 2014; Estanque, 2015).

Na ótica de Mignolo (2007), as dificuldades para a plena democratização das sociedades latino-americanas, advêm do paradoxo da modernidade, cuja única face visível é a retórica da transição desenvolvimentista e a promessa do progresso. Mas a transição é infinita, visto que a colonialidade do padrão de poder reproduz formas de opressão – como o capitalismo/individualismo, o colonialismo/racismo, o patriarcado/machismo – que inferiorizam e subalternizam para dominar e explorar os oprimidos. Portanto, é preciso produzir conhecimento com a perspectiva da decolonialidade, que é a desconfiança, o desprendimento, o descontentamento perante a modernidade/colonialidade.

Na abordagem de Grosfoguel (2008, 2012), é fundamental a descolonização epistemológica das esquerdas latino-americanas eurocêntricas, para a construção de alternativas concretas que vão além do diagnóstico na produção intelectual, refém da hierarquia entre conhecimento superior e conhecimento inferior (consequentemente, entre povos superiores e povos inferiores). Refém da racionalidade científica cartesiana, de tempo linear. Refém da ideia de progresso da modernidade. É preciso considerar que outros saberes estão no mesmo nível do acadêmico, pois só assim será possível superar a colonização do pensamento de que, para desenvolver a sociedade, a única alternativa é o progresso científico-econômico-industrial. Grosfoguel destaca que:

A pretensa superioridade do saber europeu nas mais diversas áreas da vida foi um importante aspecto da colonialidade do poder no sistema-mundo colonial/moderno. Os saberes subalternos foram excluídos, omitidos, silenciados, ignorados. [...] São formas de conhecimento híbridas e transculturais, não apenas no sentido tradicional de sincretismo ou miscigenação, mas [...] da “cumplicidade subversiva” contra o sistema. Estas são formas de resistência que reinvestem de significado e transformam as formas dominantes de conhecimento do ponto de vista da racionalidade não-eurocêntrica das subjetividades subalternas. [...] A cumplicidade entre as ciências sociais e a colonialidade do poder na produção de conhecimento e dos desenhos imperiais globais requer novos lugares institucionais e não-institucionais, a partir dos quais o subalterno possa falar e ser ouvido (2008: 136-137).

Para tornar presente a perspectiva subalterna – a qual, ou é produzida como ausente na narrativa do conhecimento convencional, ou é depreciada como sendo atrasada em relação ao conhecimento científico – Santos defende um pensamento alternativo de alternativas à:

Monocultura do tempo linear, a ideia de que a história tem sentido e direção únicos e conhecidos. Esse sentido e essa direção têm sido formulados de diversas formas nos últimos duzentos anos: progresso, revolução, modernização, desenvolvimento, crescimento, globalização. Comum a todas estas formulações é a ideia de que o tempo é linear e que na frente do tempo seguem os países centrais do sistema mundial e, com eles, os conhecimentos, as instituições e as formas de sociabilidade que neles dominam. Esta lógica produz não-existência declarando atrasado tudo o que, segundo a norma temporal, é assimétrico em relação ao que é declarado avançado. É nos termos desta lógica que a modernidade ocidental produz a não-contemporaneidade do contemporâneo, a ideia de que a simultaneidade esconde as assimetrias dos tempos históricos que nela convergem. O encontro entre o camponês africano e o funcionário do Banco Mundial em trabalho de campo ilustra esta condição. Neste caso, a não-existência assume a forma da residualização que, por sua vez, tem, ao longo dos últimos duzentos anos, adotado várias designações, a primeira das quais foi o primitivo, seguindo-se outras como o tradicional, o pré-moderno, o simples, o obsoleto, o subdesenvolvido (2002: 247).

Para se legitimar enquanto única alternativa de sociedade, a visão moderna de progresso, baseada no cientificismo e no capitalismo industrial,

precisa subalternizar os saberes que expressam visões de mundo distintas da lógica da economia de mercado, que transforma tudo em mercadoria, inclusive a terra. De acordo com Wallerstein:

O conceito de uma ciência externa à “cultura”, em certo sentido mais importante que a cultura, tornou-se o último terreno da justificativa da legitimidade da distribuição de poder no mundo moderno. O cientificismo foi o modo mais sutil de justificativa ideológica dos poderosos. Afinal, apresenta o universalismo como ideologicamente neutro, desinteressado da “cultura” e até da arena política, e extrai sua justificativa principalmente do bem que pode oferecer à humanidade por meio da aplicação do saber teórico que os cientistas vêm adquirindo (2007: 116).

A cultura do “progresso” desembarca na África e nas Américas com duas imposições para subordinar de imediato as culturas locais, o alfabeto e a fronteira. Os povos indígenas das Américas e os africanos eram nômades, não tinham fronteiras. Já o alfabeto traz consigo a tirania de classificar os povos nativos como analfabetos, discriminando sabedorias profundas, que sempre foram transmitidas oralmente, tanto na África como nas Américas. A ideia de progresso da modernidade não se permite a convivência com lógicas onde os parâmetros da economia não são os principais parâmetros da vida. Colocar a economia como padrão de avaliação se um país vai bem, ou se um país vai mal, subalterniza a maior parte das experiências do Sul global, como os africanos, e os indígenas latino-americanos, porque eles não se identificam com a lógica individualista do mercado, tampouco com a lógica de expansão das forças produtivas. Eles vão bem em outras esferas da vida como, por exemplo, em ecologia, em solidariedade, em reciprocidade, em resiliência, em pedagogias, em cosmologia, em espiritualidade, ou seja, em atributos que não têm a ver com a ideia de progresso cientificista da economia de mercado (Quijano, 2005; Wallerstein, 2007; Santos, 2014).

2.1 Economia de Mercado, Sociedade de Mercado, Liberalismo

O mercado autorregulável era desconhecido e a emergência da ideia da autorregulação se constituiu numa inversão completa da tendência do desenvolvimento.

Karl Polanyi, em 1944

A economia de mercado construiu um caráter antinatural de mercantilização das condições de vida da sociedade pelo processo histórico do capitalismo ter transformado a terra, o trabalho e o dinheiro em mercadorias, o que, na percepção de Polanyi, “envolve uma transformação que é a da substância natural e humana da sociedade em mercadorias” (1944: 44). Polanyi, naquilo que nomeou *A Grande Transformação*, reflete sobre o papel do trabalho, o papel do dinheiro, o papel da propriedade, o papel do Estado, que faz emergir o capitalismo moderno, a sociedade industrial. A reflexão do autor destaca o processo que desdobrou em uma cada vez maior autonomia ao princípio do mercado em detrimento da sociedade.

A transformação implica uma mudança na motivação da ação por parte dos membros da sociedade: a motivação do lucro passa a substituir a motivação da subsistência. [...] Todas as rendas devem derivar da venda de alguma coisa. [...] É isto que significa o simples termo “sistema de mercado” [...] que, uma vez estabelecido, tem que se lhe permitir funcionar sem qualquer interferência externa. [...] Os preços devem ter a liberdade de se autorregular. É justamente esse sistema autorregulável de mercados que queremos dizer com economia de mercado (Polanyi, 1944: 44).

Na emergência do capitalismo moderno, o mercado torna-se predominante em relação a um processo que qualquer sistema social precisa desenvolver para organizar a vida, planificar e preservar a integração da sociedade. Esse processo deixou de ser garantido pela capacidade de as sociedades locais imporem os seus modos de regulação dos mercados. Citando Smith (1776), Polanyi (1944) demonstra, que a produção do conhecimento científico teve papel decisivo nessa *grande transformação*:

Um pensador do quilate de Adam Smith sugeriu que a divisão do trabalho na sociedade dependia da existência de mercados ou, como ele colocou, da “propensão do homem de barganhar, permutar e trocar uma coisa pela outra”. Esta frase resultou mais tarde, no conceito de Homem Econômico. Em retrospecto pode-se dizer que nenhuma leitura errada do passado foi tão profética do futuro. [...] Mas a mesma tendência que levou a geração de Smith a ver o homem primevo como inclinado à barganha e à permuta induziu seus sucessores a descartar todo interesse no homem primitivo, uma vez que já se sabia que ele não se inclinava para essas louváveis paixões.⁶ A tradição dos economistas clássicos, que tentaram basear a lei do mercado na alegada propensão do homem ao seu estado natural, foi substituída por um abandono de qualquer interesse na cultura do homem “não civilizado” como irrelevante para se compreender os problemas da nossa era. Uma tal atitude de subjetivismo em relação a civilizações primitivas não deveria fazer parte da mente científica. As diferenças que existem entre povos “civilizados” e “não civilizados” foram demasiado exageradas, principalmente na esfera econômica (Polanyi, 1944: 46-47).

Polanyi (1944) afirma que é possível identificar a existência dos mercados desde a Idade da Pedra, isto é, havia mercados, trocas, intercâmbio, mas tudo isso socialmente articulado com reciprocidade, dádiva, relações de igualdade e respeito mútuo entre diferentes culturas e diferentes povos, porque a instituição do mercado era bastante comum, mas com papel secundário, apenas um aspecto acessório, em virtude de estar submetido a instituições que organizavam a produção e a repartição dos bens, pela autoridade social. O sistema econômico era dirigido por motivações não econômicas, estava absorvido pelo sistema social. Polanyi recorre à história e à antropologia para comprovar seu raciocínio:

⁶ Nas palavras de Smith (1776: 49-50): “A divisão do trabalho, da qual derivam tantas vantagens, não é, em sua origem, o efeito de uma sabedoria humana qualquer, que preveria e visaria esta riqueza geral à qual dá origem. Ela é a consequência necessária, embora muito lenta e gradual de uma certa tendência ou propensão existente na natureza humana que não tem em vista essa utilidade extensa, ou seja: a propensão a intercambiar, permutar ou trocar uma coisa pela outra. [...] Não é da benevolência do açougueiro, do cervejeiro ou do padeiro que esperamos nosso jantar, mas da consideração que eles têm pelo seu próprio interesse. Dirigimo-nos não à sua humanidade, mas à sua autoestima, e nunca lhes falamos das nossas próprias necessidades, mas das vantagens que advirão para eles. [...] Assim como é por negociação, por escambo ou por compra que conseguimos uns dos outros a maior parte dos serviços recíprocos de que necessitamos, da mesma forma é essa mesma propensão ou tendência a permutar que originalmente gera a divisão do trabalho”.

As descobertas mais importantes nas recentes pesquisas históricas e antropológicas é que a economia do homem, como regra, está submersa em suas relações sociais. [...] O prêmio estipulado para a generosidade é tão importante, quando medido em termos de prestígio social, que não compensa ter outro comportamento senão o de esquecimento próprio, [...] cuja reciprocidade é aguardada, embora não necessariamente. [...] Mas, então, como se garante a ordem na produção e na distribuição? A resposta é fornecida, em sua maior parte, por dois princípios de comportamentos não associados basicamente à economia: *reciprocidade* e *redistribuição* (1944: 48-50).

Antes da modernidade não existiu economia controlada por mercados. A *grande transformação*, a partir do século XIX, é o sistema econômico subordinado unicamente aos mercados. A produção e a distribuição dos bens passam a ser, então, determinadas pelos mecanismos de mercado de oferta e demanda a que se submetem os preços. Com a *grande transformação* modelada no capitalismo, a lógica do mercado não se sujeita à lógica da sociedade, o princípio do mercado ficou cada vez mais abrangente, cada vez mais contamina as várias esferas da vida social. No processo de construção do Estado-nação, vai se alargando a função do mercado e o âmbito em que os mercados atuam vai se ampliando para a escala nacional e internacional. Ao controlar o sistema econômico, o mercado controla a sociedade. Uma economia de mercado requer uma sociedade de mercado, ou seja, uma sociedade gerada como auxiliar do mercado, numa total inversão de posições. “Em vez de a economia estar embutida nas relações sociais, são as relações sociais que estão embutidas no sistema econômico” (Polanyi, 1944: 60).

Os ordenamentos do Estado-nação, do território e da sociedade nacional, do comércio interno e da nacionalização do mercado, são fundamentais nas várias fases do capitalismo, marcadas por revoluções dos ricos contra os pobres. Os cercamentos e a favelização do período da Revolução Industrial, na Inglaterra, são casos típicos dessa realidade. Polanyi resgata um documento oficial, de 1607, que diz: “O homem pobre terá satisfeito o seu objetivo – Habitação, e o nobre não ficará prejudicado em seu desejo – Progresso” (1944: 37). Mas o destino do “progresso” para as famílias camponesas expulsas para as cidades foi

a favela. O aperfeiçoamento do progresso econômico se deu à custa da desarticulação social. Os senhores e nobres demoliram as leis e costumes tradicionais, ao demolirem casas que demarcavam a área do camponês na parcela de terras comuns, literalmente roubadas para serem cercadas e transformadas em pastagens para a produção de lã da nascente indústria têxtil. Como caracterizado por Polanyi, “o tecido social estava sendo destruído; aldeias abandonadas e ruínas de moradias humanas testemunhavam a ferocidade da revolução [...] atormentando seu povo e transformando-o de homens e mulheres decentes numa malta de mendigos e ladrões” (1944: 37).

Polanyi expõe que o objetivo da economia capitalista e da ciência ao seu serviço é separar a economia da sociedade. E a economia que sempre fora nas outras sociedades, parte da vida em comum, passou para um campo autônomo de saber e de poder, com a sua dinâmica peculiar que sujeita a sociedade, a política e a cultura a si própria. De tal maneira que os danos que causa à sociedade nunca podem ser reparados plenamente, porque pensar em reparação é pensar o colapso dessa economia. Ela, por natureza, não pode reparar todos os danos que cria. E essa lógica é a mercantilização, é transformar em mercadorias não só produtos novos, que são mercadorias efetivamente, mas também as falsas mercadorias, que não foram produzidas como mercadorias, e mesmo assim seriam sujeitas cada vez mais à mercantilização, como o trabalho, a terra e o dinheiro. Porém, obviamente estas não são mercadorias de fato, conforme alerta Polanyi:

O trabalho e a terra nada mais são do que os próprios seres humanos nos quais consistem todas as sociedades, e o ambiente natural no qual elas existem. Incluí-los no mecanismo de mercado significa subordinar a substância da própria sociedade às leis do mercado. [...] Trabalho é apenas um outro nome para atividade humana que acompanha a própria vida. [...] Terra é apenas outro nome para a natureza, que não é produzida pelo homem. Finalmente o dinheiro é apenas um símbolo do poder de compra e, como regra, ele não é produzido, mas adquire vida através do mecanismo dos bancos e das finanças estatais. Nenhum deles é produzido para a venda. A descrição do trabalho, da terra e do dinheiro como mercadorias é inteiramente fictícia (1944: 77-8).

Polanyi reconhece que os mercados de trabalho, terra e dinheiro são essenciais para uma economia de mercado. “Entretanto, nenhuma sociedade suportaria os efeitos de um tal sistema de grosseiras ficções, mesmo por um período de tempo muito curto, a menos que a substância humana natural, assim como a sua organização de negócios, fosse protegida contra os assaltos desse moinho satânico” (1944: 79). O autor nomeou de *moinho satânico*, a lógica de funcionamento da economia capitalista, de triturar as condições da vida dos indivíduos concretos, no insaciável apetite de acumular riqueza abstrata.

O *moinho satânico* do capitalismo, de acordo com Belluzzo, é uma dinâmica que:

Só pode se realizar por meio da concorrência generalizada que não decorre da ação racional dos agentes, mas se impõe sobre eles como uma força externa, irresistível que os obriga a realizar a *ratio* deste processo satânico. Por isso é preciso reduzir o tempo de trabalho, inovar para bater o concorrente, tentar ganhar a dianteira sempre, porque é impossível mantê-la. Daí a exigência de esmagar o concorrente, aniquilar suas forças ou absorvê-lo para ganhar um naco crescente da riqueza intangível e fugaz que o obriga a querer mais e mais (2005: 26).

Nessa crescente mercantilização da vida, a economia comandada pelo mercado autorregulado e suas traumáticas oscilações entre a euforia e a crise, poderia criar a possibilidade da destruição da sociedade, se esse mercado não fosse regulado política e culturalmente como no passado, respeitando a especificidade dos tempos que se viviam. Portanto, só pode existir o mercado autorregulável se houver o Estado liberal agindo, deliberadamente, de maneira antiliberal, a serviço do pleno desenvolvimento da economia capitalista. No enfoque de Polanyi:

A ideia de um mercado autorregulável implicava numa rematada utopia. Uma tal instituição não poderia existir em qualquer tempo sem aniquilar a substância humana e natural da sociedade; ela teria destruído fisicamente o homem e transformado seu ambiente num deserto. Inevitavelmente, a sociedade teria de tomar medidas para se desenvolver (1944: 4).

A crença no progresso espontâneo faz a imensa maioria das sociedades defenderem o liberalismo com o argumento de ele ser o sistema político, no qual o Estado não atrapalha. Entretanto, Polanyi demonstra que o argumento mais característico dos liberais é uma inversão da realidade. Para os liberais, o mau funcionamento da economia está associado às tentativas de interferir nas forças de mercado, quando, na verdade, o liberalismo é resultado de intervenção estatal sem precedentes. “O *laissez-faire* foi planejado; o planejamento, não” (Polanyi, 1944: 158). O fanatismo do credo liberal em confiar na genuína salvação da humanidade pelo mercado autorregulável, dissimula a magnitude dos sofrimentos infligidos às pessoas pela maior ação do Estado em benefício do mercado, somente possível pela menor ação do Estado para o bem-estar social. Os defensores da ordem liberal ignoram a explícita ação do governo na vida econômica para alterar o ritmo da mudança até que ela seja socialmente suportável. “Como regra, o progresso é feito à custa da desarticulação social. Se o ritmo desse transtorno é exagerado, a comunidade pode sucumbir no processo” (Polanyi, 1944: 81).

A armadura política do sistema capitalista é o liberalismo econômico. A face explícita dessa armadura tem quatro grandes princípios, que progressivamente vão sendo impostos com o argumento de que, se não existem à partida plenamente, o progresso conduzirá para tal, quais sejam: a democracia, de início restringida, mas potencialmente ampliável; o primado do direito; os direitos humanos; e o direito à propriedade privada individual. Mas a face implícita do liberalismo, que subjaz essa teoria, é que o direito da propriedade privada individual sobrepuja todos os outros, já que tudo está a serviço do pleno desenvolvimento da economia capitalista (Polanyi, 1944; Santos, 1994, 2006).

2.2 Liberalismo, Reformismo Social, Neoliberalismo

Quanto ao século XX, seus milagres econômicos não foram conseguidos pelo laissez-faire, mas contra ele.

Eric Hobsbawm, em 1994

De acordo com Santos, “se atentarmos na história Europeia desde meados do século XIX, verificamos que a democracia e o liberalismo econômico foram sempre má companhia um para o outro. Quando o liberalismo econômico prosperou a democracia sofreu e vice-versa” (1994: 29). A trajetória do projeto sociocultural da modernidade pode ser dividida em três períodos. O primeiro, o capitalismo liberal do século XIX. O segundo, o capitalismo organizado que tem seu auge nas primeiras décadas após a Segunda Guerra Mundial. E o terceiro período, onde nos encontramos desde o final da década de 1970, da supremacia do capitalismo financeiro, no neoliberalismo (Santos, 1994).

O primeiro período, o século XIX, deixa claro que não passa de utopia a ideia da filosofia liberal do século XVIII (Smith, 1776), do desenvolvimento harmonioso entre os princípios do Estado, do mercado e da comunidade. A ideia era a de que o comércio, por gerar liberdade, seria almejado pela civilização, que partiria em defesa das instituições que garantissem o livre comércio, somente possível com um papel ativo do Estado para forjar as condições jurídicas e institucionais para a plena expansão do mercado. No entanto, no período do capitalismo liberal do século XIX, a atrofia do princípio da comunidade é a outra face da hipertrofia sem precedentes do princípio do mercado, pela escalada vertiginosa da industrialização e a conversão da filosofia política liberal ao *laissez-faire* (Polanyi, 1944; Santos, 1994).

Estão dadas as condições para que se expanda ainda mais, no segundo período (anos 1950-1970), o princípio do mercado. Nessa altura, do capitalismo organizado, as grandes corporações ampliam seus poderes com a junção dos ramos de atividade industrial, financeiro e comercial. Dissemina-se os cartéis, numa cada vez mais promíscua relação banca-indústria. Mas toda essa articulação do princípio do mercado pela desarticulação do princípio da comunidade, acaba por resgatar o princípio da comunidade, pela expansão do operariado, que vai fortalecer a comunidade pelas práticas de classe, e a sua organização em partidos operários. É a emergência da cidadania social. Para Santos, o “maior equilíbrio entre Estado e mercado foi obtido por pressão do princípio da comunidade enquanto campo e lógica das lutas sociais de classe que

estiveram na base da conquista dos direitos sociais” (1994: 197). Na análise do autor, essas transformações na comunidade e no mercado se dão com um papel ativo do Estado:

A sua articulação cada vez mais compacta com o mercado evidencia-se na progressiva regulamentação dos mercados, nas ligações dos aparelhos do Estado aos grandes monopólios, na condução das guerras e de outras formas de luta política pelo controle imperialista dos mercados, na crescente intervenção do Estado na regulação e institucionalização dos conflitos entre o capital e o trabalho. Por outro lado, o adensamento da articulação do Estado com a comunidade está bem patente na legislação social, no aumento da participação do Estado na gestão do espaço e nas formas de consumo coletivo, na saúde e na educação, nos transportes e na habitação, enfim na criação do Estado-Providência (Santos, 1994: 91).

Na interpretação de Santos, o poder político da classe operária em conquistar ganhos sociais e “manter sob controle o capitalismo enquanto consequência (a questão social) significou legitimá-lo enquanto causa. O Estado moderno foi a arena política onde o capitalismo procurou realizar todas as suas potencialidades por via do reconhecimento dos seus limites” (2006: 342). Através dos sindicatos e partidos operários, a classe operária foi protagonista na configuração do compromisso social-democrata do capitalismo, materializado em suas transformações socializantes, as quais, no entanto, vão ocorrer:

No marco da democracia liberal e que por isso a obrigação política horizontal do princípio da comunidade só foi eficaz na medida em que se submeteu à obrigação política vertical entre cidadão e Estado. [...] Este processo significou a integração política das classes trabalhadoras no Estado capitalista e, portanto, o aprofundamento da regulação em detrimento da emancipação. Daí que as lutas pela cidadania social tenham culminado na maior legitimação do Estado capitalista. Daí que o capitalismo se tenha transformado profundamente para, no “fim” do processo da sua transformação, estar mais hegemônico do que nunca (Santos, 1994: 197).

No terceiro período (a partir do final dos anos 1970), quando predomina o capitalismo financeiro, como destaca Santos, “o processo de desestruturação é

em si mesmo uma nova forma de organização” (1994: 94). Nesse estágio, o do neoliberalismo, o princípio do mercado colonizou os princípios do Estado e da comunidade. A produção é cada vez mais pulverizada no mundo pela corporação transnacional, que ao flexibilizar e automatizar os processos produtivos, faz escalar rapidamente o desemprego e, assim, desarticula toda a organização operária do período anterior. Como explica Hobsbawm, o número de pessoas empregadas nos anos 1970-80, “diminuiu relativamente, absolutamente e, em qualquer caso, rapidamente. O crescente desemprego dessas décadas não foi simplesmente cíclico, mas estrutural. Os empregos perdidos nos maus tempos não retornariam quando os tempos melhoravam: não voltariam jamais” (Hobsbawm, 1995: 403). Consequentemente, a comunidade passa por transformações. Conforme Santos:

As práticas de classe deixam de se traduzir em políticas de classe e os partidos de esquerda veem-se forçados a atenuar o conteúdo ideológico dos seus programas e a abstratizar o seu apelo eleitoral; em paralelo com uma certa descentração das práticas de classe e das políticas de distribuição de recursos em que se tinham cristalizado (de que é máximo exemplo o Estado-Providência), surgem novas práticas de mobilização social, os novos movimentos sociais orientados para reivindicações pós-materialistas (a ecologia, o antinuclear, o pacifismo); ao mesmo tempo, a descoberta feita nos dois períodos anteriores de que o capitalismo produz classes é agora complementada pela descoberta de que também produz a diferença sexual e a diferença racial (daí o sexismo e os movimentos feministas, daí também o racismo e os movimentos antirracistas) (1994: 95).

O Estado nacional, no neoliberalismo, vai reverter toda a regulação do período anterior, pois precisa justificar a retração das políticas sociais para direcionar boa parte do orçamento público para o serviço da dívida pública, a qual é imprescindível para sedimentar a financeirização do capitalismo. Com liberalização comercial e financeira e com privatizações, o Estado faz a desregulação da esfera da produção e faz também a desregulação da reprodução social, forjando a crise do Estado-Providência (Santos, 1994, 2006). É o unilateralismo do Estado em favor do fundamentalismo de mercado (Burawoy, 2005). Como denuncia Burawoy, “mercado e Estado têm trabalhado em conjunto

contra a humanidade no que tem sido comumente chamado de neoliberalismo”, já que “somos governados por um regime que é profundamente anti-sociológico em seu *ethos*, hostil à própria ideia de ‘sociedade’” (2005: 13). Essa dissolução dos controles sociais e políticos que regulavam a vida econômica, na ótica de Touraine, “é o significado real da globalização: o mundo econômico não pode mais ser controlado por nenhuma autoridade política – seja nacional, seja regional – nem por protestos coletivos” (Touraine, 2009: 248). De acordo com Santos, foi decisivo nesse percurso, o isolamento político do movimento operário, a partir das:

Transformações no próprio processo de trabalho: técnicas de enriquecimento no trabalho, as políticas de classificação e de qualificação, as alterações no controle do processo de trabalho, a generalização do trabalho pago à peça e dos prêmios de produtividade. No seu conjunto, estas transformações retiram sentido à unidade dos trabalhadores e promovem a integração individual e individualmente negociada dos trabalhadores na empresa. Por todas estas vias, a integração cada vez mais intensa dos trabalhadores na produção corre de par com a progressiva desintegração política do movimento operário. Isolados, os trabalhadores não são classe operária, são força de trabalho (Santos, 1994: 207).

A desarticulação do Estado-Providência é global. Nenhum canto do mundo escapou da onda neoliberal. Mesmo em casos de lampejos de um governo progressista, ou ele veio depois de um mandato neoliberal, e se vê refém da chantagem do mercado financeiro para manter a estabilidade econômica via políticas de austeridade, ou então, um eventual sopro progressista fatalmente será tragado por um sucessor assumidamente neoliberal. O que muda, portanto, diante da desconstrução global do reformismo social, são as distintas consequências do processo para as sociedades do Sul global – como o Brasil, onde o bem-estar social ainda era uma aspiração antes do desmonte do Estado-Providência pelo neoliberalismo – e para as sociedades do Norte global, que assistem à depreciação do bem-estar social. Como fundamenta Estanque:

Na Europa o princípio neoliberal, ao ameaçar destruir a proteção social, se assume como força regressiva capaz de impor a pura

força do mercado em setores cuja vulnerabilidade nega a própria concorrência, gerando opressão e instabilidade onde antes havia segurança e estabilidade. Daí que os movimentos de resistência sejam, no contexto europeu, em defesa do Estado social ameaçado, enquanto no Brasil exigem sua edificação e sua rápida consolidação. Nas encruzilhadas em que se encontra hoje o projeto da modernidade, na Europa e no Brasil, suas hesitações e seus bloqueios decorrem de dinâmicas muito contraditórias, induzindo não apenas processos de mudança e formas de ação, mas também criando indefinições e retrocessos (2015: 152-3).

Se somarmos à crise do reformismo social, no último quarto do século XX, o descenso dos movimentos de massas, desde os países centrais à periferia global, o resultado é a ascensão do neoliberalismo e sua instantânea penetração nas mais diversas sociedades. Nos países centrais, o movimento sindical cai rapidamente da posição de protagonista para a defensiva, com as transformações da globalização hegemônica neoliberal. Nos países periféricos, o Estado desenvolvimentista, em muitos casos, autoritário e repressivo, foi presa fácil para as receitas neoliberais de redução do Estado como subterfúgio para o processo de democratização e, assim, o Estado passou por um violento ajuste estrutural que, praticamente, o inviabilizou (Santos, 2006).

2.3 Economia Política da Ascensão do Neoliberalismo

Se desejamos escapar à crença de que esse mundo assim apresentado é verdadeiro, e não queremos admitir a permanência de sua percepção enganosa, devemos considerar a existência de pelo menos três mundos num só. O primeiro seria o mundo tal como nos fazem vê-lo: a globalização como fábula; o segundo seria o mundo tal como ele é: a globalização como perversidade; e o terceiro, o mundo como ele pode ser: uma outra globalização.

Milton Santos, em 2000

A globalização hegemônica que ganha força a partir dos anos 1990 é classificada como neoliberal por uma vasta bibliografia, em virtude de conter todas as características do antigo liberalismo, sintetizadas nas livre-iniciativas dos agentes no mercado, como a principal via de se formar os parâmetros da

economia (preços, salários, taxa de juros, câmbio etc.).⁷ Porém, trata-se de um novo (neo) liberalismo, haja vista que nos momentos de crise de desvalorização de ativos nos mercados financeiros, o Estado é o fiador da especulação, da valorização do capital fictício e age com o objetivo principal de impedir, ou amenizar as perdas patrimoniais privadas. A propaganda é o Estado mínimo em geral, porém, na essência, é o Estado mínimo especificamente para o social e o Estado ostensivamente máximo para o mercado financeiro (Braga, 2000). Como bem sintetizou Santos (2003), o neoliberalismo é o Estado Máximo da Regulação Social e o Estado Mínimo da Emancipação Social. Na concepção de Santos:

Enquanto o reformismo social, sendo um movimento transnacional, foi um movimento transnacional de baixa intensidade, já que ocorreu no espaço-tempo nacional – a sociedade nacional e o Estado-nação – propulsionado por forças sociais e políticas nacionais, o reformismo estatal é um movimento transnacional de alta intensidade, uma vez que as forças que o promovem com mais convicção são elas próprias transnacionais. A sociedade nacional é agora o espaço-miniatura de uma arena social global. O Estado nacional, sobretudo na periferia do sistema mundial, é uma caixa de ressonância de forças que o transcendem (2006: 347).

O Estado brasileiro, por exemplo, através da dívida pública, paga ano após ano o equivalente a 40% do orçamento público em juros devidos à elite financeira rentista nacional e internacional. Evidente que não dá para comprometer toda essa fatia do orçamento com o pagamento de juros, então, uma parte dos juros devidos é paga com o aumento da dívida pública, a despeito de todo o contingenciamento dos recursos que deveriam ir para os serviços e investimentos essenciais do Estado mínimo para a sociedade, a qual trabalha e gera a arrecadação de impostos do setor público. O montante de juros da dívida pública representou, em 2017, 42,43% do orçamento público do Brasil, enquanto a Saúde, 4,14% e a Educação, 3,91%. Portanto, o pagamento dos juros da dívida

⁷ Na abundante produção acadêmica em torno do neoliberalismo ver, por exemplo, Furtado, 1992; Braga, 2000; Chesnais, 1994, 1996; Santos, B., 1994, 2003, 2006; Santos, M., 2000; Kurz, 2002; Belluzzo, 2009; Harvey, 2010; Sampaio Jr., 2016. Já os dados empíricos utilizados neste item são do Banco Central do Brasil, em seu *Relatório Anual 2017*; e em suas atas das reuniões do Comitê de Política Monetária, de 2016 a 2018, bacen.gov.br.

pública, alimenta um círculo vicioso com mais endividamento para pagar os juros do próprio endividamento. Juros sobre juros. Dívida sem base real, que seria facilmente denunciada por uma auditoria cidadã. A dívida pública existe, não para ser quitada, ela é o combustível do neoliberalismo, haja vista que é utilizada como um pretexto para transferir à elite rentista, o dinheiro dos impostos pagos pelos trabalhadores, e justificar o Estado mínimo para o social, a falta de assistência e serviços públicos insuficientes e sem qualidade.

A transformação da dívida pública em um produto do mercado financeiro expõe o fim do Acordo de Bretton Woods, encerrado de maneira unilateral pelos Estados Unidos para dar vazão ao excesso de dólares que incomodava o mundo nos anos 1970. No final da Segunda Guerra Mundial, no Acordo de Bretton Woods (um encontro entre 44 países na cidade norte-americana de Bretton Woods, em 1944), os Estados Unidos, fortalecidos militar e financeiramente, impõem o dólar como meio de pagamento e reserva de valor do Sistema-Produtivo-Monetário-Financeiro-Internacional, com a condição do lastro dólar/ouro, ou seja, o compromisso de garantir a conversibilidade ao país que quisesse trocar dólar por ouro e, para tanto, o Tesouro norte-americano deveria direcionar esforços para a contínua aquisição de ouro e emitir dólares ao valor máximo equivalente em paridade cambial ao ouro que dispusesse em seus cofres (Belluzzo, 2009).

O Estado de Bem-Estar Social foi alcançado na maioria dos países do Norte global no contexto do Acordo de Bretton Woods que, fundamentado teoricamente no Estado interventor proposto por Keynes (1936), estabeleceu o controle do movimento de capitais e da especulação, através da adoção, por todos os países signatários, da taxa zero de juros reais (taxa de juros nominal, menos a inflação) e do câmbio fixo, que estimularam a acumulação de capital pela via da produção. Portanto, estavam colocadas as condições para o regime de acumulação consolidado no pós-guerra, o fordismo. Como explica Santos:

Este regime de acumulação caracteriza-se por uma organização taylorista da produção (total separação entre concepção e execução no processo de trabalho) acoplada à integração maciça

dos trabalhadores na sociedade de consumo através de uma certa indexação dos aumentos de salários aos ganhos de produtividade. Esta partilha dos ganhos da produtividade é obtida por duas vias fundamentais: pelos aumentos dos salários diretos e pela criação e expansão de salários indiretos, ou seja, os benefícios sociais em que se traduz a cidadania social e, em última instância, o Estado-Providência (1994: 200).

É o período da edificação das conquistas sociais da classe trabalhadora e da maior participação do trabalho nos ganhos de produtividade, devido em grande medida à força dos sindicatos num ambiente de pleno emprego. Evidente que não pode ser minimizada a influência exercida no reformismo do sistema capitalista, da alternativa que representava a experiência de um Estado-nação que praticava uma tentativa de construção de uma sociedade menos desigual, a Rússia desde 1917, que posteriormente encabeçou a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e exerceu influência decisiva na disputa por modelos de sociedade, no contexto da Guerra Fria, para civilizar o bloco capitalista do mundo bipolar pós-guerra. Tanto que a derrocada da URSS, a queda do Muro de Berlim em 1989, é correspondida pela escalada do neoliberalismo (Hobsbawm, 1995; Estanque, 2014).

Segundo Keynes (1936), definitivamente, o mercado não é o ambiente recomendado para se promover a melhor alocação dos recursos da sociedade que, se deixada ao sabor da livre-iniciativa dos agentes pela especulação da oferta e da demanda, se aprofunda a instabilidade do sistema capitalista e amplia a recorrência de crises. A estabilidade só pode ser conduzida pelo Estado, que deve ser o dinamizador da demanda agregada, do produto da economia (a demanda do consumo das famílias, a demanda do investimento dos empresários do setor privado e a demanda do investimento e gasto público). O princípio da demanda efetiva, de Keynes, explica que o produto da economia, o *quantum* de demanda agregada, é determinado pela decisão (demanda efetiva) de investimento dos empresários, que só decidirão investir se o Estado praticar uma política econômica expansiva, de modo a garantir aos empresários expectativas otimistas em relação ao futuro, isto é, induzi-los a anteverem uma taxa de lucros maior que a taxa de juros. Em termos de Keynes, que a taxa de juros seja bem

menor que a eficiência marginal do capital, sendo esta a taxa de desconto que iguala a receita esperada ao investimento privado inicial. Portanto, a política macroeconômica do Estado deve adotar: um câmbio fixo, para cortar a possibilidade de ganho especulativo contra as moedas nacionais; uma política monetária de baixa taxa de juros; e uma política fiscal não restritiva, ou seja, o Estado não deve gastar menos do que arrecada, pois só assim, gastando tudo o que retirou via tributação da sociedade, ou praticando um déficit, sinaliza que não está a contrair a economia, que a massa de salários não cairá e o capitalista que decidir investir (demandar) agora, vai ter demanda para o que ele ofertar no futuro, a partir da sua demanda (seu investimento) presente. Esse é o princípio da demanda efetiva, o investimento (a demanda) presente determina a demanda agregada e gera a oferta agregada correspondente.

A ação do Estado é especialmente recomendada para momentos de desaceleração da atividade econômica, de crise, de inflexão do ciclo de prosperidade. Então, através da política macroeconômica expansiva, o Estado faz a política anticíclica, ao segurar ou amenizar a queda da demanda agregada pelo aumento dos gastos e redução dos juros. Na crise, caso o Estado pratique política macroeconômica restritiva, com alta taxa de juros e austeridade fiscal, com contenção de gastos, provocará expectativas pessimistas nos empresários em relação à duração da crise e eles decidirão por não investir, não inverter seu capital-dinheiro de liquidez máxima, disponibilidade imediata, o capital a juros, para um ativo de capital imobilizado em bens de produção e instalações da planta produtiva, sem possibilidade de conversão e com rentabilidade não garantida para o futuro, devido à contração da economia pelo superávit fiscal do Estado (Keynes, 1936).

A teoria de Keynes para superar as crises sem propor superar o capitalismo foi denominada reformista, já que mostrou a possibilidade de direcionar a política econômica para reformar o capitalismo da especulação para o da produção e pleno emprego. Na análise de Kalecki (1954), a decisão de investimento (demanda efetiva) ainda depende do capital próprio e da taxa de juros de longo prazo, que é menor. Kalecki divide a economia em três

departamentos de produção de bens, o de capital (máquinas, equipamentos, instalações), o de consumo dos capitalistas, e o de consumo dos trabalhadores, para destacar que o que determina o produto (demanda agregada igual à oferta agregada) é o gasto dos capitalistas em bens de consumo e o investimento em bens de capital, porque os capitalistas ganham o que gastam e os trabalhadores gastam o que ganham. O ciclo que alterna prosperidade e crise no capitalismo é inevitável, já que na prosperidade a maior demanda pelos bens de capital eleva o preço destes, o que desestimula o investimento. A tragédia do investimento é que ele gera crise, porque é útil. O paradoxo não é da teoria, mas do fenômeno por ela explicado, a economia capitalista, assevera Kalecki.

Voltando a Bretton Woods, os Estados Unidos não honraram a cláusula ouro, não só quanto à emissão de dólares limitada ao seu estoque equivalente de ouro, como à troca de dólar por ouro para os países superavitários em dólar. A Europa foi inundada de dólares que eram despejados por três afluentes, pelas doações da reconstrução pós-guerra do Plano Marshall, pela instalação de filiais das transnacionais e bancos dos Estados Unidos e pelo comércio internacional. Mas o excesso de dólares represado na Europa trazia um tremendo mal-estar político-econômico a despeito do bem-estar social. Toda a riqueza estava representada em dólar. Eram os eurodólares, que na busca de trocar a representação da riqueza para um ativo físico, no início dos anos 1970, foram trocados por petróleo, que devido à alta procura teve o preço do barril inflado intensificando o excesso de dólares na Europa, os petrodólares. Perante essa verdadeira hemorragia europeia de dólares nos anos 1970, os bancos que operavam na Europa vão emprestar esses dólares, essa moeda podre que ninguém queria, aos países da América Latina, quase todos sob ditadura militar, que contraem esses empréstimos com duas características graves, o curto prazo para pagar e a taxa de juros em aberto, isto é, valia a taxa de juros em vigor no ato do pagamento, nos anos 1980. Aí começa a crise da dívida da América Latina, uma vez que devido à permanente pressão dos europeus durante toda a década de 1970 para honrar o que foi assinado em Bretton Woods, os Estados Unidos, entre o final de 1979 e início de 1980 decidem pelo fim do Acordo de Bretton

Woods com a elevação da taxa de juros do dólar e a colocação da dívida pública como um produto do mercado financeiro (Coutinho, 1995; Coutinho e Belluzzo, 1998).

O mundo volta à especulação financeira sem limites. Todos os países a partir de então têm aonde colocar os dólares, enviando-os aos Estados Unidos em troca de títulos da dívida pública norte-americana, a nova representação da riqueza e, precisamente, representação do poder dos Estados Unidos, em virtude de que o dólar, utilizado em todas as trocas e pagamentos internacionais, volta para os Estados Unidos através da conversão dos superávits das contas internacionais dos países em títulos da dívida pública dos Estados Unidos (Chesnais, 1996; Kurz, 2002; Belluzzo, 2009). Por isso, não importa o tamanho da dívida pública norte-americana, que em 2018 ultrapassou a marca de US\$ 20 trilhões (equivalente ao tamanho do seu PIB). Eles não tiram um dólar sequer da sociedade norte-americana por conta disso. É o movimento internacional de capitais que rola a dívida estadunidense.

No neoliberalismo, o principal credor da dívida pública de um Estado-nação é o sistema financeiro internacional, devido à colocação dos títulos da dívida pública como o produto mais estratégico do mercado financeiro, para forjar segurança aos ganhos da especulação nas bolsas de valores. Um dispositivo que ficou conhecido como securitização da dívida pública, já que esta dívida, por ter o Estado como devedor, passa a ser um bônus negociável, diferenciado pela sua segurança, que estimula a pulverização dos credores. Assim, a maioria da população mundial não percebe a essência do mecanismo da dívida pública, que é a transferência de riqueza do trabalho que paga impostos para o sistema financeiro. A dívida pública, portanto, é o pretexto para justificar porque o Estado não reduz aquilo que retira do trabalho pelos impostos, ou seja, o tamanho do Estado em termos de arrecadação não se altera, porém, o Estado-Providência é desmontado, visto que a destinação da receita de impostos não é mais o Bem-estar Social, mas sim o sistema financeiro. Conforme demonstra Chesnais:

A formação dos mercados de bônus, a “securitização” da dívida

pública e o crescimento, cada vez mais rápido, da parcela dos orçamentos dos países da OCDE consagrada ao serviço da dívida, significa que, atualmente, o mecanismo mais importante de captação e transferência é, de longe, aquele que transita pelos impostos diretos e indiretos nesses países. Uma parte do crescimento da esfera financeira deve-se aos fluxos de riquezas inicialmente formadas como salários e benefícios sociais, ou como rendas de camponeses ou artesãos, antes de serem sugados pelo Estado através dos impostos, e depois transferidos, pelo Estado, à esfera financeira, a título de pagamento de juros ou de reembolso do principal da dívida pública (1996: 16).

Esses papéis (bônus, títulos) da dívida pública, ao serem transacionados na bolsa concretaram a bolha especulativa, ou seja, ela infla, mas não estoura mais. Então, não há mais bolha, e sim uma esfera concreta especulativa. A inflação dos preços dos ativos financeiros, na época do liberalismo, estava sempre sob o espectro da bolha estourar, da correção daqueles preços. A especulação financeira significa forçar tendências a partir da disseminação de informações, verdadeiras ou falsas, forçar o preço de uma operação com um produto do mercado financeiro antes da sua efetivação. Por exemplo, forçar o preço da ação de determinada empresa cair, quando o agente quer comprá-la e forçar o preço subir, quando quer vendê-la, daí o nome capital fictício, abstrato, o valor das empresas sobe e desce à revelia da economia real, da produção (Coutinho e Belluzzo, 1998; Braga, 2000).

A especulação financeira é o combustível do risco sistêmico. A instabilidade do comportamento historicamente cíclico é, portanto, do sistema capitalista. Quando o ciclo é de alta, de inflação dos preços dos ativos, é a exuberância irracional, causada pela ganância infecciosa dos agentes. Irracional, porque o ganho de um agente infecta visceralmente os outros que também querem ganhar, e num comportamento de manada fazem suas operações diárias com ações, títulos da dívida pública, títulos da dívida privada das companhias (debêntures), *commodities* – mercadorias do setor primário da economia, de origem agropecuária, florestal e mineral não processados ou escassamente manufaturados, sem valor substancialmente agregado pela indústria manufatureira de transformação, por exemplo, soja, celulose, minério de ferro,

que têm contratos de comercialização internacional celebrados nas bolsas de valores, onde seus preços são submetidos à especulação financeira e cotados em dólar – e a parafernália de produtos financeiros dos derivativos, ativos que derivam dos ativos principais descritos acima e oferecem um seguro (*hedge*), uma possibilidade de permuta (*swap*), uma securitização (dívida transformada em títulos) (Coutinho, 1995; Braga, 2000).

O capital como uma relação de poder se expressa na bolsa quando os grupos mundiais maiores proprietários de grandes fortunas concentram a posse de produtos do mercado financeiro, acumulando direitos sobre um conjunto variado de ramos de atividade. Assim, um banco não é mais só um banco, nem só de um banco, e essa lógica vale também para os setores da indústria e da agropecuária. Bancos compram empresas, ou estas associam-se aos bancos. Os grandes grupos econômicos não operam mais em um único ramo de atividade, operam em todos. Um dos exemplos mais emblemáticos desses grandes grupos é o agronegócio. O fator mais agravante é que a lógica da administração dos conglomerados é a da especulação financeira, cujo horizonte do lucro é infinito. Quanto mais se arrisca na especulação, maior é a possibilidade de ganho, mais instabilidade é cravada na economia real, da produção, do emprego, e maiores são as possibilidades de grande desvalorização da riqueza de um conglomerado financeiro de grande porte, quando comprovada, por exemplo, que a realidade não corrobora a cenografia da especulação. Episódio suficiente para o comportamento de manada disseminar perdas generalizadas, as quais, no liberalismo, poderiam chegar a uma grande depressão dos preços dos ativos, uma quebra (*crash*) da bolsa, como em 1929. Já no neoliberalismo, enquanto a especulação está ganhando, cabe ao Estado “não atrapalhar”. No momento da desvalorização dos preços dos ativos, como ocorreu entre 2007 e 2010, vem a crise, mas sem quebra da bolsa, uma vez que o Estado promove o resgate público do mercado, conforme demonstra Harvey:

No período 2007-2010, crises ligadas ao mercado imobiliário nos EUA, Inglaterra, Irlanda e Espanha, seguidas por fusões forçadas, falências e nacionalizações de instituições financeiras [são

correspondidas por] socorros estatais em todo o mundo a instituições que investiram em derivativos, fundos de cobertura etc., seguidos de recessão, desemprego e colapsos no comércio internacional, além de variados pacotes de estímulo no estilo keynesiano e injeções de liquidez pelos bancos centrais (2010: 226).

A contrapartida da intervenção do Estado em favor dos reclames dos financistas especuladores é mais dívida pública e mais privatizações. O neoliberalismo, a dívida pública e as privatizações são indissociáveis. A engrenagem de transferência de recursos da sociedade para os poucos que realmente se beneficiam com a financeirização funciona, em resumo, da seguinte forma: logo em seguida ao Estado socorrer a riqueza patrimonial privada, via maior endividamento público, vêm os governantes e as mídias alardearem as pessoas com as informações manipuladas de que a dívida pública está em um patamar preocupante e que, portanto, será preciso cortes de despesas públicas nos investimentos e nas funções sociais do Estado, além de privatizações de empresas estatais, para ajudar a conter a escalada da dívida. No ponto de vista de Milton Santos:

O que é transmitido à maioria da humanidade é, de fato, uma informação manipulada que, em lugar de esclarecer, confunde. Isso tanto é mais grave porque, nas condições atuais da vida econômica e social, a informação constitui um dado essencial e imprescindível. Mas na medida em que o que chega às pessoas, como também às empresas e instituições hegemônicas, é, já, o resultado de uma manipulação, tal informação se apresenta como ideologia. O fato de que, no mundo hoje, o discurso antecede quase obrigatoriamente uma parte substancial das ações humanas – sejam elas a técnica, a produção, o consumo, o poder – explica o porquê da presença generalizada do ideológico em todos esses pontos. Não é de estranhar, pois, que realidade e ideologia se confundam na apreciação do homem comum, sobretudo porque a ideologia se insere nos objetos e apresenta-se como coisa (2000: 39).

A informação midiática é uma manipulação ideológica direcionada para que a população apoie os cortes no orçamento social e as privatizações. Tudo em benefício dos próprios financistas especuladores proprietários de grandes

fortunas. Fortunas estas de agentes que, por saberem que haverá a intervenção do Estado para repor possíveis perdas, abusam da especulação, a qual, mais cedo ou mais tarde, provoca uma crise, ou seja, a desvalorização dessas fortunas, que prontamente são repostas pelo Estado com o dinheiro público da sociedade que financia a dívida pública, aplicando a sua poupança nos bancos, os quais compram títulos da dívida pública. O desfecho do mecanismo é o sistema financeiro e os proprietários de grandes fortunas usarem suas fortunas repostas com os recursos da sociedade para comprar as estatais que estão sendo privatizadas. Portanto, quem sofre verdadeiramente com a crise gerada pela especulação financeira, porque é convidado a dividir as perdas, é o povo, a economia real da produção, renda e emprego, pelo contingenciamento dos recursos públicos desviados das áreas sociais para o negócio financeiro dos títulos da dívida pública. Mas no caso do Brasil, a crise se prolonga por tempo indeterminado devido à política macroeconômica contracionista, que ao praticar contingenciamento de gastos públicos e a maior taxa de juros real do mundo, como suposto remédio amargo para o controle da inflação, pelo desestímulo da demanda, deprime as expectativas empresariais de lucro futuro e, assim, o capitalista, em vez de investir na produção, entrega seu dinheiro ao banco, que aplica em títulos da dívida e demais itens do cardápio especulativo da bolsa. E, assim, o círculo vicioso do mecanismo descrito acima se repete ininterruptamente.

Como consequências sociais desse quadro estrutural, na compreensão de Estanque:

Aquilo que inicialmente havia sido designado por formas de “trabalho atípico” rapidamente se veio a revelar como o nascimento de um novo modelo de relações laborais sob influência direta do paradigma neoliberal que, desde a década de 1980, se escondia por detrás do discurso eufórico da globalização. A flexibilização generalizada e a competitividade obsessiva incidiram violentamente sobre as relações sociais em diversas escalas, desde a nacional à organizacional e até o plano individual. [...] Mas o pior é que a opção por menos Estado e mais mercado não apresentou soluções credíveis para o crescimento econômico, nem para a resolução da crise financeira, nem para o equilíbrio e a coesão social. Muito pelo contrário (2015: 78-80).

Segundo Hobsbawm, “a simples crença em que o capital era bom e o governo mau (nas palavras do presidente Reagan, ‘o governo não era a solução, mas o problema’) não constituía uma política econômica alternativa”, visto que “a maioria dos governos neoliberais era obrigada a administrar suas economias, enquanto afirmava que apenas estimulava as forças de mercado” (1995: 401). Sob a égide do receituário neoliberal do Consenso de Washington,⁸ pela ação concertada dos Estados centrais em prol das operações de alto risco da especulação financeira, foram desestruturadas a gestão nacional pelo Estado das estratégias de hegemonia e de confiança, em nome da exclusividade da estratégia de acumulação. Daí emerge o Estado mínimo, impotente quanto às estratégias de hegemonia e de confiança, mas o mesmo Estado também é máximo, onipotente para a estratégia de acumulação, ao institucionalizar na sociedade nacional as exigências do capitalismo global (Hobsbawm, 1995; Santos, 2006). De acordo com Bourdieu:

A unificação e a integração, longe de levar a um processo de homogeneização, é acompanhada de uma concentração do poder, que pode ir até à monopolização, e simultaneamente, do desapossamento de uma parte da população assim integrada. [...] A generalização das trocas monetárias tende a lançar todos os agentes sociais num jogo econômico para o qual não estão igualmente preparados e equipados, cultural e economicamente; tende simultaneamente a submetê-los à norma objetivamente imposta pela concorrência das forças produtivas e dos modos de produção mais eficientes, como ressalta no caso dos pequenos agricultores cada vez mais completamente arredados da autossuficiência. Em resumo, a unificação favorece os dominadores, de que a diferença em capital se afirma pelo simples fato de se estabelecer uma relação (Bourdieu, 2006: 311-12).

Propaga-se a globalização como uma unificação, quando na verdade,

⁸ O ideário do Consenso de Washington, de 1989, pode ser resumido em: disciplina fiscal com obtenção de superávit primário (quantia economizada pelo Estado para pagar os juros da dívida pública); reforma fiscal com aumento da base tributária indireta e corte das despesas sociais; liberalização financeira; taxa de câmbio flutuante; liberalização do comércio pela substituição de restrições não-tarifárias, por tarifas a serem progressivamente reduzidas; incentivos ao investimento externo direto; privatização de empresas estatais; e desregulamentação da economia (Batista, 1994; Nascimento, 2003).

manipula-se uma uniformização dos povos de diferentes culturas, para que deixem de se distinguir culturalmente, para impor uma mimetização da sociedade norte-americana. A lógica é unificar para melhor dominar pela monopolização e o desapossamento de uma parte da população. Assim, com o suporte da modernização dissimulada de globalização que, por sua vez, é o disfarce da imposição do modelo de sociedade norte-americana, os Estados Unidos podem manter uma posição dominante e acumular um excepcional conjunto de vantagens competitivas: vantagens financeiras, o dólar, a generalização das bolsas de valores, a utopia capitalista dos trabalhadores acionistas (todos podem ser os “donos” da empresa); vantagens econômicas, bens de capital, domínio da produção da tecnologia de ponta; vantagens políticas e militares, coerção para impor normas comerciais, chantagem nuclear; vantagens culturais, simbólicas e linguísticas, representação de mundo uno (Bourdieu, 2001, 2006).

Esse esmagador conjunto de vantagens e a concentração do poder nas nações hegemônicas, principalmente nos Estados Unidos, que os possibilitam a expansão do domínio espacial, territorial, econômico, financeiro, tecnológico e cultural sobre outras nações, é denominado imperialismo, porém, desde o final do século XX o conceito foi camuflado no eufemismo, globalização, pela abordagem ideológica dos meios de comunicação, a serviço das classes dominantes, que criminalizam os movimentos sociais, os trata como baderneiros ou terroristas e propagandeiam para o indivíduo a busca pelas soluções individuais na esperança de promoção no sistema, haja vista que transmitem como regra, a exceção de um pobre vencer na vida individualmente, com um sistema de educação orientado pela lógica de competição do mercado de trabalho, cada dia mais hostil aos jovens, que cada vez mais vazios de utopias e cheios ilusões esperam, desse mercado, a redenção (Touraine, 1998).

Nesse ambiente, Santos chama a atenção para o agravamento das desigualdades sociais, já que:

A globalização neoliberal corresponde a um novo regime de acumulação do capital, um regime mais intensamente globalizado que os anteriores, que visa, por um lado, dessocializar o capital,

libertando-o dos vínculos sociais e políticos que no passado garantiram alguma distribuição social e, por outro lado, submeter a sociedade no seu todo à lei do valor, no pressuposto de que toda a atividade social se organiza melhor quando se organiza sob a forma de mercadoria e de mercado. A consequência principal desta dupla transformação é a distribuição extremamente desigual dos custos e das oportunidades produzidos pela globalização neoliberal no interior do sistema mundial, residindo aí a razão do aumento exponencial das desigualdades sociais entre países ricos e países pobres e entre ricos e pobres no interior do mesmo país (2008: 9).

O aumento da desigualdade em benefício da transferência de recursos da sociedade para o sistema financeiro, pela política econômica neoliberal difundida a todo o planeta, configura uma realidade que está cheia de perplexidades, desafios, angústias e dúvidas, porque o capitalismo foi se expandindo sempre de modo muito desigual. Os oito indivíduos mais ricos do mundo têm tanta riqueza quanto as 3,6 bilhões de pessoas da metade mais pobre da humanidade.⁹ As sociedades evoluíram nos aspectos tecnológicos e das infraestruturas, mas a economia e o peso que o mercado foi adquirindo na economia vai aprofundando cada vez mais seus impactos negativos como poluição, degradação ambiental, desemprego e a retirada da seguridade social. Esses impactos alcançam maior profundidade no país subdesenvolvido, em virtude de sua posição periférica no sistema mundial.

2.4 Sistema Mundial, Subdesenvolvimento, Desenvolvimentismo

Já não tem sentido algum recorrer ao Estado contra o mercado, e ao mercado contra o Estado. A falha do Estado e a falha do mercado tornam-se idênticas, porque a forma de reprodução social da modernidade perdeu completamente sua capacidade de funcionamento e de integração.

Robert Kurz, em 1991

⁹ Fonte: Oxford Committee for Famine Relief (Oxfam), <https://www.oxfam.org.br>, consultado em 21.12.2018.

De acordo com Santos, “dos dois paradigmas de transformação social da modernidade ocidental – a revolução e o reformismo – o primeiro foi pensado para ser exercido contra o Estado e o segundo para ser exercido pelo Estado” (2006: 341). Após a Segunda Guerra Mundial, o reformismo veio a dominar nos países centrais e, logo em seguida, em todo o sistema mundial, tendo o Estado como o sujeito da reforma. Seu arquétipo político mais rematado foi o Estado-Providência nos países centrais e o Estado Desenvolvimentista na periferia do sistema-mundo (Wallerstein, 1974; Santos, 2006).

No Brasil, a história do desenvolvimentismo remonta ao efeito imediato da crise mundial de 1929 no esgotamento do modelo voltado à exportação de produtos primários, que abriu espaço para Getúlio Vargas insistir na urgência de uma condução política que orientasse a superação de tal modelo. Vargas não reconhece, em 1930, a derrota eleitoral na disputa para a presidência da República da chapa encabeçada por ele, então governador do Rio Grande do Sul, que tinha como candidato a vice-presidente, João Pessoa, que era governador da Paraíba. O assassinato de João Pessoa em julho de 1930, motiva Vargas a não esperar uma nova oportunidade pela via eleitoral para tentar mudar a direção do caminho de economia colonial do Brasil. Em outubro de 1930, Getúlio Vargas termina com êxito a mobilização de um golpe para a tomada do poder, a chamada Revolução de 30, e chega à sede do controle do país, no Palácio do Catete, Rio de Janeiro, de onde só sairia em 1945, após a sua ditadura de 15 anos, para retornar eleito democraticamente, em 1951. O desenvolvimento econômico era o objetivo. O meio para atingir esse fim foi a ideia de um projeto articulado pelo Estado, com investimentos estatais para a transformação estrutural da economia, via estímulo a uma acelerada industrialização por substituição de importações, que ficou conhecida como Desenvolvimentismo. Foram criadas instituições-chave para estudos e implementação de projetos em praticamente todos os ramos da atividade econômica e em amplitude de ação nacional, para a construção do aparelho de Estado (departamentos, comissões, institutos, conselhos, legislação). Há também conquistas históricas para a classe trabalhadora, como a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). São as bases da industrialização tardia

do Brasil, com o Estado se responsabilizando pelos setores estratégicos de infraestrutura, como siderurgia, mineração, telecomunicações, energia elétrica e petróleo. Iniciativas cristalizadas na criação das empresas estatais, Companhia Siderúrgica Nacional, Companhia Vale do Rio Doce, Telebrás, Eletrobrás, Petrobrás.

A abrangência desse período identificado como desenvolvimentismo vai até o fim da década de 1970. O papel central do Estado para articular o capital privado nacional e o capital estrangeiro no processo de industrialização visava a superação do subdesenvolvimento através do crescimento econômico. A divergência decisiva entre as correntes político-ideológicas desenvolvimentistas era em relação à importância e ao papel protagonista a ser imputado ao Estado e ao capital estrangeiro. A Era Vargas de industrialização planejada e sustentada fortemente por empreendimentos estatais é caracterizada pelo nacional-desenvolvimentismo, ou seja, não houve abertura para o investimento direto estrangeiro (IDE), pela implantação de filiais das multinacionais. Somente era bem-vindo o capital estrangeiro via empréstimos, os quais, no entanto, eram quase inacessíveis para o Brasil. Já a partir da sucessão de Vargas, com o governo Juscelino Kubitschek (1956-60) e logo depois, o golpe civil-militar de 1964 e a ditadura que se seguiu até 1985, representou a consolidação da corrente do desenvolvimentismo não nacionalista, que defendia um processo de industrialização com protagonismo do capital estrangeiro, via IDE. O resultado são altos patamares de expansão da economia, que entre 1968-73, teve média de crescimento do PIB acima de 10%, o chamado milagre econômico brasileiro, em grande parte bancado por empréstimos tomados no regime militar, dos dólares que sobravam na Europa nos anos 1970. Com a elevação da taxa de juros internacional, vem a crise fiscal do Estado, conhecida como crise da dívida externa, que teve decisiva influência no declínio do ciclo desenvolvimentista e do regime militar (Bielschowsky, 1988).

Mas a alcunha, milagre econômico, para esse período brasileiro, não corresponde a um legado positivo, pelo contrário, nunca houve tanta desigualdade e concentração de renda. O período é um dos exemplos mais

apropriados para esclarecer que a recorrência de altas taxas de crescimento econômico em um país subdesenvolvido não significa, necessariamente, desenvolvimento. Para Belluzzo:

Na periferia do capitalismo, o desenvolvimentismo dos anos 1950 e 1960 imaginou que o crescimento econômico resolveria naturalmente os desequilíbrios sociais e econômicos herdados da sociedade agrário-exportadora e semicolonial. Engano. O desenvolvimentismo, a despeito do razoável sucesso da industrialização, não conseguiu reduzir as desigualdades. Na esteira de um processo de urbanização acelerada, o desenvolvimentismo transportou as iniquidades do campo para as cidades, onde, até hoje, as mazelas da desigualdade e da violência sobrevivem expostas nas periferias e nos morros (2013: 109).

Na compreensão de Estanque, “as flagrantes desigualdades de classe no Brasil, que tornam as distâncias sociais especialmente vincadas, são em parte herança do legado colonial e da escravidão, em parte produto de uma burguesia agrária abastada e influente que naturalizou as barreiras classistas” (2015: 136). Ainda segundo o sociólogo, “a violência física, a ameaça explícita e a arrogância própria de uma cultura antidemocrática incrustada nas instituições é o elemento de peso neste país. Daí deriva boa parte do descontentamento social e aí reside um dos principais fatores de bloqueio do desenvolvimento brasileiro” (Estanque, 2015: 196). Como esclarece Fernandes (1974), a plutocracia brasileira e latino-americana em geral, não é permeável a reformas, por nutrir medo-pânico do povo. Oliveira (1972: 119) reforça que “a luta pelo acesso aos ganhos de produtividade por parte das classes menos privilegiadas transforma-se necessariamente em contestação do regime, e a luta pela manutenção da perspectiva da acumulação transforma-se necessariamente em repressão”. Em outras palavras, conforme Sampaio Jr. (2012a: 2), quando “o avanço do processo de mudança social ameaçou os pilares do *status quo*, a burguesia não hesitou em reagir com violência”.

A aversão a reformas estruturais e a reação historicamente violenta à democratização da terra no Brasil, são algumas das características de seu

subdesenvolvimento, haja vista que a reforma agrária faz parte das reformas estruturais que caracterizam o desenvolvimento, “entendido como o controle da mudança social e a subordinação do progresso técnico às necessidades da coletividade” (Sampaio Jr., 2012a: 5), para que esta possa desenvolver suas capacidades plenas (Furtado, 1981, 2004).

Celso Furtado, se debruçando sobre a particularidade brasileira, produzirá importante contribuição analítica e teórica interdisciplinar sobre o subdesenvolvimento. Na visão de Furtado:

Para compreender as causas da persistência histórica do subdesenvolvimento, faz-se necessário observá-lo como parte que é de um todo em movimento, como expressão da dinâmica do sistema econômico mundial engendrado pelo capitalismo industrial. [...] Daí que as estruturas sociais desses países sejam tão distintas das que se constituíram ali onde avançaram paralelamente acumulação e diversificação da demanda. A mecanização das infraestruturas e as transformações impostas à agricultura pelo esforço de exportação e pela evolução da demanda interna, bem como o impacto da industrialização na construção civil, na confecção e outros setores em que era importante a atividade artesanal, põem em marcha um amplo processo de destruição de formas de emprego que o ritmo de acumulação está longe de poder neutralizar. A imensa e caótica urbanização, presente na totalidade dos países subdesenvolvidos, é a manifestação mais visível desse processo de desestruturação social (1981: 23-4).

O subdesenvolvimento é a configuração social-econômica-política das sociedades de origem colonial posicionadas na periferia do sistema-mundo capitalista, onde não está colocada para estas sociedades a possibilidade de superação do subdesenvolvimento. Nunca um país migrou para o *status* de desenvolvido, pois o que se desenvolve é o sistema e não um país, e o sistema se desenvolve, historicamente, baseado em um esquema de centro-periferia, no qual a condição para que haja os desenvolvidos são os subdesenvolvidos e estes são subordinados àqueles na divisão internacional do trabalho (Wallerstein, 1974). E ainda há o agravante de uma sociedade periférica ter um elevado grau de desigualdade social interna, como fica claro no caso do Brasil, de crescimento econômico desigual, antissocial, antinacional e antidemocrático, aspectos

aprofundados pela impossibilidade de conciliar dependência externa e desenvolvimento restrito ao espaço econômico nacional, espaço cujas bases objetivas são solapadas pela transnacionalização do capitalismo (Prado Jr., 1966, 1979; Fernandes, 1974; Furtado, 1974, 1981, 1992; Sampaio Jr., 1999, 2012a). Como explica Furtado em *O Mito do Desenvolvimento Econômico*:

O subdesenvolvimento tem suas raízes numa conexão precisa, surgida em certas condições históricas, entre o processo interno de exploração e o processo externo de dependência. Quanto mais intenso o influxo de novos padrões de consumo, mais concentrada terá que ser a renda. Portanto, se aumenta a dependência externa, também terá que aumentar a taxa interna de exploração (1974: 94).

Essa dupla articulação entre segregação social e dependência externa esclarece que os problemas da sociedade brasileira não serão superados com o crescimento econômico que combina superexploração do trabalho e modernização dos padrões de consumo, porque o subdesenvolvimento, para Furtado, “é a conformação de sociedades em que relações externas assimétricas, que geram dependência, articulam-se internamente com o sistema de dominação social”¹⁰ (1981: 40). De acordo com Sampaio Jr. (2012a: 2), “essa é a especificidade do subdesenvolvimento, a contrapartida do desenvolvimento capitalista nas economias periféricas controladas por burguesias aculturadas, cujos interesses encontram-se intimamente imbricados aos interesses do imperialismo”. O autor realça que o subdesenvolvimento:

Acarreta um processo de reversão neocolonial, entendido como

¹⁰ Conforme esclarece Sampaio Jr. (2012a: 5): “Na teoria do subdesenvolvimento de Furtado, a modernização dos padrões de consumo é a causa última do subdesenvolvimento. A razão é simples. Assim como o cidadão comum não pode reproduzir o padrão de vida de um milionário, também uma sociedade subdesenvolvida como a brasileira, com uma renda per capita cinco vezes inferior à renda per capita das economias centrais, não tem condições de generalizar para o conjunto de sua população o padrão de consumo que existe nas sociedades desenvolvidas. O preço que se paga pelo afã de copiar o primeiro mundo é o subdesenvolvimento, ou seja, a reprodução de uma sociedade ultraelitista, marcada pela segregação social e pela dependência externa. A crítica ao progresso como um fim em si nos remete a estabelecer critérios racionais sobre como definir o sentido, o ritmo e a intensidade do processo de incorporação de progresso técnico”.

uma progressiva corrosão de toda e qualquer relação entre capitalismo, equidade e soberania popular. O comprometimento de todo e qualquer caráter socialmente construtivo do capitalismo materializa-se na incapacidade de o Estado nacional promover políticas que defendam a economia popular e os interesses estratégicos da nação (Sampaio Jr., 2012a: 5).

Quanto mais a economia do país cresce, mais aprofunda a dupla articulação – desigualdade social e dependência externa – uma vez que o subdesenvolvimento é o crescimento deformado. Segundo Furtado, “é o caso especial de processos sociais em que aumentos de produtividade e assimilação de novas técnicas não conduzem à elevação do nível de vida médio da população” (1974: 88). Quanto mais cresce, mais deformada fica a estrutura social, porque o Estado e as elites não permitiram o caráter socialmente construtivo da disseminação dos ganhos do progresso técnico ao conjunto da sociedade. Em outras palavras, o Brasil é “o ornitorrinco”, metáfora cunhada por Chico de Oliveira (2003), para classificar o crescimento econômico deformado do Brasil, país que quanto mais cresce a economia, mais desigual fica.¹¹

A tradição crítica do pensamento brasileiro – vinculada aos nomes de Caio Prado Jr., Florestan Fernandes e Celso Furtado –, explana Sampaio Jr:

Subordina o desenvolvimento das forças produtivas à solução dos problemas fundamentais da população. No caso de uma sociedade de origem colonial, desde sua origem subordinada à lógica dos negócios do capital internacional, a problemática do desenvolvimento confunde-se com a necessidade de resolver o problema da segregação social e da dependência externa, a dupla articulação responsável pela perpetuação do caráter particularmente antissocial, antinacional e antidemocrático do capitalismo dependente. Por essa razão, nessas economias o desenvolvimento requer reformas sociais de grande envergadura,

¹¹ “Como é o ornitorrinco?”, pergunta Oliveira, já respondendo: “Altamente urbanizado, pouca força de trabalho e população no campo, *dunque* nenhum resíduo pré-capitalista; ao contrário, um forte *agribusiness*. Um setor industrial da Segunda Revolução Industrial completo, avançando, tatibitate, pela Terceira Revolução, a molecular-digital ou informática. Uma estrutura de serviços muito diversificada numa ponta, quando ligada aos estratos de altas rendas, a rigor, mais ostensivamente perdulários que sofisticados; noutra, extremamente primitiva, ligada exatamente ao consumo dos estratos pobres. Um sistema financeiro ainda atrofiado, mas que justamente pela financeirização e elevação da dívida interna, acapara uma alta parte do PIB” (2003: 132-33).

agrária, urbana, educacional etc., e também o enfrentamento do imperialismo que as submete aos imperativos do desenvolvimento desigual e combinado (Sampaio Jr., 2012a: 2).

O Brasil sempre foi apenas um negócio para a acumulação de capital, como fica evidente com o agronegócio como os setores de extração vegetal e mineral, numa posição subalterna na divisão internacional do trabalho, só possível pela aberração do latifúndio. Essa configuração é típica de colônia de exploração, de país periférico, quando as forças produtivas ficam suscetíveis de serem destruídas pela elevada vulnerabilidade dessas forças produtivas às transformações da economia mundial. Esse processo mais geral que caracteriza o subdesenvolvimento pode ser exemplificado pelo realce do agronegócio, no governo Lula, como o principal responsável pelas exportações, para o crescimento econômico como um fim em si. O subdesenvolvimento é abrir mão dos centros internos de decisão, submeter o país à inadequação tecnológica, que aprofunda a dependência tecnológica, financeira e cultural, a estreiteza e precariedade do mercado interno, o desemprego estrutural, a marginalidade social. Em outras palavras, a ruptura das dinâmicas econômicas, sociais, políticas e culturais que impulsionam o processo de formação, pela ausência de projeto de nação, de desenvolvimento de todas as dimensões da sociedade (Prado Jr., 1966; Furtado, 1981; Sampaio Jr., 1999).

O termo subdesenvolvimento não é neutro, nem evolucionista. De acordo com Oliveira, “ele revela, pelo prefixo ‘sub’, que a formação periférica assim constituída tinha lugar numa divisão internacional do trabalho capitalista, portanto hierarquizada, sem o que o próprio conceito não faria sentido” (2003: 128). Mas há uma ideia difundida pelo *status quo*, de que alguns dos países que não são desenvolvidos, são países emergentes, países em desenvolvimento. Assim, admite-se que os países que estão no subdesenvolvimento estão em trânsito para o desenvolvimento. O que é transitório é o subdesenvolvimento, o estágio final é o desenvolvimento, tal como nos anos dourados do capitalismo, o período de maior inclusão do trabalho nos ganhos de produtividade e suas conseqüentes conquistas para a classe trabalhadora, naquilo que ficou conhecido como o

Estado de Bem-Estar Social, em alguns países do Norte global. Porém, a partir da ascensão da globalização neoliberal nas duas últimas décadas do século XX, um continente como a Europa passa a enfrentar crises cujos resultados são, empobrecimento, perda de coesão social, perda de crescimento econômico, ou seja, perda dos indicadores que eram considerados as características irreversíveis do desenvolvimento (Santos, 1994; Oliveira, 2003).

Essa ideia de que uns países estão no subdesenvolvimento e caminham para o desenvolvimento, faz parte da estratégia dos EUA no pós-Segunda Guerra Mundial, com o início da Guerra Fria protagonizada por EUA e URSS. O presidente norte-americano, Truman, prometeu em seu Discurso Inaugural, em 1945, “se lançar num programa novo e audaz” de ajuda aos “países subdesenvolvidos” (Wallerstein, 1997: 257). Os países subdesenvolvidos passam a ser considerados como tal em todas as áreas, e não só na economia. A ideia então difundida é que os países capitalistas também proporcionariam o desenvolvimento oferecido pela URSS. Bastaria aos subdesenvolvidos seguirem os mesmos passos dos desenvolvidos, que afinal, no início, não eram desenvolvidos. Porém, isso não passa de uma propaganda, de um mito. O subdesenvolvimento é produzido pelo desenvolvimento. A história prova que os hoje desenvolvidos se desenvolveram, porque não havia ainda um conjunto de países desenvolvidos que pudessem impedir o seu desenvolvimento, somente possível às custas do subdesenvolvimento de outros. A condição para a permanência no desenvolvimento é manter os subdesenvolvidos como exportadores de natureza, pelo modelo extrativista de promoção do agronegócio (Oliveira, 1972; Wallerstein, 1974, 1997; Santos, 1994).

No Brasil do governo Lula, beneficiado pela conjuntura internacional favorável devido à elevação do preço das *commodities* (por causa da demanda da China), os ricos ficaram mais ricos e os pobres menos pobres. Mas em pouco tempo, esse modelo de dar um pouquinho para os pobres sem tirar dos ricos, apresentou-se insustentável, em virtude de que para haver uma melhora nas condições de vida dos oprimidos e para que essa relativa melhora seja uma conquista dificilmente reversível, é indispensável o confronto entre o Estado e o

mercado. Em outras palavras, a tensão entre a mínima distribuição dos ganhos de produtividade e a acumulação de capital sem limites. Para ampliar a democracia no capitalismo, em que se consegue a inclusão social com direitos sociais, a cidadania, é preciso buscar recursos para os pobres nos ricos, é preciso confrontá-los. Portanto, o governo Lula faz parte de um período histórico, no qual o Estado perdeu a autonomia em relação ao mercado, e esse Estado não se propõe ao confronto com as classes poderosas. As políticas de Lula incluíram, temporariamente, as classes mais baixas no mercado consumidor, mas não na cidadania. A cidadania como aquela conquistada pela forma moderna da criação do Estado nos países que lograram se desenvolver. E o governo Lula se passa num momento da crise daquela forma do Estado, quando a democracia está a ser enfraquecida, as instituições não cumprem as funções para as quais foram criadas (Betto, 2006; Santos, 2006, 2012).

Estanque (2014) fundamenta o contexto de tolhimento das potenciais iniciativas progressistas durante o governo Lula:

Um país onde os últimos governos são os herdeiros legítimos de um movimento sindical pujante e fortemente mobilizador, que nos anos oitenta do século passado travou uma incessante batalha pela emancipação da classe trabalhadora, num tempo de perseguição e de ditadura violenta, um país onde as desigualdades sociais persistem como das mais graves à escala global, num país cuja classe média instalada continua a manifestar todo o tipo de preconceitos simultaneamente contra os governos “petistas” e contra a classe trabalhadora organizada (sem mencionar o desprezo pela pobreza e a indiferença perante a miséria), ninguém poderia esperar qualquer facilidade em colocar em marcha um programa de democratização e de desenvolvimento capaz de alcançar rapidamente o sucesso. Os escolhos são enormes e mesmo com toda a coerência, coragem e destemor que um governo de esquerda imprimisse na sua ação política, sempre existiriam obstáculos intransponíveis (Estanque, 2014: 14-15).

O ponto de partida para compreender a timidez do governo Lula perante esses constrangimentos é a singularidade histórica do subdesenvolvimento, a especificidade política de ex-colônia e a especificidade social de superexploração da força de trabalho, legada do escravismo, como características históricas do

sistema mundial capitalista que, desde o início, colonial/moderno e eurocentrado, transformou as ex-colônias em periferia, cuja função na divisão internacional do trabalho é subsidiar a acumulação de capital no centro, numa economia-mundo de centro-periferia. Noção que Celso Furtado e Raúl Prebisch elaboraram para descrever o novo padrão mundial de poder da racionalidade instrumental da modernidade, constituído a partir da América, pela transferência de capital dos países periféricos para os países centrais, como núcleo principal do padrão de controle do trabalho, de seus recursos e de seus produtos (Prebisch, 1949; Furtado, 1959, 1961, 1976; Oliveira, 1972; Wallerstein, 1974; Santos, 1994; Quijano, 2005).

O esquema centro-periferia que economistas latino-americanos conceberam em estudo pioneiro da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) – esquema que, no Brasil, é mais conhecido como interpretação cepalina-furtadiana, devido à originalidade da teoria do subdesenvolvimento de Celso Furtado – vem denunciar a transferência de renda dos países periféricos para os países centrais, pela deterioração dos termos de intercâmbio do comércio internacional entre a periferia, no caso a América Latina, exportadora de natureza e o centro, os países exportadores de bens industrializados.¹² No texto introdutório do estudo da CEPAL, Prebisch mostra que para uma incorporação de progresso técnico, tanto nas atividades primárias da periferia, quanto nas indústrias do centro, historicamente, a relação de preços “moveu-se de forma adversa à periferia, ao contrário do que teria acontecido se os preços houvessem declinado de acordo com a redução de custos provocada

¹² Furtado descreve, nos anos 1970, o processo de sistematização do *Estudio económico de la América Latina, 1948*: “Quando um grupo de economistas latino-americanos preparamos, em 1949, o primeiro Estudo Econômico da América Latina, dispúnhamos apenas de dados incompletos das balanças de pagamentos de uns poucos países da região. [...] Sabíamos que as economias da região haviam atravessado dois decênios de crise e depressão, reflexo de sua dependência dos mercados internacionais de produtos primários, e que algumas dentre elas, haviam conseguido, nesse período, ganhar algum terreno no caminho da industrialização. Fora necessário esse longo período de desorganização dos mercados internacionais para que alguns países latino-americanos descobrissem a possibilidade de se desenvolver apoiando-se no próprio mercado interno. Nesses poucos países o comércio exterior já não tinha a mesma importância como fator determinante do nível de renda e da oferta de bens manufaturados” (Furtado, 1977: 125).

pelo aumento da produtividade” (Prebisch, 1949: 82). Em outras palavras, “enquanto os centros preservaram integralmente o fruto do progresso técnico de sua indústria, os países periféricos transferiram para eles uma parte do fruto do seu próprio progresso técnico” (1949: 83).

Esse raciocínio, no qual o setor “atrasado” da economia deve incorporar progresso técnico para atingir dinamismo e vir a ser moderno, nutre uma razão dualista que reproduz, na solução proposta, a mesma lógica que produz o problema. Ao defender a industrialização da América Latina para a substituição de importações por produção interna, essa industrialização vai ocorrer sob o domínio do capital estrangeiro nos setores mais intensivos em tecnologia, sobretudo devido à característica antissocial das elites latino-americanas, cuja burguesia nacional prefere o capital estrangeiro às classes subordinadas. Assim, cada filial instalada na periferia, ao remeter os lucros para a sede da corporação, no centro, agrava ainda mais o fluxo de transferência de renda da periferia para o centro. Oliveira (1972), na obra *Crítica à Razão Dualista*, mostra que é apenas aparente a dualidade entre os setores “arcaicos” de baixíssima remuneração e os setores modernos, já que, na essência, interagem, concentrando renda para a expansão do mercado interno, pelo aumento do consumo dos estratos de maior renda, em detrimento da escalada da pobreza e da desigualdade. Conforme alerta Oliveira: “Prebisch espera que os países industrializados ‘reformem’ seu comportamento, elevando seus pagamentos pelos produtos agropecuários que compram da América Latina e rebaixando o preço dos bens que vendem. A proposição é altamente ética e igualmente ingênua”¹³ (Oliveira, 1972: 31).

¹³ Na visão de Prebisch (1949: 122-23): “Há dois meios de melhorar a renda real. Um é o aumento da produtividade, e o outro, o reajuste da renda da produção primária, para ir atenuando sua disparidade com a renda dos grandes países industrializados. O segundo meio só poderá ser conseguido à medida que se for obtendo o primeiro. Conforme aumentarem a produtividade e a renda real média da indústria nos países latino-americanos, terá que ir havendo neles um aumento dos salários da agricultura e da produção primária em geral, como ocorreu noutros lugares. [...] A possibilidade de ir ganhando terreno nessa matéria também depende da capacidade de defender os preços da produção primária nas fases cíclicas minguantes, que têm sido, com frequência, aquelas em que se perdeu, no todo ou em parte, a participação no fruto do progresso técnico que a periferia costuma alcançar na fase crescente. Há aí um campo muito propício para a colaboração econômica internacional”.

Nessa racionalidade do sistema mundial, o cânone da industrialização é o oráculo do “progresso”. O que é progresso? São as conquistas ocidentais do século XX. Conquistas do Norte às custas do saque do Sul. Sob o olhar de Santos:

O compromisso industrial-militar do desenvolvimento científico-tecnológico e os perigos da proliferação nuclear e da catástrofe ecológica daí resultantes são sintomas bastantes do cumprimento excessivo e, portanto, irracional da racionalidade instrumental da modernidade, [...] numa lógica de dominação e de regulação a nível mundial. A ideia de modernização, [...] em voga nos anos sessenta, como suporte ideológico do imperialismo norte-americano na América Latina, [...] mantém intacto o seu carácter redutor e excludente face à ideia anterior de modernismo na medida em que elimina o valor da autonomia dos processos sociais e políticos nacionais no mundo menos desenvolvido e subjuga-os aos interesses dos países centrais sob o pretexto de não haver outro modelo de desenvolvimento senão o que estes seguiram. Com isto, oculta o fato decisivo de que quando este modelo foi seguido nos países centrais não havia que contar com os interesses hegemônicos de países mais desenvolvidos do que eles (1994: 97).

Wallerstein (1974, 1997, 2007), com o conceito de moderno sistema mundial¹⁴ sintetiza bem essa problemática ao considerar, “absolutamente impossível que a América Latina se desenvolva, não importa quais sejam as políticas governamentais, porque o que se desenvolve não são os países. O que se desenvolve é unicamente a economia mundial capitalista e esta economia é de natureza polarizadora” (1997: 249). O moderno sistema mundial trata-se da estrutura do capitalismo histórico que condensa a economia-mundo, seus fluxos financeiros e comerciais, e a estrutura do sistema interestatal que permite o controle do poder político pelo sistema-mundo e que, no prisma de Wallerstein:

¹⁴ Para Wallerstein (1999: 447): “A análise dos sistemas mundiais [...] é um protesto contra os modos pelos quais a investigação científica social foi estruturada para todos nós desde o seu início em meados do século XIX. Esse modo de investigação tornou-se um conjunto de pressupostos *a priori* quase sempre não-questionados [...] e teve o efeito antes de fechar do que de abrir muitas das mais importantes ou mais interessantes questões. Ao usar os antolhos que o século XIX construiu, somos incapazes de cumprir a tarefa social que [...] consiste em apresentar racionalmente as reais alternativas históricas que estão diante de nós. A análise dos sistemas mundiais nasceu como protesto moral e, em seu sentido mais amplo, político”.

Está em vigor a uns quinhentos anos e expandiu-se a partir de seu *locus* inicial (partes da Europa mais partes da América) para abarcar, no século XIX, toda a terra em sua órbita, tornando-se o único sistema histórico do planeta. [...] O princípio fundamental da economia-mundo capitalista é a acumulação incessante de capital. [...] É claro que o sistema se compõe de instituições que promovem esse fim, mais especificamente uma divisão axial de trabalho entre processos de produção centrais e periféricos, regulamentada por uma rede de Estados soberanos que funciona dentro de um sistema interestados. Mas ele também precisa de uma estrutura cultural-intelectual para funcionar direito. Essa estrutura tem três elementos principais: uma combinação paradoxal de normas universalistas e práticas racistas-sexistas; uma geocultura dominada pelo liberalismo centrista; e as estruturas de saber, raramente notadas, mas fundamentais, baseadas em uma divisão epistemológica entre as chamadas duas culturas [ocidental e oriental] (2007: 87-89).

Portanto, é condição necessária uma armadura cultural-intelectual para o domínio da economia-mundo capitalista. Como afirma Wallerstein, no moderno sistema-mundo, “a dominação, ao contrário do mero contato, não tolera ideias de paridade cultural. O dominante precisa sentir que se justifica moral e historicamente como grupo dominante e principal receptor do excedente econômico produzido dentro do sistema” (2007: 65).

Sobre essa realidade, na compreensão de Grosfoguel:

Nenhuma cultura no mundo permaneceu intacta perante a modernidade europeia. Não há, em absoluto, como estar fora deste sistema. O monologismo e o desenho monotópico global do Ocidente relacionam-se com outras culturas e povos a partir de uma posição de superioridade e são surdos às cosmologias e epistemologias do mundo não-ocidental. A imposição do cristianismo a fim de converter os chamados selvagens e bárbaros no século XVI, seguida da imposição do “fardo do homem branco” e da sua “missão civilizadora” nos séculos XVIII e XIX, da imposição do “projeto desenvolvimentista” no século XX e, mais recentemente, do projeto imperial das intervenções militares apoiadas na retórica da “democracia” e dos “direitos humanos” no século XXI, tudo isto foi imposto com recurso ao militarismo e à violência sob a retórica da modernidade, com o seu apelo a salvar o outro dos seus próprios barbarismos (2008: 137).

A estrutura cultural-intelectual do sistema-mundo avaliza uma economia

de mercado deliberadamente arquitetada na articulação da divisão internacional do trabalho de acordo com a classificação racial da população. Sendo assim, Grosfoguel propõe amplificar a categoria sistema-mundo capitalista para, “sistema mundo europeu/euro-norte-americano moderno/capitalista colonial/patriarcal” (2008: 115). Partindo da concepção de matriz de poder colonial, de Quijano (2005), Grosfoguel sustenta que:

Raça e racismo não são superestruturais ou instrumentais para uma lógica preponderante de acumulação capitalista; são constitutivos da acumulação capitalista à escala mundial. A “matriz de poder colonial” é um princípio organizador que envolve o exercício da exploração e da dominação em múltiplas dimensões da vida social, desde a econômica, sexual ou das relações de gênero, até às organizações políticas, estruturas de conhecimento, instituições estatais. [...] Dado o seu enredamento com outras relações de poder, destruir os aspectos capitalistas do sistema-mundo não seria suficiente para destruir o atual sistema-mundo. Para o transformar seria essencial destruir um todo histórico-estrutural heterogêneo a que se chama a “matriz de poder colonial” do “sistema-mundo”. A descolonização e a libertação anticapitalistas não podem ser reduzidas a uma única dimensão da vida social. É necessária uma transformação mais ampla das hierarquias sexuais, de gênero, espirituais, epistêmicas, econômicas, políticas, linguísticas e raciais do sistema-mundo colonial/moderno (Grosfoguel, 2008: 124-25).

O pensamento progressista na América Latina, mesmo refutando as receitas da “ajuda” dos Estados Unidos, como nos estudos da CEPAL sobre o desenvolvimento nacional autônomo, defende que o desenvolvimento pode ser alcançado, rompendo com o sistema-mundo, por meio do controle do Estado-nação. Desafio semelhante é alimentado por aqueles que se colocam à esquerda da tradição Cepalina, ao propor o socialismo de âmbito nacional pelo controle “racional” do Estado-nação. Contudo, um problema global não pode ter uma solução nacional. A ilusão desenvolvimentista da superação das desigualdades do sistema-mundo no domínio do Estado-nação não altera a localização de um país na divisão internacional do trabalho, apenas oferece uma fórmula colonial de como se assemelhar ao Ocidente (Wallerstein, 1997, 2007; Grosfoguel, 2008). Como esclarece Grosfoguel:

Não se trata de negar a importância das intervenções políticas ao nível do Estado-nação. O importante será não reificar o Estado-nação e compreender os limites das intervenções políticas, a este nível, para a transformação a longo prazo de um sistema que opera à escala mundial. Embora continue a ser uma importante instituição do Capitalismo Histórico, o Estado-nação é um espaço limitado para transformações políticas e sociais radicais. Para serem capazes de intervir eficazmente no sistema-mundo capitalista, as agências coletivas da periferia precisam de ter um âmbito global. Os conflitos sociais ocorridos em níveis situados abaixo e acima do Estado-nação são espaços estratégicos de intervenção política frequentemente ignorados [...] devido à tendência para privilegiar o Estado-nação como unidade de análise e também à ênfase economicista das abordagens (Grosfoguel, 2008: 133).

Para a tradição crítica do pensamento latino-americano há o centro (países desenvolvidos) e a periferia (países subdesenvolvidos) no sistema mundial. A periferia está especializada em exportação de natureza e só há uma maneira de deixar de ser periferia, industrializar-se. Portanto, todas as críticas aos países desenvolvidos que excluem os países subdesenvolvidos, são críticas em favor da industrialização como o progresso para o desenvolvimento. Essa naturalização do progresso é tão forte, que é preciso nos desfamiliarizarmos com o conceito para identificar quais são as suas armadilhas. O desenvolvimento virou uma inércia. Por exemplo, o que dizer da transição infinita, aquela que não transita do subdesenvolvimento para o desenvolvimento? Quem já viu um país completá-la? Estão em transição há séculos (Wallerstein, 1974; Quijano, 2005; Santos, 2016d).

O desenvolvimento, ou o progresso da sociedade jamais é pensado fora da lógica do crescimento econômico e da maneira de melhor distribuir o excedente. A agricultura camponesa e o modo de vida dos índios são considerados atrasados, tradicionais, fadados à civilização e a cederem seus territórios à promoção do crescimento econômico. E esse crescimento não é problematizado. Não importa saber em que condições ele deve ser sustentável. Não é contemplada a diversidade das formas de vida não urbanas, onde se encontra a maioria da população mundial, que é tratada como entrave ao progresso, porque “não evoluída” tecnologicamente, “não emancipada” por

carregar “resquícios do passado”, misticismo. Já o progresso é desenvolvimento, é modernização, é ocidentalização. Significa que as lógicas camponesas estão condenadas e as indígenas ainda mais condenadas, como elucida García Linera:

A sociedade oficial significa, para o indígena, o mesmo que a morte representa para os aferrados à vida: ambos os casos são entendidos como negação de qualquer existência possível. Assim como a vida é a fuga permanente da morte, nos países latino-americanos o “social” é a perpétua prevenção do “índio” no ordenamento público; o progresso é o extermínio do indígena ou sua domesticação civilizatória. [...] A modernidade é o extasiante holocausto da racionalidade indígena. [...] A nacionalidade é a erradicação das identidades coletivas irreduzíveis à abstração do Estado, enquanto o diferente é a folclorização paternalista das distinções civilizatórias. [...] Com a construção do indivíduo abstrato ou sindicalizado como modo de existência cidadã estatalmente reconhecido, o Estado, mais do que simbolizar a nação, apareceu como a própria nacionalização da população, capturada pelos limites territoriais de sua influência. Tudo o que se opõe a esse achatamento homogeneizador foi catalogado, paralelamente, como apátrida, comunista, subversivo ou selvagem (García Linera, 2010: 153).

Os povos que têm uma relação metabólica com a natureza são tratados como resíduos da história, haja vista que toda a teoria que está por trás disso é que a sociedade só se autodetermina se se separa da natureza, considerada disponível de maneira infinita. A concepção cartesiana da racionalidade moderna está na base de todo esse modelo desconexo de pensar que quanto mais próximo e mais relacionado metabolicamente com a natureza, mais atrasado, mais necessária é a sua superação. Não é possível pensar a modernidade sem essa noção de natureza inerte. É um debate que fratura a esquerda, pois a esquerda latino-americana é colonialista (Grosfoguel, 2008; Santos e Meneses, 2009; Santos, 2016d).

O colonialismo é, por exemplo, se apegar na simulação do que nunca seremos, em vez de ampliar radicalmente a noção de democracia para igualar as possibilidades reais de cidadania. No enfoque de García Linera, “cidadania, tanto no âmbito dos direitos coletivos das identidades culturais como no exercício de práticas organizativas para o acesso ao reconhecimento público. Por sua vez, a

radicalidade desse processo reside no desmonte das estruturas de dominação colonial e civilizatória persistentes até agora” (2010: 221).

Do México à Argentina, do Brasil à Colômbia, de Cuba à Bolívia, o chamado Estado Nacional representou a produção em série desse espécime social anônimo, o cidadão civilizado, possuidor de ambições similares e penúrias comuns. Sua autêntica personalidade é o Estado, pior ainda, o nome do Estado, que o distingue nos mapas ou no volume de benefícios escorregadios que o pertencimento estatal permite ostentar diante das repúblicas vizinhas mais azaradas (García Linera, 2010: 155).

Por que não pensar a prosperidade sem crescimento econômico? Para isso é preciso admitir que quanto mais os países subdesenvolvidos buscarem uma performance de economia em crescimento, mais estarão a amplificar a desigualdade social. Entre 2000 e 2017, o número de bilionários nesses países cresceu 14 vezes e o volume negociado em ações na bolsa, 10 vezes, enquanto nos países desenvolvidos os bilionários e o mercado de ações “apenas” triplicaram no mesmo período.¹⁵ A polarização entre ricos e pobres é cada vez mais significativa na África, Ásia e América Latina, devido ao colonialismo, sempre extrativista. E o extrativismo é, ainda, a base de um crescimento a exportar natureza, desde a colonização europeia. O bem-estar do Norte global foi sempre obtido à custa do Sul global, do saque, da destruição dos recursos naturais, do genocídio.¹⁶ O modelo extrativista atual agravou essas características em relação ao início do colonialismo, visto que é feito em larga escala, por grandes

¹⁵ Os dados foram divulgados em 2018 no relatório da área de gestão de fortunas do banco suíço, *UBS Wealth Management Global*, que ainda destaca o poder de influência de seus bilionários clientes na escalada da geração de capital fictício, na política e na cultura nos países periféricos. Nas palavras de um dirigente do banco: “Quer os investidores decidam aplicar diretamente ou não em mercados emergentes, estes estão cada vez mais expostos à sua esfera de influência econômica, financeira, política e até cultural” (Folha de S. Paulo, 12/10/2018: A19).

¹⁶ Beaud (1981: 21) destaca que: “De acordo com os dados oficiais, 18 mil toneladas de prata e 200 toneladas de ouro foram transferidas da América para a Espanha entre 1521 e 1660; de acordo com outras estimativas, o dobro. ‘O ouro’, observava Cristóvão Colombo, ‘é a melhor coisa do mundo, ele até pode enviar as almas ao paraíso’. Em pouco mais de um século, a população indígena vai ser reduzida em 94% no México (onde a população cai de 25 milhões a 1,5 milhão) e em 95% no Peru”. No Brasil, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o extermínio também ultrapassa 90% da população indígena, que em 1500 era de 10 milhões de pessoas e em 2018, somente 870 mil.

corporações. No Brasil, o agronegócio, com anuência do Estado, coloca o país na posição de segundo maior consumidor de agrotóxicos do mundo. As novas tecnologias de mineração e de produção agropecuária são cada vez mais sedentas de terra, água e biodiversidade, por isso, são antagônicas aos modos de vida dos povos indígenas e camponeses, porque a produção e reprodução dessas populações dependem da posse, manutenção e preservação da terra, da água e da biodiversidade. Os povos indígenas da América Latina e os camponeses africanos não têm títulos escritos de propriedade da terra, a terra é comunal, ancestral, sempre foi assim. No entanto, o Banco Mundial vem dizer que a titularidade única que vale é a titularidade escrita individual. Em Uganda, 97% da terra é comunal, mas o Banco Mundial quer transformar toda aquela posse coletiva em propriedade individual, para depois a propriedade transnacionalizar-se, para haver um mercado de terra, para facilitar a estrangeirização de terras, a compra de terra na América Latina e na África por grandes corporações, por conglomerados financeiros, pelo complexo de sistemas do agronegócio, ou mesmo por governos de países endinheirados, com excesso de dólares, como a China, com o objetivo de controlar estoques de terra, e de reservas de água potável para a produção de matérias-primas, alimentos e biocombustíveis (Quijano, 2005; Santos, 2012; Fernandes, 2013b).

Para a construção de alternativas aos desafios do subdesenvolvimento é preciso reinventar a emancipação social, de acordo com Santos, “a partir das experiências dos povos e grupos sociais que sofreram a exclusão, a dominação e a destruição provocadas pelos instrumentos que a modernidade ocidental utilizou para se impor ao mundo, ou seja, o capitalismo e o colonialismo” (1994: 14). Para tanto, no Brasil, não há como prescindir da democratização do acesso à terra, como um bem social para que os povos, hoje oprimidos e superexplorados, passem a viver com dignidade e a produzir alimento saudável, sem agrotóxicos, em sistema agroflorestal, em simbiose com as generosas fontes de energia e de recursos naturais do país, empoderando a sociedade dos benefícios do assentamento de milhões de famílias no campo, contribuindo para uma globalização contra hegemônica. Resistindo com êxito à globalização hegemônica

neoliberal, ao aproveitar as experiências propositivas dos movimentos socioterritoriais, para impor políticas sociais de baixo para cima, em vez de esperar em vão que elas venham do Estado, em virtude de que no neoliberalismo o fundo público está comprometido com o resgate do mercado financeiro, via dívida pública. O orçamento do Estado foi sequestrado pelo sistema financeiro, e não será liberado para as dívidas sociais, sem a luta dos movimentos sociais.

2.5 Movimentos Sociais

No último quartel do século XVIII, na Europa Ocidental e na América do Norte, as pessoas começaram a criar um novo e promissor fenômeno político. Elas começaram a criar movimentos sociais [...] como uma forma específica de política contenciosa – contenciosa, no sentido de que os movimentos sociais envolvem a elaboração coletiva de reivindicações que, alcançando sucesso, conflitariam com os interesses de outrem; política, no sentido de que governos, de um ou outro tipo, figuram de alguma forma nesse processo, seja como demandantes, alvos das reivindicações, aliados desses alvos, ou monitores da contenda.

Charles Tilly, em 2009

As dívidas sociais, de acordo com Honneth (2003), alimentam problemas de não-reconhecimento e provocam sentimento de injustiça, que só têm chance de superação e só passam a ter relevância social, pelas manifestações públicas das lutas dos movimentos sociais. Na visão de Melucci (1989), os movimentos sociais são um sinal de alerta. Suas lutas, ao contrário de marginais à ordem, são de reposição da ordem, ao denunciar os problemas fundamentais da sociedade. Por isso, ressalta Diani (1992), são processos sociais distintos em si mesmos, e não episódios. São vínculos de solidariedade de longo prazo e identidades compartilhadas que tecem redes sustentadas entre atores independentes, em confrontos com os detentores de poder. Para Bourdieu (2006), não existe política social do Estado sem um movimento social capaz de impor tal política. No entendimento de Touraine (1998), os movimentos sociais deveriam ser abordados na teoria social como a força central da história. Conforme sumariza Tilly (2009):

Uma maneira característica de fazer política começou a tomar forma nos países do Ocidente no final do século XVIII, adquiriu amplo reconhecimento no início do século XIX, consolidou-se em um conjunto durável de elementos por volta da metade desse mesmo século, alterou-se mais vagarosa e incrementalmente depois desse ponto, difundiu-se amplamente pelo mundo ocidental, e veio a ser chamada de movimento social. Esse complexo político combinou três elementos: 1) campanhas de reivindicações coletivas dirigidas a autoridades-alvo; 2) um conjunto de empreendimentos reivindicativos, incluindo associações com finalidades específicas, reuniões públicas, declarações à imprensa e demonstrações; 3) representações públicas de valor, unidade, números e comprometimento referentes à causa. A esse complexo historicamente específico denomino movimento social (Tilly, 2009: 141-42).

A sociedade de mercado do sistema mundial capitalista é marcada por excluir da prática do consumo na economia de mercado a maioria da população global, seja pela superexploração, pela exclusão, ou pela opressão. Isso faz contraditória a própria definição “sociedade”. Mas os explorados, os excluídos e os oprimidos, ao longo da história, se organizaram, se mobilizaram, seja por reivindicar inclusão e direitos sociais, seja pela tentativa de superar o capitalismo. Della Porta sublinha que:

A característica fundamental de um movimento social é a elaboração de uma interpretação comum da realidade, capaz de alimentar solidariedades e identificações coletivas. Saindo da rotina, os movimentos elaboram novas visões de mundo e sistemas de valores alternativos em relação aos dominantes. Os valores emergentes encontram-se, portanto, na base da definição dos conflitos em torno dos quais os atores se mobilizam (2003: 23-24).

Movimentos sociais são ações coletivas incorporadas por pessoas, dentre as quais, inevitavelmente, há aquelas que se envolvem mais na causa e inspiram os demais integrantes, isto é, naturalmente aparecem as lideranças que, com frequência, desdobram seus objetivos para a fundação de partidos políticos, ou ainda, por identificação com as lutas de determinado partido, os membros de um movimento se filiam mais a tal partido político, passando a ser identificado com este ou aquele partido. O caminho inverso também ocorre de partidos se

identificarem com as causas de movimentos, passando os integrantes daqueles a militar nestes. Dessa maneira, historicamente, movimentos projetam lideranças que se lançam candidatos a um mandato a ser conquistado pela via eleitoral da democracia representativa. O problema desta via é a acomodação dos eleitos que se transfiguram em ex-ativistas. O risco de rupturas é que, mesmo que sejam uma revolução, viragens estruturais impactantes, muito abrangentes, não quer dizer que elas tragam o paraíso logo a seguir, ou a justiça social plenamente desenvolvida. Elas transportam consigo também lógicas perversas, uma vez que a partir do momento em que o embate é ultrapassado e há uma nova conquista, há uma lógica de emancipação que durante um período revolucionário se impõe, destrói aquilo que estava e pretende assumir essa viragem, mas vão se criar inevitavelmente novas estruturas. É tudo sempre em nome do povo, mas o que acontece, de modo geral, é a substituição de uma elite por outra (Michels, 1915).

Esse fato é empírico. Historicamente houve muitas revoluções, mas mesmo que tragam bem-estar e melhorias das condições de vida das classes subalternas, simultaneamente abre espaços à organização de uma nova elite que, tendencialmente, acomoda-se no conforto dos cargos que passa a ocupar. Há um risco de oligarquização quando, a partir do momento da viragem, assumem as cadeiras do poder, líderes, quadros, ativistas, revolucionários. O sistema é tão abrangente, as bases são tão vastas e tão amplas, que fica impossível a estas mesmas bases, no campo de um partido político, no campo de movimentos sociais, no campo sindical, controlarem permanentemente quem está no poder, até porque têm um acesso mais filtrado à informação. E, portanto, tendem a aceitar, a permitir, a legitimar e a ajudar a reprodução da lógica de quem ocupa os lugares dirigentes (Michels, 1915).

Porém, a grande maioria do pensamento crítico latino-americano parece ignorar essa lógica, ao reproduzir uma análise eurocêntrica, que defende o controle infalível do Estado pelo proletariado. Como explica Scherer-Warren:

Segundo essa concepção, há um sujeito privilegiado ao qual se atribui teleologicamente a missão da transformação histórica – a classe, determinada a partir de sua condição objetiva no processo

produtivo. Todavia, como há um consenso sobre a dificuldade de constituição de classes fundamentais na América Latina (proletariado urbano e/ou rural), também sobre sua heteronomia e a conseqüente falta de consciência de classe adequada, vários destes estudiosos são levados a buscar na sociedade política propriamente dita o potencial da transformação, concentrando suas análises no Estado, para uns, e nos partidos e nas vanguardas para outros. Portanto, menos atenção foi dada para as pesquisas sobre as organizações da sociedade civil ou sobre o significado de suas ações, conflitos ou resistências. Mesmo porque pouco significado poderia ser atribuído a este tipo de ação para o entendimento de uma possível mudança, concebida como diacrônica, macroestrutural, evolucionista (mudança de modo de produção) e positivamente progressista (do arcaico para o moderno) (1993: 15).

Ao conceber o real enquanto totalidade inteligível, macroestrutural, o pensamento intelectual crítico brasileiro tende a considerar os saberes subalternos dos sem-terra e dos índios, como arcaicos, irracionais, alienados, de falsa consciência e, portanto, essas sociedades só poderiam alcançar a emancipação no socialismo (Scherer-Warren, 1993). Colocar esse caminho como única alternativa certamente não cabe na realidade brasileira. Como alerta Santos, “quanto mais geral é a teoria sociológica, maior é a probabilidade de ser baseada na experiência social e histórica dos países centrais e enviesada a favor destes últimos (o viés do centrocentrismo)” (Santos, 1994: 122).

É uma análise eurocêntrica que outrora pode ter sido útil para explicar a realidade europeia. É como se tentássemos, por exemplo, transplantar a conceituação geral de movimentos sociais de Touraine (1998) para o Brasil. Mas além da visão analítica mais geral sobre a temática, Touraine, na mesma obra, demonstra que no caso da América Latina é preciso analisar os movimentos sociais, caso a caso e, assim, o autor aborda os principais movimentos latino-americanos em suas especificidades. Acerca dessa problemática, Tilly repele as teorias universalistas, descoladas da pesquisa empírica e alerta sobre “a sedutora tentação de tratar o movimento social como um fenômeno *sui generis* e de procurar encontrar leis gerais de seu funcionamento” (Tilly, 2009: 145).

Os movimentos sociais têm, inquestionavelmente, uma história

específica e inter-relacionada. [...] Nos assuntos humanos, fracassou completamente a busca por grandes leis comparáveis às da mecânica newtoniana. É concebível que algumas dessas leis possam existir, mas elas certamente não operam nos níveis de estruturas ou processos particulares, tais como igrejas, corporações, revoluções ou movimentos sociais. No presente estado do conhecimento, quem quiser explicar estruturas e processos políticos se sairá muito melhor esclarecendo os mecanismos causais mais limitados que produzem mudança e variação, bem como as características relevantes dessas estruturas e processos. O esforço depende necessariamente de afastar-se das “leis” dos movimentos sociais em direção a analogias e conexões causais entre aspectos distintivos dos movimentos sociais e de outras variedades de política (Tilly, 2009: 145-46).

Touraine (1998), em sua abordagem conceitual mais geral, explica os movimentos sociais sempre contrapondo três princípios, totalidade, identidade e oposição. Durante muito tempo, os movimentos sociais visavam a emancipação, um modelo igualitário, um modelo justo, um modelo perfeito, esse era o princípio da totalidade, alcançar um objetivo de médio a longo prazo, uma sociedade mais justa, como por exemplo, colocar em prática uma tentativa de construção de um socialismo inspirado no socialismo científico. Quando se fala em totalidade, muitos autores estão a discutir a viabilidade do socialismo, de uma sociedade completamente alternativa ao capitalismo. Entretanto, de acordo com Estanque (2015), o modo como o capitalismo se desenvolveu, o modo como as classes trabalhadoras foram cooptadas pela lógica do consumo, do individualismo, da indiferença em relação à política, em relação à cidadania, deu fôlego ao capitalismo, reforçou a soberania do mercado, com base na propriedade individual e na ideologia do consumo. Conforme demonstra Santos:

As sociedades capitalistas estão a passar por transformações profundas sem que, no entanto, tenham deixado de ser capitalistas. As ciências sociais não têm meios de saber se, como ou quando o deixarão de ser e, muito menos, a forma que tomarão quando tal suceder. [...] A pujança do capitalismo produziu dois efeitos complementares: por um lado, esgotou o projeto da modernidade, por outro lado, fê-lo de tal modo que se alimenta desse esgotamento e se perpetua nele. O vazio que ele produz é tão global que não pode ser preenchido no contexto do paradigma da modernidade. Isto explica que a pujança do

capitalismo, enquanto sistema econômico, corra de par com a fraqueza ideológica de muitos dos seus princípios e que, quanto maior é esta fraqueza, mais fraco (e não mais forte, como seria de prever) é o apelo ideológico dos princípios que se lhe deviam opor, os princípios do socialismo (Santos, 1994: 109-10).

Além do princípio da totalidade, restam os outros dois princípios da definição de Touraine (1998) que são, para haver um movimento social tem que haver uma identidade e uma oposição. A identidade significa que requer a existência de um objetivo coletivo onde todos estejam irmanados de certo tipo de convicções e de valores, inclusive culturais, compartilhando as mesmas preocupações, dificuldades, os mesmos problemas. Por exemplo, os movimentos, sem-terra, ambientalistas, feministas. O que une as pessoas é o fato de elas partilharem preocupações comuns. Isso é identidade. Ela não é fixa, está em movimento. Na atual sociedade onde a mudança acelerou muito, identidade tornou-se cada vez mais, busca de identificação, porque os grupos deslocam-se de um lado para o outro, por exemplo, quando o modelo econômico empurra muitos camponeses para as cidades. Com a concentração urbana, as pessoas desenraizaram de suas antigas comunidades locais, portanto, são identidades em reestruturação, processos de identificação, lutas pelo reconhecimento das necessidades básicas, mas também pelo reconhecimento simbólico de ter o direito de existir com dignidade. A identidade remete à oposição, só há movimentos sociais, mobilização coletiva, quando existe determinado opositor, adversário, sejam as indústrias poluentes, no caso dos ambientalistas, seja a mentalidade conservadora, patriarcal, que proíbe direitos iguais para as mulheres e desencadeou o feminismo, seja os que monopolizam a posse da terra com a conivência do Estado, o que resulta nos movimentos sem-terra (Santos, 1994; Touraine, 1998; Honneth, 2003).

Ainda sobre a identidade e a oposição como princípios constitutivos dos movimentos sociais, há estudos (como, entre outros, Melucci, 1989, 1996; Diani, 1992; Scherer-Warren, 1993; Castells, 1997; Diani e Bison, 2004), que dão ênfase às “redes” estabelecidas entre os diversos atores e organizações, a partir dos princípios compartilhados de identidade e de oposição, já que uma perspectiva de

rede possibilita diferenciar os movimentos sociais de outros casos de ação coletiva e de realização de campanhas, principalmente na análise dos novos movimentos sociais. Na ótica de Melucci (1996), abordar os novos movimentos sociais como redes permitiria compreender melhor as mudanças na dinâmica interna da ação coletiva que se orienta para o conflito no contexto de densas redes inter-organizacionais coordenadas, principalmente, no interior de organizações compostas de atores ligados por solidariedade e identidade. Essas novas formas de organização da ação coletiva se diferenciariam das organizações sindicais tradicionais, pelas unidades diversificadas e autônomas, em contato por meio de redes. Segundo Diani (1992: 13), os movimentos sociais são “redes de interações informais entre uma pluralidade de indivíduos, grupos ou associações engajados em um conflito político ou cultural, com base em uma identidade coletiva”. Para Scherer-Warren (1993), as redes de movimentos apresentam em comum: valores em torno de uma concepção de mundo; busca de articulação de atores e movimentos; transnacionalidade; pluralismo organizacional e ideológico; e atuação nos terrenos cultural e político. Na explanação de Castells (1997), a identidade leva os atores a combinar em narrativas mais amplas e abrangentes, conexões entre distintas situações, privadas e públicas, em diferentes pontos no espaço e no tempo, que sejam relevantes para um objetivo em comum e que, sob circunstâncias diferentes, poderiam ter sido, em grande parte, concebidas como independentes e alcançarem menor representatividade. Em busca de uma síntese, Von Bülow e Abers (2011) asseveram que, no entrelaçamento das redes, podem ser construídos vínculos de colaboração com o Estado, ou até a busca pelos objetivos trabalhando a partir de dentro do aparato estatal, mas, nesta circunstância, ativistas de movimentos sociais, na maioria dos casos, passam a ser ex-ativistas a defenderem posturas moderadas ou mesmo contrárias às motivações dos movimentos.

No entendimento de Bourdieu (2001, 2006), só há conquistas sociais quando os movimentos sociais incomodam o *status quo* nas manifestações que denunciam à sociedade o que dela é de direito e não está sendo cumprido ou está sendo retirado. Os movimentos sociais vêm denunciar que o Estado não

representa toda a sociedade, visto que deixa de executar política social e exagera nas políticas em benefício das classes mais abastadas. Isso porque o sistema capitalista não sobreviveria um dia sequer sem o Estado como agente político criador e orquestrador do mercado mundial, uma condição obrigatória para a acumulação de capital (Marx, 1858). Nas palavras de Bourdieu, “entre todas as características das sociedades nas quais a ordem econômica encontra-se ‘mergulhada’, a mais importante é a forma e a força da tradição estatal” (Bourdieu, 2006: 27). O Estado pode favorecer mais as classes de maior poder econômico, principalmente perante a ausência ou fraqueza dos movimentos sociais e mais ainda, no ambiente da globalização hegemônica.

Touraine considera que “a ideia de movimento social deve ser defendida, pelo menos porque ela interpreta o vazio aparente atual e dá um sentido ao conjunto das condutas contraditórias que nasceram do desaparecimento ou da decomposição dos antigos movimentos sociais” (1998: 172), que, portadores da imagem do sujeito liberto, colocam em questão o modo de utilização social dos recursos e dos modelos culturais. Ao longo da história, os movimentos sociais enfrentaram grandes obstáculos. O principal é a miséria gerada pela exclusão social. Para Touraine, os miseráveis são os que mais necessitariam organizar-se em movimentos sociais, mas são os que menos têm instrumentos culturais e materiais para tanto, não se reconhecem enquanto parte da sociedade: “Aqueles que são oprimidos não podem libertar-se pela sua própria força”, visto que, salienta o sociólogo, “no extremo, a miséria torna quase impossível a libertação” (Touraine, 1998: 140).

Evidente que isso não se aplica para o caso do MST, entre outros movimentos do Sul global, caso contrário, praticamente não haveria movimentos sociais na América Latina. García Linera, ao abordar o caso da Bolívia, contribui para a análise da especificidade dos movimentos sociais na América Latina:

Em termos estritos, consideramos que o modelo de “novo movimento social” [...] não é pertinente para estudar os movimentos sociais contemporâneos na Bolívia, uma vez que essa teoria centra-se nos conflitos que questionam os marcos culturais dentro das instituições sociais – o que é importante, mas

deixa de lado os conflitos dirigidos contra o Estado, as estruturas de dominação e as relações que contrapõem as elites governantes e as massas, que caracterizam as atuais ações coletivas. [...Estas são] muito mais que um cálculo consciente de objetivos dependentes de meios para alcançá-los. E vínculos como a solidariedade, as pautas morais de igualdade e a identidade, que também formam a racionalidade interna da ação, são componentes sociais pelos quais as pessoas são capazes de se mobilizar (García Linera, 2010: 227).

No contexto brasileiro, o debate dessas questões evidencia a intolerância aos modos de vida indígena e campesino, interligada às especificidades do processo de modernização do país. O latifúndio, beneficiando-se das políticas da modernização conservadora, se impôs como um modelo socialmente reconhecido, inclusive enquanto reserva de valor e especulação imobiliária, em detrimento do campesinato, que foi profundamente prejudicado para não desenvolver suas potencialidades relacionadas à terra como lugar de viver e como modo de vida e à maneira de lidar com a terra de produção, como a policultura e a autossuficiência.¹⁷ A configuração social do campo é marcada pela

¹⁷ Sobre a especificidade do campesinato como categoria analítica e histórica, na interpretação de Shanin (2005: 5): “O cerne de suas características determinantes parece repousar na natureza e na dinâmica do estabelecimento rural familiar, enquanto unidade básica de produção e meio de vida social”. Na definição de Fernandes, Medeiros e Paulilo (2009: 9-10): “O campesinato é constituído por poliprodutores, integrados ao jogo de forças sociais do mundo contemporâneo [...] pela produção, em modo e grau variáveis, para o mercado, termo que abrange, guardadas as singularidades inerentes a cada forma, os mercados locais, os mercados em rede, os nacionais e os internacionais. Se a relação com o mercado é característica distintiva desses produtores, as condições dessa produção guardam especificidades que se fundamentam na alocação ou no recrutamento de mão-de-obra familiar. Trata-se do investimento organizativo da condição de existência desses trabalhadores e de seu patrimônio material, produtivo e sociocultural, variável segundo sua capacidade produtiva (composição e tamanho da família, ciclo de vida do grupo doméstico, relação entre composição de unidade de produção e unidade de consumo)”. Para Costa e Carvalho (2012: 113 e 116): O campesinato “são aquelas famílias que, tendo acesso à terra e aos recursos naturais que ela suporta, resolvem seus problemas reprodutivos mediante a produção rural, desenvolvida de tal maneira que não se diferencia o universo dos que decidem sobre a alocação do trabalho dos que se apropriam do resultado dessa alocação. [...] O campesinato, enquanto unidade da diversidade camponesa, se constitui num sujeito social cujo movimento histórico se caracteriza por modos de ser e de viver que lhe são próprios, não se caracterizando como capitalistas ainda que inseridos na economia capitalista. [...] O camponês, enquanto unidade familiar de produção e de consumo, assim como o campesinato, enquanto classe social em construção, enfrentam desafios fundamentais para garantir a sua reprodução social numa formação social sob a dominação do modo de produção capitalista”.

pobreza e a exclusão social do campesinato, que produz para a subsistência e ao mesmo tempo para o mercado; e do sem-terra que traz a luta pela terra e a mobilidade espacial como características marcantes de sua identidade e resistência (Wanderley, 1996).

A resistência às políticas neoliberais na América Latina se expressam, principalmente, nas mobilizações camponesas e indígenas de luta pela terra (Moretti e Adams, 2011). Luta para garantir, ou recuperar, ou conquistar um território, desterritorializando o capital (Fernandes e Martin, 2004). Dentre os movimentos latino-americanos, os dois mais contemplados nas pesquisas científicas são, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST, fundado em 1984) e o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN, que surgiu em 1994). O MST no Brasil, na longa marcha dos sem-terra pela reforma agrária, sempre conquistou território com forte pressão sobre o governo, mas a partir de 2003, com o início do governo Lula, ao adotar menos postura de resistência e mais de parceria, ficou suscetível às contradições inextricáveis dessa relação ambivalente (Moretti e Adams, 2011). Por sua vez, o movimento neozapatista no México, mais conhecido EZLN, emergiu publicamente nas montanhas do estado mais pobre do país, Chiapas, no dia 1º de janeiro de 1994. De identidade indígena, o movimento busca outra vida em sociedade e mantém distanciamento com o governo, em sua luta pelas terras comuns da tradição maia, cuja garantia constitucional foi revogada a partir da vigência do Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (NAFTA), em 1994, o acordo de liberalização econômica envolvendo Estados Unidos, Canadá e México (Touraine, 1998).

Na percepção de Touraine (1998), o caráter étnico da defesa da identidade cultural indígena, historicamente lesionada, traz para as lutas estabelecidas a centralidade do terreno cultural e do simbólico, como consequência de uma pluralidade cultural ocultada e negada. O movimento neozapatista seria uma formação político-social característica do esgotamento das guerrilhas de esquerda pós-União Soviética, e que não toma como referência o “castrismo revolucionário”. O objetivo é aliar a luta cultural por uma identidade particular, com um processo democratizador renovado que reconhece o

pluralismo e mantém regras universais de direito ao combinar o “viver juntos” com “nossas diferenças”.

Os casos do EZLN e do MST, ilustram bem que as realidades indígena e sem-terra não se encaixam nas teorias dos movimentos sociais “genéricas”, já que estas analisam mais de perto o movimento operário. Tampouco se encaixam nas teorias dos novos movimentos sociais, que contemplam mais os ecologistas, feministas, pacifistas e protestos contra a globalização neoliberal, cuja base social pode ser mais identificada, segundo Della Porta, “nas novas camadas médias, predominantemente ocupadas em posições estáveis no setor de serviços, com bons níveis de renda e altos níveis de instrução” (2003: 32). Por sua vez, os indígenas e os camponeses, que fazem as mobilizações de maior destaque na América Latina, são movimentos que têm o território como trunfo. A luta pela terra é a luta pela sobrevivência. No caso do Brasil, além dos indígenas e dos sem-terra, também sobressaem na luta por território como condição indispensável de suas existências, o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e os quilombolas. Tais movimentos só sobrevivem se detêm um território. Por isso são perenes e são tão combatidos pelo capital, em virtude de serem movimentos socioterritoriais (Fernandes, 2005).

Já as teorias dos novos movimentos sociais (NMS), assim os nomeiam para distingui-los dos movimentos operários precursores da temática da ação coletiva no século XIX. Os NMS emergiram a partir dos anos 1960 como os movimentos: estudantil, feminista, ambientalista e anti-nuclear. Antes, os movimentos sociais se mobilizavam pela conquista de direitos, não estavam autocentrados e, sendo assim, suas reivindicações eram universais. Os NMS inauguram uma nova cultura política. A novidade é prolongar para um impacto político, a lógica da cidadania que orientou os movimentos sociais do passado, reféns da distinção liberal entre Estado e sociedade civil. É uma crítica à narrativa que imperou na produção do conhecimento científico da modernidade que se colocava como a única legítima. A crítica, então, se baseia, principalmente, no questionamento do credo na racionalidade e no progresso via crescimento

econômico e consumo. Os NMS, ao se pautarem pela cultura e pela qualidade de vida, em defesa de um novo paradigma social que vai além da riqueza e do bem-estar material constituem, tanto uma crítica da regulação social capitalista, quanto uma crítica da emancipação social socialista (Melucci, 1989; Scherer-Warren, 1993; Santos, 1994). Isso porque, como esclarece Santos:

O fato de o movimento operário dos países centrais ter estado muito envolvido na regulação social fordista do segundo período do desenvolvimento capitalista [1950-70] tende a fazer dele um travão, mais do que um motor de emancipação [a partir dos anos 1980]. Mesmo que as novas opressões não devam fazer perder de vista as velhas opressões, a luta contra elas não pode ser feita em nome de um futuro melhor numa sociedade a construir. Pelo contrário, a emancipação por que se luta visa transformar o quotidiano das vítimas da opressão aqui e agora e não num futuro longínquo. A emancipação ou começa hoje ou não começa nunca (1994: 212).

Logo, as ações dos novos movimentos sociais convergem para serem coerentes com um discurso propositivo que afirma: “Um outro mundo é possível”. Esta frase veio a ser o *slogan* do primeiro Fórum Social Mundial (FSM), realizado em 2001 no Brasil, na cidade de Porto Alegre. O FSM é um evento que ilustra bem os novos movimentos sociais, os quais em suas contestações à globalização hegemônica aglutinam grupos sociais heterogêneos, unidos pelo fato de terem o neoliberalismo como o inimigo comum e, conforme indica Della Porta, “baseiam-se em uma miscelânea de temáticas diferentes, reunidos por valores tipicamente de esquerda – da justiça social à participação da base” (2003: 30).

Os NMS definem-se como pós-materialistas por não se centrarem na luta entre capital e trabalho, haja vista que as transformações após a Segunda Guerra Mundial trouxeram maior complexidade à estratificação social e à condição de classe. Nesse contexto, o objetivo geral dos NMS é questionar a imposição universal de uma cultura e reivindicar o direito de reproduzir a própria vida contra a manipulação do mercado e das técnicas (Touraine, 1999; Della Porta, 2003).

Della Porta (2003) considera a grande mobilização ocorrida em 1999, em Seattle (EUA), como um momento de virada em termos de ação coletiva, por ser

o ponto culminante de integração global de grupos heterogêneos como sindicatos, camponeses, ecologistas, Igrejas, feministas, pacifistas e associações de direitos humanos, se mobilizando contra a conferência da Organização Mundial do Comércio (OMC-WTO), nomeada Rodada do Milênio, cuja pauta iria negociar liberalização abrangente, incluindo investimentos e serviços públicos. Compareceram cerca de 50 mil manifestantes que se organizaram previamente em assembleias mundo afora preparadas por mais de 1,3 mil instituições, como Organizações não Governamentais (ONGs), sindicatos e Igrejas. O acontecimento inspirou Della Porta a distinguir os NMS em, antes e depois de Seattle. Para a socióloga, o tema comum das mobilizações depois de Seattle:

É a crítica a uma espécie de degeneração da economia de mercado, decorrente da hegemonia adquirida a partir dos anos 1980 pelas doutrinas econômicas neoliberais. Em nome do livre-mercado ter-se-ia renunciado à defesa daqueles direitos sociais que, ao menos no Norte do mundo, haviam sido incorporados à própria definição dos direitos de cidadania. [...] As organizações de protesto muitas vezes rejeitaram a definição de antiglobalização, preferindo a ela a de nova globalização. Elas afirmam que não se opõem à globalização nem como intensificação dos intercâmbios culturais, nem como desenvolvimento de estruturas de governo supranacionais, mas contestam mais as escolhas neoliberais de governos, exigindo uma globalização *diferente*. Especialmente depois de Seattle, a crítica às formas neoliberais de globalização e as demandas por “uma outra globalização” entrarão no debate público (Della Porta, 2003: 12-14).

Como reação à globalização hegemônica neoliberal, os novos movimentos sociais, na análise de Santos (1994), são consequência da hipertrofia do princípio do mercado em detrimento do princípio do Estado e da imposição de ambos em prejuízo do princípio da comunidade.

Os NMS partem do pressuposto de que as contradições e as oscilações periódicas entre o princípio do Estado e o princípio do mercado são mais aparentes do que reais na medida em que o trânsito histórico do capitalismo é feito de uma interpenetração sempre crescente entre os dois princípios, uma interpenetração que subverte e oculta a exterioridade formal do Estado e da política perante as relações sociais de produção. Nestas condições, invocar o princípio do Estado contra o princípio do

mercado é cair na armadilha da radicalidade fácil de transformar o que existe no que já existe, como é próprio do discurso político oficial (Santos, 1994: 217).

A crise da cidadania social nos países centrais a partir do final dos anos 1960 é demarcada por dois fenômenos: a crise do Estado-Providência e o movimento estudantil. Para Santos, “mesmo admitindo que a classe operária continua a ter interesse na superação do capitalismo não parece que tenha capacidade para o fazer. E se, por hipótese, se defende que ainda tem capacidade, parece então que já não tem interesse” (1994: 115). Assim, o protagonista da crise político-cultural do fordismo foi o movimento estudantil que:

Declara o fim da hegemonia operária nas lutas pela emancipação social e legitima a criação de novos sujeitos sociais de base transclassista. O triunfo ideológico da subjetividade sobre a cidadania teve obviamente os seus custos. O afã na busca de novas formas de cidadania não hostis à subjetividade levou a negligenciar quase totalmente a única forma de cidadania historicamente constituída, a cidadania de origem liberal. Esta negligência revelou-se fatal para o movimento estudantil, enquanto movimento organizado, e está talvez na origem da facilidade relativa com que foi desarmado. No entanto, dialeticamente, esse desarme organizacional facilitou a expansão capilar da nova cultura política instituída pelo movimento estudantil, e sem esta não é possível entender os NMS dos anos 1970 e dos anos 80 nem será possível entender os dos anos 90. Aliás, a herança não reside apenas na cultura política, reside também nas formas organizativas e na base social destas. A partir daí os partidos e os sindicatos tiveram de confrontar-se permanentemente com as formas organizativas dos NMS (Santos, 1994: 202).

Santos (1994, 2016d) valoriza a nova cultura política da deliberação democrática dos NMS, pois a democracia participativa e a democracia deliberativa são peças-chave para democratizar a democracia e ir além, intensificar a tensão com o capitalismo ao radicalizar a democracia e, assim, revolucionar a democracia e democratizar a revolução. Na mesma direção, sintetiza Grosfoguel: “em vez de projetos ‘estatais socialistas’ ou ‘estatais capitalistas’ centrados na administração do Estado e nas estruturas hierárquicas do poder, a estratégia da ‘socialização do poder’ em todas as esferas de

existência social privilegia os conflitos locais e globais a favor de formas coletivas de autoridade pública” (Grosfoguel, 2008: 142). Em outras palavras, Quijano (2005) propõe uma socialização do poder, como alternativa a uma nacionalização estatista da produção.

Enquanto os “velhos movimentos sociais” mantinham o foco na redistribuição, nas relações capital-trabalho e no controle sobre o Estado, os novos movimentos sociais se empenhavam na afirmação de identidades a partir de dentro da sociedade, sem aspirações de tomar o poder do Estado, demarcando um espaço fora do Estado e fora do mercado, a partir de teias interligadas de grupos e associações. A partir dessa visão, em vez de atrelar as inovações da ação coletiva a movimentos sociais específicos, Cohen e Arato (1992) vão difundir a noção mais ampla de sociedade civil como a fonte da inovação, a partir de uma multiplicidade de atores e organizações, movidos pela luta comum por liberdade comunicativa e respeito mútuo, atuando fora das esferas de influência do Estado e do mercado.

No entanto, os desafios práticos são que as reivindicações desaguardam sempre, como realça Santos, “numa exigência feita ao Estado e nos termos em que o Estado se sinta na contingência política de ter de lhe dar resposta” (1994: 216). Dessa maneira, a necessidade de obter conquistas que fortaleçam o movimento social e renove a energia dos militantes, é como se justificasse a perda de força e autonomia do movimento, ao se dobrar para o jogo da democracia representativa, pelas alianças explícitas ou implícitas com sindicatos e partidos, ou até a própria transformação em partidos. Para Touraine (1998) ao subordinar-se à ação do Estado, o movimento social limita sua ação coletiva autônoma.

Esse é um tema recorrente nas análises sobre os movimentos sociais no Brasil, principalmente o caso do MST e suas relações com o PT. Na compreensão de Gohn (2008), os maiores problemas, são as políticas públicas de cima para baixo que transformam a identidade política dos movimentos sociais em política de identidade. Esta política, em vez de reconhecer a institucionalidade da ação

coletiva, forja o processo de sua institucionalização. Assim, para analisar os movimentos sociais no Brasil deve-se considerar as alterações no papel do Estado. Entre fins dos anos 1970 e início dos 1980, os movimentos populares articulados com pastorais da Igreja e em oposição ao regime militar, lutavam para ter direito a ter direitos e, portanto, não miravam a si próprios. Atualmente, com décadas de política econômica neoliberal, com a globalização hegemônica, com o avanço das novas tecnologias de comunicação e as decorrentes transformações na sociedade e nas relações sociais, a maioria dos novos movimentos sociais visa os interesses imediatos e particulares de seu grupo social. Além disso, os movimentos tiveram de se adaptar a condicionantes das políticas públicas de inclusão social. Dessa maneira, no entendimento de Gohn:

O sujeito coletivo se dilacera, fragmenta-se em múltiplos pontos isolados. Sozinhos, esses múltiplos sujeitos não têm força coletiva, e o ponto de convergência entre eles é o próprio Estado. A interação do Estado por meio da ação de seus governos se faz mediante uma retórica que retira dos movimentos a ação propriamente dita. Ela se transforma em execução de tarefas programadas, tarefas que serão monitoradas e avaliadas para que possam continuar a existir (2008: 65).

No contexto do Brasil, Gohn (1997, 2008) esclarece a controvérsia da cooptação ao abordar a realidade onde a cooptação dos movimentos sociais transforma a identidade política destes em política de identidade. No caso, política pública de cima para baixo, com objetivos, condução e análise de resultados baseados em parâmetros de inclusão social que, muitas vezes, por idealizar a realidade, não se diluem na realidade concreta dos grupos sociais, que são tratados como objetos e não como sujeitos da transformação e do reconhecimento que aspiram. A sistematização de Gohn é muito representativa da problemática da cooptação sem afirmar, simplesmente, que o governo de esquerda cooptou os movimentos sociais e estes deixaram de se mobilizar.

Porém, quando se trata do MST, vejo as teorias da ação coletiva e o MST como água e óleo. Literalmente não se misturam. Não se assemelham. O MST é um movimento de massas de ação e organização complexas, formado em sua

maioria pelo povo que não tem perspectiva de vida na sociedade urbana capitalista moderna e se identifica como sem-terra. Os sem-terra são desde os camponeses aos marginalizados nas cidades, convidados pelos trabalhos de base do MST a participarem da luta pela terra, que se inicia com as ocupações de latifúndios improdutivos. Dessa maneira, a questão é: Como falar em cooptação de um movimento que desde a sua fundação é responsável por aproximadamente um terço das cerca de nove mil ocupações de latifúndios improdutivos nos últimos trinta anos, e contabiliza dezenas de membros assassinados na luta pela terra? (CPT, 2018; DATALUTA, 2017). Todos os dias, além da difícil decisão de ocupar um latifúndio, que pode lhes tirar a vida, os sem-terra convivem com pelo menos uma dessas situações: ameaças de morte, agressões e torturas pela polícia ou por pistoleiros, ameaças de despejo, e truculentos despejos, nos quais as casas são queimadas, e benfeitorias e roças destruídas (CPT, 2018). Não me parece razoável teorizar sobre cooptação dos movimentos sociais e julgar que assim está a contemplar na análise aqueles que lutam pela terra e resistem a todo tipo de violência listada acima. A meu ver, uma abordagem que dá conta da complexidade da ação do MST é aquela que o qualifica como um movimento socioterritorial (Fernandes e Martin, 2004; Fernandes, 2005).

2.6 Movimentos Socioterritoriais

Os longos anos de espera pela terra, acampados sob barracas de lona, nunca significaram perda, mas ganho, em formação, em consciência e organização popular. Perde tempo quem abandona a luta; ganha, quem persiste no lugar em que se faz sujeito.

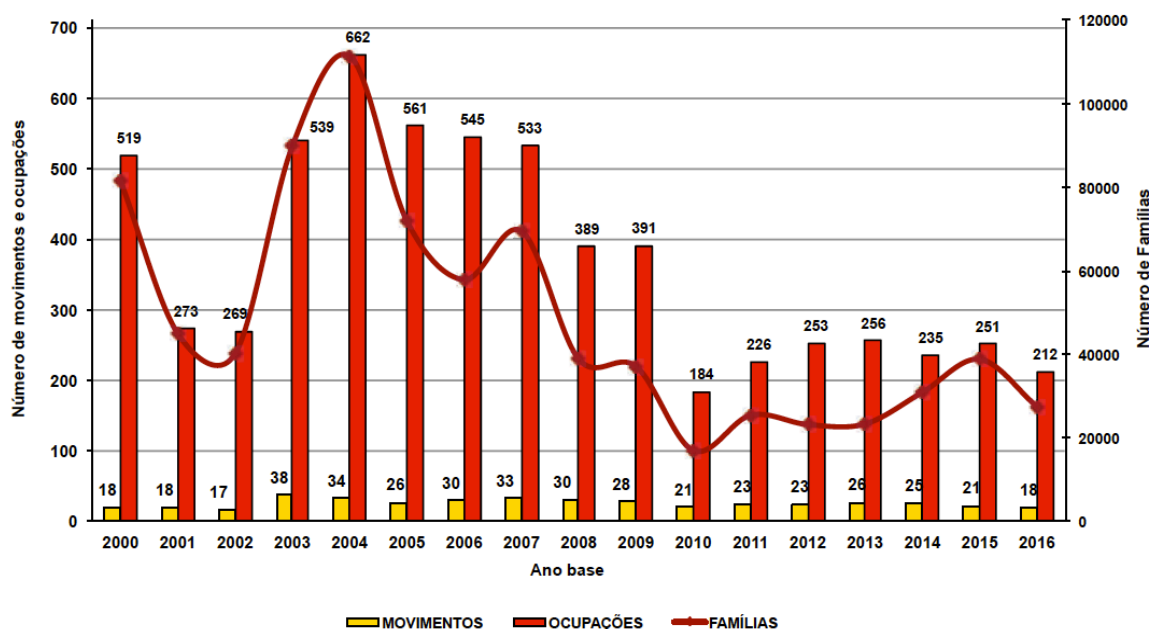
Ademar Bogo, em 2012

No Brasil, grande parcela dos oprimidos são camponeses sem-terra, que buscam libertar-se pelas suas próprias forças, em movimentos organizados de massas, já que a terra, a despeito de ser um bem social, é tratada como mercadoria e é historicamente concentrada. O movimento que mais se destaca com ações coletivas pela democratização do acesso à terra é o MST que, na luta

pela terra, amplia o território camponês, em virtude de ter o território como trunfo para continuar existindo e, desse modo, pode ser entendido como um movimento socioterritorial (Fernandes, 2005).

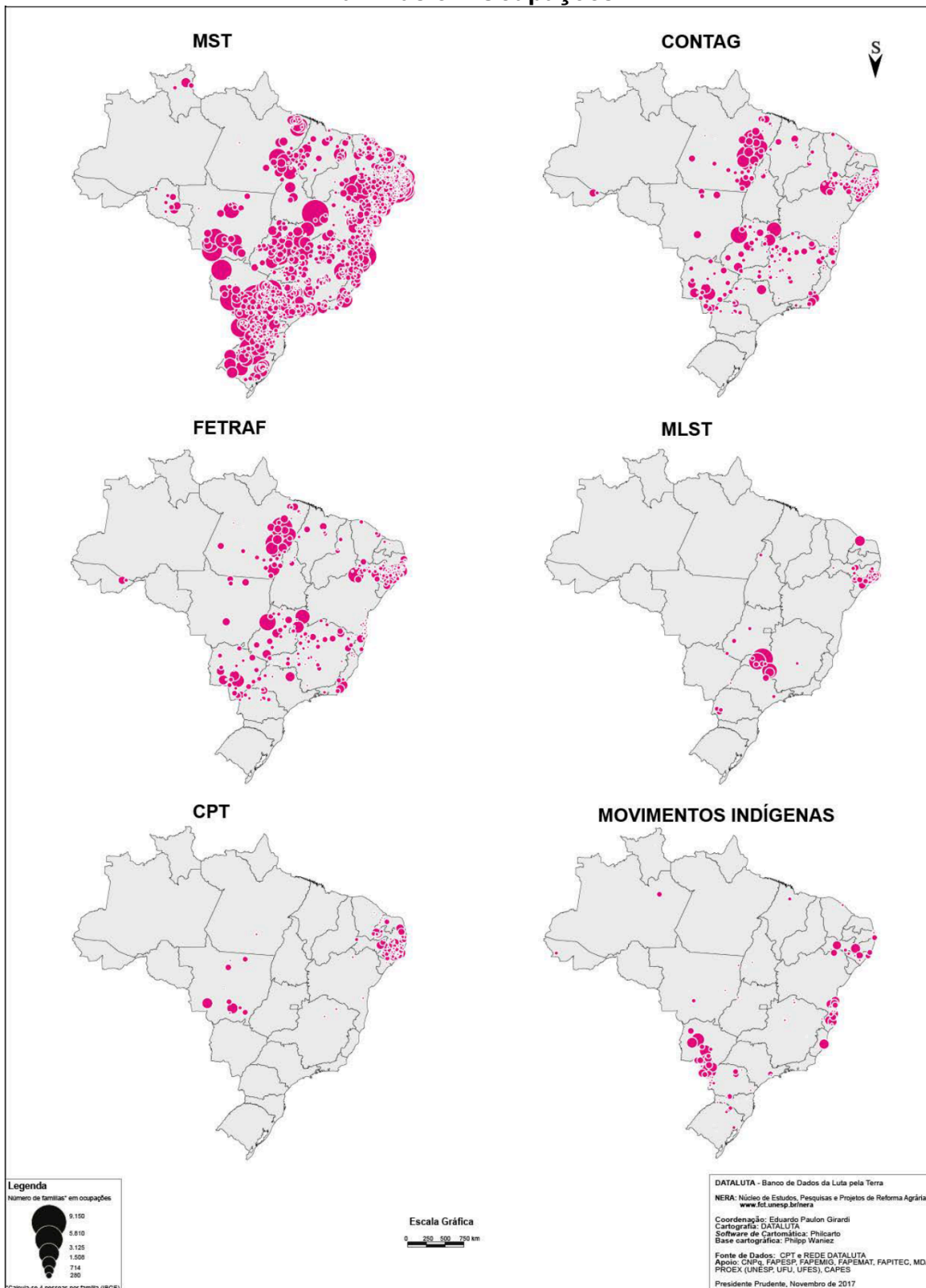
De acordo com estatísticas do Banco de dados da luta pela terra (DATA LUTA, 2017), no período de 2000-2016, foi possível identificar a atuação de 137 movimentos socioterritoriais no Brasil (Quadro 1). A quantidade destes movimentos a realizar ocupações varia de ano a ano, sendo o primeiro ano do governo Lula (2003-2010), aquele em que se registrou mais diversidade de movimentos socioterritoriais, 38 dos 137 existentes, territorializando a luta pela terra através das ocupações (Gráfico 1). E no ano seguinte, 2004, houve o maior número de ocupações e de famílias acampadas, quando mais de 111 mil famílias empreenderam 662 ocupações (Gráfico 1). Entre 2000-2016, das 842.768 famílias que ocuparam terra, 530.555 (62,95%) estavam no MST, em 3.180 ocupações, quase metade (49,16%) do total de 6.469 ocupações (Prancha 1).

Gráfico 1 - Brasil - Número de Movimentos Socioterritoriais que realizaram ocupações; Ocupações; e Famílias - 2000-2016



Fonte: DATA LUTA (2017), Relatório Brasil 2016.

Prancha 1 - Brasil - Geografia dos Movimentos Socioterritoriais - 2000-2016
Famílias em Ocupações



Fonte: DATALUTA (2017), Relatório Brasil 2016.

Quadro 1 - Brasil - Movimentos Socioterritoriais e onde atuaram - 2000-2016

Nº	SIGLA	NOME DO MOVIMENTO SOCIOTERRITORIAL	ESTADOS
1	ABUST	Associação Brasileira do Uso Social da Terra	SP
2	ACRQ	Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos	PE, MG
3	ACRQBC	Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos Brejo dos Crioulos	MG
4	ACUTRMU	Associação Comunidade Unida dos Trabalhadores Rurais	MG
5	ADT	Associação em Direito da Terra	GO
6	AMIGREAL	Associação dos moradores das microrregiões do estado de Alagoas	AL
7	AMPA	Associação do Movimento dos Pequenos agricultores	AP
8	ARST	Associação Renovação dos Sem Terra	SP
9	ARPCT	Articulação Rosalino dos Povos e Comunidades Tradicionais	MG
11	ASA	Associação Santo Antônio	MT
12	ASMPA	Associação Santa Maria dos Pequenos Agricultores	TO
13	ASPARMAB	Associação de Pequenos Produtores Rurais de Marabá	PA
14	AST	Associação de Sem Terra	PA
15	ASTECA	Associação Técnica de Cooperação Agrícola	MT
16	ASTST	Associação dos Sem Terra e Sem Teto	MG
17	ATR	Associações de Trabalhadores Rurais	RO
18	ATRBV	Associação dos Trabalhadores Rurais Bela Vista	MG
19	ATUVA	Associação dos Trabalhadores Unidos da Vila Aparecida	PA
20	CAA	Centro de Agricultura Alternativa	MG
21	CAR	Central dos Assentados de Roraima	RR
22	CCL	Centro de Cidadania e Liderança	MG
23	CETA	Coordenação Estadual de Trabalhadores Assentados	BA, RS
24	CLST	Caminho de Libertação dos Sem Terra	MG
25	CODEVISE	Comitê de Defesa das Vítimas de Santa Elina	RO
26	CONAQ	Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Quilombo	ES
27	CONLUTAS	Coordenação Nacional de Lutas	SP
28	CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura	AC, CE, MA, PA, PB, PR, RO
29	COOTERRA	Cooperativa dos Lavradores na Luta pela Terra	BA
30	CPT	Comissão Pastoral da Terra	PB, PE
31	CTV	Centro Terra Viva	BA
32	CUT	Central Única dos Trabalhadores	AC, DF, SP
33	FAF	Federação da Agricultura Familiar	DF

34	FATRES	Fundação de apoio aos/as trabalhadores/as rurais e agricultores/as familiares da região do Sisal e semi-árido da Bahia	BA
35	FERAESP	Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo	SP, MS
36	FETRAF	Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar	DF,GO
37	FLTDC	Fórum de Lutas por Terra, Direito e Cidadania	BA
38	FNL	Frente Nacional de Lutas	GO, SP, TO
39	FRUTO DA TERRA	Fruto da Terra	DF, GO, MG, MS, PA, PE, PI, SP
40	FTL	Frente de Trabalhadores Livres	BA
41	FST	Fórum Social do Triângulo	MG
42	FUVI	Famílias Unidas do Vale do Vilhema	MS
43	GERAIZEIROS	Geraizeiros do Norte de Minas Gerais	MG
44	GRUPO XAMBRE	Grupo Xambê	PR
45	LCC	Liga Camponesa Corumbiara	RO
46	LCP	Liga dos Camponeses Pobres	AL, CE, GO, MG, PA, RO, SP
47	LIGA CAMPONESA DOS POBRES DO NORTE DE MINAS	Liga Camponesa dos Pobres do Norte de Minas	MG
48	LOC	Liga Operária Camponesa	MG
49	MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens	TO, RS
50	MAF	Movimento Sul-Matogrossense da Agricultura Familiar	MS
51	MAST	Movimento dos Agricultores Sem Terra	SP, PR
52	MATR	Movimento de Apoio aos Trabalhadores Rurais	DF
53	MBST	Movimento Brasileiro dos Sem Terra	DF
54	MBUQT	Movimento Brasileiro Unidos Querendo Terra	SP
55	MCC	Movimento Camponês de Corumbiara	RO
56	MCNT	Movimento Conquistando Nossa Terra	PA
57	MCP	Movimento Camponês Popular	GO
58	MCP	Movimento dos Conselhos Populares	CE
59	MCR	Movimento dos Camponeses de Rondônia	RO
60	MCST	Movimento dos Carentes Sem Terra	SP
61	MLST	Movimento de Libertação dos Sem Terra	AL, GO, MG, PE, PR, RN, SP
62	MLSTL	Movimento de Libertação dos Sem Terra de Luta	AL, MG, PR, TO
63	MLT	Movimento de Luta pela Terra	AL, BA, MG, PR, SP
64	MLTRST	Movimento de Libertação dos Trabalhadores Rurais Sem Terra	PE, MG
65	MLUPT	Movimento Luta Unida Pela Terra	MG
66	MMA	Movimento de Mulheres Agricultoras	SC, PR, CE
67	MMC	Movimento de Mulheres Camponesas	AL
68	MNF	Movimento Sem Terra Nova Força	SP
69	MNU	Movimento Negro Unificado	SC
70	MOQUIBOM	Movimento Quilombola	MA

71	MOVIMENTOS INDÍGENAS	Movimentos Indígenas	AC, AL, BA, CE, MA, MG, MS, MT, PR, RJ, RS, SC, MG, SP, TO
72	MOVIMENTO DOIS DE DEZEMBRO	Movimento Dois de Dezembro	PR
73	MOVIMENTO GERAIZEIRO GUARDIÃO DO CERRADO	Movimento Geraizeiro Guardiã do Cerrado	MG
74	MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores	BA, PA, RO, RS, RJ, DF, ES
75	MPRA	Movimento Popular pela Reforma Agrária	MG
76	MPST	Movimento Popular dos Sem Terra	MG, SP
77	MPP	Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais	MG
78	MPT	Movimento Pacífico pela Terra	SP
79	MRL	Movimento Radicais Livres	SP
80	MRC	Movimento Resistência Camponesa	BA
81	MSO	Movimento Social Organizado	PR
82	MSONT	Movimento Sonho da Terra	PR
83	MSST	Movimento Social dos Sem Terra	AL, PR, RJ
84	MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra	AL, BA, CE, DF, ES, GO, MA, MG, MS, MT, PA, PB, PE, PI, PR, RN, RS, SC, SE, SP, TO
85	MST da Base	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - da Base	SP
86	MST Independente	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - da Base Independente	SP
87	MSTA	Movimento dos Sem Terra do Amazonas	AM
88	MSTB	Movimento Sem Terra Brasileiro	MS
89	MSTR	Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais	RO, ES
90	MT	Movimento dos Trabalhadores	MT, SC
91	MTA	Movimento dos Trabalhadores Assentados	MT, RO, DF
92	MTAA-MT	Movimento dos Trabalhadores Acampados e Assentados do Mato Grosso	AL, DF, MT
93	MTB	Movimento Terra Brasil	PE, SP, PR
94	MTBST	Movimento dos Trabalhadores Brasileiros Sem Terra	PE
95	MTD	Movimento dos Trabalhadores Desempregados	BA, DF, RJ, BA, DF
96	MTEM	Movimento Terra, Educação e Moradia	RS
97	MTL	Movimento Terra, Trabalho e Liberdade	AL, BA, GO, MG, PB, PE, RJ
98	MTP	Movimento Terra, Trabalho e Progresso	AL
99	MTR	Movimento dos Trabalhadores Rurais	MG, MS, PR, MT
100	MTRST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra	ES
101	MTRSTB	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra Brasileiros	SP
102	MTRSTP	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra do Paraná	PR
103	MTRUB	Movimento dos Trabalhadores Rurais e Urbanos	PE

104	MTS	Movimento por uma Tendência Socialista	RJ
105	MTST	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra	PE, PR, MG, SP
106	MTSTCB	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra e Central do Brasil	SP
107	MTTDS	Movimento Terra, Trabalho e Dignidade Social	MG
108	MTV	Movimento Terra Vida	SP
109	MUB	Movimento Unidos Brasil	SP
110	MUST	Movimento Unido dos Sem Terra	SP
111	MUT	Movimento Unidos pela Terra	PR
112	MVTC	Movimento Volta dos Trabalhadores ao Campo	GO
113	OAC	Organização Agrária Camponesa	PR
114	OI	Organização Independente	AC, AM, BA, DF, GO, MG, MT, PA, PB, PR, RO, RR, SC, SP, TO
115	OITRA	Organização de Inclusão de Trabalhadores pela Reforma Agrária	SP
116	OLC	Organização da Luta no Campo	BA, PE
117	OLST	Organização Para a Libertação dos Sem Terra	MG
118	OTC	Organização dos Trabalhadores no Campo	CE, MG, PA, PR, RO, RS, SP, TO, GO
119	PESCADORES	Pescadores	ES, RS
120	QUILOMBOLAS	Quilombolas	BA, MA, MG, RS
121	RACAA-SUL	Rede de Assistência dos Acampados e Assentados do Sul da Bahia	BA
122	RC	Resistência Camponesa	PI
123	Sem Sigla	Vazanteiros em Movimento: Povos das Águas e das Terras Crescentes	MG
124	SINPRA	Sindicato dos Pequenos e Médios Produtores Rurais	PA
125	ST	Sem Terra	SE, SP
126	STL	Sindicato dos Trabalhadores na Lavoura	RN
127	TERRA LIVRE	Movimento Popular do Campo e da Cidade	GO, MS
128	TUPÃ 3E	Trabalhadores do Município de Tupanciretã	RS
129	UAPE	União dos Agricultores de Pernambuco	PE
130	UFT	União Força e Terra	MS
131	UNASFP	União das Associações de Fundo de Pasto	BA
132	UNIDOS PELA TERRA	Unidos pela Terra	SP
133	UNITERRA	União dos Movimentos Sociais pela Terra	MG, SP
134	USST	União dos Santanenses Sem Terra	RS
135	UST	União Sindical dos Trabalhadores	SP
136	VIA CAMPESINA	Via Campesina	BA, MG, PB, PE, PI, PR, RS, SP, TO
137	VT	Via do Trabalho	AL

Fonte: DATALUTA (2017), Relatório Brasil 2016.

Na sistematização do conceito de movimento socioterritorial de Fernandes:

Movimento social e movimento socioterritorial são um mesmo sujeito coletivo ou grupo social que se organiza para desenvolver uma determinada ação em defesa de seus interesses, em possíveis enfrentamentos e conflitos, com objetivo de transformação da realidade. Portanto, não existem “um e outro”. Existem movimentos sociais desde uma perspectiva sociológica e movimentos socioterritoriais ou movimentos socioespaciais desde uma perspectiva geográfica (2005: 291).

A luta pela terra é a luta pelo território camponês, por isso os movimentos sociais que lutam por território também podem ser chamados de movimentos socioterritoriais, como os indígenas, os sem-terra, os quilombolas, os sem-teto, e os atingidos por barragens. Assim como os movimentos sociais que lutam por espaço político, relação social, direito ou reconhecimento, podem ser chamados de movimentos socioespaciais. Todo movimento socioterritorial é um movimento social, mas o MST tem o território como trunfo, seus militantes lutam pelas suas existências que só são materializadas na conquista da terra, suas mobilizações sociais são a territorialidade da luta pelo território. A expressão mais visível dessa luta é o acampamento (Fernandes, 2005, 2012b). Como demonstra Fernandes:

O acampamento é um espaço de luta e resistência. É a materialização de uma ação coletiva que torna pública a intencionalidade de reivindicar o direito à terra para produção e moradia. O acampamento é uma manifestação permanente para pressionar os governos na realização da reforma agrária. Parte desses espaços de luta e resistência é resultado de ocupações de terra; outra parte, está se organizando para preparar a ocupação da terra. A formação do acampamento é fruto do trabalho de base, quando famílias organizadas em movimentos socioterritoriais se manifestam publicamente com a ocupação de um latifúndio. Com esse ato, as famílias demonstram sua intenção de enfrentar as difíceis condições nos barracos de lona preta, nas beiras das estradas; demonstram também que estão determinadas a mudar os rumos de suas vidas, para a conquista da terra, na construção do território camponês (2012b: 23).

Fernandes constata que a ação coletiva pela conquista do território de

resistência campesina, motiva uma manipulação ideológica contra os sem-terra que, “muitas vezes são denominados baderneiros, porque mexeram, entraram, penetraram em espaços, territórios de onde foram excluídos e que, por causa da desigualdade econômica e do controle social, não poderiam entrar, permanecer em seus territórios” (2005: 295). No enfoque do autor:

Exatamente porque o território possui limites, possui fronteiras, é um espaço de conflitualidades. [...] É, portanto, uma totalidade restringida pela intencionalidade que o criou. A sua existência assim como a sua destruição serão determinadas pelas relações sociais que dão movimento ao espaço. Assim, o território é espaço de liberdade e dominação, de expropriação e resistência. [...] A transformação do espaço em território acontece por meio da conflitualidade, definida pelo estado permanente de conflitos no enfrentamento entre as forças políticas que procuram criar, conquistar e controlar seus territórios. [...] A construção de um tipo de território significa, quase sempre, a destruição de um outro tipo de território, de modo que a maior parte dos movimentos socioterritoriais forma-se a partir dos processos de territorialização e desterritorialização. [...] Não existe transformação da realidade sem a criação de espaços (Fernandes, 2005: 284-94).

Na interpretação de Fernandes e Martin (2004), os sem-terra radicalizam a reivindicação de espaço, na luta pela terra, através do acampamento. Já a conquista da terra pelo assentamento rural¹⁸ é a territorialização, ou reterritorialização do campesinato, e a desterritorialização do capital. Ao conquistar um território de resistência para viver e trabalhar, os sem-terra colocam em questão a terra de trabalho ante a terra de exploração. Os camponeses, ao possuírem a terra do assentamento como propriedade coletiva e estabelecerem relações de produção cooperativas, afrontam não só a propriedade privada da terra que não cumpre função social, como também a superexploração do trabalho

¹⁸ Os assentamentos rurais, como apresenta Leite (2012: 110), “são um dos fatos marcantes que caracterizam especialmente o período que vai da década de 1980 até os dias atuais. Com os assentamentos, ganham projeção também os seus sujeitos diretos, isto é, os assentados rurais, bem como os movimentos e as organizações que, em boa parte dos casos, garantiram o apoio necessário para que o esforço despendido ao longo de lutas, as mais diversas, resultasse na constituição de projetos de reforma agrária, também conhecidos como assentamentos rurais. Assim, em diferentes situações, número expressivo de trabalhadores que participaram de processos de ocupação de terra deixaram de ser acampados para se tornarem, num momento seguinte, assentados”.

camponês. Sob a ótica de Fernandes e Martin:

O campesinato é um grupo social que historicamente tem resistido à desterritorialização. Mas é um grupo social singular, porque a sua subordinação ao capital não é total, como é a do assalariado. Essa distinção é importante, porque no caso do assalariado não existe um território de resistência, mas somente um espaço político de resistência – expressa pelas reivindicações salariais. No caso do campesinato, a terra de trabalho é um território de resistência. Na luta pela terra, na ocupação do território do latifúndio, o acampamento é um espaço de resistência. A diferença entre território e espaço para a leitura da resistência é fundamental, porque o capital em sua reprodução ampliada (que é também um processo tanto de espacialização quanto de territorialização) domina ou tenta dominar todos os espaços e todos os territórios. Ao mesmo tempo em que a resistência e o enfrentamento são formas de apropriação de espaços e territórios (2004: 6).

O camponês assentado, na territorialização da luta pela terra, ao possuir coletivamente os meios de produção, produz a sua subsistência e comercializa algum excedente. Mas por que o campesinato é alvo dos processos de destruição do seu território, com a concentração fundiária? Porque as grandes propriedades, os latifúndios, servem ao agronegócio capitalista que precisa concentrar e remodelar territórios para produzir seu espaço. Mas a desterritorialização do campesinato o leva a lutar pela terra e, ao obter êxito, promove a sua reterritorialização, desterritorializando o capital. Portanto, o MST é um movimento socioterritorial, haja vista que os oprimidos que lutam pela terra em um movimento organizado de massas, ao lutarem pela conquista de seus territórios, lutam por suas existências (Fernandes, 2005). Na concepção de Fernandes e Martin:

A apropriação do espaço geográfico como território, segue um processo histórico cíclico de Territorialização–Desterritorialização–Reterritorialização. Decerto que o capital subordina a tudo e a todos, quem resiste e quem não resiste, os que ficam e os que partem, porque o capital vai alcançá-los. [...] Mas nesse entretanto são construídas as heterotopias, quando o processo de territorialização do capital é interrompido por sua própria lógica de reprodução contraditória ou por um conjunto de ações de enfrentamento, na apropriação de frações do território capitalista, transformando-o. [...] Os acampamentos são espaços heterotópicos, de concretude política, da perspectiva e da

esperança da transformação das realidades, [...] um questionamento imposto ao espaço. [...] A ocupação é um processo socioespacial e político complexo compreendido como forma de luta popular de resistência do campesinato, para sua recriação e criação. Nesse sentido, a ocupação da terra e sua espacialização levam à transformação do espaço em território, com a conquista da terra. É na preparação e na realização de uma ocupação, mais ou menos massiva, que os sem-terra dão-se os meios de pôr, radicalmente, em questão o tabu sócio-histórico do latifúndio. A ocupação constitui uma transgressão dos limites, no caso fundiário, oficialmente traçados. Mas, ela é, ao mesmo tempo, um conjunto de práticas sociais que constroem e estruturam o movimento. [...] A ocupação, como prática socioespacial e territorial radical, caracteriza fortemente o processo de formação do MST (Fernandes e Martin, 2004: 6-8).

O camponês, mesmo conquistando o território, com a ocupação reverberando no assentamento, o MST não supera seus desafios, visto que a condição de vida de uma família assentada, na maioria dos casos, não difere, em quase nada, da miséria de uma família acampada. A resistência do trabalho familiar, comunitário, cooperativo, marca a existência do território camponês que, mesmo construído por processos distintos, é subalterno ao modelo capitalista de desenvolvimento territorial, já que, em sua quase totalidade, a produção camponesa é atravessada pelo mercado capitalista. É nele que ocorre a determinação dos preços, onde os camponeses, em condição de subalternidade, entregam o valor produzido pelo seu trabalho ao capital, que quando não se apropria do valor do trabalho familiar camponês, se apropria de seu território e, em qualquer dos casos, o campesinato segue vivendo em situação de miséria (Fernandes, 2012c). Miséria é o isolamento pela perda dos laços que mantêm a sociedade digna desse nome, é a perda da dignidade, das relações sociais, da cidadania. O que os acampados e assentados conquistam no território camponês é a superação da fome, já que plantam alimentos e criam animais de corte, mas convivem, em sua absoluta maioria, com falta de dinheiro e com restrições de meios de comunicação, transporte, educação, saúde, água potável, saneamento básico, energia elétrica, entre outras ausências de condições para uma vida digna. Esse é o cenário que caracteriza a questão agrária no Brasil.

3. Brasil, Movimentos, Final do Século XX, Desafios, Início do Século XXI

[Vejo] nessas instituições [aztecas ou incas] uma prova da barbárie rude e da inata servidão destes homens [...]. Têm [certamente] uma forma institucional de república, mas ninguém possui coisa alguma como própria, nem casa, nem um campo de que possa dispor nem deixar em testamento aos seus herdeiros [...], sujeitos à vontade e ao capricho [dos seus senhores] e não à sua liberdade [...]. Tudo isto [...] é sinal evidente da alma de servos e de submissos destes bárbaros. [...] Os europeus educam os indígenas na] virtude, na humanidade e na verdadeira religião [que] são mais valiosas que o ouro e a prata.

Ginés de Sepúlveda, em 1550

O primeiro que, tendo cercado um terreno, se lembrou de dizer: Isto é meu, e encontrou pessoas bastantes simples para o acreditar, foi o verdadeiro fundador da sociedade civil. Quantos crimes, guerras, assassínios, misérias e horrores não teria poupado ao gênero humano aquele que, arrancando as estacas ou tapando os buracos, tivesse gritado aos seus semelhantes: Livrai-vos de escutar esse impostor; estareis perdidos se esquecerdes que os frutos são de todos, e a terra de ninguém!

Jean-Jacques Rousseau, em 1762

*Tratado proposto a Manuel da Silva Ferreira pellos seus escravos durante o tempo em que se conservarão levantados
Meu senhor, nos queremos pás e não queremos guerra; Se meu senhor também quizer a nossa pás ha de ser nesta conformidade, se quizer estar pello que nós quizermos a saber. Em cada semana nos ha de dar os dias de sexta fr^a e de sabado p^a trabalharmos p^a nós não tirando hum destes dias por cauza de dia St^o. Para podermos viver nos hade dar rede tarrafa e canoas. [...] Os actuais Feitores não os queremos, faça eleição de outros com a nosso aprovação. [...] Poderemos planter nosso arros onde quizermos, e em qualqr Brejo, sem que p^a isso peçamos licença, e poderemos cada hum tirar jacarandas ou qualqr pau sem darmos parte p^a isso. A estar por todos os artigos a cima, e concedernos estar sempre de posse da ferramenta, estamos prontos p^a o servir-mos como dantes, por que não queremos seguir os maos costumes dos mais Engenhos. Poderemos brincar, folgar, e cantar em todos os tempos que quizermos sem que nos empeça e nem seja precizo licença.*

Carta de reivindicação dos escravos rebelados em Ilhéus-BA, em 1789

3.1 Questão Agrária

A questão agrária no Brasil é o conjunto de problemas sociais, políticos, econômicos, geográficos, culturais, ambientais, resultados das relações de poder que submetem a interesses privados, as decisões políticas sobre o uso, a posse e a propriedade da terra. A questão agrária é uma das expressões do capital enquanto relação social que visa subalternizar e destruir o campesinato. O agronegócio se territorializa desterritorializando o campesinato, mas esse processo é espiral, já que faz recriar o campesinato, não mais isolado nos confins do meio rural, mas organizado num movimento socioterritorial de massas, que luta pela terra e se recria com a ocupação do latifúndio, onde os sem-terra montam acampamento e imediatamente começam a plantar para a subsistência e resistir a todo tipo de adversidades, até que a sua denúncia pública, pela ocupação e acampamento em um latifúndio improdutivo e/ou grilado, reverbere no assentamento das famílias acampadas, territorializando o campesinato, desterritorializando o capital (Fernandes, 2005, 2008, 2013b).

Isso incomoda, e muito, o *status quo*. Para lembrar apenas um exemplo, no final do século XIX, a comunidade de resistência camponesa de Canudos, que chegou a ter 25 mil habitantes, foi arrasada, destruída, incendiada, com mais de 20 mil camponeses exterminados pelo exército republicano. Pela mesma razão, o MST, desde o final do século XX, é insuportável para as elites e para a maioria dos políticos, porque ele incomoda o *status quo*. Ocupar o latifúndio, conquistar o assentamento e, assim, desterritorializar o agronegócio é afrontar o capital, que precisa de espaço e território ilimitado para a sua reprodução. Por isso, tantos camponeses e defensores da reforma agrária são assassinados, na intenção de intimidar a prática camponesa de tirar fatias do território do capital, para reprodução da vida camponesa contra a corrente hegemônica, sem exploração do trabalho e apoderada dos meios de produção, a terra, a enxada e a foice, além do trabalho familiar, da organização associativa e da mística (Fernandes, 2002, 2008, 2013b). Como ousam questionar a concentração fundiária, em vigor desde sempre no Brasil? Por que insistem em mudar a realidade do meio rural brasileiro,

de pobreza absoluta de sete milhões de pessoas e 14 milhões de adultos analfabetos?

Para compreender a questão agrária no Brasil é indispensável destacar a lógica colonial, haja vista que, conforme Estanque:

As relações entre centro e periferias, entre as economias hegemônicas do Norte e a subalternização do Sul global foram, desde a origem, marcadas por antagonismos de interesses, os quais persistiram ao longo dos séculos. Daí que as desigualdades não sejam apenas importantes em si mesmas, mas também porque, olhando para o sistema mundial, exprimem processos mais profundos de transferência de recursos e formas de dominação presididas pela lógica colonial que reforçou o poder imperial das elites econômicas das potências ocidentais. [...] As duras condições de trabalho e o saque de recursos das regiões e dos povos vítimas do colonialismo ocidental foram durante séculos o principal alimento das desigualdades entre classes e entre países com protagonismos distintos no sistema mundial (2015: 85-86, 124).

De acordo com Quijano (2005), Dussel (2005), Wallerstein (2007) e Grosfoguel (2008), chegou às Américas no século XVI uma enredada estrutura de poder do sistema mundial. A partir da divisão internacional do trabalho em centro e periferia, o trabalho na periferia foi organizado via formas autoritárias e coercivas. Hierarquias étnico-racial, espiritual, linguística e epistemológica, discriminam e subalternizam, povos não-europeus, religiosidades não-cristãs/não-europeias, línguas não-europeias, conhecimentos e cosmologias não-ocidentais/não-institucionalizadas na ciência.¹⁹ Quijano demonstra a amplitude do

¹⁹ Na retrospectiva de Grosfoguel (2008: 140): “Nos últimos 510 anos do ‘sistema-mundo patriarcal/capitalista colonial/moderno europeu/euro-americano’, passamos do ‘cristianiza-te ou dou-te um tiro’ do século XVI, para o ‘civiliza-te ou dou-te um tiro’ do século XIX, para o ‘desenvolve-te ou dou-te um tiro’ do século XX, para o recente ‘neoliberaliza-te ou dou-te um tiro’ dos finais do século XX e para o ‘democratiza-te ou dou-te um tiro’ do início do século XXI. Não houve respeito nem reconhecimento pelas formas de democracia indígenas, fossem elas africanas, islâmicas, ou outras não-europeias. A forma liberal da democracia é a única aceite e legitimada. As formas outras de democracia são rejeitadas. Se a população não-europeia não aceita as condições da democracia liberal euro-americana, esta é imposta pela força em nome da civilização e do progresso”.

Dussel (2005: 296) resgata o debate de Valladolid de 1550, cuja pauta era entender o estatuto ontológico dos índios, “bárbaros”. No debate, “Ginés de Sepúlveda escreveu: ‘Será sempre justo e conforme ao direito natural que tais gentes [bárbaras] se submetam ao império

padrão mundial de poder com a emergência da América:

O capital, como relação social baseada na mercantilização da força de trabalho, nasceu provavelmente em algum momento por volta dos séculos XI-XII, em algum lugar na região meridional das penínsulas ibérica e/ou itálica e conseqüentemente, e por conhecidas razões, no mundo islâmico. É, pois, bastante mais antigo que a América. Mas antes da emergência da América, não está em nenhum lugar estruturalmente articulado com todas as demais formas de organização e controle da força de trabalho e do trabalho, nem tampouco era ainda predominante em relação a nenhuma delas. Só com a América pôde o capital consolidar-se e obter predominância mundial, tornando-se precisamente o eixo em torno do qual todas as demais formas foram articuladas para os fins do mercado mundial. Somente desse modo o capital transformou-se no modo de produção dominante. Assim, o capital existiu muito tempo antes que a América. Contudo, o capitalismo como sistema de relações de produção, isto é, a heterogênea engrenagem de todas as formas de controle do trabalho e de seus produtos sob o domínio do capital, no que dali em diante consistiu a economia mundial e seu mercado, constituiu-se na história apenas com a emergência da América (Quijano, 2005: 126).

No Brasil, a colonização portuguesa baseada no tráfico negreiro, mão-de-obra escrava e latifúndio de monocultura, vai usurpar dos indígenas a faixa das terras mais próximas do litoral. Essas terras da colônia sul-americana do império ultramarino português, foram concedidas através dos títulos de sesmarias aos colonizadores vindos de Portugal, com o compromisso de cultivo da terra, sob pena de perder o título de sesmaria. Os descendentes mestiços dos colonizadores não tinham direito de herança, portanto, foram os primeiros posseiros. Mas são as elites agrárias que, desde as sesmarias até hoje, se

de príncipes e nações mais cultas e humanas, para que, pelas suas virtudes e pela prudência das suas leis, abandonem a barbárie e se submetam a uma vida mais humana e ao culto da virtude. E, se rejeitam esse império, pode-se-lho impor por meio das armas e essa guerra será justa de acordo com o que declara o direito natural [...]. Resumindo: é justo, conveniente e conforme à lei natural que os varões probos, inteligentes, virtuosos e humanos dominem sobre todos os que não possuem estas qualidades”. Após citar esse trecho, Dussel (2005: 297) conclui: “Uma vez provada a justiça da expansão europeia como uma obra civilizadora, emancipadora da barbárie a que estavam submetidos, tudo o resto (a conquista pelas armas, a espoliação do ouro e da prata referidos, o declarar os índios ‘humanos’ em abstrato, mas não as suas culturas, uma organização política em que o poder reside nas instituições coloniais, a imposição de uma religião estrangeira de uma forma dogmática etc.) fica justificado”.

apropriam de vastas extensões de terras públicas, cercando uma área maior do que a documentada e falsificando escrituras, ou simplesmente não possuem nenhum documento que garanta o direito de propriedade exercido na prática. Essa expansão territorial ilícita da propriedade privada da terra proliferou os latifúndios, que são transmitidos por herança de geração a geração e permanecem em sua imensa maioria improdutivos, uma vez que servem mais para estoque de terra do capital, para obtenção da renda fundiária e para especulação imobiliária. O regime de sesmarias foi extinto com a independência em 1822²⁰ e, em 1850, a Lei de Terras legalizou os títulos de sesmarias e as demais terras daqueles que comprovassem o título de propriedade anterior à lei. Isso deu origem à falsificação dos títulos de propriedade das terras apropriadas ilegalmente, inclusive com a manipulação dos papéis do documento, para que aparentassem ser antigos, numa prática que foi denominada grilagem e tornou-se perene e elucidativa da concentrada estrutura fundiária brasileira²¹ (Martins, 1979; Oliveira, 2010).

A partir da Lei de Terras, as áreas não ocupadas seriam obtidas exclusivamente por compra, mesmo no caso de terras devolutas,²² as quais deveriam ser compradas do governo monárquico. Assim nasce o marco jurídico da propriedade privada da terra no Brasil, que garante o domínio de fato sobre a

²⁰ No ponto de vista de Santos (2012), não é mais possível autodeterminação com uma luta restrita ao nacional. A independência não traz a autodeterminação. É um modelo que quis que a independência não significasse autodeterminação, por isso a luta dos índios é pela autodeterminação, porque a independência não trouxe a autonomia a esses povos. Morreram mais índios depois da independência do que no período colonial. As independências foram extremamente racistas, os povos originários do território eram um resíduo histórico que deveria ser eliminado.

²¹ Grilagem é o termo utilizado para explicar a falsificação de escrituras de propriedade de terras devolutas, com a prática de colocar o papel em gavetas com grilos, para que estes insetos deteriorem o papel perfurando-o e amarelando-o com suas excreções, deixando-o com a aparência de antigo. Aqueles que praticam grilagem de terras são grileiros.

²² Segundo Alentejano (2012: 743), o termo terras devolutas “tem origem nas terras das sesmarias que, por não terem sido utilizadas, deveriam ser devolvidas à Coroa, mas que acabaram por se tornar sinônimo de terras não distribuídas, públicas, uma vez que praticamente não havia devolução de terras não exploradas. [...] São as pertencentes ao Estado e, portanto, estão fora do mercado de terras. Entretanto, o Estado brasileiro tem pouco domínio sobre as mesmas, [...] muitas delas são hoje objeto de legítima ocupação coletiva e usufruto por populações camponesas, mas outras tantas são objeto de grilagem”.

terra, sem tê-la ocupado e cultivado de fato (Alentejano, 2012). Esse cativeiro da terra, como explica Martins (1979, 1980), representou a derrota dos que defendiam terras livres para os camponeses livres, em substituição da estrutura escravista, pois a lei foi apresentada na semana seguinte à proibição internacional do tráfico negreiro em setembro de 1850 e, portanto, a abolição formal era questão de tempo.

No caso do Brasil, a escravidão só seria abolida em 1888, mas a Lei de Terras já havia tratado dos critérios da futura imigração europeia do trabalhador livre assalariado e, em sua maioria, pobre, para trabalhar nas terras do grande fazendeiro, visto que para possuir a terra teria de comprar do Estado por preços relativamente altos. O objetivo ao dificultar ao pequeno lavrador o acesso à propriedade da terra é garantir ao latifundiário força de trabalho barata. Ou seja, enquanto o trabalho era escravo, a terra era livre, um colono ao ocupar e cultivar a terra obtinha da coroa um título de sesmaria. Com o trabalho livre, a terra foi escravizada, trancafiada em cativeiro, com acesso restrito. O capital demanda força de trabalho livre, indispensável à acumulação de capital e nega ao trabalhador livre, o livre acesso à terra, porque o salário, o valor da força de trabalho, se limita à subsistência e é, portanto, muito menor do que o valor do trabalho (Martins, 1979).

Martins afirma que essa “nova forma de propriedade da terra desempenhou um papel fundamental como instrumento de preservação da ordem social e política baseada na economia colonial, na dependência externa e nos interesses dos grandes latifundiários” (1980: 73). A abolição formal de 1888, sem uma política de distribuição de terras aos ex-escravos, faz com que a sua maioria, quando “livre”, permaneça desempenhando aqueles trabalhos duros, pesados e habite nas periferias urbanas, onde consegue ocupar alguns metros para levantar uma moradia ou, então, luta pela terra para viver e trabalhar no campo e obter o sustento e a dignidade.

Segundo Martins, “a propriedade da terra é o centro histórico de um sistema político persistente. Associada ao capital moderno, deu a esse sistema

político uma força renovada, que bloqueia tanto a constituição da verdadeira sociedade civil, quanto da cidadania de seus membros” (1994: 79). No Brasil, o preço elevado dos alimentos, a exclusão social, a favelização, marginalização e criminalização da pobreza, são algumas das consequências do bloqueio do acesso à terra. Martins ressalta que, “o monopólio de classe sobre a terra assegura ao capitalista o direito de cobrar da sociedade inteira um tributo pelo uso da terra. É a chamada renda fundiária ou renda da terra” (1980: 60). Martins utiliza o conceito de renda da terra, conforme abordado por Marx (1867),²³ para esclarecer que:

A terra é completamente diferente dos outros meios de produção. A apropriação de uma máquina pelo capitalista e, através dela, do trabalho do operário, pode parecer legítima na medida em que, tendo os trabalhadores que a produziram trabalhado sob tutela do capital, mediante o salário, o resultado do seu trabalho aparece como produto do capital. O mesmo não acontece com a terra. [...] A propriedade capitalista da terra é uma irracionalidade, porque a terra não é produto do trabalho e, por isso mesmo, não pode ser produto do capital. A terra é um bem natural (Martins, 1980: 61).

O Brasil é privilegiado em termos de quantidade e qualidade desse bem natural que é a terra, mas sua área territorial de 851,6 milhões de hectares carrega contradições equivalentes ao seu tamanho continental. A terra brasileira sempre foi excessivamente concentrada. O direito a um pedaço de terra é reivindicado na luta pela terra, desde a usurpação da terra dos povos indígenas que a habitavam na chegada das primeiras expedições portuguesas. Como salienta Bogo, para os oprimidos no Brasil:

As circunstâncias sempre foram irregulares, oscilando entre os interesses e as vaidades da classe dominante. Sendo assim, a vontade dos senhores sempre foi superior aos direitos dos servos,

²³ De acordo com Marx (1867: 129): “A renda fundiária se apresenta como certa soma de dinheiro que o proprietário da terra recebe anualmente mediante o arrendamento de um pedaço do globo terrestre. [...] Toda receita determinada de dinheiro pode ser capitalizada, isto é, pode ser considerada como os juros de um capital imaginário. [...] A renda fundiária assim capitalizada constitui o preço de compra ou valor do solo, uma categoria que, *prima facie*, é irracional [...] já que a terra não é produto do trabalho, não tendo, portanto, nenhum valor”.

e os primeiros determinam o destino dos segundos, imaginando que a força sempre tem primazia sobre a fraqueza. Dessa forma, estruturaram a sociedade com seus hábitos, costumes, tradições e valores e os impuseram sem escrúpulos, a laço, ferro em brasa e baixos salários, determinando sempre a produção da existência humana e social a seu modo, sem deixar de lado os privilégios (2009: 25).

Na conflitualidade atual, entre aqueles que querem terra para moradia e trabalho contra os que, através da grilagem, apropriam-se das terras públicas como fonte de ganhos em renda fundiária e especulação, muitos camponeses são assassinados por jagunços e pistoleiros a mando de latifundiários grileiros, ou por policiais militares a mando do Estado, em defesa da propriedade privada e criminosa da terra. O histórico de conflitos no campo no Brasil é de inúmeras revoltas camponesas contra o latifúndio. Inclusive tentativas de constituir comunidades que tentaram resistir ao êxodo rural foram sempre aniquiladas como, por exemplo, mais de 20 mil pessoas de uma só vez em Canudos, no final do século XIX. Ou as operações militares desde o século XVII para arruinar os escravos sem-terra refugiados nos quilombos. Ou a hecatombe da população indígena brasileira que, em 1500, somava 10 milhões de pessoas e em 2018 restam em torno de 870 mil indivíduos (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE).

Em três décadas de políticas de reforma agrária no Brasil, 1979-2010, o resultado são 8.823 assentamentos para 1.030.610 famílias em 78,82 milhões de hectares. Esse patrimônio da classe trabalhadora para a produção da vida material camponesa não foi resultado da iniciativa ou boa vontade dos governantes, mas da pressão exercida pelos movimentos socioterritoriais. Desde que foi reafirmada a função social da terra, na Constituição de 1988, até o final do governo Lula, em 2010, na luta pela terra, mais de 1,173 milhão de famílias realizaram cerca de 8.300 ocupações de latifúndios improdutivos e/ou grilados. Nesse período, foram assassinados quase 1.500 trabalhadores sem-terra, simpatizantes e militantes da luta pela terra (CPT, 2011; DATALUTA, 2011). Sobre o problema da concentração de terras, o Relatório da Comissão Nacional da Verdade (CNV) destaca o seu agravamento durante a ditadura militar de 1964-85:

A concentração de grandes extensões de terra nas mãos de poucos proprietários determinou tanto a constituição social e econômica da nação quanto as estruturas formais e informais de poder e mando. [...] É preciso lembrar que o direito do lavrador de permanecer em terras devolutas nas quais trabalha para sustento da família, assim como a destinação de terras improdutivas para fins de reforma agrária, constam de todas as constituições desde 1946, incluindo tanto as promulgadas durante o governo militar (1964, 67, 69) quanto a de 1988, que reinaugurou a democracia no país. É preciso considerar também, que apenas uma parte das mortes no campo foi motivada por conflitos políticos no sentido maior da expressão. Agentes do Estado reprimiram, com violência, posseiros que se organizaram para tentar obter o direito de permanecer em terras devolutas (ainda que desconhecêssem que a lei os protegia em sua condição de uso da terra para sustento das famílias), ou que se uniram a companheiros de pobreza para combater, com ou sem um projeto político mais amplo, a exploração de seu trabalho pelos fazendeiros (CNV, 2014: 93-4).

No itinerário da questão agrária no Brasil, a proclamação da República em 1889 não toca no monopólio da terra, em virtude da hegemonia política da oligarquia rural. Subsequentemente, o período da industrialização brasileira, a partir da década de 1930, retirou a oligarquia rural do mais alto posto de comando do país, mas não deixou de tratar como público o interesse privado de concentração da estrutura fundiária. Somente a partir do Congresso Constituinte de 1946, a reforma agrária entra explicitamente na agenda política do país, com a proposta do Partido Comunista Brasileiro (PCB), apresentada pelo senador Luiz Carlos Prestes. Foi arquivada. Desde então, foram mais de 70 anos de debates, propostas, leis, que não saíram do papel, ou foram parcialmente executadas. A única vez que um presidente da República, no caso João Goulart, teve coragem de engendrar um amplo projeto de lei de reforma agrária, elaborado por seu ministro do Planejamento, Celso Furtado, e descrevê-lo em detalhes, publicamente, como prioridade dentre as reformas de base, num comício com cerca de 200 mil pessoas, em 13 de março de 1964,²⁴ não vingou, já que menos

²⁴ Nas palavras de João Goulart (1964: 106): “A reforma agrária só prejudica a uma minoria de insensíveis, que deseja manter o povo escravo e a nação submetida a um miserável padrão de vida. E, é claro, trabalhadores, que só se pode iniciar uma reforma agrária em terras economicamente aproveitáveis. É claro que não poderíamos começar a reforma

de vinte dias após o comício deu-se o golpe civil-militar que destituiu Goulart, entre 31 de março e 1º de abril de 1964 (Goulart, 1964; Stedile, 2005c). Na compreensão de Stedile:

Todas essas propostas de leis de reforma agrária que foram elaboradas no período 1946 a 1964 representavam a tentativa de buscar uma saída legal para a enorme pressão exercida pelos movimentos camponeses. Vale lembrar que esse é um período de ascensão das lutas pela terra em todo o território, dando origem à [...] organização de movimentos camponeses com grande capacidade de mobilização, tais como as Ligas Camponesas, particularmente no Nordeste; Ultabs – União de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil; Máster – Movimento de Agricultores Sem-Terra, mais localizados no sul do Brasil; Frente Agrária Católica, articulação de camponeses organizada pelas dioceses locais e, finalmente, a partir de 1963, a criação dos sindicatos rurais que até então eram proibidos (2005c: 146-7).

Em novembro de 1964, no início da ditadura militar, é promulgada a primeira lei brasileira de reforma agrária, conhecida como Estatuto da Terra que, se fosse integralmente implantada, traria uma série de avanços, haja vista que: criou o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA, que ao longo do tempo veio a ser o atual Instituto Brasileiro de Colonização e Reforma Agrária, INCRA), encarregado do cadastro de todas as propriedades de terra, da colonização de terras públicas e da desapropriação de terras subutilizadas, rompendo com o direito absoluto à propriedade da terra ao condicioná-la à sua função social; estabeleceu o pagamento da área desapropriada em Títulos da Dívida Pública, resgatáveis em vinte anos, sendo apenas as benfeitorias pagas em dinheiro; instituiu o Imposto Territorial Rural (ITR) e sua destinação para a reforma agrária; além de permitir a formação de cooperativas de produção agrícola. Apesar do progresso representado pela lei, ela praticamente não sai do papel (Stedile, 2005c). De acordo com Sampaio e Carvalho Filho:

Em 1964 descartou-se a existência da necessidade de uma reforma agrária, escapando-se pelo argumento da negação da

agrária, para atender aos anseios do povo, nos estados do Amazonas ou do Pará. A reforma agrária deve ser iniciada nas terras mais valorizadas e ao lado dos grandes centros de consumo, com transporte fácil para o seu escoamento”.

questão agrária – pondo-se em movimento a tese da modernização técnica sem reforma. Em 1988, a Constituinte, expressando lutas pretéritas, mediante compromisso, definiu a terra como um bem social. Mas a ação concreta dos poderes da República, desde então, obsta a explicitação dos direitos sociais agrários, aferrando-se ao absurdo conceito de “terra mercadoria”, recuperado pela onda neoliberal, da velha ordem da Lei de Terras de 1850 (Sampaio e Carvalho Filho, 2007: 26).

João Pedro Stedile (2005c) e José Gomes da Silva (1994) fazem análises abrangentes do caráter progressista do Estatuto da Terra na conservadora ditadura militar. No início dos anos 1960, os Estados Unidos, preocupados com a ameaça de a revolução cubana de 1959 respingar no continente latino-americano, vão estimular a reforma agrária em todos os países da região, em virtude de que os revolucionários contaram com o apoio decisivo do campesinato em Cuba. Nesse sentido é criada pelos Estados Unidos, a “Aliança para o Progresso”, que estabeleceu como prioridades, saneamento básico, educação e a capacitação técnica para implementação da reforma agrária.²⁵ Do Brasil passaram por ela, entre outros, Roberto Campos, ministro do Planejamento do general Castelo Branco no início do regime militar, e José Gomes da Silva.²⁶ Com o golpe que depõe João Goulart, um dos principais articuladores do golpe assume a presidência, o general Castelo Branco que, talvez por ser do Ceará e conhecer a situação grave do campesinato no Nordeste, decide, já de início, pela elaboração de uma lei de reforma agrária. Esta é a hipótese sustentada por José Gomes da Silva, que foi convidado por Roberto Campos e por Castelo Branco para participar da elaboração do Estatuto da Terra, e descreve a sua experiência:

A Aliança para o Progresso [...] chegou à conclusão de que na América Latina tinha pouca gente com formação fidedigna na questão agrária. Então, a FAO, o IICA [Instituto Interamericano de

²⁵ Por que será que, no Brasil, quase 60 anos se passaram e as questões “prioritárias”, saneamento básico, educação e reforma agrária não foram superadas?

²⁶ José Gomes da Silva, então coordenador da equipe do plano estadual de revisão agrária do estado de São Paulo, no início dos anos 1960, viria a ser uma das figuras mais expressivas na defesa da reforma agrária no Brasil, como um dos fundadores da Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA), na década de 1960, e membro das equipes que elaboraram o Estatuto da Terra, em 1964, e o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) no governo Sarney, quando dirigiu o INCRA, na segunda metade dos anos 1980 (Silva, 1994).

Cooperação para a Agricultura], a CEPAL se reuniram e começaram a dar o Curso Internacional de Reforma Agrária. [...] Um dos princípios que aprendemos era o da mística. Para fazer a reforma agrária é preciso ter um pouco de mística. O órgão responsável pela reforma precisa ser zero-quilômetro, não pode estar comprometido com o Ministério da Agricultura, nem com nada do passado. [...] Organizamos um curso] no Brasil. Foram dois meses de parte teórica, e depois, em plena efervescência, fomos fazer um projeto sobre uma das invasões do Brizola no Rio Grande do Sul, na Fazenda Annoni. Depois fomos conhecer as Ligas Camponesas no Nordeste. [...] Havia muito debate nas universidades. Aí veio o golpe de 64. [...] Eu e mais um grupo de amigos que tinha feito o curso da FAO [...] começamos a preparar as linhas gerais de um projeto de reforma agrária para enviar aos militares. [...] Houve alguma dificuldade entre os pequenos proprietários. [...] Eles nos perguntavam 'então, vai tomar a terra do sujeito?' Nós respondíamos, [...] 'reforma agrária não é coisa de comunista. Foi feita pelos americanos'. [...] E dentro da opinião pública tem um grupo a favor, que é os sem-terra, um grupo contra, que são os latifundiários, e a classe média fica assim como uma espécie de árbitro nisso tudo. A classe média no Brasil nunca teve noção de como poderia ser a reforma agrária (Silva, 1994: 38-42).

Esse cenário ilustra bem a especificidade da questão agrária no Brasil. No capitalismo a reforma agrária, em geral, foi realizada pelo Estado como “solução” para o fortalecimento do mercado interno e para mitigar os problemas urbanos de altos preços dos alimentos, marginalização e favelização das famílias do êxodo rural. Já o Brasil, que não fez a reforma agrária nem quando esta foi estimulada nos moldes do capitalismo, à época da Aliança para o Progresso, pode ser considerado o único país onde a reforma agrária é tratada como “problema” e encarada mesmo como uma política contra o sistema capitalista, como componente de uma revolução socialista. Assim, o Estatuto da Terra, de acordo com a CNV:

Indica que o Estado brasileiro, que reconhecia o direito à terra e a necessidade de distribuí-la para os milhões de camponeses pobres, foi o mesmo que reprimiu com violência inusitada todas as formas de organização para defender esses mesmos direitos. [...] Foram criados instrumentos legais de desapropriação de terras improdutivas para fins de reforma agrária, mas a prioridade dos projetos dos governos militares pós-1968 não era a reforma agrária, e sim os empreendimentos de colonização a serem

executados por grandes grupos empresariais, muitas vezes à revelia dos posseiros que eventualmente já ocupavam as terras consideradas “disponíveis” para colonização. [...] O Estado brasileiro esteve quase sempre ao lado dos grandes invasores de terras e dos beneficiários de fraudes cartoriais, fossem empresas, fossem famílias tradicionais. [...] As terras do interior do Brasil eram consideradas sem dono, a contrapelo da lei e à revelia das populações que viviam nelas e as cultivavam. Ainda que as alianças que sustentaram o projeto de ocupação do interior do país durante o governo Vargas [1930-45] (a “marcha para o Oeste”, voltada para a ocupação de Mato Grosso e Goiás) não coincidisse exatamente com as dos grupos envolvidos no projeto de “integração nacional” dos governos Médici e Geisel [1969-79], em ambos os casos as terras foram distribuídas entre empresários interessados em tocar empresas agropecuárias ou projetos extrativistas como se ali não existissem moradores – os camponeses e os povos indígenas (CNV, 2014: 93-4).

Nesse contexto, o que se sucede à rápida promulgação da lei do Estatuto da Terra, em meio a muita pressão das elites agrárias, é o engavetamento de praticamente todas as ações que caracterizariam uma reforma agrária e o enigmático acidente aéreo que mata o general Castelo Branco meses depois de ter encerrado seu mandato em 1967. O que vem em seguida é o terror da conhecida repressão militar do Ato Institucional nº 5 (AI-5), de 1968, que no meio rural atuou com perseguições, torturas e assassinatos de lideranças. Vai haver uma modernização conservadora da infraestrutura agrária, visto que a modernização técnica não tocou na estrutura fundiária e agravou a condição do campesinato, relegado ao êxodo rural (Stedile, 2005c; CNV, 2014).

O Brasil, assim, vai mostrar total alinhamento com a tendência hegemônica mundial da “revolução agrícola”. Hobsbawm sistematiza esse processo histórico:

O campesinato, que formara a maioria da raça humana em toda a história registrada, fora tornado supérfluo pela revolução agrícola, mas os milhões não mais necessários na terra eram, no passado, prontamente absorvidos por ocupações necessitadas de mão-de-obra em outros lugares, que exigiam apenas disposição para trabalhar, adaptação de habilidades rurais como cavar e erguer paredes, ou capacidade de aprender no trabalho. Que aconteceria aos trabalhadores nessas ocupações quando por sua vez se tornassem desnecessários? [...] Nos países ricos do capitalismo,

agora esses trabalhadores tinham sistemas previdenciários a que recorrer, embora os que se tornavam permanentemente dependentes da previdência social sofressem, ao mesmo tempo, ressentimento e desprezo dos que se viam como ganhando a vida com o trabalho. Nos países pobres, entravam na grande e obscura economia informal ou paralela, em que homens, mulheres e crianças viviam, ninguém sabe exatamente como, por meio de uma combinação de pequenos empregos, serviços, expedientes, compra, venda e roubo (Hobsbawm, 1994: 404-05).

As políticas do período da ditadura podem ser classificadas por modernização conservadora, uma vez que investiram em grandes obras de infraestrutura e na modernização da indústria e do campo e, por outro lado, impediram de maneira conservadora, reacionária e violenta, a democratização da posse da terra e a melhoria das condições de trabalho no campo. O projeto, orientado pelo paradigma de modernizações abruptas na produção rural de *commodities* com uso intensivo de máquinas, agrotóxicos e fertilizantes sintéticos, conhecido como Revolução Verde, baseava-se no favorecimento de empresários agrícolas pelo financiamento para compra de máquinas e insumos, doação e grilagem de terras nas regiões Norte e Centro-Oeste e criação de cursos superiores e técnicos de agronomia, doutrinados no paradigma. Isso tudo vai agravar a característica secular de economia colonial de monocultura de exportação, pela escalada da concentração fundiária, do êxodo rural, da degradação ambiental e do domínio da lógica do capital financeiro no campo, via empreendimentos do agronegócio (Pereira, 2012; De Carli, 2014). Segundo De Carli:

A economia rural deveria se adequar às regras de competitividade do mercado, moldando, com isso, os padrões de eficiência, produtividade e financiamento. [...] Muitos pequenos agricultores ficaram reféns dos sistemas de financiamento bancário, dos altos custos dos insumos agrícolas e da formação de grandes complexos econômicos que passaram a monopolizar vários ramos da cadeia produtiva, como o mercado varejista, de agrotóxicos, de maquinário agrícola, o beneficiamento final da produção e, posteriormente, o mercado de sementes geneticamente modificadas. [...] Se entre 1964 e o final da década de 1980, o Estado apresentava-se como difusor direto da Revolução Verde, a partir da década de 1990 [...] passaram a ser o mercado financeiro e as grandes corporações agrofarmacêuticas [...] com a

utilização de organismos geneticamente modificados patenteados por empresas transnacionais como a Bayer, a Monsanto, a Syngenta e a Dupont. Os setores da cadeia produtiva ficaram cada vez mais concentrados, principalmente na produção de bicompostíveis, soja, celulose, açúcar, carne bovina, citricultura (2014: 36-7).

A Revolução Verde surge nos Estados Unidos pós-Segunda Guerra Mundial, com o argumento de que a pobreza e a fome eram resultadas da baixa produtividade agrícola, um problema que seria solucionado por uma tecnologia científica-industrial de controle da natureza. Entretanto, esse argumento omitia as inevitáveis consequências da Revolução Verde, quais sejam, o aumento da concentração fundiária e do preço da terra, fruto da demanda por extensas fatias de território pelos grandes grupos financeiros globais, como especulação e reserva para produção de *commodities*, além da tendência de aniquilar índios, quilombolas, camponeses e ribeirinhos não submetidos às intervenções tecnológicas. Tudo isso, em nome dos alimentos serem, cada vez mais, mercadorias com preços regulados nas bolsas de valores, o que elevou gradativamente o preço dos alimentos, a fome e a miséria (Pereira, 2012; De Carli, 2014). Como explica Pereira:

O sistema de saber dominante é incompatível com igualdade e justiça, pois despreza a diversidade e a pluralidade de sujeitos, desconsiderando uma série de caminhos que leva ao conhecimento da natureza. O reducionismo nele embutido implica o desaparecimento da percepção de diversidade, de múltiplas possibilidades; por conseguinte, leva à monocultura da mente, que acaba por ter em seu mapa mental exclusivamente o modelo homogêneo como possível e as alternativas, que sempre existiram e existirão não são mais vistas, percebidas ou consideradas. Com a Revolução Verde, o ser humano passou a reduzir a diversidade em vez de aumentá-la. Genes, variedades, sabores, alimentos mantidos por milênios na interação entre cultura e natureza transformaram-se em mercadorias apropriadas pelas corporações. O conhecimento da natureza e a reprodução da vida estão ameaçados pelo processo de dominação e difusão do pacote da chamada agricultura moderna da Revolução Verde (2012: 689).

Dessa maneira, para problematizar a questão agrária no Brasil, na história

recente, cuja miséria camponesa é cada vez mais enraizada na riqueza do sistema neoliberal do agronegócio, é preciso entendê-la como uma questão política perante as relações de propriedade, posse e uso da terra.²⁷ Na década de 1980, o fracasso do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), no governo Sarney, deve-se não só à falta de empenho do governo, mas também às manobras dos latifundiários em todas as instâncias para impedir a sua realização. A partir dos anos 1990, no governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), a ausência de compromisso com a reforma agrária é agravada pela força política da burguesia latifundiária colonial, em aliança com o poder do complexo de sistemas do agronegócio, que articulou os setores, agrícola, industrial e comercial, numa verticalização da produção, com grandes investimentos e uso intensivo de tecnologias. Nesse contexto, o agronegócio subjuga e destrói o camponês, mas também o recria. Quando o sem-terra expropriado não se sujeita à marginalidade e à fome, o campesinato se recria, na luta pela terra, e figura entre os protagonistas da globalização contra hegemônica,²⁸ por ter conquistado, até 2010, um patrimônio territorial de quase 79 milhões de hectares, para mais de um milhão de famílias que, assim, superaram a fome, mas não ainda a pobreza (Fernandes, 2002, 2008, 2013b). No enfoque de Fernandes:

A questão estrutural da baixa renda dos agricultores assentados está associada à subalternidade ao mercado capitalista. Somente um governo que compreender esta condição poderá construir políticas de desenvolvimento. [...] A relação entre as agriculturas capitalista e camponesa sempre foi conflituosa, na disputa por terra, trabalho e renda. Esta conflitualidade é parte de uma disputa por modelos de desenvolvimento, que muitas vezes tem promovido uma verdadeira judicialização da luta pela terra. O Poder Judiciário e o agronegócio tornaram-se os principais inimigos da reforma agrária. As ocupações de terras são a melhor representação desta disputa por modelos. [...] As desigualdades são formadas pela hegemonia do modelo do agronegócio no

²⁷ Sobre o paradigma da questão agrária no Brasil ver Prado Jr., 1979; Szmrecsányi, 1990, 2007; Stedile e Fernandes, 1999; Sampaio, 2003; ABRA, 2007; Sampaio e Carvalho Filho, 2007; Fernandes, 2008, 2013b; Oliveira, 2010; Stedile, 2012, 2013d; Sampaio Jr., 2013.

²⁸ De acordo com Santos (2008: 9), a globalização contra hegemônica é “constituída pelo conjunto de iniciativas, movimentos e organizações que, através de vínculos, redes e alianças locais/globais, lutam contra a globalização neoliberal, mobilizados pela aspiração a mundo melhor, mais justo e pacífico que julgam possível e a que se sentem ter direito”.

desenvolvimento da agricultura, que controla os territórios de duas formas: pelo monopólio do território camponês, ou territorialidade do capital em território camponês onde as técnicas e as tecnologias de produção agropecuária são determinadas pelo agronegócio, que evidentemente, capitaliza a renda produzida pelas famílias camponesas (2013b: 89-90).

Há modelos em disputa. A imposição de um único modelo desvincula a produção do consumo e não reconhece a dimensão sociocultural da alimentação. O agronegócio é um complexo de sistemas, agrário, industrial, mercantil, financeiro, tecnológico, ideológico, que agrava a concentração fundiária pelo arrendamento, compra, ou grilagem de latifúndios e aprofunda a exploração do trabalho, a exclusão social, a violência contra o camponês e o seu meio de vida, a degradação das condições biofísicas de resiliência do ambiente, o cultivo de transgênicos e o uso de agrotóxicos. Sendo assim, nos anos 2000, o governo Lula, a exemplo de seus antecessores, subestimou as consequências danosas do agronegócio e superestimou o seu papel para o crescimento econômico. As opções políticas minimizaram a importância da terra para o desenvolvimento da sociedade em geral e os pesados custos sociais de adotar uma postura de defensor e cúmplice do agronegócio, cujo fundamento é a extrema concentração da propriedade fundiária, condição para o modelo agrícola de monocultura para exportação e de pauperização do campesinato. Para refletir sobre essa realidade é preciso admitir que há uma disputa por modelos de desenvolvimento, entre o paradigma do capitalismo agrário, de governos defensores do agronegócio; e o paradigma da questão agrária, de movimentos socioterritoriais, como o MST, defensores da reforma agrária (Fernandes, 2008).

3.2 O nascimento e a caminhada do MST

De tempos em tempos é fundamental que a humanidade realize uma revolução cultural. Ela é necessária para revolver os hábitos e costumes que estão asfixiando a continuidade da existência social. Esta revolução, no entendimento filosófico, somente poderia ser realizada depois de feita a revolução econômica,

política e social. Porém, em se tratando de um grupo social como é o MST, é possível iniciar essa revolução já nesse momento, pois a conquista da terra e a luta pela reforma agrária possibilita organizar outras formas de produção, convivência e educação de novos seres humanos, como sujeitos de uma nova sociedade.

Ademar Bogo, em 2009

Fundado oficialmente em 1984, a gênese do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) vem desde o início das manifestações pela redemocratização da sociedade brasileira e contra a ditadura militar no final dos anos 1970. Em setembro de 1979, 110 famílias realizam uma ocupação no Rio Grande do Sul, numa área remanescente das lutas pela terra, organizadas nos anos 1960, antes da ditadura militar (1964-85). A ditadura reprimiu violentamente os movimentos camponeses, cujas lideranças e dirigentes de sindicatos rurais foram presos, exilados, torturados, assassinados. Em julho de 1981, em defesa de um acampamento na região da Encruzilhada Natalino, em Ronda Alta, também no Rio Grande do Sul, foi organizada uma concentração que reuniu 30 mil pessoas, não só camponeses, que vieram de várias regiões do país manifestar solidariedade à luta pela terra e ao mesmo tempo contra a ditadura. Soma-se a esse cenário um aspecto decisivo sobre o MST e o PT, que explica a unidade, a amplitude nacional e a capilaridade dessas instituições nascidas nos anos 1980, o papel dos representantes da ala progressista da Igreja Católica, principalmente pelo trabalho da Teologia da Libertação, atuando pelas pastorais sociais e pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs)²⁹ concebidas na década de 1960 e que, na década seguinte, espalham-se pelo país e criam, em 1975, em

²⁹ Os principais expoentes da Teologia da Libertação no Brasil, são Leonardo Boff e Frei Betto. De acordo com este, no final dos anos 1970 multiplicava-se a militância das CEBs em quase cem mil núcleos Brasil afora. As CEBs eram “a Teologia da Libertação cultivada na roda dos pobres, a comunidade nascendo”, a conscientização da comunidade, “por uma nova ótica da fé cristã nos subterrâneos da pobreza latino-americana. [...] Qual fênix, o movimento social renasceu do lento, silencioso e capilar trabalho das CEBs, dos sindicalistas que não abraçaram a luta armada, da esquerda que preferiu hibernar entre as classes populares. Renasceu do método Paulo Freire [1968, Pedagogia do Oprimido], a ensinar-lhe que ninguém é mais culto do que o outro, existem culturas paralelas socialmente complementares, e o erudito não sabe o que sabe a cozinheira, o mecânico semianalfabeto sabe o que não sabe o professor universitário, e essa conquista de autoestima, através da pedagogia do oprimido, deu força, alento, coragem e dignidade ao movimento social” (Betto, 2006: 48 e 50).

Goiânia, capital de Goiás, a Comissão Pastoral da Terra (CPT), em resposta à desmedida violência sofrida pelos posseiros das regiões Norte e Centro-Oeste. A CPT vai ser muito importante para reorganizar o grande contingente de camponeses expulsos da terra pela violência nas regiões Norte, Centro-Oeste e Nordeste, e pela mecanização rápida e intensa da lavoura no Sul. Assim, no meio rural, havia o mesmo clima de ascensão das lutas populares que efervesciam nas cidades, para exigir a democratização do país e desafiar a ditadura militar a admitir um novo modelo de sindicalismo, que se contrapunha ao tutelado pelo Estado. Da mesma forma, todas as ações das lutas populares foram canalizadas para a construção de um instrumento partidário da classe trabalhadora, o Partido dos Trabalhadores (PT), criado oficialmente em 10 de fevereiro de 1980. Quatro dias depois, em 14 de fevereiro, como resultado da Assembleia Geral da CNBB, é publicado o histórico documento, *Igreja e problemas da terra*, que além de pregar a urgência da reforma agrária e a organização dos trabalhadores rurais de todo o país, vinha denunciar as práticas de trabalho escravo, opressão, violência e expulsão dos índios e dos camponeses pelos jagunços, pistoleiros profissionais, policiais e juízes em defesa dos latifúndios, os quais representavam menos de 1% do número de estabelecimentos rurais e ocupavam quase metade da área total utilizável do país. Entre 1979 e 1984, há dezenas de ocupações de terra em todo o território nacional. Os posseiros, os sem-terra e os assalariados rurais uniram-se para lutar pela terra em vez de migrar para a cidade. Em janeiro de 1984, a CPT reúne em Cascavel, Paraná, lideranças da luta pela terra de 16 estados brasileiros. O objetivo era dialogar sobre a importância de investir na formação política e a necessidade de organizar um movimento de massas dos camponeses em nível nacional e autônomo. Após cinco dias de debates e reflexões coletivas nasce o MST (CNBB, 1980; Stedile e Fernandes, 1999; Fernandes, 1999; Stedile, 2005c, 2009).³⁰

A expropriação da população rural de sua base fundiária gerou,

³⁰ O PCB na década de 1940 e a Igreja, com a CPT e a CNBB, nos anos 1970 e 80, são as instituições não camponesas de amplitude nacional, responsáveis por colocar a reforma agrária no debate político do país (Sampaio e Carvalho Filho, 2007).

historicamente, a migração da família camponesa para viver na periferia das cidades. Mas esse contexto também gera o crescimento da organização camponesa, na luta pela terra, através dos trabalhos de base do MST, quando este coloca para as famílias marginalizados a ocupação de terras como alternativa à vida miserável na cidade. Portanto, a luta pela terra não se inicia com a ocupação, mas com os trabalhos de base do MST, ao convidar para a luta pela terra, as famílias que não têm mais alternativa na busca de uma vida digna (Fernandes, 2008). O processo do trabalho de base é detalhado por Fernandes:

No início do processo de formação do MST, as famílias partiam para a ocupação somente depois de meses de preparação nos trabalhos de base. Desse modo, os sem-terra visitavam as comunidades, relatavam suas experiências, provocavam o debate e desenvolviam intensamente o espaço de socialização política em suas dimensões comunicativa e interativa. Esse procedimento possibilita o estabelecimento do espaço de luta e resistência de forma mais organizada, pois as famílias das comunidades passam a conhecer os diferentes tipos de enfrentamentos da luta. [...] E ainda, quando há um acampamento permanente ou aberto,³¹ as famílias podem iniciar-se na luta, inaugurando o espaço comunicativo por meio da exposição de suas realidades nas reuniões para organizar as ocupações. É o que acontece quando os sem-terra estão lutando pela conquista de várias fazendas, e novas famílias vão se somando ao acampamento, enquanto outras vão sendo assentadas. No acampamento, os sem-terra fazem periodicamente análises da conjuntura da luta. Essa leitura política pelos movimentos socioterritoriais não implica maiores dificuldades, pois eles estão em contato permanente com suas secretarias, de modo que podem fazer análises conjunturais com base em referenciais políticos amplos, como os das negociações em andamento nas capitais. [...] Ocupam a terra diversas vezes como forma de pressão para abrir a negociação, fazem marchas até as cidades, ocupam prédios públicos, fazem manifestações de protesto, reuniões etc. [...] As realidades locais são muito diversas, de modo que tendem a predominar nas decisões finais as realidades das famílias que estão fazendo a luta. [...] E as instâncias representativas do MST carregam essa espacialidade e

³¹ “Na segunda metade da década de 1990, em alguns estados, o MST começou uma experiência que denominou de acampamento permanente ou acampamento aberto. Esse acampamento é estabelecido em regiões onde existem muitos latifúndios. É um espaço de luta e resistência para o qual as famílias de diversos municípios se dirigem, a fim de participarem da luta organizada pela terra. Desse acampamento permanente, os sem-terra partem para várias ocupações e podem transferir-se para elas ou, em caso de despejo, retornar. Conforme vão conquistando a terra, vão mobilizando e organizando também novas famílias, que se integram ao acampamento” (Fernandes, 2012b: 25).

essa lógica, pois um membro da coordenação ou da direção nacional participa do processo desde o acampamento até as escalas mais amplas: regional, estadual e nacional (2012b: 25-6).

No MST estão reunidas quase dois terços das famílias sem-terra do Brasil, um país onde há aproximadamente 90 movimentos camponeses de luta pela terra, entre os quase 140 movimentos socioterritoriais. Entre 2000 e 2016, militaram no MST, 530,5 mil famílias das 842,7 mil que realizaram ocupações (DATA LUTA, 2017). Nos 30 anos de 1984 a 2014, cerca de 450 mil famílias militantes no MST conquistaram a terra em assentamentos (de acordo com a Secretaria Nacional do MST). Esse grande número de pessoas que se dispõem a lutar pela terra nas ocupações, deve-se muito aos trabalhos de base e à formação política do movimento. A educação tornou-se prioridade do MST, tanto para lidar com questões práticas, como para apreender a conjuntura política e socioeconômica. Em 1999, diante de tantas apostilas disseminadas nos cursos de formação, nasce a Editora Expressão Popular, baseada na estratégia de livros baratos a partir da renúncia de direitos autorais. A formação política dos militantes se dá em cursos de Realidade Brasileira, dentre várias outras temáticas, desenvolvidas pelo próprio movimento e em convênio com universidades públicas. Dessa parceria já foram construídos mais de 100 cursos de graduação para o público específico sem-terra. Devido a um convênio com Cuba, algumas famílias sem-terra já têm filhos formados em medicina. Foram alfabetizados 50 mil adultos. Alguns militantes passaram de adultos analfabetos a pós-graduados.³² O notório processo de formação política do MST é bem sintetizado por De Carli:

A transformação dos interesses em consciência emerge sob o crivo de vários tipos de anseios individuais, como o desejo pela propriedade ou por uma formação, mas que, ao fim, é associado à vivência de uma coletividade, a própria organização social, e é somado a isso um trabalho de formação política do MST. [...] O interesse pela terra, todavia, não explica, por si, a consciência sem-terra. Ela é o motor inicial, o que provoca a convergência do interesse individual com o interesse coletivo. Mas, a partir disso, o MST inicia um trabalho de formação política, de leitura da realidade fundiária local e nacional. A vivência na organização é

³² mst.org.br, acesso: entre 2010 e 2016.

acompanhada ainda pelos trabalhos de assimilação identitária com o MST, nos rituais das místicas, de cantarem o hino todos em pé, olhando para a bandeira do movimento, entre outras simbologias. [...] Há uma diferença entre uma luta por terra (estrita à materialidade da conquista individual) e a luta pela terra, que se denomina, mais ou menos, serem as formas de convergência do interesse individual com a consciência política (2014: 309-10).

O ápice do tratamento dado à educação e aos cursos de formação política dos militantes é a Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF). De acordo com uma Liderança Nacional do MST,³³ a ENFF é a principal referência para distinguir o MST de outras entidades que ao longo do tempo arrefeceram a formação política e a mobilização popular, como por exemplo o PT:

É muito difícil o nosso relacionamento com o PT, porque surgimos na mesma origem, mas em termos ideológicos, aí nos apartamos. Nós temos a nossa Escola Nacional Florestan Fernandes, que amanhece e anoitece com pelo menos 250 pessoas todo dia fazendo curso de formação política, durante 365 dias do ano. Se estuda o pensamento latino-americano. Temos parcerias com pelo menos 75 universidades, fazemos cursos de Realidade Brasileira. Colocamos nossos jovens lá dentro, como universitários. O PT, CUT, a Igreja não faz mais isso. Quem é que faz formação política? Reunião de três, quatro dias pra discutir os problemas, pra criar uma organização? Nós fazemos. O PT faz uma reunião de diretório que tá marcada prá 19:00, começa 19:30 e acaba antes das 21:00, porque as pessoas têm outros compromissos. Não acontece mais debate político dentro do PT. Pelo menos no campo ideológico, mantivemos nossa mística, nossos símbolos, fizemos Jornada Socialista. Nossos dirigentes nunca acumularam nada material, só conhecimento, esse é o nosso orgulho e pagamos um preço alto por isso, porque nossos

³³ No Capítulo 1, explico a metodologia das entrevistas com as três esferas de Lideranças do MST, Local, Estadual e Nacional (identificadas por LL, LE, LN). Esses sujeitos terão voz ativa no Capítulo 4, mais especificamente. Porém, devido à relevância de suas narrativas como construtores do MST e do PT, serão citados quando trato da criação de ambos.

filhos se submetem a situações muito precárias de vida, mas ninguém se arrepende, nós temos convicção de que ainda é possível, apesar de que a gente não ilude ninguém. E por isso que somos tão perseguidos. Em 2007 criaram uma CPMI pra cima do MST, ficaram dois anos investigando tudo que tínhamos, desde associação regional, estadual, nacional. [A CPMI era composta] por todos os partidos mais conservadores, reacionários, o Tribunal de Contas da União, a Política Federal, e não acharam nada. Tanto é que não tem um dirigente nosso processado, condenado. Então, temos uma salvaguarda moral que nos dá um bom arsenal pra continuarmos mais uns 30 anos ainda. E não é fácil você produzir lideranças como um João Pedro, como um Serginho. Isso se constrói no processo de ascenso de massas, ali surgem as boas lideranças (LN-A).

Para uma Liderança Estadual do MST, a Escola Nacional Florestan Fernandes, é fundamental para a formação política do sem-terra:

Pra quem diz que o MST deu uma esfriada, movimentos sociais têm várias etapas de luta. Às vezes tem pouca conquista no campo, mas não é só isso que o MST procura. Pra reforma agrária, a primeira coisa que tem que conquistar é a terra. Mas a sociedade que o MST tem conseguido conquistar são as várias burguesias que o MST tem conseguido entrar pela porta da frente como, por exemplo, várias universidades. Então, o MST não perdeu o apoio da sociedade. Em alguns momentos é a luta direta com a burguesia, em outros o espaço é mais para a formação. Você tá todo o tempo formando, mas tem momentos que tem que formar mais gente, com mais rapidez. O movimento tem conseguido articular com todas as entidades, mesmo aquelas que não fazem a luta direta, pelo menos apoiam. Tem uma grande conquista que é a nossa Escola Nacional Florestan Fernandes, em São Paulo. O MST ainda faz formação política, tem movimentos aí

que não conseguem sentar um dia de reunião. E o MST fica oito dias em reunião de direção, de coordenação, fica vinte, trinta dias em curso de formação, não perdeu seu objetivo principal que é fazer a reforma agrária e continua na luta por justiça social. Tem muita gente que vê o movimento pelas lideranças. Não! O movimento é o povo. Sem povo não tem movimento. E o MST tem zelado muito dessa base com formação política, com luta. Não tem nada pra fortalecer e unir mais um povo, do que um processo de luta. Isso eu aprendi desde os onze anos de idade, um povo unido é quando está fazendo luta, se você para, acomoda, aí vem só os problemas (LE1).

A Escola Nacional Florestan Fernandes, foi inaugurada em 2005, em Guararema, São Paulo. Sua construção, iniciada em 1996, pelas mãos de mais de mil sem-terra, de centenas de acampamentos e assentamentos, teve o impulso financeiro decisivo a partir da doação dos direitos autorais de Sebastião Salgado, José Saramago e Chico Buarque, do livro e CD *Terra*. Atualmente, a ENFF conta com mais de 500 professores voluntários do Brasil, da América Latina e de outros países.³⁴ Todas essas informações foram acessadas no endereço virtual do MST na internet,³⁵ que reúne fontes de investigação sobre questão agrária, com livros, teses, jornais, revistas, *sites*, vídeos, além de reportagens a favor da emancipação social, da reforma agrária, da soberania alimentar e da agroecologia; e contra a realidade do Brasil ser um dos maiores consumidores mundiais de agrotóxicos, na lógica do agronegócio, de monoculturas, de sementes transgênicas, para a exportação de *commodities*. Sobre essas ações do MST em várias esferas da sociedade, uma Liderança Nacional afirma:

³⁴ Boaventura Santos classifica a ENFF do MST, como “uma de suas conquistas mais simbólicas e irradiadoras na árdua luta por justiça social e fraternidade. [...] Se constitui como espaço de encontros, formações e intercâmbios que contribuem significativamente para a ampliação e o fortalecimento da atuação de movimentos sociais – não apenas do Brasil, mas da América Latina e de outros continentes. Ao longo de sua existência, a ENFF vem servindo como referência para a construção de conhecimentos populares e autônomos, promovendo a articulação com dezenas de universidades de vários países, inclusive com o próprio Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra” (2016c: 2).

³⁵ mst.org.br. Acesso entre 2010 e 2016.

Temos feito um esforço enorme de salvar o nosso movimento na articulação que fizemos com a sociedade, que hoje nos reconhece por um sentido moral. Nós reunimos tantos intelectuais, em 1999, colocamos o MST no mundo, com José Saramago, Chico Buarque, Sebastião Salgado e tantos outros e comitês internacionais. E foi o que nos salvou, só não fomos massacrados, por causa dessa habilidade que tivemos (LN-A).

A participação do MST na Via Campesina, também foi fundamental para a articulação internacional da sua postura de resistência. A Via Campesina foi criada em 1992 e congrega, em vários países, organizações camponesas que militam por um modelo de desenvolvimento da agricultura que assegure a preservação do meio ambiente e a socialização da terra e da renda para a soberania alimentar ³⁶ (Fernandes, 2002). Conforme Tamás Szmrecsányi:

Soberania alimentar é o poder das pessoas autodeterminarem e autogerirem sua produção e/ou consumo de alimentos de origem vegetal e animal. Ela tem por pressupostos a existência de uma capacidade própria de produção e de consumo, bem como de um fluxo de renda dela proveniente e capaz de ativá-la. Trata-se de pressupostos inexistentes para as pessoas e as famílias desprovidas seja dos meios de produção para tanto – representados pelo acesso à terra, aos instrumentos de trabalho e demais insumos – seja pela disponibilidade de empregos permanentes devidamente remunerados. Isto significa que esta soberania encontra-se fora do alcance das pessoas precariamente sustentadas por auxílios do tipo Bolsa Família e outras formas assistencialistas de renda mínima, que só servem

³⁶ Segundo a Via Campesina, soberania alimentar é “o direito dos povos de definir suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos, que garantam o direito à alimentação a toda a população, com base na pequena e média produção, respeitando suas próprias culturas e a diversidade dos modos camponeses de produção, de comercialização e de gestão” (viacampesina.org, acesso: 22.11.2016). A soberania alimentar é muito mais abrangente do que a segurança alimentar. Esta foi definida, em 1996, pela FAO como, “garantir a todos condições de acesso a alimentos básicos de qualidade, em quantidade suficiente, de modo permanente e sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, com base em práticas alimentares saudáveis, contribuindo, assim, para uma existência digna, em um contexto de desenvolvimento integral da pessoa” (fao.org.brasil, acesso: 22.11.2016). Já o conceito de soberania alimentar considera que a soberania de uma nação começa pela alimentação, pela comida produzida e comercializada localmente, sem veneno ou demais danos ambientais, respeitando a cultura local e sem submeter-se à dependência do mercado internacional para alimentar a população nacional.

temporariamente para matar a fome de seus beneficiários. Dentro dessa perspectiva, as principais ameaças à soberania alimentar dos que de fato a possuem origina-se de um lado, da expulsão do campo dos pequenos produtores agrícolas independentes, e do outro, do aumento do desemprego. A primeira diminui a oferta local de alimentos para a população e provoca um aumento de seus preços, enquanto o segundo reduz a demanda efetiva. Ambas essas tendências acabam requerendo uma ampliação do assistencialismo compensatório, traduzindo-se *ipso facto* num decréscimo da soberania alimentar (Szmrecsányi, 2007: 150-51).

Dessa maneira, a luta do MST denuncia o quanto a sociedade brasileira distancia-se, cada vez mais, da soberania alimentar. Para Stedile, “a soberania alimentar somente será possível se acontecer em paralelo com a soberania política dos povos que precisam ter condições políticas para exercer a autonomia dos seus territórios e sobre o Estado” (2007: 1). Entre os membros da direção nacional do MST, a principal referência é João Pedro Stedile, que se envolveu, desde o final dos anos 1970, nas ações da luta pela reforma agrária e é um dos fundadores do MST.³⁷ Stedile esboça um quadro da questão agrária no Brasil no período que antecede o governo Lula:

Durante toda a década de 1960, coincidindo com a primeira crise do modelo capitalista da industrialização dependente, com o reascenso do movimento de massas no país, com o surgimento das primeiras organizações camponesas com caráter de classe e organizadas em nível nacional – como foram as Ultabs [União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil, fundada em 1954, liderada pelo militante do PCB, Lyndolpho Silva, que em 1963 ajudaria a criar a Confederação Nacional dos Trabalhadores

³⁷ João Pedro Stedile, gaúcho, filho de pequenos agricultores de origem italiana, formado em economia, trabalhou na Secretaria de Agricultura do Rio Grande do Sul. É um militante popular que também milita na produção intelectual sobre a questão agrária, com vários artigos e organização de livros, destacando-se a entrevista concedida a Bernardo Mançano Fernandes, publicada com o título: *Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil* (Stedile e Fernandes, 1999). De Carli (2014: 148) explica a organização interna complexa do MST: “Nos termos da organicidade horizontal, o movimento está estruturado em setores: produção e meio ambiente, saúde, educação, cultura, comunicação, finanças, formação, juventude, frente de massas, direitos humanos e gênero. Em cada acampamento ou assentamento, em cada região, em cada Estado, há dois dirigentes desses setores, na medida do possível. Em termos verticais, em sua base, há os núcleos dos assentamentos, que são dirigidos pela coordenação estadual, que está subordinada à direção nacional, que é o órgão máximo de decisão do movimento, composto por dois representantes de cada Estado em que o MST atua (um homem e uma mulher) e por dois representantes de cada setor”.

na Agricultura, Contag], as Ligas Camponesas [no Nordeste] e o Movimento dos Agricultores Sem-Terra, Máster, no Sul, além de outros movimentos organizados pela Igreja Católica [...] – tivemos o florescimento de inúmeros programas e teses políticas em defesa da reforma agrária. [...] Os vinte anos de ditadura silenciaram as organizações dos trabalhadores e os partidos políticos de esquerda e o verdadeiro debate em torno dos programas de reforma agrária só é retomado com o processo de redemocratização do país. Tivemos um primeiro sinal quando, no terceiro congresso nacional da Contag, em 1979, surgem teses críticas ao governo militar e se retoma o debate da reforma agrária. [...] Seguiu-se o surgimento de novos movimentos no campo, entre eles o MST, que se tornaria o mais expressivo. [...] No período mais recente da luta pela reforma agrária, sem dúvida alguma a hegemonia do debate e das ideias em torno do que deveria ser uma reforma agrária foi compartilhada pelo PT, como a principal força partidária de esquerda, e pelo MST (Stedile, 2005c: 14-15).

A partir de 1979, com a desmoralização e falta de apoio para a repressão militar, o problema passa a ser, cada vez mais, a ação de jagunços e pistoleiros, que vão praticar muitos assassinatos de sem-terra e de lideranças camponesas. Com o ambiente de mobilização popular e redemocratização, o governo Sarney (1985-89) não reprimia com violência as ocupações de terras, inclusive foi o período de mais ocupações de sedes do INCRA, resultando em um dos dois governos em que houve mais desapropriações e assentamentos. O outro foi o governo FHC (1995-2002). Na época do presidente Sarney, como ele não conteve a escalada das ocupações de terras, os latifundiários se organizam, sendo a maioria inicialmente composta por pecuaristas do estado de Goiás, e fundam a União Democrática Ruralista (UDR), para reprimir o MST e pressionar o governo. A UDR foi criada 30 dias após o lançamento, no início do governo Sarney, do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), e influenciou decisivamente o seu fracasso, que assentou 140 mil famílias de 1,4 milhão prometidas (Stedile e Fernandes, 1999; Mendonça, 2006). O MST era visto pelas lideranças da UDR da seguinte maneira:

Sinceramente, não gosto desses agitadores que vêm pregando o socialismo para as classes menos favorecidas. Hoje em dia, matutos de meia-tigela recebem folhetos para se rebelarem contra o patrão (Globo, 18/5/86: 13). São os tecnocratas incompetentes,

a demagogia da Igreja de [Leonardo] Boff, que quer casar Marx com Deus, e essa esquerdinha de boutique, que faz discurso politiqueiro para ganhar eleição. Esse negócio de sem-terra, por exemplo, não existe. É demagogia. Existe posseiro, empregado rural e uma multidão que está sendo incentivada a invadir terras, invadir a propriedade privada, depois não tem como trabalhar a terra (Jornal do Brasil, 19/7/87: 11) (Mendonça, 2006: 148).

A UDR teve intensa atividade na articulação parlamentar conhecida como bancada ruralista, um numeroso grupo de deputados e senadores representantes dos interesses dos grandes proprietários de terra, que limitou a Constituição de 1988, ao garantir a propriedade privada da terra e os entraves à reforma agrária. Além disso, a UDR virou símbolo da violência ao investir na profissionalização de pistoleiros.³⁸ Em 1986, a mando de fazendeiros da UDR, foi assassinado um padre da CPT que atuava na região do Bico do Papagaio, em Tocantins, na divisa deste estado com o Maranhão e o Pará. Em 1988, fazendeiros ligados à UDR assassinaram Chico Mendes, seringueiro, ativista ambiental mundialmente reconhecido, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri, no Acre, onde ajudou a fundar do PT e da CUT (Stedile e Fernandes, 1999).

Sobre esse ambiente, o sociólogo Florestan Fernandes deixou registrado o seu testemunho como deputado da Assembleia Nacional Constituinte (ANC):

A ANC é representada utopicamente, como dando o mesmo peso e o mesmo valor a todas as classes, da burguesia aos operários, aos trabalhadores do campo e aos excluídos ou condenados (os miseráveis da terra, dos indígenas aos favelados). Essa concepção utópica da ANC constitui uma ficção. Basta ver os investimentos que as classes burguesas mais poderosas fizeram nas campanhas eleitorais para conquistar uma maioria imbatível

³⁸ A Comissão Nacional da Verdade considera que “a democracia incipiente do governo Sarney, aliado aos governos dos estados de Goiás, do Pará e do Maranhão, deu consentimento tácito às ações armadas comandadas pelos membros da UDR, criada por fazendeiros de Goiás, mas que logo se expandiu para todo o país. A UDR foi o agente ideológico e o articulador político da violência do latifúndio que, em defesa de suas terras, passou a fomentar de forma sistemática e organizada a violência no campo, promovendo assassinatos de posseiros, sindicalistas e advogados de causas dos camponeses. [...] Enquanto os camponeses que tentavam defender suas posses continuaram a ser reprimidos como ‘terroristas’, uma organização armada criada por fazendeiros recebeu uma espécie de aval não declarado do Estado para reprimir e matar, à margem dos dispositivos legais, em nome do direito de defesa da propriedade” (CNV, 2014: 94-95).

na ANC. [...] Mobilizaram todas as formas de pressão e de agressão para fazer uma constituição que contemple os interesses e os alvos políticos da burguesia. Que sirva de exemplo o caso-limite que se deu com a reforma agrária. Até a violência foi aplicada maciçamente, e massas organizadas desfilaram em Brasília para exibir de que lado estão a força bruta e o poder decisivo. [...] Na ANC a sociedade civil aparece de cabeça para baixo, invertida. A minoria dominante, graças aos artifícios da democracia burguesa e dos mecanismos eleitorais, torna-se a maioria parlamentar (Fernandes, 1989: 66-7).

Contrastando com essa realidade, nas décadas de 1980 e 1990, a defesa da reforma agrária teve o PT como principal aliado político. Na campanha presidencial de 1989, o programa de governo de Lula prometia assegurar terra para quem nela trabalha e defendia explicitamente a reforma agrária como prioridade para a construção de uma sociedade mais justa, num modelo agrícola de produção voltada para o mercado interno, como complemento à política de distribuição de renda (Stédile, 2005c; De Carli, 2014). O PT era, segundo De Carli, “o partido da reforma agrária e o MST não só se sentia representado por ele, como, em algumas regiões do meio rural brasileiro, se confundia com o próprio” (2014: 146).

De acordo com Stedile, as dificuldades para o MST aumentam a partir da derrota da candidatura Lula, em 1989, e o início do governo Collor:

Foi uma derrota política de dez anos de ascensão do movimento de massas no Brasil. Ela nos atingiu também. Como estávamos na adolescência, éramos um movimento muito fraco ainda. [...] Afetou o ânimo da militância e aquela expectativa de que era possível fazer uma reforma agrária rápida. [...] E essa expectativa não era por acaso, não. [...] Naquela campanha, o maior comício que o Lula fez fora das capitais foi na Encruzilhada Natalino, com 40 mil pessoas. [...] O governo Collor, além de não fazer a reforma agrária, resolveu reprimir o MST. Acionou a Polícia Federal, o que é um agravante, pois não é uma tropa de choque, é repressão política pura. [...] Nos afetou muito, muita gente foi presa. Começaram a fazer escuta telefônica. Tivemos no mínimo quatro secretarias estaduais invadidas pela Polícia Federal. [...] Foi um período de muitas dificuldades materiais. Era uma pobreza desgraçada. [...] Foram três anos comendo o pão que o diabo amassou. A entrada do governo Itamar Franco [com o *impeachment* de Collor] foi um alívio muito grande. [...] É com ele que pela primeira vez somos recebidos pelo presidente da

República. [...] Nos reunimos várias vezes. Às vezes só o MST, às vezes em conjunto com outras organizações (Stedile e Fernandes, 1999: 70-2).

Em 1993, no governo Itamar (1993-94), a lei para desapropriação de latifúndio que não cumpre função social, para fins de reforma agrária, prevista na Constituição de 1988, finalmente é decretada. O MST intensifica as ocupações e o governo FHC (1995-2002), inicia pressionado pela espacialização da luta pela terra nas ocupações. Assim, o governo ia assentando as famílias conforme intensificavam as ocupações, o que prova que a terra só é conquistada pelo camponês na luta pela terra. Mas ao longo do governo FHC, a política de repressão aos sem-terra e de retrocesso nas decisões políticas para o campo evidenciam cada vez mais a sua base teórica-ideológica, o paradigma do capitalismo agrário (Abramovay, 1992), que nos anos 1990 ganha espaço na academia e na política.³⁹ Nesse paradigma o problema do campo seria o camponês atrasado, preso a rituais anacrônicos e estorvo ao progresso, então, era preciso sepultar o termo camponês, e propagar a expressão agricultor familiar integrante do agronegócio e não contra ele. O ideal seria todo agricultor familiar ser um “agronegocinho”. Uma Liderança Nacional do MST esclarece que:

Como a agricultura familiar não tem um componente identitário, eles não são camponeses, nem agronegócio, é o que chamamos de a perspectiva do agronegocinho. Todo mundo gosta da agricultura familiar, porque ela pode virar o agronegocinho, mas ela não vai virar o campesinato clássico e romper com o grande agronegócio, nem com o médio, eles não têm um componente de classe. A academia e o FHC conseguiram fazer isso, a propaganda foi, viva a agricultura familiar. Essa ideia de que todo mundo no assentamento tem que ter uma linda parábola, com salames

³⁹ Para Sampaio e Carvalho Filho (2007: 27): “A política agrária do denominado ‘novo mundo rural’, posta em execução desde que se estruturou o pacto do agronegócio no início do segundo governo FHC, incide em profunda inconsistência com o paradigma da igualdade social ao tentar escapar da questão agrária, [...] com a ilusão de incluir no agronegócio os pequenos produtores e trabalhadores, mediante exercícios de marketing e provisão de crédito subvencionado”.

pendurados em cada casa, com carro novo na garagem, uma cerca bonita e um cavalo, isso não é o que desejamos para os assentamentos. Tem que ser mais do que isso, mas corremos o risco de virar só isso ou talvez nem isso. Você virar um lindo assentamento que vai passar pela história como um espaço de renda e mais nada, porque não há a presença de um componente de luta, de novos valores. O desafio é: como esse acúmulo, fruto da luta, de enfrentamento, não retroceda, mas sim dê o salto? (LN-S).

O governo FHC criou leis para combater a luta pela reforma agrária introduzindo, com assessoria de organismos internacionais, como o Banco Mundial, a política de crédito para a aquisição de terras, em vez da desapropriação para assentamento de famílias sem-terra. Esse estímulo ao mercado de terras foi muito criticado pelos estudiosos da reforma agrária e pelo MST, visto que seria uma “reforma agrária de mercado”. O governo recebe o dinheiro do Banco Mundial e compra o latifúndio em vez de desapropriar. As famílias assentadas passam a dever diretamente a um banco. Dessa maneira, transformou-se em um grande negócio capitalista em meio às privatizações, porque o governo, que pagava ao latifundiário, uma parte em Títulos da Dívida Agrária, permitiu que estes pudessem ser trocados por ações das empresas estatais que estavam sendo privatizadas. Os obstáculos aos sem-terra aumentaram, principalmente após uma lei de emenda constitucional do ano 2000, que impede por quatro anos a desapropriação de terras “invadidas” e, com isso, forjou a criminalização das ocupações de terras, encaradas como ações violentas, numa inversão da realidade, onde a violência é causada pela estrutura fundiária ilicitamente concentrada, sendo que as ocupações são uma forma de denunciar e tentar reverter essa estrutura fundiária (Stedile e Fernandes, 1999; Fernandes, 2008; Stedile, 2009). Segundo uma Liderança Local do MST:

Com o aumento da visibilidade e importância do MST, nos anos 1990, principalmente, 1995, 1996 e em 1997, que foi o auge, com a Marcha

Nacional pela Reforma Agrária, mais de 100 mil pessoas marchando para Brasília, o que ocorreu é que a burguesia se assustou a tal ponto, que se rearticulou e veio pra cima do MST, com estratégias até então não utilizadas pra nos combater. Passamos a sofrer perseguições terríveis, principalmente na tentativa de desmoralização do MST. Perseguição às entidades que nos ajudavam, que contribuíam para dar sustentação ao movimento. Por exemplo, a CONCRAB [Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil], que era uma espécie de guarda-chuva que fazia o trabalho a nível nacional com todos os estados, de viabilização de projetos, de discussão da questão da produção. Eles vieram pra cima, na intenção de desmoralizar, no sentido de que estávamos cometendo desvios de verba. O Judiciário partiu pra cima das nossas cooperativas. De certa forma, o movimento passa a ter que mobilizar muito tempo e energia pra esse tipo de coisa, enquanto poderíamos estar no confronto da luta direta de montagem da base, de ocupação da terra (LL4).

No período do governo FHC ocorre os dois maiores massacres da história do MST. O massacre de Corumbiara, Rondônia, em agosto de 1995, quando uma operação de reintegração de posse reuniu 194 policiais, além de pistoleiros contratados por fazendeiros e durante a madrugada invadiram o assentamento. Morreram nove sem-terra e dois policiais. Em 1996, o MST realiza uma grande onda de ocupações simultâneas em vários estados. Em 17 de abril de 1996, em Parauapebas, região de Eldorado dos Carajás, no Pará, durante a manifestação que bloqueava uma rodovia local para pressionar o assentamento das famílias acampadas ocorreu um massacre, o assassinato de 19 sem-terra e outros 69 feridos, dos quais três viriam a falecer posteriormente, numa ação com 156 policiais militares, sendo que oito deles ainda se envolveram no assassinato de mais dois líderes do MST em março de 1998. Somente o comandante da operação e seu auxiliar foram punidos com nove meses de reclusão ⁴⁰ (CPT,

⁴⁰ O jornalista Eric Nepomuceno, após pesquisar por mais de três anos sobre o massacre e constatar a impunidade, assevera: "Pelo Brasil afora, é mais perigoso matar um boi do que

1997; Stedile e Fernandes, 1999, Nepomuceno, 2007). O Massacre de Eldorado dos Carajás é interpretado por De Carli como:

Uma prática radical de defesa intransigente da propriedade de terras [...] mediante a própria fragilidade da legalidade dos títulos oficiais de terras. O massacre foi executado com o intuito de acabar com o MST na região, servir de lição para que aquelas pessoas não voltassem a acampar. [...] Em relação ao MST, entretanto, por sua organização nacional, o massacre teve um efeito reverso. As famílias foram assentadas e a área da Fazenda Macaxeira foi desapropriada. [...] Muitos políticos visitaram a região no dia seguinte. Pessoas influentes que antes nunca haviam se manifestado em defesa da reforma agrária passaram a simpatizar com a causa. O alto clero da Igreja Católica teve um papel preponderante nesse trabalho de denúncia perante a comunidade internacional, principalmente figuras influentes da teologia da libertação. [...] Criou-se, na época, um ministério específico para a reforma agrária. De um dia trágico, o 17 de Abril passou a se transformar num dia de luta, num dia de sonho pela terra livre, pela reforma agrária. Até hoje, essa data marca as jornadas de luta do MST e da Via Campesina, passando a se tornar o dia internacional da luta camponesa (2014: 303-4).

Com a publicação, em 2015, dos seus *Diários da presidência*, fica exposto que FHC fala com desdém e preconceito dos sem-terra. Durante o seu governo, os sem-terra o incomodavam muito, simplesmente por existirem, mas principalmente pelas “invasões”. Fica evidente que a maioria dos assentamentos realizados resultaram da luta pela terra. Ao assentar famílias, FHC sempre nutria a esperança de cessarem as “invasões”. Nas suas reflexões sobre o MST, insiste em dizer que se trata de um movimento político, com o único objetivo de desestabilizar o governo.⁴¹ O movimento é sempre relacionado com Chiapas, ao vincular a luta pela terra à potencial revolução vinda do campo. Classifica o MST como um movimento ideológico, anacrônico, messiânico, reencarnação de

um homem. Os matadores de gado costumam ser perseguidos, apanhados e punidos. Os de homens continuam impunes. Entre 1985 e 2005, a cada cinco dias alguém foi morto por um pistoleiro contratado por algum fazendeiro em algum lugar do Brasil. Nesses vinte anos, 1.400 mortos” (2007: 37).

⁴¹ Em 2002, o candidato apoiado por FHC para a sucessão presidencial, José Serra, do PSDB, em entrevista a programa de TV, quando questionado sobre o MST, respondeu que se tratava de um grupo político e não de um movimento social, e se eleito presidente trataria desse “tema de polícia” com a criação do Ministério da Segurança Pública.

Antônio Conselheiro (Cardoso, 2015). FHC deixa bem visível que no Brasil a reforma agrária é encarada como uma afronta à ordem, enquanto nos países capitalistas que se desenvolveram, a reforma agrária foi pré-requisito. Vejamos as impressões de FHC sobre o MST, no seu governo:

O MST hoje é autônomo, não querem terra, o que eles realmente querem é manter uma pressão constante sobre o governo. [...] Quero mostrar que o governo está agindo e dar um cala-boca aos sem-terra. [...] Há uma preocupação grande dos serviços militares de informação quanto à inquietação organizada no campo e, dizem eles, até mesmo em relação ao movimento de Chiapas. [...] Não acredito muito, mas o MST é um movimento regressivo de tipo camponês com ideologia moderna. Não sei, pode ser uma contradição em termos mas que pode dar grande dor de cabeça. [...] Existem grupos armados dentro dessa questão do MST, algumas pessoas pensam que estão fazendo Chiapas aqui no Brasil, o que é uma loucura. [...] Há também resquícios do passado no MST. [...] De novo Canudos, velhos messianismos. [...] Pode haver e há exploração política no sentido de que alguns iluminados ainda acreditam numa espécie de revolução que viria do campo. [...] O MST, na verdade, é um movimento revolucionário de cunho saudosista. [...] Trata-se de um movimento na verdade arcaico, é como se fosse Antônio Conselheiro outra vez. [...] E temos que cuidar de não estar também fomentando o MST. O Banco do Brasil deu recursos, o Ministério da Educação, o Ministério da Agricultura, o INCRA, todo mundo faz convênios com eles, é como se fosse uma organização social comum, pacífica, mas não é. Há outro aspecto, que é o da crença que é possível surgir um movimento revolucionário a partir daí. [...] Vou atuar com responsabilidade, separando a importância da reforma agrária da questão quase surrealista, não sei nem como qualificar, desse movimento ao mesmo tempo anacrônico e revolucionário, baseado na crença de que a partir do campo vem a revolução para um país urbano e industrializado. Fica todo mundo compungido pela injustiça que existe e pelo sinal contrário a ela que o MST emite. E ao mesmo tempo paralisado diante de ações que podem vir a complicar o jogo político normal. [...] Recebi o Movimento dos Sem-Terra. Durante duas horas. Estava lá o João Pedro Stedile, que obviamente é o líder, pelo menos o líder ideológico deles. [...] Eles são organizados, é uma coisa assim quase clerical. Gente jovem. Poucos agricultores, pela cara e pelas mãos também, é mais ideológico. Mas é gente que entende, sabe da situação, sobretudo o Stedile. [...] Discuti com os líderes do senado a situação dos sem-terra e da reforma agrária. [...] Vamos ter que mudar de estratégia, fazer mais compra de terras do que desapropriações, senão vamos cair na armadilha do MST. [...] Estou disposto a colocar a polícia militar. [...] Não se pode ficar sob pressão dos que invadem o INCRA.

[...] O pessoal do MST, com esse afã de fazer pressão, passou dos limites. [...] O governo está fazendo, quer fazer, vai fazer a reforma agrária, mas não dá para continuar tolerando essas invasões e ocupações de prédios [...] e que não venham com esse sonho de Chiapas no Brasil (Cardoso, 2015: várias páginas).

Sucessor de FHC, Lula vence as eleições em 2002, quando disse que faria a reforma agrária numa canetada só. Não houve reforma agrária no governo Lula (2003-2010). Em 2009, Stedile descreve essa realidade com resignação:

Consideramos uma vitória contra o neoliberalismo a eleição do Lula, em 2002. Tínhamos esperança de que pudesse desencadear um novo reascenso do movimento de massas e de que a reforma agrária seria implementada. Não houve reforma agrária. Ao contrário, as forças do capital ampliaram seu controle sobre a agricultura brasileira. Hoje a maior parte da produção e distribuição de mercadorias agrícolas está sob controle das empresas transnacionais. Por outro lado, avançamos na unidade das organizações do campo, construindo a Via Campesina Brasileira com articulação internacional. A luta pela reforma agrária ficou mais complexa, deixou de ser aquela medida clássica: desapropriar grandes latifúndios e distribuir lotes para os pobres camponeses. Agora, as mudanças no campo dependem de mudança não só da propriedade da terra, como do modelo de produção. Se agora os inimigos são também as empresas internacionalizadas, que dominam os mercados mundiais, significa que os camponeses dependerão cada vez mais das alianças com os trabalhadores da cidade para avançar nas conquistas (2009: 4).

O governo Lula, de fato, não tinha compromisso com a reforma agrária e, mesmo mantendo uma boa relação com os movimentos populares, não reverteu a ofensiva política contra qualquer movimento camponês que combata a concentração de terra, porque ninguém pode questionar o agronegócio. A mídia e o Estado promovem o agronegócio apresentando-o como o herói da geração de riquezas para o país. Assim, ele tem carta branca para comprar e mesmo grilar terras devolutas, terras de posseiros e terras de camponeses.

Em 2003, no início do governo Lula, o MST atuou, junto a um grupo de especialistas coordenados por Plínio de Arruda Sampaio, na elaboração do II Plano Nacional de Reforma Agrária (II PNRA), que assim como o PNRA, nos anos

1980, foi apenas parcialmente executado. Esse descaso político com a reforma agrária, conjugado à conivência do judiciário e à certeza da impunidade para a violência contra os pobres no Brasil, sempre traz graves consequências aos que lutam pela democratização da terra. No governo Lula não foi diferente. Em fevereiro de 2005, um consórcio de grandes grileiros do Pará encomendou a execução da missionária norte-americana, naturalizada brasileira, Dorothy Stang, de 73 anos. Irmã Dorothy, que vivia no Brasil desde 1966, na década de 1970 escolheu uma das regiões de maior incidência de conflitos fundiários do país para viver e defender a causa dos sem-terra, em Anapú, Pará, cidade cortada pela rodovia Transamazônica, onde aquela que ousou defender os pobres por tanto tempo foi executada com seis tiros. Em janeiro de 2004, cinco servidores do Ministério do Trabalho investigavam a ocorrência de trabalho escravo em uma fazenda em Unaí, noroeste de Minas Gerais, quando foram emboscados e mortos a tiros. Entre os nove acusados de mandantes e executores da chacina que continua impune, está o proprietário da fazenda, que já foi prefeito de Unaí pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) (CPT, 2005; Sampaio e Carvalho Filho, 2007). Em novembro de 2004, em Felisburgo, região do Vale do Jequitinhonha, Minas Gerais, ocorreu um massacre de sem-terra acampados desde maio de 2002, quando cerca de 230 famílias ocuparam a Fazenda Nova Alegria, que tratava-se de uma área devoluta grilada. O massacre ocorreu à noite, quando o próprio grileiro e seus jagunços atacaram o acampamento, ateando fogo nos barracos e disparando tiros que fizeram cinco mortos e mais de vinte feridos (MST, 2008). Em memória aos cinco anos do massacre, o MST (2009) publicou a “Carta de Felisburgo”, um importante documento que serve para descrever a situação dos sem-terra em geral:

Além do massacre sofrido em Felisburgo, continuam as ameaças às lideranças por parte dos latifundiários. Se não forem tomadas as medidas necessárias imediatamente para resolver tais conflitos, imprevisíveis serão seus desdobramentos. Denunciamos que as terras do Vale do Jequitinhonha continuam concentradas nas mãos de latifundiários e empresas, sendo essa a principal razão da pobreza e miséria local. As terras que deveriam ser destinadas à reforma agrária para produção de alimentos, sendo que muitas delas são devolutas, estão sendo repassadas para

empresas nacionais e multinacionais para plantio de eucalipto. As últimas matas que restam estão sendo destruídas. Existem dezenas de acampamentos, alguns se arrastam há mais de nove anos em condições subumanas e sofrendo constantes ameaças de despejos e perseguição de fazendeiros e milícias. Os assentamentos criados há mais de sete anos, continuam em situação semelhante aos acampamentos, sem acessar os créditos para infraestrutura, produção e habitação, sem licenciamento ambiental, sem energia elétrica, e praticamente sem condições de permanecer na terra. O estado precário das estradas impede a circulação das pessoas, principalmente estudantes e professores. Há casos em que crianças e adolescentes precisam acordar às quatro da manhã e caminhar mais de 10 km todos os dias para pegar o ônibus para a escola. Nos alegramos e festejamos a conquista da Fazenda Nova Alegria, onde será criado o assentamento Terra Prometida, passando a terra aos camponeses para produção de alimentos, produção da vida e a preservação do meio ambiente. Nos comprometemos a continuar a luta histórica pela reforma agrária até que a última cerca do latifúndio, do capital e da ignorância sejam derrubadas (MST, 2009).

3.3 O novo sindicalismo, a criação e os caminhos do PT

Há um homem, que é um líder operário de talento, mas que não chegou ainda à ideologia do proletariado, o Luiz Inácio Lula da Silva. Depois de dirigir três greves, em 1978, 79 e 80, afirmava ele – é possível até que já tenha esquecido esta afirmação, porque passou a ser um líder político, está envolvido nessa politicagem já – mas como líder operário, como líder sindical ele afirmou, um tanto quanto desanimado depois de dirigir três greves: não basta aumentar salário é necessário mudar o regime.

Luís Carlos Prestes, em 1985

Quando nós nascemos, o que diziam de nós? Não é possível ter um partido com as características do PT, um partido criado por trabalhadores, dirigido por trabalhadores. Isso não é real, isso não está escrito em nenhum lugar do mundo. Como é que vão agora esses metalúrgicos aqui do ABC, esses bancários, esses químicos, criar um partido? E nós criamos o partido. Depois eles achavam que nós não passaríamos de uma coisa pequenininha, bonita e radical. E nós não nascemos para sermos bonitos, nem radicais. Nós nascemos para ganhar o poder.

Lula, em 2013

No final da década de 1970 e início dos anos 1980, a gestação e o

nascimento de duas instituições, o Partido dos Trabalhadores (PT), que viria a se transformar no principal partido de esquerda do Brasil, e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), referência mundial de movimento popular organizado de massas, são desdobramentos da mobilização da sociedade brasileira para contestar a ditadura militar, balançada pelas campanhas da anistia e das *Diretas Já*, e pelas greves dos metalúrgicos que desafiaram a ditadura, devido à escalada da produtividade industrial, em contraste com o achatamento dos salários e à carestia resultada da manipulação dos índices oficiais de inflação pelo governo militar.

No livro, *Lula, o filho do Brasil*, Denise Paraná (2002) publica sua tese de doutoramento que contém, na íntegra, cinco entrevistas com Lula, realizadas em 1993, além de entrevistas com seus familiares. Lula, que nunca quis entrar para o sindicato, acaba cedendo à insistência de seu irmão, Frei Chico (algunha de José Ferreira de Melo), já engajado nas lutas sindicais e em grupos de esquerda que questionavam a ditadura. O convite havia sido feito ao Frei Chico, que na impossibilidade de aceitar, acabou convencendo o irmão caçula, despolitizado e sem a menor ideia das práticas sindicais, a compor, em 1969, a diretoria do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas e de Material Elétrico de São Bernardo do Campo e Diadema. Pouco a pouco, Lula vai se destacando pela habilidade de relacionamento, desde o mais simples operário, ao presidente do sindicato, o qual vai sendo ofuscado por Lula, que passa de mero coadjuvante da diretoria àquele que terá a habilidade de não aceitar compor a chapa de oposição nas eleições de 1972, pois acreditava que o melhor caminho para superar o sindicalismo corporativo, estagnado, era conquistar o poder do sindicato por dentro. A essa altura, Lula já se destacava como uma referência para os operários, tanto que era convidado para as reuniões da chapa de oposição, a qual havia recusado compor. Se constituindo nos primeiros seis anos no sindicato como uma liderança carismática e promissora, venceu as eleições para presidente da entidade em 1975, barrando seu antecessor. Sob a liderança de Lula surge o chamado novo sindicalismo, já que vai além do clientelismo e do assistencialismo sindical, ao levar as assembleias para o local de trabalho dos

operários, para lutar ativamente por seus principais interesses, como reposição das perdas salariais da inflação, garantia de emprego e melhores condições de trabalho. Lula, em entrevista concedida em 1993, descreve:

Nós passamos a ser o que tinha de mais esquerda na categoria. Ninguém era mais esquerda do que nós. [...] Nós éramos imbatíveis no esquerdismo. [...] Já tinha gente que era estudante [universitário] e tava entrando nas fábricas para ganhar o aparelho sindical. Mas [...] nós éramos mais esquerda do que eles. Até na nossa inocência nós éramos mais esquerdistas. [...] Foi um momento em que os estudantes começaram a imaginar que poderiam, entrando numa categoria importante como a nossa, liderar a classe operária brasileira ⁴² (Lula, em 1993 *apud* Paraná, 2002: 104, 105 e 124).

O reflexo dessa nova dinâmica é a reeleição de Lula, em 1978, com 98% dos votos. Entre 1978 e 1980, seu sindicato vai liderar as greves históricas de toda a categoria metalúrgica, que balançaram a ditadura, haja vista que mesmo proibidas por lei, as greves eram decididas, como em 1979, em assembleias com participação de até 150 mil operários. A duração da greve de 1980 foi de 41 dias, espalhando-se por todo o estado de São Paulo, com a paralisação de mais de 270 mil assalariados. Mas a consequência da greve de 1978, que conquistou importantes acordos salariais, foi a repressão dentro da fábrica pelo grande empresariado e a repressão policial pelo governo militar, que intervém no sindicato e afasta a diretoria em março de 1979 e, novamente, em abril de 1980, sendo que neste ano Lula é preso por 31 dias. Mas antes dessa reclusão, Lula já havia sido protagonista na fundação do Partido dos Trabalhadores (PT), em fevereiro 1980. Posteriormente, em 1983, também lidera a criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT). No ano seguinte, 1984, à frente do PT, tem papel destacado nas manifestações que reivindicavam eleições diretas para presidente, as *Diretas já*, que mesmo sem alcançar o objetivo repercutem positivamente em

⁴² Os universitários eram enviados por seus professores numa prática típica das esquerdas ocidentalizadas, que com atitude colonial de se autodeterminar a vanguarda que deve guiar o povo para a revolução, colocavam seus alunos disfarçados de metalúrgicos, como se os operários não tivessem experiências e conhecimentos à altura do conhecimento científico, baseado no eurocentrismo de uma produção do conhecimento em distinto contexto histórico e sociocultural (Santos e Meneses, 2009; Moretti e Adams, 2011; Grosfoguel, 2012).

todo o país. E em 1989, já reconhecido como uma das maiores lideranças populares da história do país, vai ser o candidato do PT a presidente da República. Se Lula, no início da carreira sindical, dizia querer distância da política, uma sucessão de episódios, dos quais o principal é a prisão e tortura, em 1975, do irmão, Frei Chico, o levaram a constatação de que o sindicato é para melhorar as relações capital-trabalho, e o partido político é para melhorar a sociedade ⁴³ (Paraná, 2002). Na compreensão de Paraná:

Apregooou-se diversas vezes que a rebelião das “bases” (dos representantes do trabalho) mudou a estrutura da sociedade brasileira redefinindo o poder “de cima” (dos representantes do capital), como se a história caminhasse em via de mão única. Não se trata aqui de procurar heróis se queremos compreender a fundo tão complexos processos históricos e sociais. Se os trabalhadores de fato desempenharam papel fundamental no processo recente de redemocratização do país, tornando Lula um de seus principais porta-vozes, é certo, contudo, que parte das classes dominantes tinham também interesse neste processo de abertura política. Em outros termos, em história não existem líderes geniais, iluminados, que agem sozinhos alterando a estrutura do mundo, definindo os caminhos por onde devem trilhar as nações. Em história há sempre *processos* nos quais múltiplos atores participam de um jogo/luta cujo final nunca está definido aprioristicamente (2002: 482).

Evidente que naquele caldeirão de agitação social, o Partido dos Trabalhadores não foi obra exclusiva dos operários. Estes são a encarnação de um processo histórico produzido pela dinâmica complexa da sociedade brasileira. De acordo com as pesquisas relacionadas a esse processo, e do que assimilei nas narrativas de lideranças do MST, por mais que se queira demarcar as partes constitutivas do PT, a riqueza da sua formação extrapola qualquer parâmetro. O que se pode verificar é que o partido nasce no contexto aonde desaguam como principais afluentes: o novo sindicalismo; integrantes da ala progressista da Igreja;

⁴³ Lula revela a influência do episódio para o seu engajamento político em entrevista de 1993: “Qual era a lógica de prender um [...] trabalhador por ele ser contra as injustiças sociais do país? E aí quando eu fiquei sabendo que o Frei Chico tinha sido torturado, tinha sido massacrado, aí deu uma revolta por dentro! [...] Para a minha cabeça isso foi um salto de qualidade extraordinário na minha atividade política. Aí eu passei a não ter medo mais. [...] Se ia ser preso ou se não ia. Aí a gente desbocava nas assembleias, falava [...] sem nenhuma preocupação” (Lula, em 1993 *apud* Paraná, 2002: 129).

militantes de organizações de esquerda, como os trotskistas e os remanescentes da luta armada contra a ditadura; militantes de movimentos populares da cidade e do campo; estudantes; e intelectuais (Paraná, 2002; Secco, 2011). No documentário “Entre Atos”, que em 2002 filmou os bastidores dos últimos 30 dias da quarta campanha eleitoral de Lula, para presidente, ele diz:

No Brasil hoje – e esse é um dado triste para o Brasil, não é um dado bom – a única figura de dimensão nacional sou eu. Mas por que é que eu cheguei aonde cheguei? Porque eu tenho por detrás de mim um movimento. Eu tenho por detrás de mim uma grande parte da Igreja Católica, a base da Igreja Católica. Eu tenho por detrás de mim uma grande parte dos estudantes, o PT, a CUT. É muita coisa, aliás, nenhum político brasileiro nunca teve o alicerce que eu tenho.

É preciso destacar que a base social mais importante do PT, depois dos operários, foi a Igreja Católica, devido à amplitude de sua influência popular, via Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), que tiveram sua multiplicação, nos anos 1970, conduzida pelos progressistas da Teologia da Libertação, em resposta à repressão sobre as organizações populares. Inclusive no início do regime militar, na década de 1960, alguns frades participaram da luta armada em resistência à ditadura. Sobre esse contexto, Frei Betto resgata o processo de maturação de um partido dos trabalhadores:

Algo novo emergiria das bases. A militância popular haveria de criar sua própria ferramenta política. Em 1973, um ano antes de sua morte, em consequência das torturas, frei Tito escreveu no exílio: “O que é principal hoje? Construir uma frente democrática; dar às lutas de massas o caráter principal e primordial desta etapa. Finalidade: unir o povo e os patriotas em geral; objetivo da luta de massas: criar uma consciência política e uma consciência de classe, dando destaque à construção, a longo prazo, de um partido dos trabalhadores”. Do movimento social irrompido na década de 1970 (luta contra a carestia, oposições sindicais etc.) brotaria em breve um partido de baixo para cima, e não de fora para dentro do país (Betto, 2006: 55).

Em 1975 é criada a Comissão Pastoral da Terra (CPT), que tem participação decisiva no envolvimento dos trabalhadores rurais na base do PT, e

na organização dos trabalhadores rurais sem-terra até culminar na criação do MST, em 1984 (Lara Jr., 2012). Esse cenário de criação e desenvolvimento do PT pode ser ilustrado no depoimento de uma Liderança Nacional do MST: ⁴⁴

O ponto de partida para entender a unidade entre as forças partidárias, populares, sindicais, religiosas etc., situa-se no interior da ditadura militar quando tivemos a derrota da luta armada e ficamos sem alternativas estabelecidas. Embora tivéssemos os partidos comunistas como referências ainda respeitadas, eles não foram aceitos para o novo processo. O que se construiu naquela situação foi a unidade para redemocratizar o Brasil, mas sem um projeto estratégico para a superação do capitalismo. A luta pelo fim da ditadura ganhou fôlego através das lutas de protesto e reivindicatórias, que levaram à criação de novas entidades, como o PT, a CUT, o MST e outros movimentos, pastorais, ONGs, e todos optaram por fortalecer o PT. Naquelas circunstâncias as saídas para redemocratizar o país eram, escrever uma nova constituição e aprovar as eleições diretas para presidente da República, ou seja, a disputa por espaços na institucionalidade foi o que de mais avançado apareceu para as forças de esquerda, isto porque, a forma mais radical, com a luta armada havia acabado de ser derrotada, em 1974, na guerrilha do Araguaia e demonstrava ser um caminho inviável para a época. Não tendo alternativa para eleger deputados constituintes avulsos, o PT foi a grande inovação que unificou os movimentos e os arrastou para o espaço das disputas políticas em vistas de chegar ao governo. A ele, por consenso, foi entregue a responsabilidade de pensar a estratégia política, enquanto as demais forças se lançaram na organização e diversificação das formas de luta, pela moradia, terra, contra a carestia, por saneamento etc. Apesar das diversas derrotas eleitorais, a perspectiva de eleger Lula sempre esteve

⁴⁴ O Capítulo 1 contém a metodologia para as entrevistas que realizei com as três esferas de Lideranças do MST, Local (LL), Estadual (LE) e Nacional (LN), cujo conteúdo será amplamente utilizado no Capítulo 4.

clara para todas as forças. Tanto assim que, em 2002, o PT reuniu em torno de si todos os setores combativos e partidos até o centro para formar a contra hegemonia ao projeto neoliberal (LN-I).

A dinâmica da realidade protagonizada pelos movimentos sociais e os desdobramentos enquanto desempenho eleitoral nos primeiros anos do PT são descritos por outra Liderança Nacional do MST:

Nascemos no processo de redemocratização do país. Havia uma força de mobilização popular, cuja maior expressão era a campanha das Diretas Já. Dessa mobilização, na avaliação das lideranças, para se fazer transformações mais profundas, era necessário se criar um partido, daí fomos uma das forças que ajudaram a criar o PT, que foi criado pelos intelectuais e pelos movimentos sociais, para aglutinar todos os anseios populares. A criação do PT foi um marco, então, os principais intelectuais de esquerda, o mais expressivo deles, Florestan Fernandes, se identificaram com a criação de um programa de governo baseado no PT. Em 1986, o PT elegeu 16 deputados constituintes – entre eles o próprio Florestan – e se comportou como a principal força de esquerda naquele parlamento,⁴⁵ e isso nos deu um ânimo grande, porque éramos parte disso. Mais do que uma representação parlamentar, havia um ascenso de massas nas ruas que conduziu o PT para um determinado rumo e, sem dúvida, o Lula era a principal força popular expressiva de massa, tanto é que, em 1989, quase ganhou a eleição pra presidente em função disso (LN-A).

A principal marca do PT, no início, foi seu caráter anticapitalista e explicitamente socialista, e ainda se auto rotulava como aquele que não repetiria

⁴⁵ Em 1982, o PT participa pela primeira vez de uma eleição e elege oito deputados federais. Sua bancada dobra na eleição seguinte, em 1986, com 16 parlamentares, dentre os quais, Florestan Fernandes, Plínio de Arruda Sampaio, e Lula, que é eleito como o deputado mais votado do país.

os equívocos do socialismo real. O partido foi cortejado pela maioria da esquerda, por ser dos trabalhadores, ou seja, da retaguarda da sociedade e estaria imune à pretensa vanguarda composta pelos partidos comunistas e pelas elucubrações intelectuais acerca do proletariado. Em 1989, Lula vai ser um dos 22 candidatos a presidente da República, depois de 21 anos de ditadura militar e passados 29 anos da última vez que os brasileiros elegiam um presidente. Lula vai ao segundo turno do pleito contra Collor que teve apoio da maioria dos empresários e da classe média. O embate disputadíssimo foi levado ao extremo da manipulação anti-Lula pelas pessoas mais conservadoras, pela mídia e por Collor ⁴⁶ (Nascimento, 2003).

A derrota eleitoral de 1989, somada à queda do Muro de Berlim e à consequente devastação neoliberal do governo Collor afundaram toda a ascensão das mobilizações coletivas e dos movimentos de massas da sociedade brasileira, que recuperava, em termos, os anseios sociais efervescentes antes do golpe de 1964, de verdadeiramente desenvolver o país, mas que, outra vez, foram eclipsados, como descreve uma Liderança Nacional do MST:

A derrota de 1989 foi uma derrota de toda aquela mobilização de massa, porque o Lula aglutinou toda a mobilização de 1979-89 e, logicamente, as reformas que estavam em curso sofreram um golpe. Então, a partir de 89 há uma derrota, um golpe profundo em todas as reformas que estavam em curso, desde os anos 1960, que foram interrompidas com o golpe

⁴⁶ Bandidos eram pagos para usar camisas do PT e ameaçar pessoas; religiosos conservadores davam como certo o fechamento das igrejas por Lula; panfletos falsos com o símbolo do PT pregavam a luta armada etc. Mas após o primeiro debate pela televisão no segundo turno, havia uma conclusão generalizada por toda a opinião pública: Lula levou nítida vantagem. E na semana final de campanha, as pesquisas de intenção de voto assinalaram um empate técnico. Então, um empresário foi sequestrado, os meios de comunicação afirmavam que era obra do PT, e quando o empresário foi solto, no dia do pleito, os sequestradores saem do cativeiro com camisas do PT. No programa eleitoral de Collor aparece a ex-namorada que teve uma filha com Lula, afirmando que ele tentou obrigá-la a abortar. Nesse ambiente ocorreu o segundo debate, a dois dias do certame e Collor vai abordar os episódios descritos acima como sendo verdadeiros. O dia seguinte, véspera das eleições, foi marcado pela utilização dos mais baixos recursos da propaganda anti-Lula nos programas de rádio e TV (Nascimento, 2003; Secco, 2011).

militar e que haviam voltado a ser colocadas pela sociedade a partir de 79. Isso ocasionou um descenso da mobilização popular, do movimento sindical e, sem querer nos vangloriar, mas o MST foi o único que manteve a mobilização e a pauta da reforma agrária, ficamos muito isolados, a sociedade não acompanhou. Então, a derrota de 89 é um marco, porque foi também a grande derrota da bandeira de organizar o povo pra transformar a sociedade. O PT vai deixar bem claro que não aposta mais nas mobilizações, mas sim na luta institucional, ou seja, transformar a sociedade a partir da conquista do poder institucional. A campanha presidencial do Lula de 1994 já mostra isso, que se aprofunda em 98 e tá estampado nas alianças que foram feitas. Daí, em 2002, a amplitude de alianças que o Lula e o PT fizeram foram desfigurando o projeto popular, porque pra fazer aliança tem que abrir mão de alguma coisa. E o movimento de massa continuava em baixa, isso nos prejudicou demais. O MST sofreu um impacto grande com o descenso da CUT e de todos os movimentos sociais (LN-A).

É o descenso dos movimentos de massas. A gravidade da situação não para por aí, uma vez que cada derrota eleitoral imposta à candidatura Lula nas disputas presidenciais de 1989, 94 e 98, foi assimilada pelo PT com mais flexibilização e rebaixamento de seus princípios. A começar pelo abandono imediato do horizonte socialista, os núcleos de base, de formação política, pouco a pouco desapareciam. A busca pelo poder restrita à disputa de cargos eleitorais escancarava que a política de resultados prescindia do respaldo da antiga política de princípios do partido como ferramenta de transformação da sociedade. Até distorcer completamente o projeto inicial que inspirou a criação do PT e Lula se candidatar à presidência para a vitória, em 2002, aliado formalmente com as classes dominantes (Iasi, 2006; Betto, 2006). Entretanto, como realça Betto:

Se bem funcionou no período eleitoral, a coligação não obteve, no Congresso, a representação necessária para assegurar maioria no apoio às propostas do Executivo. E este desconsiderou, como fator importante de governabilidade, seu maior capital político: os

movimentos sociais. O frágil apoio parlamentar abriu caminho aos operadores da política de resultados, que lançaram mão de práticas que, trazidas à luz, macularam gravemente o caráter ético do partido (2006: 255).

A vitória do PT não é a vitória do projeto que levou à sua fundação, o que comprova a teoria de Michels (1915) sobre os partidos políticos de esquerda, que ao se adequarem ao jogo eleitoral burguês se aproximam de adversários históricos, visto que Lula chega ao poder – num momento de extremo descenso das lutas sociais – a partir de um entrosamento com a elite, que possibilitou a sua eleição e, em contrapartida, inviabilizou a execução dos compromissos históricos do PT. Essa realidade é sistematizada por Mussi em duas dimensões:

O êxito da reestruturação produtiva empreendida pelo capital a partir dos anos 1980 e a ruína das tentativas de transição socialistas. Essa dupla derrota, no chão das fábricas e nas experiências políticas ensaiadas por comunistas ou socialdemocratas, inverteu completamente a compreensão da conjuntura por parte da classe operária. Passou-se, em poucos anos, da “consciência da possibilidade de vitória” à “consciência da impossibilidade da ruptura” (2006: 11).

Para quem viveu a expectativa da possibilidade real de vitória de Lula, em 1989, o impacto da derrota foi, mais uma vez, como sempre se repete na história do Brasil, a impossibilidade de realizar o potencial de conquistas da sociedade. O governo Collor (março/1990-setembro/92) vem feito um rolo compressor com sua agenda neoliberal do Consenso de Washington, numa abertura econômica e austeridade fiscal sem precedentes, fazendo a sociedade mergulhar no drama do desemprego estrutural da reestruturação produtiva. Collor assume a presidência com o respaldo de ter feito sua campanha eleitoral sobre o tema da dilapidação do Estado “desperdiçador”, simbolizado pelos funcionários públicos “marajás”, pelas enormes filas da Previdência Social e pela situação precária da saúde e da educação. Collor, “o caçador de marajás”, insistia na falência do Estado e ganhou o voto da maioria da população, a qual ele chamava de “descamisados”,

prometendo desmontar o Estado e privatizar as empresas estatais.⁴⁷ Além disso, a campanha eleitoral de 1989 ocorreu em um momento de hiperinflação. O fracasso das políticas de estabilização da moeda nos anos 80 produziram uma descrença no alcance das propostas de antigas lideranças políticas, abrindo espaço para a ascensão de Collor, com decisivo apoio dos meios de comunicação, que o apresentavam como não comprometido com quaisquer vertentes políticas (Nascimento, 2003).

O *impeachment* de Collor no final de 1992 não interrompe o domínio do neoliberalismo no Brasil com Itamar Franco, que assume a presidência para concluir o mandato até 1994. No início de 1993, com a persistência da hiperinflação resultada da indexação dos preços na economia brasileira, num ambiente de inflação inercial (quando a inflação do momento passado dispara a do momento presente), Itamar desloca o sociólogo Fernando Henrique Cardoso (FHC) do ministério das Relações Exteriores para o da Fazenda, com a incumbência de articular um grupo de economistas com notória produção acadêmica sobre o combate à inflação inercial pela desindexação da economia brasileira, com destaque para Pécio Arida e André Lara-Resende.⁴⁸ O processo de preparação do plano de estabilização dos preços encabeçado por FHC, como ministro da Fazenda, que se afasta em março de 1994 para se candidatar à presidência pelo PSDB, e a implementação do Plano Real em julho que, em plena campanha eleitoral, supera o drama da hiperinflação, bastou para catapultar FHC à presidência da República, com direito a conseguir aprovar no Congresso a reeleição para si mesmo e assim derrotar novamente Lula nas eleições em 1998.

⁴⁷ Em janeiro de 1990, o presidente eleito, Collor, fez uma viagem aos EUA. Esteve não só com o presidente George Bush e com Nicholas Brady, então secretário do Tesouro, mas também com o diretor-gerente do FMI e com o presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento. Na conversa com Bush, os temas foram os que iriam compor a pauta do discurso de posse de Collor: abertura comercial, abertura da economia, negociação da dívida externa. Collor tinha plena consciência do receituário, de 1989, das agências multilaterais para a América Latina que ficou conhecido como Consenso de Washington (Moreira, 2001).

⁴⁸ Já na década de 1980, Arida e Lara-Resende (1986) publicam em artigo uma compilação de ideias que, posteriormente, iriam inspirar a reforma monetária elaborada no Plano Real. No mesmo artigo há ainda uma nota bibliográfica onde são listadas as principais referências que contribuíram para o arcabouço teórico sobre o componente inercial da inflação em economias indexadas.

As contrarreformas neoliberais, antipopulares e antinacionais de Collor, Itamar e FHC, entre 1990 e 2002, são práticas de desregulamentação e liberalização da economia brasileira como abertura comercial, remoção do controle sobre os fluxos externos de capital, privatização de empresas estatais, inclusive as estratégicas como a Companhia Siderúrgica Nacional, e aquela que tem acesso à exploração de toda a incalculável riqueza mineral do país, a Vale do Rio Doce, além dos não menos estratégicos serviços públicos essenciais de distribuição de energia elétrica e gás, e as telecomunicações. FHC não privatizou a Petrobrás, porque não deu tempo, mas pôs fim ao monopólio estatal do petróleo e iniciou a desconstrução da legislação trabalhista para abrir caminho à flexibilização e à terceirização das relações de trabalho. Para se ter uma ideia da radicalidade da implementação do neoliberalismo no Brasil nesse período, veja como FHC assimilou, em 1995, o resultado da reestruturação produtiva no país sob a sua direção:

Aqui no Brasil o desemprego é pequeno, há grande escândalo quando se perdem nove mil postos de trabalho, algo assim. De fato, está em curso uma reestruturação industrial que vai desempregar. [...] Esse é um fenômeno com que os brasileiros terão que conviver e para o qual não há solução em nenhuma parte do mundo (FHC, em 1995 *apud* Fernando Henrique Cardoso, 2015: 254).

Essa afirmação foi registrada por FHC em setembro de 1995, faz parte do seu livro, *Diários da presidência*. Na apresentação do livro, para definir o que é globalização, FHC constata:

O fato de as esquerdas na América Latina não terem sabido se reerguer depois da queda do Muro de Berlim e da globalização da economia. Essa foi uma decorrência de novos modos de produzir e de se comunicar que permitiram que o capitalismo financeiro e também o produtivo se espriassem pelo planeta afora. A esquerda latino-americana em geral se ensimesmou num nacionalismo estatizante, pouco compatível com os novos tempos (Cardoso, 2015: 14).

A partir desta afirmação de comprometimento ideológico ultraconservador,

podemos dizer que tivemos, com FHC, um presidente pouco compatível com os maiores desafios da sociedade brasileira nos novos tempos. Sua descrição *naïf* de globalização está abaixo do nível da crítica, por sequer mencionar as sérias consequências da hipertrofia do capital financeiro e do papel relegado aos países subdesenvolvidos na divisão internacional do trabalho. Foi nessa direção, sem ressalvas à globalização hegemônica, a caminhada do Brasil na década que antecede o início do governo Lula, em 2003. FHC arrisca uma hipótese para explicar porque Lula não mudou essa direção, ao ressaltar a necessidade de o presidente da República manter a maioria no Congresso Nacional, uma estratégia que ficou conhecida como presidencialismo de coalizão:

Essa contingência se torna paradoxal na tentativa de modernização de práticas e costumes: para o “novo” avançar, o apoio do atraso é requerido. A armadilha ficou quase intransponível no meu caso (e daí em diante), porque meu adversário eleitoral, derrotado duas vezes, simbolizava “os pobres” e a “esquerda”, e fazia a crítica das alianças feitas pelo PSDB e de sua alegada tendência ao “neoliberalismo”, embora o PT fosse mais próximo do PSDB por suas propostas do que muitos dos partidos com os quais nos aliamos para obter a maioria no congresso. Tal paradoxo se acentuou depois que o PT ganhou as eleições presidenciais. [...] O desejo de vitórias eleitorais soou mais forte do que os compromissos programáticos. [...] Daí que as alianças, e não só as do PSDB, acabassem por parecer “fora do lugar”. Desse *fiat* não escapou o PT, que terminou engolfado pelo atraso, perdendo o controle da agenda (Cardoso, 2015: 14).

Na visão de Estanque (2015), essa estratégia de alianças tem raízes no contexto da década de 1980, em virtude de que:

Perante a força coletiva da classe trabalhadora, o sistema político brasileiro viu-se na necessidade de criar mecanismos de “blindagem” que permitissem forjar maiorias parlamentares suficientemente imunes à “voz das ruas”, o que conduziu a uma estratégia de alianças “contra natura” entre um leque partidário muito diversificado. [...] Assim, foi-se desenvolvendo uma política de negociações subterrâneas, que incluíam desde a mera troca de favores (e de votos entre bancadas “rivais”) a formas de corrupção e promiscuidade mais graves. [...] Esse processo de criação de alianças amplas desenvolveu-se e consolidou-se ao longo dos governos FHC, mas o próprio PT, [...] repetiu o mesmo

figurino logo após o início do escândalo do “mensalão”, em 2005⁴⁹ (Estanque, 2015: 173).

Após deixar a presidência, Lula falou sobre a política de coalizão, como sendo a prática de quem aprendeu a fazer política:

É engraçado: quando a direita fazia articulação, estava tudo bem. Quando o ACM [Antônio Carlos Magalhães, figura emblemática da direita e da política dos “coronéis” no Nordeste] articulava para apoiar FHC, a imprensa o via como o gênio da política, o gênio que constrói. Quando éramos nós, a imprensa dizia: Onde é que já se viu o PT conversar com essa gente? Mas nós conversamos. Nós tínhamos aprendido a fazer política e que, quando você faz uma política de coalizão, os aliados têm que participar do governo. É assim em qualquer democracia do mundo. E vai continuar a ser assim. Enquanto não tiver uma reforma política no Brasil, vai ser assim: quem ganhar, quem quiser governar, vai ter que conversar (Lula, 2013: 19).

No entanto, não podemos admitir como contingência a falta de coerência nas alianças. Iasi (2006: 64) adverte “que o produto final esconde o processo e, portanto, não é possível julgar o movimento pelo ponto final aonde ele chegou”. O contexto do nascimento do PT e do MST seria o auge das lutas sociais, já a realidade que antecede a ascensão de Lula ao poder seria o declínio das lutas sociais, como argumenta uma Liderança Nacional do MST:

Estamos tratando de um período histórico bem complicado que são as décadas de 1980 e 90, e o período em que o Lula vem ganhar as eleições, em 2002, porque são justamente dois períodos bastante distintos da história do MST, do PT e da esquerda. Um primeiro período, do ascenso das lutas sociais, que tem início no final da década de 1970 e toda a década de 80, aonde as principais lutas e bandeiras populares vêm pra rua, se constituem os principais movimentos sociais, PT, CUT, MST,

⁴⁹ Mensalão, foi o nome dado ao escândalo de corrupção que veio à tona com a denúncia feita pelo deputado federal e então presidente do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Roberto Jefferson, de que o PT teria repassado dinheiro a parlamentares para a obtenção de maioria no Congresso Nacional.

com uma bandeira muito clara, por direitos, pela redemocratização e pela reforma agrária. No entanto, a década de 90, justamente o período que antecede a vitória do Lula, é a fase neoliberal no Brasil, um período demarcado por derrotas de todas as bandeiras populares, e a vitória do neoliberalismo. Portanto, o Lula ganha as eleições de 2002, num momento desfavorável para a classe trabalhadora, ou seja, uma vitória institucional, num momento de derrota política da classe, que vinha de um período de repressão, desestruturação do movimento sindical inteiro e, obviamente, o MST estava no seu pior período (LN-S).

Esse processo também pode ser ilustrado através de documentos do PT e de artigos publicados por seus dirigentes em três momentos, 1980, 1989 e 2002-2003. No início socialista voltado para os trabalhadores, eis o segundo parágrafo do “Manifesto” de discussão do partido, preparado para a fundação oficial do PT em 10 de fevereiro de 1980, em São Paulo:

A grande maioria da nossa população trabalhadora, das cidades e dos campos, tem sido sempre relegada à condição de brasileiros de segunda classe. Agora, as vozes do povo começam a se fazer ouvir através de suas lutas. As grandes maiorias que constroem a riqueza da nação querem falar por si próprias. Não esperam mais que a conquista de seus interesses econômicos, sociais e políticos venha das elites dominantes. Organizam-se elas mesmas, para que a situação social e política seja a ferramenta da construção de uma sociedade que responda aos interesses dos trabalhadores e dos demais setores explorados pelo capitalismo (Manifesto da fundação do PT, em 1980 *apud* Gadotti e Pereira, 1989: 53-4).

Em 1989, José Dirceu⁵⁰ lança relativa moderação voltada à conquista do poder. No prefácio do livro, *Pra que PT* (Gadotti e Pereira, 1989), que reúne os documentos do partido desde o Manifesto da sua fundação, Dirceu (1989: 12) vai afirmar que, “saindo de sua fase de partido da resistência, o PT se encontra frente

⁵⁰ Dirceu viria a ser presidente nacional do PT (1995-2002) e ministro-chefe da Casa Civil, no governo Lula, de 2003 até ser derrubado pelo escândalo do mensalão, em 2005, que também levou à cassação de seu mandato de deputado federal reeleito em 2002.

ao desafio de ser uma alternativa de poder. Para isso desenvolve uma política de alianças e trabalha em um plano de governo, já que não governará apenas para a classe trabalhadora”.⁵¹

Em 2002, vem a transfiguração para, finalmente, alcançar o poder a qualquer custo. No início da campanha eleitoral, Lula apresenta a “Carta ao Povo Brasileiro”,⁵² de conteúdo acolhedor aos interesses das classes dominantes, principalmente ao mercado financeiro. Utilizada como álibi para justificar a vitória nas eleições às custas da supressão do antigo radicalismo do PT, o conteúdo do documento se impôs rapidamente, a despeito da carta ter sido recebida com incômodo e decepção pelos aliados históricos do PT, que logo a rebatizaram de “Carta aos Banqueiros”, haja vista que em vez de conter afirmações do tipo, me comprometo a fazer a reforma agrária numa canetada só, trazia trechos como: “a superação do atual modelo não se fará num passe de mágica”; “respeito aos contratos”; “a margem de manobra da política econômica no curto prazo é pequena”; “política dirigida a valorizar o agronegócio”; e “vamos preservar o superávit primário o quanto for necessário”. E para sancionar o conteúdo da *Carta*, no artigo, *O projeto do PT*, José Genoíno, na condição de presidente nacional do partido recém-chegado à presidência da República em 2003, tem a desfaçatez de escrever que “projeto político não pode ser entendido como algo que necessariamente se realizará. Trata-se apenas de um dever-ser, de uma das possibilidades em relação ao futuro” (Genoíno, 2003).

Em relação ao PT, seu processo de construção, conquistas, limites, contradições, decadência e incapacidade de autocrítica da trajetória claudicante, está documentado nas resoluções de encontros e congressos que o partido

⁵¹ Em 2002, José Graziano da Silva, então assessor de Lula na campanha eleitoral, afirma: “Todos os movimentos que você [Lula] fez a partir de 1989 foi pra fora do PT. Você tinha clareza de que não era um partido só que ganhava eleição, num país tão complexo e tão heterogêneo” (Documentário *Entre Atos*). Como evidenciou Betto (2006: 18): “Não se prestou atenção a alianças firmadas, interessava o carisma contagiante do candidato saído da fábrica, o discurso indignado frente às injustiças, a transparência ética, a promessa de reinventar o Brasil”.

⁵² Disponível em: Fundação Perseu Abramo, *Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo*, fpabramo.org.br, acesso em 16.06.2015.

realiza regularmente em âmbito nacional.⁵³ Desde a fundação em 1980, até 2010, houve treze encontros e quatro congressos, todos minuciosamente abordados em Iasi (2006) e Secco (2011), nos permitindo conhecer essa trajetória e indagar, conforme Mussi (2006: 9), “o que levou um movimento político, organizado pelos setores mais combativos do operariado, com forte teor anticapitalista e projeto assumidamente socialista, a se tornar um dos baluartes do capitalismo no Brasil”. Iasi (2006) elabora uma hipótese interessante:

O fato de ser a própria classe trabalhadora quem fornece seus elementos individuais para formar as burocracias sindicais e partidárias, os dirigentes e representantes parlamentares que irão conformar-se como a pequena-burguesia burocrática não significa outra coisa senão o fato de que as classes se constituem pela subordinação dos indivíduos a certas relações sociais, visões de mundo, relações de propriedade, posse de recursos materiais ou simbólicos, e não por nascimento, o que implica que um membro de uma classe, diferentemente da ordem estamental, pode mudar de classe ao deixar certas relações e assumir outras. A sociologia compreensiva costuma chamar isso e “mobilidade” social; os trotskistas, de “traição de classe”; amplos setores do PT, de “pragmatismo”; e alguns restritos setores da ingenuidade militante, de “incrível genialidade tática”. O risco implícito nesta aproximação é culpar a pequena-burguesia pela “traição” e preservar a classe como ser incólume do espírito puro da ética revolucionária. O indivíduo era revolucionário enquanto proletário, mas foi só se transformar em um assessor especial que ganha alguns mil reais para participar de apenas uma reunião por mês que ficou “meio metido” e com tendências a acreditar que a sociedade de consumo não é tão ruim assim. Não é verdade. [...] A classe trabalhadora tanto se identifica com aquele que luta corajosamente contra o capital como, também, com aquele que vence na vida e passa a sair nas revistas sociais que mostram a vida de nossa “melhor sociedade”. Isto pelo simples fato de que a classe trabalhadora e os indivíduos que a compõem são simultaneamente seres da ordem do capital e seres com a potencialidade de confrontar com esta mesma ordem (Iasi, 2006: 64-5).

Passo, agora, em retrospectiva esse processo do PT, por uma vista

⁵³ O conteúdo documental do PT pode ser consultado em: Gadotti e Pereira (1989) *Pra que PT: origem, projeto e consolidação do Partido dos Trabalhadores*; Em Almeida, Vieira e Cancelli (1998) *Resoluções de encontros e congressos*; E em Fundação Perseu Abramo (sítio virtual) *Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo*.

aérea. A partir das lutas sindicais, com as greves dos metalúrgicos na Região Metropolitana de São Paulo, no fim dos anos 1970, os trabalhadores viram a necessidade de criação de um partido político, o qual apresenta-se no Manifesto da sua fundação, como força política autônoma para organizar os interesses dos trabalhadores, colocando enfaticamente o objetivo socialista, orientado por uma crítica anticapitalista, tudo isso sem qualquer impulso inicial gerado por influência das correntes marxistas (Gadotti e Pereira, 1989; Iasi, 2006). Vale reforçar que esse movimento classista não dissimulou suas intenções, elas não estavam nas entrelinhas. Seus documentos explicitam, reiteradamente, lutar contra o sistema capitalista. De acordo com Iasi (2006: 63, 64 e 359) esse ímpeto arrefeceu “somente depois de práticas brutais de reestruturação produtiva do capital e de políticas governamentais que empurraram o movimento para o defensivismo” nos anos 1990. Ou seja, o contexto histórico do momento de degeneração do PT é qualitativamente distinto daquele no qual nasceu. “Nesta trajetória houve inclusive uma mudança de composição e perfil de classe do próprio partido”. É fundamental admitir que quando chega ao poder em 2002, sua “forma ‘moderadamente social-democrata’ corresponde muito mais à atual composição pequeno-burguesa e burocrática do que propriamente à origem de classe proletária”. A realidade do PT é um “excelente exemplo do movimento de constituição de uma classe contra a ordem do capital que acaba por se amoldar aos limites da ordem que queria superar”. Portanto, enganam-se tanto aqueles que dizem “sempre foi assim”, como os que acreditam “que em algum momento retomarão o rumo original surpreendendo a todos”.

4. Análise do governo Lula, pelas vozes militantes do MST

Mesmo nos momentos de maior força do neoliberalismo, particularmente na América Latina, em meados dos anos 1990, o Brasil e o PT eram vistos pelo mundo afora como uma espécie de retaguarda de resistência e esperança de uma virada política que viria a acontecer a partir dos fracassos econômicos e sociais que o projeto neoliberal acumulava. Afinal, que outro país dispunha de um partido de esquerda enraizado, como o PT? Qual outro país possuía a força de um movimento de massas organizado como o MST, ou o apoio importante de segmentos médios, críticos das consequências do ajuste neoliberal realizado, como servidores públicos, estudantes, advogados progressistas ou expressivos setores ligados às igrejas? Que outro país podia contar com uma central sindical como a CUT, com sua força e representatividade? Particularmente, que outro país tinha o privilégio de ter construído uma liderança popular como o ex-retirante, ex-metalúrgico e líder político Lula, com todo o seu carisma e a sua simbologia?

Paulo Passarinho, em 2010

Na campanha eleitoral de 2002, em um evento do MST, Lula prometeu que, se eleito presidente, faria a reforma agrária em uma só canetada. No final do primeiro ano do governo Lula, em 2003, foi lançado o II Plano Nacional de Reforma Agrária (II PNRA), com a meta de assentar 400 mil famílias em quatro anos. Ao final de oito anos em dois mandatos consecutivos, as estatísticas oficiais mostravam que o governo Lula teria assentado 377.847 famílias. Porém, a maior parte da composição desse número refere-se ao reconhecimento e à regularização de famílias que já tinham a posse da terra e, portanto, apenas uma pequena parte desse dado corresponde a assentamento precedido de desapropriação de terras para fins de reforma agrária (Oliveira, 2006, 2010; DATALUTA, 2011, Fernandes, 2013b).

Para realizar uma reforma agrária plena no Brasil é necessário o

assentamento de aproximadamente seis milhões de famílias (Sampaio, 2003). Em outubro de 2003, no primeiro ano do mandato de Lula, foi entregue ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, a “Proposta de II Plano Nacional de Reforma Agrária” (Proposta), elaborada, sob a coordenação de Plínio de Arruda Sampaio (2003), por uma equipe composta pelos mais respeitados especialistas da academia sobre o tema e também por representantes de movimentos socioterritoriais. A meta era assentar um milhão de famílias no período 2004-2007, via desapropriação por interesse social; arrecadação de terras devolutas; destinação de terras públicas; terras confiscáveis; permuta de terras; compra; e venda. Para além da meta de assentamentos, a Proposta detalhou a reestruturação, consolidação e capacitação dos assentamentos existentes, em sua maioria, em situação precária. Ou seja, deixou claro que o objetivo principal da reforma agrária é promover as condições para o desenvolvimento da população que vive e trabalha no campo, cuja maior parte situa-se abaixo da linha da pobreza.⁵⁴ Sampaio afirma que:

Realizar uma reforma agrária “ampla” coloca a necessidade de combinar adequadamente a magnitude das ações da desconcentração da propriedade fundiária com as ações dirigidas a assegurar a qualidade dos assentamentos, medida pelos recursos técnicos e financeiros postos à disposição das famílias assentadas, a fim de que possam explorar economicamente a terra e auferir renda suficiente para viver com dignidade. [...] A distribuição de terras precisa atingir magnitude suficiente para provocar modificações na estrutura agrária do país. Caso contrário, os mecanismos regressivos dessa estrutura continuarão a operar, gerando pobreza, desigualdade e exclusão (2003: 126).

⁵⁴ Em 2010, Plínio de Arruda Sampaio depôs na CPMI, que tinha o objetivo de criminalizar o MST. Na ocasião, Sampaio (2010, s.p.) adverte: “O primeiro problema básico: a pobreza enorme da população rural, da qual 40% é analfabeta. Isso é o maior indicador de pobreza. É fundamental que esta CPMI investigue mais essa pobreza rural, não apenas a transferência de algum recurso que, eventualmente, foi fazer uma lona para incomodar algum grande fazendeiro, mas que perguntasse: Por que 40% da população rural é analfabeta? Por que 10 milhões de famílias ocupadas em pequenas propriedades têm menos de 10 mil reais de renda por ano? [Uma renda per capita abaixo de US\$ 2 por dia, quer dizer, vivendo em extrema pobreza]. Isso que é objeto de uma comissão que quer discutir e de fato investigar a estrutura fundiária brasileira”. Sampaio foi convocado para depor, na condição de presidente da Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA). É um dos fundadores do PT, mas a essa altura já havia deixado o partido para ajudar a fundar o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), que o lançaria candidato à presidência para a sucessão de Lula em 2010.

Segundo o INCRA, o lote da família assentada deve ter 35 hectares, logo, seriam necessários 35 milhões de hectares para cumprir a meta da Proposta de assentar um milhão de famílias. Mesmo assim, a Proposta apresentou a disponibilidade imediata de 240 milhões de hectares potenciais para a reforma agrária, dos quais metade equivale à soma dos imóveis rurais declaradamente improdutivos em 2003, e a outra metade corresponde a áreas públicas devolutas, o que dá para assentar, com folga, as seis milhões de famílias que podem ser admitidas como público potencial da reforma agrária. Para concluir este dado, a Proposta considerou não só as 171.288 famílias que estavam acampadas, vivendo sob a lona, em outubro de 2003, denominada de “demanda emergencial de reforma agrária”, mas também as que aspiravam ser assentadas mesmo sem estar acampadas (os trabalhadores rurais sem-terra e os que vivem no campo em estabelecimentos cujas áreas são insuficientes para manter uma família)⁵⁵ (Sampaio, 2003).

Considerando apenas os 35 milhões de hectares suficientes para assentar um milhão de famílias, significa menos de 12% do território da agricultura capitalista em 2003, que era de cerca de 300 milhões de hectares. A despeito de a Proposta não abalar tanto as estruturas do poder no campo, ela não foi implementada pelo governo Lula, que a considerou muito ousada e em seu lugar é lançado o II PNRA, do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), com a meta de garantir terra, entre 2003-2006, a 1.030.000 famílias, porém, destas, apenas 400 mil seriam assentadas, o restante da meta era regularizar a terra de 500 mil famílias e financiar a compra do lote para outras 130 mil (MDA, s.d.). Ao final de oito anos do governo Lula, sem distinguir assentamentos de outras modalidades citadas acima, o governo alegava ter assentado pouco mais de 377,8 mil famílias (Quadro 2) (DATALUTA, 2011; Fernandes, 2013a, b).

⁵⁵ De acordo com os dados do IBGE: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD); Censo Agropecuário; Censo Demográfico. E do INCRA: Sistema Nacional de Informações de Projetos de Reforma Agrária.

Quadro 2 - Política de assentamentos, de acordo com o governo Lula

Período	Assentamentos	Famílias	Hectares
2003-2006	2.386	270.090	32.648.119
2007-2010	1.216	107.757	16.951.740
Total 2003-10	3.602	377.847	49.599.859

Fonte: Banco de dados da luta pela terra (DATA LUTA, 2011), Relatório Brasil 2010.

Esse frágil resultado da política de assentamentos do governo Lula ao assentar em oito anos, menos do que o prometido para quatro anos, é resultado da lei do menor esforço, porque em vez da desapropriação de latifúndios improdutivos e de terras griladas para assentar famílias sem-terra, o governo priorizou a regularização de terras da Amazônia e o reconhecimento do direito de posseiros ao título de propriedade da terra. Foi apenas mais um governo a tratar a reforma agrária de maneira extremamente conservadora, uma vez que a desapropriação representou 11% da área divulgada como sendo dos assentamentos implantados, e a regularização fundiária, 74%, mas esta, a rigor, não deveria figurar nas estatísticas das famílias assentadas, já que eram terras públicas e/ou griladas que foram regularizadas (DATA LUTA, 2011; Fernandes, 2013b). Da mesma maneira, houve reconhecimento do direito de posseiros das mais variadas naturezas, como por exemplo, populações tradicionais, extrativistas, ribeirinhos; reassentamentos de famílias atingidas por barragens e por linhas de transmissão de energia; realocação e legalização de famílias presentes em assentamentos anteriores (Oliveira, 2006). Isso explica a área desproporcional de 49,6 milhões de hectares divulgada pelo governo como sendo incorporada para reforma agrária, quando na verdade prevaleceu o reconhecimento e a regularização fundiária (conforme a Prancha 2), o que impulsionou a grilagem, sobretudo na Amazônia, devido à legalização de processos fraudulentos de apropriação de terras (Alentejano, 2012).

Os dados de 2004 servem bem para exemplificar a acomodação do

governo Lula, ao assentar famílias em regiões despovoadas e, por isso mesmo, sem infraestrutura básica e, assim, reproduzir a postura dos governos anteriores, em vez de corresponder às ocupações desapropriando as próprias áreas ocupadas (conforme ilustrado nos mapas e tabelas adiante). Betto salienta que:

Em 2004, 49% dos hectares desapropriados estão na Amazônia Legal (estados do Norte, além de Maranhão e Mato Grosso), prática condenada pelo PT ao se encontrar na oposição, devido à falta de infraestrutura básica naquela região. Naqueles estados a demanda por terra tem sido relativamente pequena. Das 316 ocupações entre janeiro e novembro de 2004, apenas 17 (5%) ocorreram na Amazônia Legal (2007: 517).

Assim como seu antecessor FHC, Lula priorizou a regularização fundiária dos posseiros na Amazônia, em antagonismo à realidade de grande incidência de ocupações realizadas pelos sem-terra nas regiões Nordeste e Centro-Sul. Entre 1988-2010, a região Norte, respondeu por 9% das famílias que realizaram ocupações (Tabela 2; Mapas 2 e 3, a seguir), e teria recebido, em tese, 43,8% das famílias assentadas, entre 1979-2010 (Tabela 1; Mapas 1 e 3). Porém, na prática, (Prancha 2) esses dados oficiais não diferenciam assentamentos efetivos de outras políticas como a regularização e o reconhecimento da terra de posseiros, realizadas, principalmente, na Amazônia, onde não é necessário muito empenho político, nem financeiro, devido à sua predominância de terras públicas e de posseiros que para lá migraram (Fernandes, 2012) desde a década de 1970, durante a ditadura militar, com os projetos de colonização, quando o presidente Médici disse que o governo ia “levar gente sem-terra para uma terra sem gente” (Stedile, 2005c). A intensa expansão da fronteira agropecuária na Amazônia – em latifúndios a produzir carne e soja voltadas para a exportação – é feita sem qualquer planejamento público sobre a importância da preservação da floresta, ou da melhora das condições de vida na região (Girardi, 2010).

Portanto, as estatísticas de assentamento do governo Lula não distinguem assentamentos das outras modalidades de obtenção de terra (Prancha 2), tampouco os dados oficiais problematizam a falta de correspondência histórica entre as regiões que concentram mais ocupações

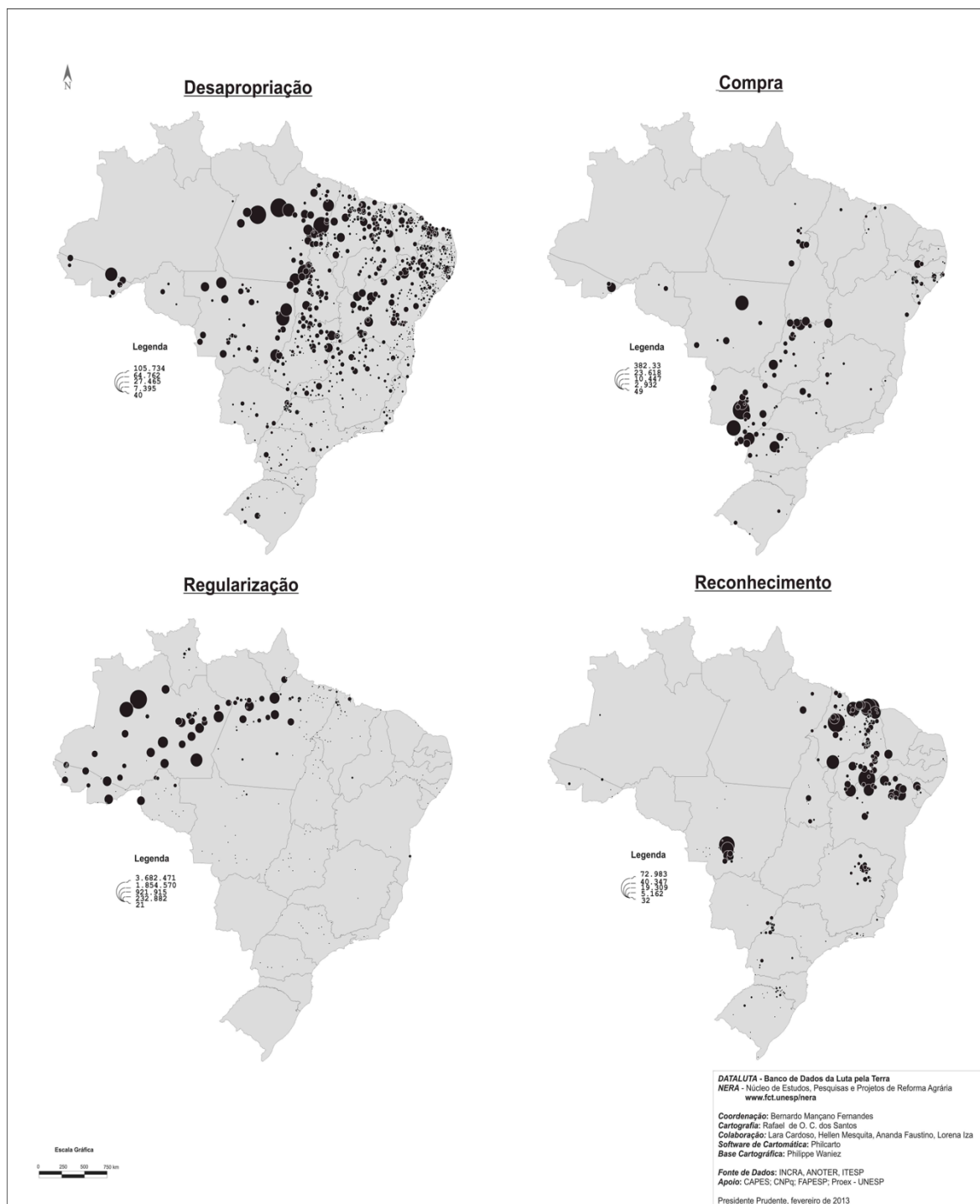
(Tabela 2; Mapas 2 e 3) e aquelas que, de fato, recebem a maioria das famílias assentadas pelo governo (Tabela 1; Mapas 1 e 3), justamente aonde as desapropriações não sejam necessárias, haja vista que se levasse adiante políticas de assentamentos na área já densamente povoada que abrange do Nordeste ao Sul do Brasil (Mapa 3), o governo entraria em confronto com o agronegócio, o desterritorializando. De acordo com Fernandes (2012: 328), “é nestas regiões que se encontra o maior número de conflitos tanto porque o Estado não possui terras públicas para utilizar na implantação de assentamentos, quanto porque as terras foram griladas, compradas, apropriadas pelos latifundiários e cada vez mais serve à expansão do agronegócio”. A singularidade da questão agrária em cada região dessa faixa que vai do Nordeste ao Sul do país (Mapa 3), para Fernandes, Welch e Gonçalves (2012: 42-43):

[Nas regiões Sudeste e Sul] é o aumento da luta contra o agronegócio e a diminuição da luta contra o latifúndio, porque as corporações estão, cada vez mais, comprando ou arrendando terras para a produção de *commodities*. Com o aumento da produção de etanol e de biodiesel, as terras passaram a ser mais disputadas, criando uma forte concorrência sobre o uso das terras. [...] Nos estados de São Paulo e Minas Gerais, há mais de um milhão de hectares de terras griladas sob o controle do latifúndio e do agronegócio. [...] No Nordeste é a falta de acesso a infraestrutura e tecnologias pela maior parte do campesinato. A região conta com 50% do campesinato brasileiro. Cerca de 88% dos estabelecimentos (60% das terras) são de agricultores familiares que vivem em extrema pobreza – com a ajuda de políticas compensatórias, como o Bolsa Família. Parte desses camponeses migra [para as regiões Sudeste e Sul] para trabalhar no corte da cana e nas colheitas de laranja e café. [...] A ação do agronegócio na região é, também, a produção de *commodities*.

Feita essa contextualização, a dinâmica deste capítulo após os dados a seguir, aborda os temas desenvolvidos a partir da perspectiva dos sujeitos da minha pesquisa de campo. Temas que posso aglutinar em três reflexões:⁵⁶ Por que o governo Lula não fez a reforma agrária que se esperava? O MST se enfraqueceu no governo Lula? Por que o MST continua a apoiar o PT?

⁵⁶ O Capítulo 1 contém a metodologia para os diálogos que mantive no trabalho de campo com as três esferas de Lideranças do MST, Local (LL), Estadual (LE) e Nacional (LN).

Prancha 2 - Modalidades de obtenção de terras no gov. Lula (em hectares)



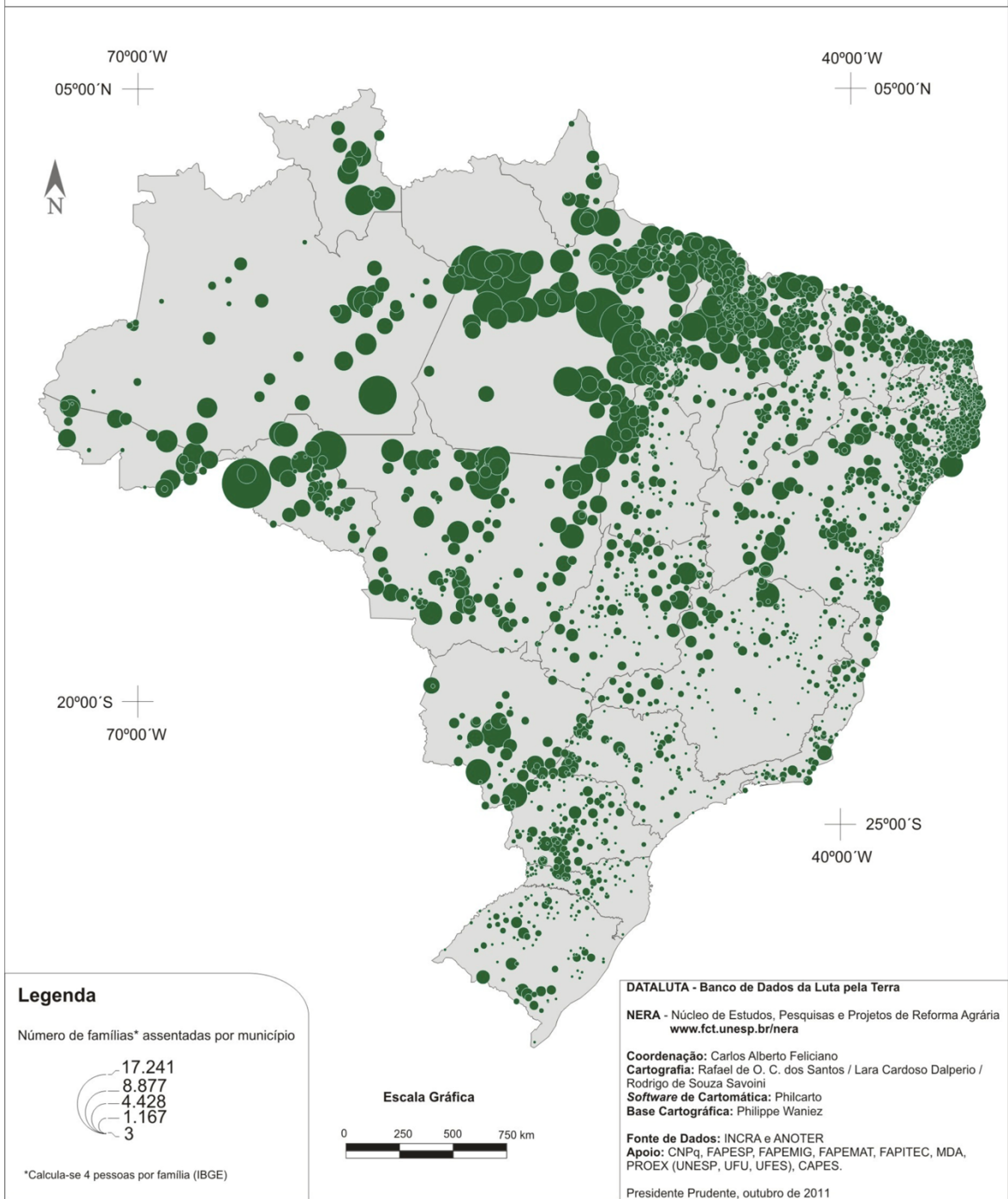
Fonte: Fernandes, 2013b (Para melhor compreensão da proporcionalidade das áreas de cada modalidade de obtenção de terras, atenção aos círculos proporcionais e seus números nas legendas de cada mapa).

Tabela 1 - Número de Assentamentos Rurais e de Famílias - 1979-2010

Região	Assentamentos	%	Famílias	%	Área (ha)	%
Norte	1.977	22,9	444.724	43,8	58.711.207	76,2
AC	146	1,7	26.548	2,6	5.126.721	6,7
AM	125	1,5	48.003	4,7	25.847.903	33,6
AP	40	0,5	12.612	1,2	2.125.350	2,8
PA	1.052	12,2	260.486	25,6	18.641.197	24,2
RO	187	2,2	52.596	5,2	4.151.928	5,4
RR	52	0,6	20.178	2,0	1.577.631	2,0
TO	375	4,4	24.301	2,4	1.240.477	1,6
Nordeste	4.049	47,0	333.289	32,8	10.001.668	13,0
AL	162	1,9	13.765	1,4	106.500	0,1
BA	667	7,7	50.350	5,0	1.792.517	2,3
CE	430	5,0	25.101	2,5	896.651	1,2
MA	972	11,3	131.390	12,9	4.334.432	5,6
PB	280	3,2	14.215	1,4	265.613	0,3
PE	556	6,5	34.357	3,4	539.121	0,7
PI	488	5,7	34.185	3,4	1.370.058	1,8
RN	490	3,4	20.373	2,0	523.271	0,7
SE	204	2,4	9.553	0,9	173.505	0,2
Centro-Oeste	1.204	14,0	161.120	15,9	7.861.147	10,2
DF	11	0,1	746	0,1	5.290	0,0
GO	430	5,0	25.950	2,6	1.032.524	1,3
MS	199	2,3	32.451	3,2	699.511	0,9
MT	563	6,5	101.973	10,0	6.123.822	8,0
Sudeste	787	9,1	51.637	5,1	1.441.685	1,9
ES	89	1,0	4.486	0,4	48.362	0,1
MG	383	4,4	23.961	2,4	987.702	1,3
RJ	67	0,8	6.071	0,6	72.227	0,1
SP	248	2,9	17.119	1,7	333.334	0,4
Sul	807	9,4	39.840	3,9	805.787	1,0
PR	318	3,7	20.220	2,0	416.525	0,5
RS	331	3,8	13.671	1,3	287.288	0,4
SC	158	1,8	5.949	0,6	101.975	0,1
Brasil	8.823	102,4	1.030.610	101,4	78.821.493	102,4

Fonte: DATALUTA (2011), Relatório Brasil 2010.

Mapa 1 - Brasil - Geografia dos Assentamentos Rurais - 1979-2010 Número de Famílias Assentadas



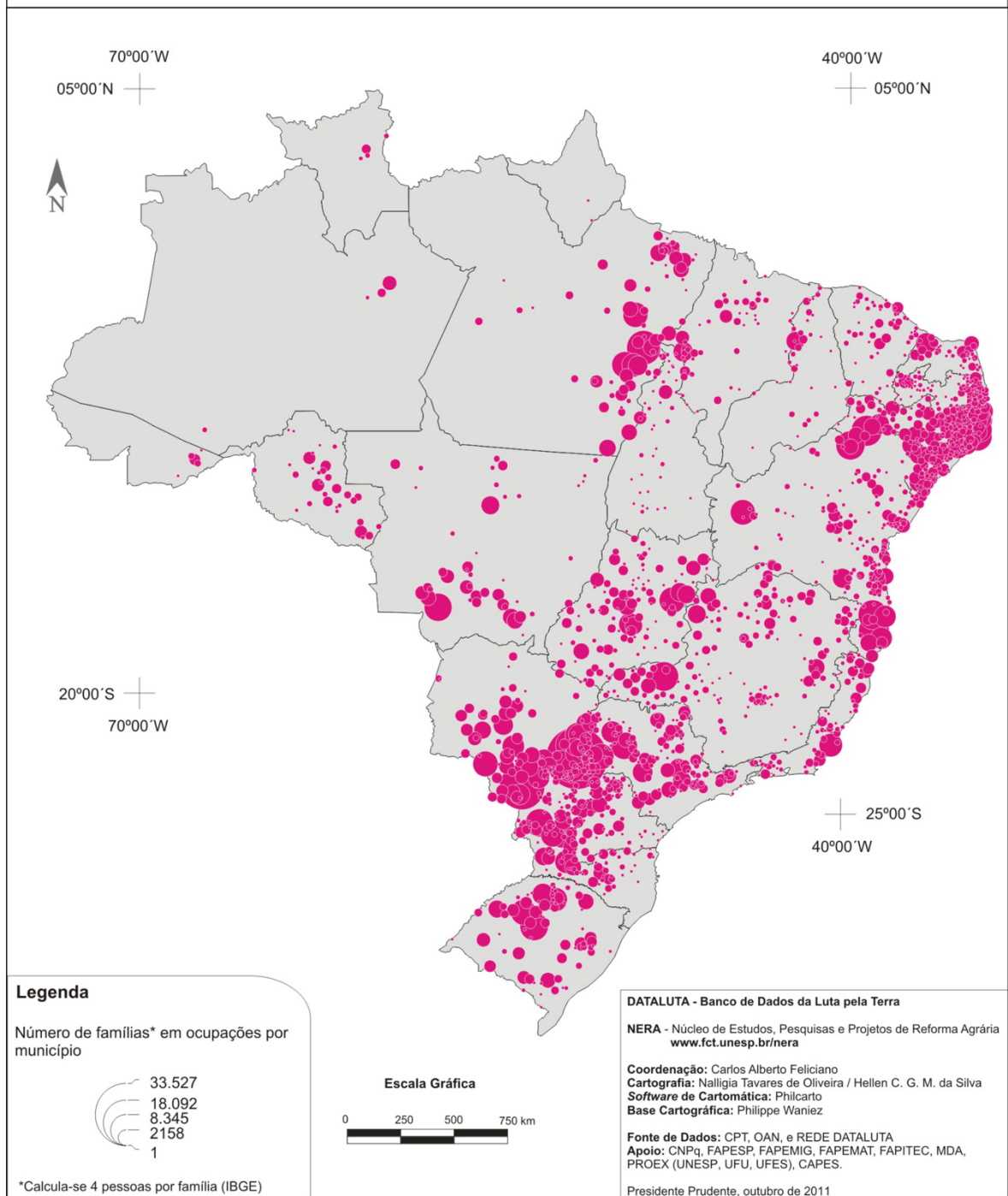
Fonte: DATALUTA (2011), Relatório Brasil 2010.

Tabela 2 - Número de Ocupações e de Famílias - 1988-2010

Região	Ocupações	%	Famílias	%
Norte	778	9,36	106.181	9,05
AC	22	0,26	2.026	0,17
AM	11	0,13	2.886	0,25
AP	2	0,02	120	0,01
PA	524	6,30	80.875	6,89
RO	109	1,31	13.579	1,16
RR	12	0,14	1.471	0,13
TO	98	1,18	5.224	0,45
Nordeste	3.137	37,74	423.243	36,07
AL	563	6,77	65.289	5,56
BA	579	6,97	94.586	8,06
CE	110	1,32	12.764	1,09
MA	110	1,32	17.732	1,51
PB	186	2,24	19.487	1,66
PE	1.233	14,83	160.258	13,66
PI	77	0,93	9.696	0,83
RN	131	1,58	16.867	1,44
SE	148	1,78	26.564	2,26
Centro-Oeste	1.126	13,55	187.861	16,01
DF	42	0,51	5.898	0,50
GO	404	4,86	56.023	4,77
MS	538	6,47	88.278	7,52
MT	142	1,71	37.662	3,21
Sudeste	2.196	26,42	285.203	24,31
ES	97	1,17	12.842	1,09
MG	654	7,87	63.296	5,39
RJ	96	1,15	13.653	1,16
SP	1.349	16,23	195.412	16,65
Sul	1.075	12,93	170.856	14,56
PR	683	8,22	87.023	7,42
RS	216	2,60	60.200	5,13
SC	176	2,12	23.633	2,01
Brasil	8.312	100,00	1.173.344	100,00

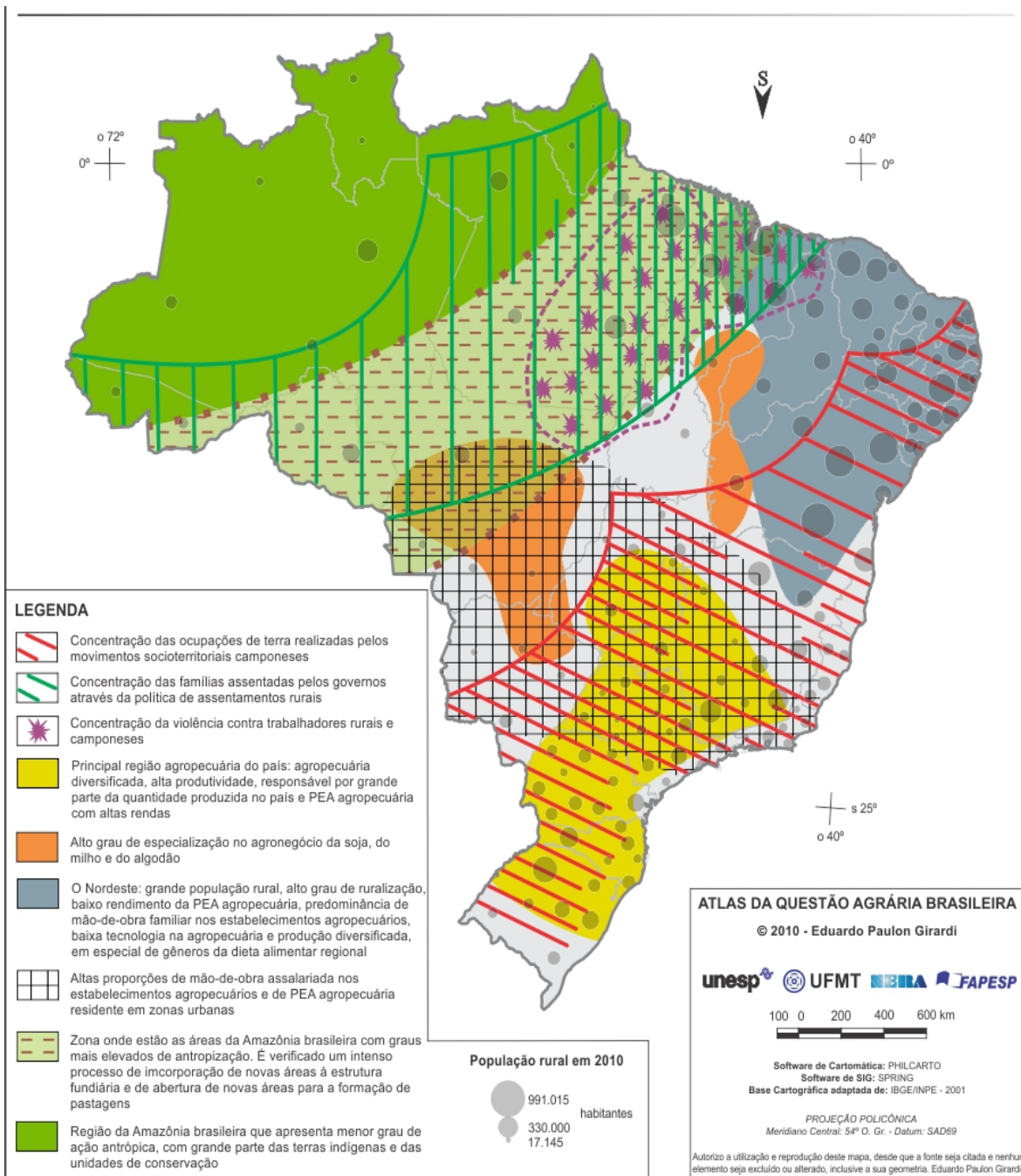
Fonte: DATALUTA (2011), Relatório Brasil 2010.

Mapa 2 - Brasil - Geografia das Ocupações de Terra - 1988-2010 Número de Famílias



Fonte: DATALUTA (2011), Relatório Brasil 2010.

Mapa 3 - Questão Agrária Brasileira



Fonte: Girardi, 2010.

4.1 Por que o governo Lula não fez a reforma agrária que se esperava?

4.1.1 Reflexões sobre a não realização da reforma agrária esperada no governo Lula, pelas vozes de Lideranças Locais do MST (LLs)

Em geral, as Lideranças Locais do MST defendem a reforma agrária de maneira propositiva, como importante política social, cujos benefícios não se restringem ao meio rural, uma vez que a oportunidade de vida digna no campo, aumenta a oferta dos alimentos e reduz os preços, além de diminuir o desemprego e a população marginalizada nas cidades. As LLs destacam a falta de interesse do governo Lula em relação à reforma agrária, como um fator decisivo para a sua não realização, porque a reforma agrária acontece quando o governo dá respaldo às mobilizações dos sem-terra, caso contrário, não conseguem se sobrepor à força do capital. As LLs lembram que Lula prometeu fazer a reforma agrária numa canetada, mas sempre ressaltam que João Pedro Stedile, membro da Coordenação Nacional do MST, no mesmo evento, alertou Lula, que as ocupações iriam aumentar no início do seu governo, em razão de o MST não acreditar que a reforma agrária seria realizada sem a pressão dos acampamentos. Então, as mobilizações da luta pela terra com o crescimento das ocupações no início do governo Lula, buscaram pressionar para que a pauta do movimento fosse cumprida. Na visão de LL1:

A reforma agrária depende do interesse do governante. Lula falou que ia fazer numa canetada só, mas não é tão fácil assim. Tem que mobilizar o pessoal. Tá mais difícil de sair a reforma agrária, porque o capital tá mais forte. Os grandes empresários deixam de atender as classes baixas e vão atender a burguesia, dão mais valor ao agronegócio, ao plantio de eucalipto, e nós tamos ficando isolados. A justiça tá mais favorável à bandidagem do que ao trabalhador. Falta interesse do governo, que poderia investir mais na área rural, o que contribui na educação do campo, pra evitar os bandidos na cidade, o inchaço das favelas. Não

compreendo por que o governo não faz, tem condições de fazer, então, pra mim é falta de interesse (LL1).

Nas conversas com as Lideranças Locais do MST percebi que, a despeito do desalento da não realização da reforma agrária no governo Lula, elas desenvolvem um raciocínio para explicar essa problemática, partindo da possibilidade representada pela vitória de Lula para a presidência da República, mas acreditam que por mais que Lula quisesse, não depende só do presidente. Mesmo assim, não isentam Lula, já que esperavam que seria possível, tranquilamente, avançar em relação ao cumprimento de metas para assentamento de novas famílias, mas apesar de haver muitos acampamentos no início do governo, não houve as desapropriações conforme a expectativa do movimento, de que um governo do PT iria assentar rapidamente as famílias que se encontravam na situação extrema de estarem acampadas. Desse modo, a luta pela terra não logrou êxito, sua pauta de reivindicação não foi atendida e encontrou muita dificuldade para concretizar resultados. Sem conquistas, a base do MST desanimou, e imputa esse desânimo ao governo Lula, conforme o ponto de vista de LL2:

O Lula não teve uma política adequada pro meio rural como um todo, não só pra os sem-terra, mas pra todos os trabalhadores. Não houve uma política que atendesse à pauta que os trabalhadores vêm cobrando há muitos anos. Porque, na verdade, não depende só do presidente. Sempre tem senadores e deputados contra a reforma agrária, mas enfim, na questão da reforma agrária foi muito lento, não conseguimos atingir o número de assentados que tínhamos previsão no governo Lula. Faltou uma política mais adequada. Hoje os empresários não olham pra produção de alimentos como a solução dos problemas do Brasil, eles olham pra produção de eucalipto, que é o tal projeto lá do agronegócio, grandes áreas pra criar gado. Então, os próprios empresários também dificultaram muito para que o Lula não tivesse condições de criar um

campo adequado pra todos os trabalhadores. Daí fizemos muitas ocupações durante o governo Lula, mas não houve as desapropriações pra assentar os acampados, ou seja, não tivemos vitórias. O próprio companheiro João Pedro Stedile disse que falou pessoalmente pro Lula, que a reforma agrária não é feita numa canetada. Porque mesmo que ele dava essa canetada pra desapropriar uma fazenda e fazer um assentamento, isso tinha que passar por várias outras equipes. Ele montou as equipes? Montou. A pauta nossa foi para o papel? Foi. Mas ela não foi colocada em prática. O governo não teve força pra desenvolver uma política adequada pra questão da reforma agrária. Nós conseguimos mobilizar, mas as lutas que fizemos durante o governo do Lula, fizemos com a própria luta dos trabalhadores, e por que fizemos? Pra ver se a nossa pauta era cumprida e também pra dar sustentação ao próprio governo, porque o Lula teve um momento que ele perdia até o rumo da coisa, né? Ele não conseguia se coordenar mais. Então, em termos de desapropriações, de assentamentos – não nego, como sem-terra sempre votei no Lula – mas na questão da reforma agrária foi péssimo (LL2).

Para Fernandes (2013b), a reforma agrária no governo Lula foi tratada com excessiva timidez, por conduzir as políticas para o campo sem se preocupar em reverter duas questões estruturais:

A manutenção do campesinato em estado permanente de subalternidade ao capitalismo, através da renda capitalizada da terra; e a insuficiência das políticas de desenvolvimento para a agricultura camponesa. Nesta condição de sujeição e escassez, é difícil implantar uma política de reforma agrária que destrua o território do capitalismo, que são as propriedades capitalistas, mesmo que não cumpram com sua “função social”, como consta no Artigo 184 da Constituição. Mas para implantar a reforma agrária é preciso muito mais que a desconcentração fundiária, é imprescindível eliminar a hegemonia do agronegócio sobre as políticas de desenvolvimento da agropecuária e reconhecer a importância das diferentes relações de produção, como a familiar, a associativa e a cooperativa. [...] Optar pela ideologia do agronegócio como o único modelo possível mata a reforma agrária. [...] A submissão do camponês ao capital [...] é resultado

de decisão política. Este fato é o cerne da questão agrária (Fernandes, 2013b: 80-2).

Na compreensão de LL3, era tão evidente que o governo Lula faria a reforma agrária, que uma maneira de entender tamanho recuo é considerar a hipótese de que Lula teria sido ameaçado:

Se Lula tivesse encarado a reforma agrária, ela não iria pra frente do mesmo jeito, porque ele estava preparado para a centralização da terra mesmo. Só que ele retroagiu muito, deveria ter encontrado uma outra forma que contemplasse pelo menos alguma coisa do tanto que ele falou da reforma agrária e não fez 5% de reforma agrária que falou que faria e que é a necessidade de descentralizar a terra. Por exemplo, a Dilma não fala de reforma agrária, não toca no assunto! Nós achávamos que a reforma agrária seria a primeira coisa que Lula faria. Então, não tenho certeza, mas acho que ele foi ameaçado. Teve muita pressão. Parece que na fala de Lula, em primeiro lugar tem que mexer na posse da terra, mas por que ele não fez? Acho que quando chegou no momento de fazer, ele teve medo, porque no Brasil, meu filho, aquele que não ia de um jeito, ia de outro, daí o medo dele. Lula só não morreu, por causa de liderança que ele tinha. E se ele faz a reforma agrária, morria, não tenho dúvida. E quem ia matar ele era o Estados Unidos. Essa é a verdade. Eles não querem ver o Brasil na posição que está agora. O maior inimigo do Brasil é o Estados Unidos. Então, Lula recuou mesmo, porque se faz a reforma agrária no primeiro mandato, ele morria. Não tem outra explicação, por que quantos morreram? Só porque faziam uma coisa um pouco diferente (LL3).

Segundo LL4, no início do governo Lula, o MST estava num momento distinto daquele de grande mobilização do final dos anos 1990. Além disso, chama a atenção para o fato de o governo Lula ter se aliado à direita e à bancada ruralista, que pressionaram para que nada fosse feito para a reforma agrária.

Diante dessa conjuntura, a falta de um consenso entre as lideranças, sobre qual postura adotar na relação com um governo amigo, mas desinteressado pela reforma agrária, dispersou a articulação sobre como e quando abordar o governo por ele estar atendendo às pressões das forças contrárias à reforma agrária. Não se sabia se isso era passageiro. Se o governo ainda era capaz, ou mesmo se ainda queria fazer. Se era preciso esperar, e por quanto tempo esperar. A leitura feita por LL4 sobre esse processo é que:

Quando chega 2003, a posse do Lula, o MST já estava numa fase de fragilidade. Já não era o mesmo momento de 1997, o auge, tanto interna quanto internacionalmente de apresentação do movimento. E também a direita, a bancada ruralista fez pressão pra que o governo Lula não fizesse nada pra reforma agrária. Outro problema é que entramos no governo Lula confiando exageradamente, porque além de ser movimento social, fomos um dos construtores desse partido. Eu me lembro num congresso nosso que o Lula disse: “Se eleito presidente, vou fazer a reforma agrária numa canetada só”. Depois dos primeiros seis meses de governo, começamos a nos dar conta de que o governo Lula não estava conseguindo fazer a reforma agrária que achávamos que era possível ele fazer. Com isso, passou o primeiro mandato, vem o segundo e a coisa se agravou e, conclusão, infelizmente, no cumprimento de metas, de assentamento de novas famílias, temos que admitir que foi uma frustração, porque esperávamos que seria possível tranquilamente avançar. Em resumo, o processo de fragilização anterior ao governo Lula e essa certa confusão política na cabeça das nossas lideranças, uns achando que era só pressão das forças contrárias, mas que o governo era capaz de fazer, já outros não acreditavam mais, enfim, daí o tempo foi passando. E faço uma autocrítica que nós fizemos uma leitura equivocada, deveríamos ter antenado pra isso um pouquinho antes do que quando acordamos (LL4).

De qualquer maneira, o tempo passou e permaneceram praticamente todos sem iniciativa para criticar o governo Lula. Isso alimentou divergências dentro do MST e tirou o foco sobre pressionar o governo, no sentido de ampliar a organização, ocupar mais áreas, fazer mobilização. Desse modo, nas reflexões sobre a não realização da reforma agrária esperada no governo Lula, as Lideranças Locais do MST fazem uma autocrítica de que todos do movimento, devido ao fato de terem sido militantes na construção do PT, confiaram exageradamente no governo Lula e, mesmo frustrados com o tratamento recebido do governo, colocaram o histórico da amizade acima do descontentamento.

4.1.2 Reflexões sobre a não realização da reforma agrária esperada no governo Lula, pelas vozes de Lideranças Estaduais do MST (LEs)

Entre as opiniões das Lideranças Estaduais do MST sobre a não realização da reforma agrária esperada no governo Lula, na compreensão de LE4, o maior bloqueio, foi a falta de apoio no Congresso Nacional que permitisse reverter a lei de 2001, do governo FHC, que criminalizou a ocupação de terra, impedindo a desapropriação de terras “invadidas”:

O governo Lula não teve apoio do Congresso pra reforma agrária, mas o que impediu mesmo que ele fizesse, foi a lei do FHC que criminalizou a ocupação de terras – a “invasão”, entre aspas, né, é assim que os inimigos da reforma agrária chamam a ocupação de latifúndios – impedindo, por dois anos, que a terra ocupada seja vistoriada pelo INCRA, para que o proprietário possa ser indenizado, na desapropriação pra fins de assentar as famílias sem-terra. Então, quando a família tá acampada na terra à espera do assentamento, pelo menos ela tira dali o seu sustento, faz uma horta, cria porco, galinha. Agora, ficar acampado do lado de fora da fazenda, na beira da estrada, com jagunço aterrorizando toda noite, dependendo de cesta básica. Isso diminuiu muito as

ocupações. Daí o governo, que nesse assunto já não tinha apoio entre os aliados, não tinha como tomar a iniciativa sozinho (LE4).

As demais análises das Lideranças Estaduais do MST identificam que faltou ao governo Lula um empenho de mobilização política em torno de suas próprias bases sociais para engendrar as reformas necessárias, porque quando Lula, em campanha eleitoral, prometeu que faria a reforma agrária com uma só canetada, teria subestimado a importância de estimular apoio popular para levar adiante a promessa de tamanha reforma estrutural e, assim, deixou passar a oportunidade de fazê-la, de acordo com a interpretação de LE1:

Primeiro, ninguém faz a reforma agrária numa canetada só, precisa de milhares de canetadas. Segundo, o Lula não fez a reforma agrária, porque não depende só dele, mesmo assim ele tinha condições de avançar na reforma agrária como presidente da República, mas pra que o Lula e a Dilma se elegessem, esse governo que diz que é mais de esquerda, precisou fazer uma aliança com a classe atrasada que é a burguesia. E teve outro erro do Lula e do PT, que quando foi eleito esqueceu dos movimentos sociais, abandonou o campo e a classe trabalhadora. Só lembra dos pobres quando vem pedir voto. Nós que tamos na base vemos isso com mais intensidade. E aí, sem movimentos sociais e junto com a burguesia, governo nenhum faz a reforma agrária, não tem como você esperar de fazer, se não for através da luta. Então, é um governo do PT que diz ser de esquerda. Entendeu?! Só diz, mas não é! O governo, quando é de esquerda e quer fazer, a primeira coisa que ele tem que tá mobilizado junto é com os movimentos sociais, tem que estar com a base, voltado pro povo, tem que ser mais humilde. O PT de antigamente fazia trabalho de base com a sociedade. O PT não vai mais, não. Tá fazendo uma política da forma que a burguesia fazia e faz. Então, o Estado brasileiro está a serviço da burguesia, das multinacionais, do grande latifúndio, não está a serviço da classe trabalhadora (LE1).

O assentamento rural, a despeito dos limites e problemas, efetivamente consegue transportar a família da profunda miséria para a dignidade de ter uma terra para viver e trabalhar. De Carli argumenta que a reforma agrária é “uma política pública concreta e de longa duração, que garante, acoplada com outras políticas públicas, uma perspectiva de país mais justo, menos desigual e mais balanceado demograficamente” (2014: 324). Ocorre que para se superar a condição de miséria dos sem-terra acampados e as dificuldades da vida camponesa nos assentamentos sem a mínima estruturação, ou seja, se o que se quer é superar a questão agrária, isso depende de decisão política substancialmente distinta do equívoco teórico e político que levou o governo Lula a promover a expansão do agronegócio e a anestesiar a pobreza com políticas compensatórias (Sampaio e Carvalho Filho, 2007).

As visões das Lideranças Estaduais do MST, LE1, LE2 e LE3, sobre a não realização da reforma agrária esperada no governo Lula, estão bem sintonizadas entre si, pois convergem para a abordagem de que a vontade do presidente da República é condição necessária, mas não suficiente para realizar a reforma agrária, haja vista que para a sua efetivação, o presidente deveria recorrer ao apoio da sociedade, principalmente, dos movimentos socioterritoriais, como ressaltam LE2 e LE3:

Com essas alianças que o Lula fez pra ganhar as eleições não tinha jeito de fazer reforma nenhuma, que dirá a reforma agrária. Qual reforma pra melhorar que o Lula fez em oito anos? Reforma pra piorar teve, a da previdência, que beneficiou os bancos e prejudicou todo mundo, menos os ricos e alguns da classe média que podem pagar previdência privada. Agora, a reforma agrária, havia uma possibilidade se o Lula, o PT, tivesse ganhado pra presidente lá em 1989. Ali tinha espaço pra mexer em muita coisa, porque a eleição tava bem dividida entre esquerda e direita. Mas a reforma agrária no Brasil não vai vim de cima pra baixo. Depende do presidente, sim, mas dele dar espaço pro apoio do movimento sem-terra ao governo, dar valor pro apoio do povo, dar importância pra pauta dos

sem-terra e mostrar pra sociedade que essa pauta é importante pra ela, não só pros sem-terra. A reforma agrária só vem se for de baixo pra cima, a sociedade tem que querer, mas a sociedade não tem consciência do que tá acontecendo no Brasil. E a hora que ver, já não vai mais dá tempo de consertar o desrespeito com os sem-terra, com os índios, o tanto de veneno, desperdício de água e o tanto de nascente de água que é soterrada pelo agronegócio, pra ele exportar tudo o que explora, o desmatamento sem critério nenhum que já acabou com o Cerrado e vai acabar com a Amazônia, nesse domínio do grande capital sobre a terra (LE2).

Falta vontade política pra fazer a reforma agrária. Então, quando o Lula falou lá em Vitória [capital do estado do Espírito Santo], no nosso Encontro Nacional, que ia fazer a reforma agrária com uma canetada só, ele pensou que era fácil. Daí chegou lá e as coisas eram muito diferentes do que ele pensou, mas tinha que ter escutado mais o povo e, assim, ele conseguiria. Mas perdeu essa oportunidade de fazer (LE3).

Frei Betto, que foi assessor especial do presidente Lula nos dois primeiros anos de governo (2003-2004), já havia desenvolvido um raciocínio nessa mesma direção, de que: “O PT, nascido dos movimentos sociais, ao chegar ao governo assumiu a lógica do Estado. Tornou-se partido do governo, quando deveria manter-se como partido da sociedade junto ao governo” (Betto, 2006: 117). Para o autor, Lula chegou ao governo e não ao poder, em virtude de que o poder não é um lugar, é uma relação social em benefício dos mais abastados. Mesmo assim:

Lula teve, nos primeiros meses de seu governo, poder suficiente para promover a reforma agrária e a auditoria da dívida pública. Não soube aproveitá-lo. [...] A correlação de forças determina quem, num dado momento, detém o poder. [...] Mas] a máquina do Estado, azeitada pelos interesses das elites, refreou-lhe ideias e aspirações. [...] Como sindicalista, Lula inverteu o processo. Não esperou que os trabalhadores frequentassem a sede do sindicato. Fez o sindicato deixar a sede para ir ao encontro dos

trabalhadores na porta e no interior das fábricas. Como estadista, não conseguiu repetir o gesto. [...] Há forças políticas de esquerda convencidas de que é preciso aceitar as regras do jogo. A primeira é depender do dinheiro de quem o possui. [...] Dinheiro em eleição significa investimento; ninguém investe para perder. [...] Assim, a dependência do dinheiro da elite, da mídia, das grandes corporações e do marketing das agências de publicidade, resulta na progressiva descaracterização das campanhas eleitorais que, no caso do PT, significa o abandono da proposta socialista e progressiva desideologização de suas campanhas eleitorais (Betto, 2006: 89-90 e 98-9).

Os militantes do MST abordam a desideologização do PT, vinculada à não reforma agrária, de maneira muito clara em suas narrativas. No entendimento das Lideranças Estaduais do MST (LEs), em vez de colocar a pauta da reforma agrária na agenda política nacional e abrir espaço para receber o apoio concreto da base militante organizada nos movimentos sociais, o governo Lula abandonou sua base popular. O PT perdeu o ímpeto mobilizador característico da militância do trabalho de base, que marcou a maneira como o partido foi fundado e ramificado em todo o país. Uma vez na presidência da República, muitos dos quadros militantes do partido ascenderam a cargos no aparato estatal e neles se engolfaram, renunciando os seus princípios. Nessa conjuntura, as LEs concluem que sem movimentos sociais e junto com a burguesia governo nenhum fará a reforma agrária.

Esse cenário corresponde aos interesses de elites poderosas que limitam, bloqueiam e impedem a reforma agrária, com mais força ainda nas duas últimas décadas, em virtude do domínio da lógica da financeirização dos grupos empresariais que passaram a controlar o setor agropecuário. A expressiva participação de transnacionais no complexo de sistemas do agronegócio, numa lógica de associação do sistema financeiro com o setor produtivo, faz com que os objetivos de lucros justifiquem qualquer que sejam os meios utilizados para alcançar os resultados operacionais que correspondam às expectativas de dividendos dos acionistas. Dessa maneira, é possível identificar imensa distância entre o programa agrário defendido pelo MST e as ações efetivas do governo do PT, o qual, em contrapartida pelos financiamentos de campanha eleitoral, optou

pelo fortalecimento do agronegócio, que devido ao seu poder econômico, goza de acentuada representação política, conhecida como bancada ruralista que, em 2018, era composta por nada menos do que 224 dos 513 deputados federais e por 24 dos 81 senadores, no Congresso Nacional (Valor, 2018).

4.1.3 Reflexões sobre a não realização da reforma agrária esperada no governo Lula, pelas vozes de Lideranças Nacionais do MST (LNs)

As reflexões sobre a não reforma agrária no governo Lula, pelas vozes de Lideranças Nacionais do MST, esclarecem que a eleição de Lula, em 2002, trouxe para os setores progressistas da sociedade a expectativa de mudanças estruturais que pudessem iniciar um processo de reparação das profundas desigualdades e contradições da sociedade brasileira. No entanto, ao praticar uma política *naïf* de conciliação de classes como guião de suas ações, além de reproduzir a política de coalizão, no parlamento, com alianças à direita para sustentar seu mandato, o governo Lula não empreendeu reformas estruturais. Conforme manifesta LN-I (Liderança Nacional do MST, Intelectual), é um “*projeto político que pode ser do PT, mas, no fundo, é o que justifica tudo pela ausência de projeto. A luta reivindicatória não alcançou o patamar de luta de classes, permaneceu no espectro econômico*”. LN-A (Liderança Nacional do MST, que vive em Assentamento) explica que:

O caso da fala do Lula, de que se eleito faria a reforma agrária numa canetada, isso foi num congresso nosso no Espírito Santo em 2002, eu estava lá. Daí o João Pedro Stedile disse a ele, “Lula, nós temos uma notícia boa e uma ruim pra te dar: a ruim é que se você for eleito, não vamos na tua posse no dia 1º de janeiro de 2003; a boa é que no dia da tua posse, vamos fazer mil ocupações de terra pra fazer a reforma agrária”. Então, ele tava expressando o sentimento do MST de que não é possível fazer uma reforma estrutural profunda, muito menos a reforma

agrária, se não for com uma mobilização de massa. E não entendemos muito bem aquilo, mas o PT, o Lula, já tinham feito uma outra opção, achando que era possível fazer uma reforma profunda sem mobilização de massa. Em termos da estrutura da propriedade, a grande ilusão do PT é de que dá pra conciliar as classes. Isso durou um pouquinho, mas não dá mais pra conciliar hoje [em 2015]. Eu me lembro que o último comício [em 2014, da campanha de reeleição] da Dilma em Belo Horizonte, o Lula disse, “Esse pessoal precisa entender que não queremos tomar nada deles, só queremos que os pobres subam um degrau na escada”. Isso me chamou muito a atenção, porque é uma ilusão, isso tem um limite, pro trabalhador subir um degrau sem tirar dos ricos, não dá, não tem magia. Então, essas concessões que foram feitas nos ajudaram, mas não resolveram nada. Qualquer crise econômica pode tomar de novo aquilo que a classe trabalhadora avançou (LN-A).

Na questão agrária, não houve desapropriação de terras visando corrigir a estrutura fundiária com uma reforma agrária, muito pelo contrário, essa questão no governo Lula pode ser classificada como não reforma agrária, ou mesmo contrarreforma agrária (Oliveira, 2006, 2010). Diante disso, LN-I assevera:

E a “canetada”? Com a mudança de concepção, a reforma agrária não sai. O governo optou pelo grande capital imaginando que este modernizaria a agricultura e atenderia à produção para exportação, geraria emprego, renda etc. Do lado oposto, com créditos, imaginavam elevar a qualidade dos assentamentos sem precisar assentar mais ninguém e os pobres sem-terra seriam atendidos pelas bolsas assistenciais. Em termos de créditos houve a preocupação de colocar à disposição dos trabalhadores uma quantia razoável, bem como a compra de diversos produtos pela CONAB [Companhia Nacional de Abastecimento], a garantia da colocação de alimentos na merenda escolar dos municípios, mas isto é insuficiente para se considerar política

agrícola. Por exemplo, a assistência técnica é fundamental para que, além da qualidade, se tenha também regularidade para abastecer a merenda escolar diariamente. O agricultor quando financia a produção não tem como contratar a assistência técnica, não tem infraestrutura de transporte etc. Isto é muito decadente no Brasil. Ao contrário do que ocorre com o grande capital. De outro modo, se olharmos para a educação, que deveria ser um objetivo fundamental para formar a força de trabalho para o campo, é verdade que desde o governo Lula vem-se investindo em institutos de formação técnica, mas esta força de trabalho buscará emprego e não será com o pequeno agricultor. Para os agricultores a saída seria a educação dos próprios filhos, no entanto, entre o governo Lula e Dilma foram fechadas quase 40 mil escolas no campo (LN-I).

No entendimento de LN-S (Liderança Nacional do MST, integrante da Secretaria Nacional), a reforma agrária não foi uma pauta no governo Lula, em virtude de ele ter início em um contexto nacional e internacional desfavorável à esquerda. Essa condição da esquerda debilitada, teria sido aprofundada pela demora do percurso sinuoso da caminhada do Partido dos Trabalhadores até chegar ao poder, “uma vitória tardia”, de acordo com Antunes, pois:

Quando, finalmente, Lula venceu as eleições em 2002, o país estava de cabeça para baixo. Ao contrário da potência criadora das lutas sociais da década de 1980, o cenário era de estancamento das forças sociais do trabalho, embaralhadas em meio a tanta desertificação social. A eleição que levou Lula ao poder foi, por isso, uma vitória política tardia. Nem o PT, nem o país eram os mesmos. O segundo estava desertificado enquanto o primeiro havia se desvertebrado. Por isso, a política que o governo do PT vem implementando, desde sua primeira hora, é em parte continuidade de seu transformismo e sua consequente adequação à ordem e à institucionalidade (Antunes, 2005: 165-6).

Dessa maneira, a fragilidade política da esquerda fica evidente a partir das alianças conservadoras costuradas pelo PT, ainda durante as eleições de

2002, que levaram Lula à presidência da República, comprometido com os interesses do agronegócio e do sistema financeiro. O resultado, no ponto de vista de LN-S é que:

O MST termina o governo FHC [1995-2002] com menos de 52 mil famílias acampadas, um movimento muito frágil. O que significa isso na vida real? Você tem depois, 12 anos de governo do PT [2003-2014], que a marca principal não é da luta popular, da pressão social, das bandeiras históricas da década de 1980. Pelo contrário, é um governo que reconstitui o modelo econômico antigo e só dá um nome novo, o neodesenvolvimentismo, e não está dentro a reforma agrária. Vai para agricultura no Brasil [2015], 156 bilhões de reais de crédito, dos quais 130 bi pro agronegócio e 26 bi pros médios e pequenos agricultores, dentre os quais estão inclusos os assentados, sendo que estes conseguem acessar desse montante total de 156 bi, apenas um bilhão. Muito pouco, isso gera confusão no país. Mas daí vão dizer: Ah, mas tem um lindo avanço dos programas sociais da CONAB, compras do PNAE e PAA. Essas políticas alcançam menos de 50 mil famílias assistidas, de um total de um milhão. Essas contradições permitem que as mobilizações continuem (LN-S).⁵⁷

⁵⁷ A Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) é uma autarquia vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, encarregada das políticas como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), implantado em 1955, para a oferta da alimentação escolar e ações de educação alimentar e nutricional. São atendidos os alunos da educação básica (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos) matriculados em escolas públicas, filantrópicas e em entidades comunitárias (conveniadas com o poder público), por meio da transferência de recursos financeiros. Já o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) foi criado pelo governo Lula, em 2003. É acionado após a etapa final do processo produtivo, no momento da comercialização pelo pequeno produtor. Parte dos alimentos é adquirida pelo governo diretamente dos agricultores familiares, assentados da reforma agrária, comunidades indígenas e demais povos e comunidades tradicionais, para a formação de estoques estratégicos e distribuição à população em maior vulnerabilidade social atendidas por programas sociais. A compra é feita diretamente pela CONAB, sem licitação, sem intermediários e os preços não devem ultrapassar os praticados nos mercados locais. Os produtos destinados à doação são oferecidos para entidades da rede socioassistencial, nos restaurantes populares, bancos de alimentos e cozinhas comunitárias e ainda para cestas de alimentos distribuídas pelo

Ao observar a maneira como a questão agrária foi tratada no governo Lula, surgem as seguintes reflexões: Como promover transformações estruturais com a persistência do modelo político de especialização do país na produção de produtos primários, no extrativismo predatório voltado para a exportação, sem valor agregado, de origem mineral, vegetal e animal (as *commodities*)? Como chamar de estratégia neodesenvolvimentista, o protagonismo das monoculturas de sementes transgênicas e excesso de agrotóxicos, que a cada dia que passa empurram a fronteira agrícola na Amazônia e ficam impunes por todos os paradoxos e conflitos relacionados à territorialização do complexo de sistemas do agronegócio? No prisma de LN-I:

A não realização da reforma agrária envolve vários fatores, mas nenhum deles tão decisivo como o avanço das forças produtivas na agricultura. O capitalismo tem as suas crises e os seus ciclos de crescimento. Ao reunir condições através da abertura de novos mercados, o governo Lula encontrou nos capitalistas do agronegócio a base produtiva favorável para produzir rapidamente e exportar. Com isso, mudou a perspectiva, em vez de atacar o latifúndio, passou a financiá-lo com a seguinte divisão de funções: os capitalistas encarregaram-se de produzir para o mercado externo e os pequenos agricultores para o mercado interno. Segundo esse entendimento, não havia mais a necessidade de mexer na estrutura fundiária, bastava garantir créditos aos assentados e pequenos agricultores, que havia espaço para os dois lados. De fato, houve espaço, mas a disparidade de condições fez com que o agronegócio se tornasse uma locomotiva em alta velocidade, passando por cima de todos os limites e apropriando-se com isso de uma quantidade enorme de terra que deveriam ser destinadas à reforma agrária. O entendimento é simples, quando o capitalista pega crédito investe para render mais dinheiro, por isso utiliza todos os recursos tecnológicos; quando o

Governo Federal (Fontes: conab.gov.br, acesso em 12.06.2015; Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, fnde.gov.br, acesso em 15.06.2015; Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, mda.gov.br, acesso em 15.10.2018).

pequeno agricultor toma crédito é para produzir para a sua subsistência, logo, em uma década, além de continuar como estava economicamente, a sua situação se agravou, pois está endividado, inadimplente e não conseguirá acessar mais recursos. O capitalista não. Tem estrutura de produção e armazenagem, infraestrutura de transporte e portos para exportação e mercado assegurado pelas negociações governamentais. O pequeno tem que criar o seu próprio mercado (LN-I).

A negligência do Estado diante da agricultura camponesa, destoa da política estatal deliberadamente a subsidiar e a fortalecer o agronegócio. Tal postura aprofunda a posição colonial do Brasil na divisão internacional do trabalho, de país exportador de natureza. Ao final do governo Lula, em 2010, o complexo de sistemas do agronegócio – incluindo sua atuação nos ramos de atividade da agropecuária, indústria e serviços – correspondia a 21,6% do Produto Interno Bruto (PIB). Em 2017 apresentou esta mesma participação no valor adicionado ao PIB brasileiro, sendo que, nas exportações, respondeu por uma fatia de 44% do total exportado pelo país em 2017. E ainda esse dado considera apenas os produtos agropecuários de origem vegetal e animal e não todos os bens primários, ou todas as *commodities* da pauta de exportação. Por exemplo, não estão entre os produtos do agronegócio, o minério de ferro e o petróleo, que só perdem para a soja, primeira colocada em vendas do país ao exterior. Entre os dez principais produtos exportados pelo Brasil, nove são *commodities*. O país “celeiro do mundo” é o maior exportador mundial de soja, minério de ferro, café, carne bovina, carne de frango, açúcar e celulose, e está entre os principais exportadores de algodão, milho e suco de laranja (Valor, 2018).

Nas entrelinhas dessas estatísticas, as não palavras são que o Brasil é o maior exportador de recursos naturais e que, para tanto, é necessário muita terra e muita água. As disputas relacionadas ao uso, à posse e à propriedade da terra assumem cada dia mais importância, pois incluem a água potável, a produção de alimentos e de matérias primas e a mineração. Desde o final do século XX, as principais corporações transnacionais que atuam no ramo do agronegócio, não

representam apenas os interesses da acumulação de capital pela via da produção, mas se orientam também pela lógica de funcionamento dos grandes oligopólios administrados por sociedades anônimas, onde os sócios majoritários são os mesmos que também controlam os bancos e reproduzem, no complexo de sistemas do agronegócio, a ânsia de lucros sempre crescentes que alimenta a especulação financeira para a valorização das ações das empresas nas bolsas de valores. Paralelo a isso, há uma escalada da compra de terras do Sul global para servir como reserva de mercado desses poderosos grupos de conglomerados financeiros (Fernandes, 2008, 2013b; Delgado, 2013; De Carli, 2014).

O desmedido apoio de todas as esferas da política institucional do Brasil à ação transnacional dos grupos do complexo de sistemas do agronegócio, ignora as implicações sobre a capacidade de resiliência da natureza e os direitos dos povos cujos modos de vida estão diretamente relacionados ao uso da terra e, por essa razão, são subalternizados, como os indígenas, os camponeses e os quilombolas. De Carli indica que:

Nos ramos produtivos, o capitalismo financeiro global tende a monopolizar ou oligopolizar a produção agropecuária, a mineração, as fontes de água potável e as matrizes energéticas. No mercado de sementes e agrotóxicos, verifica-se essa tendência para a Monsanto, Bayer, Syngenta, Bunge e Cargil. No ramo da mineração, destacam-se as empresas: Suncor, Shenhua, Rio Tinto, Vale e BHP Billiton. A Coca-Cola e a Nestlé gradativamente seguem a tendência de monopolizar o comércio de água potável. [...] A produção capitalista do espaço no mundo rural avança e se consolida em áreas de florestas, em territórios indígenas, quilombolas, camponeses, de comunidades ribeirinhas, de pescadores. [...] Com isso, o direito indígena, o direito quilombola, o direito dos povos, o direito das florestas, o direito da comunidade, os direitos humanos, o direito à alimentação, entrelaçam-se na temática do direito à terra (2014: 2-3).

O domínio do modelo de produção do agronegócio no Brasil, num processo que se acelera no governo FHC e é intensificado no governo Lula, não encontra representativa resistência da sociedade, em virtude do agronegócio ser fortalecido ideologicamente pela sua supervalorização em publicidades e reportagens nos meios de comunicação, que invertem os papéis dos atores nos

conflitos no campo e colocam o agronegócio como vítima dos indígenas e dos sem-terra, taxados como vagabundos, marginais, bandidos, invasores de propriedade alheia, terroristas e estorvo ao “progresso”. As mídias exaltam o agronegócio como promotor do crescimento econômico do Brasil, pelas exportações. Há até uma propaganda veiculada em rede nacional pela Rede Globo de Televisão que inicia com: “*Agro a indústria-riqueza do Brasil*” e conclui o seu rol de adjetivos com o *slogan*: “*Agro é tech, Agro é pop, Agro é tudo*” (sic). O “tudo” com certeza refere-se ao fato de tudo ser forjado para uma onipotência do agronegócio, ao ponto de terem sido aprovados nos governos do PT, o plantio de sementes geneticamente modificadas (os transgênicos), já nos primeiros meses do governo Lula, em 2003, e o novo código florestal, no governo Dilma, em 2012.⁵⁸

O incentivo ao agronegócio está associado ao uso do seu poder econômico para influenciar diretamente no poder político. Alguns fatores que evidenciam esse cenário são apresentados por De Carli:

No governo Lula, paralelo ao recuo estratégico nas pautas da reforma agrária, houve grande incentivo às empresas transnacionais agroexportadoras e às mineradoras. [...O governo] financiou vultuosos empréstimos para o setor agropecuário, liberou sementes transgênicas, antes proibidas [...e] não fez a reforma agrária por uma razão muito simples: enfrentaria um setor que não somente vai servir de apoio à economia nacional, ao

⁵⁸ A liberação dos transgênicos foi uma manobra negociada entre o governo brasileiro e o Congresso Nacional para atender à pressão das grandes corporações produtoras de organismos geneticamente modificados. Porém, o governo apresentou como pretexto “o reconhecimento a um fato consumado – a introdução ilegal nas lavouras do Rio Grande do Sul da soja geneticamente modificada *RoundUp Ready*, desenvolvida pela empresa transnacional Monsanto para resistir ao herbicida glifosato – a lei foi sancionada em junho de 2003 pelo presidente Lula. Desde então, os transgênicos se impuseram como uma realidade nacional e conquistaram espaço significativo no mercado, apesar do desconhecimento da maioria da população sobre seus riscos e da rejeição de diversas organizações representativas dos movimentos sociais” (reporterbrasil.org.br, consultado em 01.11.2018). Já a Lei de Proteção da Vegetação Nativa, conhecida como Novo Código Florestal por revogar o Código Florestal de 1965, deveria se chamar lei de extinção da vegetação, haja vista que foi muito comemorada pelos ruralistas por ter, em resumo, ampliado a fronteira do desmatamento legal e a permissividade e a anistia das ações depredadoras do meio ambiente. Por fim, avançou rapidamente, em 2018, a articulação no Congresso para aprovação do chamado “Pacote do Veneno”, uma lei que libera agrotóxicos proibidos na Europa.

crescimento do PIB (independente dos custos sociais e ambientais), como também muito dessas empresas se tornaram financiadoras de campanha de partidos ligados ao governo, principalmente do próprio PT. [...] O governo Lula e o governo Dilma, ao fortalecerem os setores do agronegócio, da mineração e dos madeireiros, diretamente contribuiu para o processo de enfraquecimento político do MST (2014: 341-42).

Na intensificação do fortalecimento do agronegócio pelo governo Lula, podem ser destacadas algumas medidas: 1) Investimentos em infraestrutura de meios de transporte para garantir modernos corredores comerciais de exportação que tendem a exportar bens *in natura*, com escasso ou nenhum processamento pela indústria nacional; 2) Ampliação de recursos humanos e financeiros para a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), cujas pesquisas e programas são amplamente utilizados pelo agronegócio; 3) Uma deliberada não desapropriação para fins de reforma agrária das terras devolutas e das que declaradamente não cumprem a função social, garantindo um estoque de terras; 4) Atuação na taxa de câmbio em favor da desvalorização do real, para incrementar a competitividade internacional do agronegócio e as receitas de exportação; e 5) Maior destinação de recursos para o crédito rural. O resultado é o crescimento do PIB puxado pelo setor primário, num processo de reprimarização das exportações. Nesse ambiente benfazejo ao agronegócio, o território do Brasil fica cada vez mais fora de controle, desvinculado da sociedade brasileira, apática diante de circunstâncias como: 1) Bancos ampliando a participação nas ações de empresas que atuam nos ramos do setor primário em geral; 2) Aquisição de terras no Sul global por empresas transnacionais sediadas no Norte global; e 3) Elevação da produtividade pelo aumento de escala da monocultura, com uso intensivo de máquinas, transgênicos e agrotóxicos (Bielschowsky, 2012; Delgado, 2013; Stédile, 2013d; De Carli, 2014).

A postura de não reforma agrária do governo Lula (Oliveira, 2006) acabou por se tornar uma verdadeira contrarreforma agrária (Oliveira, 2010), que fica bem visível nos seguintes fatores: 1) Bloqueios para se materializar brechas jurídicas existentes em benefício da reforma agrária; 2) Impunidade da reação criminosa dos latifundiários a qualquer ação dos movimentos de luta pela terra; 3) Não

desapropriação de terras improdutivas; 4) Poder político dos ruralistas; 5) Estrutura sucateada do INCRA; 6) Ausência de política de estruturação básica dos assentamentos; e 7) Abordagem midiática de depreciação e criminalização do MST. Em outras palavras, o tema da reforma agrária foi tratado como um estorvo ao crescimento econômico, impulsionado pela lógica colonial de priorizar a exportação de *commodities* (Oliveira, 2006, 2010; De Carli, 2014).

No início do governo Lula em 2003 houve escalada das ocupações, com mais de 111 mil famílias acampadas, ante 40 mil em 2002, em grande parte motivadas pela confiança de que Lula honraria as promessas, não só de seus discursos, mas principalmente, do comprometimento histórico do PT com a reforma agrária. Ao final do seu governo, em 2010, as famílias acampadas não chegavam a 17 mil (DATA LUTA, 2017). Segundo LN-S, a queda das ocupações de terras é consequência da redução da miséria pelas políticas compensatórias. Para LN-A e LN-S, a inclusão social via políticas que criaram poder de compra aos antes excluídos, mas não efetuaram sequer uma reforma estrutural, é apenas uma inclusão passageira do pobre na prática do consumo e basta um governo um pouco mais à direita, ou uma desaceleração da economia para retirar essa ilusão do pobre de estar incluído. Segundo informações da Secretaria Nacional do MST (LN-S), o Bolsa Família nos assentamentos chegou a 87% das famílias, em virtude de que, em 2006, a renda média mensal de uma família assentada era de R\$ 500,55 (Fernandes 2013b), bem menos de 2 dólares per capita por dia, que é a linha da pobreza extrema.

A queda das ocupações e a diminuição das famílias nos acampamentos, no contexto das políticas assistencialistas do governo Lula, também deve ser entendida pelo efeito agravante da criminalização da ocupação de terra a partir de 2001, no governo FHC, o que deixou as famílias acampadas muito mais vulneráveis, tornando ainda mais difícil as decisões que envolvem a ocupação e a permanência no acampamento. Conforme explicação de Fernandes:

De 2001 a 2010, os acampamentos ganharam novas características. A medida provisória promulgada em 2001 [por FHC] diminuiu o número de ocupações, e os sem-terra,

estrategicamente, passaram a acampar próximo das áreas reivindicadas. [...No governo Lula] com o aumento do emprego e políticas compensatórias, do tipo Bolsa Família, a participação nos acampamentos deixou de ser de todos os membros da família – apenas um ou dois membros permanecem no acampamento – e, em alguns casos, passou a ser esporádica. Com essas novas características, os acampamentos, ainda que continuem a ser espaços de luta e resistência e que neles se organizem manifestações e reuniões de negociação, já não são mais espaços de permanência das famílias acampadas. Porém, o acampamento continua sendo essa “espécie de geografia perdida” onde os sem-terra se reúnem para pensar, compreender, resistir e lutar por seus territórios e seu país (2012b: 26-7).

Entre as reconhecidas características positivas do governo Lula está, inquestionavelmente, a ação humanitária e civilizatória do Bolsa Família que retirou milhões de famílias da fome, principalmente no Nordeste. A população sujeita à fome sem o Bolsa Família, torna-o indispensável como política compensatória urgente, no entanto, não dispensa a necessidade da reforma agrária como política emancipatória, porque os avanços circunstanciais no Brasil do governo Lula não são conquistas, são abrandamentos transitórios, solúveis na conjuntura política e econômica da correlação de forças. Não houve acesso aos bens sociais e culturais como conquistas que passam a fazer parte da estrutura institucional da sociedade. Políticas compensatórias não conduzem os beneficiários da exclusão à inclusão social (Betto, 2006, 2007). E por isso não podem calar a pergunta: “Qual a porta de saída do Bolsa Família?” (Betto, 2006: 111).

Nenhum dos avanços atribuídos ao governo Lula foi acúmulo incorporado na sociedade, como processos de reformas institucionais resultadas de confronto político com as classes dominantes. O Bolsa Família é de importância inquestionável, mas um governo verdadeiramente de esquerda deve trabalhar para a população mais vulnerável superar a urgência do assistencialismo para remediar a extrema pobreza, e não se acomodar perante a falta de enfrentamento dos problemas fundamentais da sociedade que levam à necessidade do Bolsa Família, que não altera a estrutura, não responde, por exemplo, à questão agrária no Brasil, conforme exposto por De Carli:

O Bolsa Família apesar de ser um programa extremamente necessário e importante para conter a fome e miséria em áreas urbanas e rurais, não ultrapassou a fronteira do mero assistencialismo e, mesmo sendo um programa do governo que solucionou alguns dos graves problemas da sociedade brasileira, foi insuficiente para solucionar, por exemplo, a concentração fundiária, o estrangulamento da economia camponesa, a carência de educação e saúde no campo, a precariedade da habitação rural e a desigualdade social. Assim, mesmo materializada uma efetiva melhoria nas vidas dos pobres no campo, o governo Lula não rompeu com o modelo neoliberal de Estado para as políticas de reforma agrária, que basicamente causava restrição a qualquer política pública que envolvesse ocupação de terras e desapropriação de terras (2014: 162).

Em 2006, no quarto ano do primeiro mandato do governo Lula, perante a ineficácia das políticas para agricultura camponesa, entidades que defendem a reforma agrária vão se reunir e publicar o “Balanço das medidas do governo Lula em relação à agricultura camponesa e reforma agrária no Brasil”.⁵⁹ O Balanço registra 29 medidas que impingiram derrotas para os movimentos camponeses e 10 medidas de pífio avanço, já que não passaram de providências pontuais que, por si só, não correspondem às previsões do próprio governo, tampouco às proposições dos movimentos camponeses e principalmente às expectativas que Lula simbolizava e que ele próprio alimentou ao afirmar em um evento do MST que se eleito presidente faria a reforma agrária numa canetada (Sampaio e Carvalho Filho, 2007; Balanço, 2006).

Dada a conjuntura completamente desfavorável à reforma agrária durante todo o governo Lula (2003-2010), LN-S (Liderança Nacional do MST, integrante da Secretaria Nacional), enumera os principais desafios do movimento:

O MST tem três desafios centrais. Primeiro, um problema de comunicação com a sociedade. A nossa proposta não é defendida hoje por toda a esquerda, por toda a classe trabalhadora. Há problemas de conteúdo, mas tem um problema de forma. Nossos assentamentos são

⁵⁹ Além do MST, da CPT e da ABRA, assinam o Balanço, o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA); o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB); e o Movimento das Mulheres camponesas (MMC).

bonitos, tem índices muito bons para serem propagandeados. É impossível que a sociedade não concorde com a nossa agenda de ser contra os agrotóxicos. Nossa plataforma de produção de comida é boa, como alguém é contra isso? É uma questão agravada pelo fato do MST ter sido criminalizado. Há um cerco contra nós, que não conseguimos romper, de comunicação, que os cubanos vão chamar de batalha das ideias. Segundo desafio, a nossa bandeira da reforma agrária clássica, que queríamos fazer aliança, mesmo com a burguesia, mesmo com o setor produtivo, foi derrotada. Eles dizem que não dá mais pra defendê-la. Então, o desafio é convocar a esquerda, a militância a defender essa outra proposta, a Reforma Agrária Popular. E convencer os nossos de que a reforma agrária clássica foi derrotada é difícil, nós apanhamos. Ai dizem: Vocês estão loucos, como assim, derrotada? Foi. Não adianta criar ilusão de que a reforma agrária foi obra dos camponeses, ela foi fruto da revolução, ou do capital. Se não estão colocadas uma dessas condições, como é que você vai impor? Terceiro desafio, vou citar o Mauro Iasi, que diz: “O pior problema é quando o acumular força, acomoda força”. O que vamos fazer com o assentamento conquistado, depois de 30 anos? Se não houver uma política para a segunda geração que já está no comando, corremos o risco de virar o público típico da agricultura familiar hoje no país. Estamos falando de 1,8 milhão de pessoas, em 1.270 municípios, em 8 milhões de hectares. É um patrimônio que não é do MST, é da classe trabalhadora internacional. Um território fantástico que está sob o nosso comando. E estamos numa fase [em 2015], 31 anos depois, de prestar contas. O que temos a mostrar? Não pode ser o que chamamos de uma agroecologia de vaso (LN-S).

Portanto, a Coordenação Nacional do MST chegou à conclusão de que, se uma reforma agrária plena não foi concretizada, nem no governo do PT, é porque pelo governo ela não sai mais, a única possibilidade que restaria seria uma Reforma Agrária Popular. Na explicação de LN-S:

Os anos iniciais de 2000 foram uma derrota da reforma agrária, não só por vontade política do INCRA, do presidente Lula, ou por uma falta de vontade do MST de fazer a luta. Foi uma derrota por três motivos. Primeiro, o Lula fez uma aliança com os setores mais conservadores da política, que inclui o agronegócio, combinado com o apoio das empresas institucionais e com o latifúndio histórico improdutivo. Isso foi a base central para as eleições de 2002 e o Lula continuou isso permanentemente. O segundo motivo, é uma esquerda frágil, o MST que não conseguiu colocar a sua bandeira com a força que tinha nas décadas de 1980 e 90, e sequer o PT e a CUT. E o terceiro motivo, o mais complexo a ser analisado, é que a reforma agrária clássica foi derrotada como uma bandeira a ser constituída pelas forças dominantes brasileiras, pelo próprio governo. O agronegócio respondeu às demandas para o campo: produção de matéria-prima; geração de emprego; e a produção de comida, ou desse tipo de alimento envenenado que tá aí. Pra que reforma agrária? É melhor criar uma política de geração de emprego na cidade. A reforma agrária clássica só foi possível ser constituída em duas situações, ou pré-revolucionária e revolucionária, Vietnã, Cuba, China, Rússia, ou quando o capitalismo diz, olha, precisa desenvolver o interior do país e produzir matéria-prima pra indústria, como no caso do Japão, Estados Unidos e assim por diante. Dessas condições, nenhuma foi criada no Brasil. Esses fatores foram determinantes para a derrota dos doze anos [2003-2014] da reforma agrária como uma política de desenvolvimento. Temos de construir uma nova proposta, porque se deixar para os tucanos [os políticos do PSDB], eles dizem, é melhor dar um ponto de táxi pra cada camponês, é muito mais lucrativo pra ele e pro Brasil, do que dar terra, que tem um custo muito alto pro Estado e retorno baixo, em comparação com o modelo extremamente eficiente, aonde poucos conseguem produzir em grande quantidade. Mas o MST avalia que temos de construir uma alternativa de agricultura que seja baseada em três grandes questões que estamos chamando de Reforma Agrária

Popular. Primeira, resolver o problema da produção de alimentos. O Brasil é um grande produtor de grãos, mas não necessariamente de alimentos. A quantidade de agrotóxicos na produção voltada para a demanda internacional, ou seja, você produz soja pra resolver o problema das vacas na China, produz milho pra resolver o problema do etanol nos Estados Unidos. Se não produz alimentos, dificilmente resolve o problema da Soberania Alimentar. Você cai na cilada da Segurança Alimentar, que é o mercado resolver o problema do alimento. Não resolve. A seca do Nordeste de 2013 [pior seca dos últimos 50 anos] foi bem isso, o Brasil produziu milho e não pôde abastecer o seu mercado interno, porque tinha compromissos internacionais. É preciso construir um mercado estatal de alimento que possa ter garantia de preço e para os camponeses de uma renda melhor através do alimento. O segundo componente dessa nossa proposta é a democratização de terras, que continua aumentando a concentração, mesmo depois do governo do PT. Você não pode diminuir a desigualdade social se aumenta a concentração da terra. E tem um componente novo, parte dessas terras estão nas mãos do capital internacional, nos ramos de eucalipto, soja, carne e as melhores áreas de exploração do subsolo. E o terceiro componente, é que a juventude está indo embora do campo, sendo expulsa literalmente, porque não tem opções. Nossa ideia é que o campo tem de ser um local bom pra se viver, sem romantismo. E pra isso tem de resolver um conjunto de políticas públicas que até então não estava na pauta e vai, desde ter Wi-Fi, até moradia de qualidade, estrada, assentamentos próximos às cidades. Esses espaços conquistados, que o Bernardo Mançano Fernandes vai chamar de área reformada, ou território, tem que ter uma participação popular de quem vive na cidade. Se não houver apoio e eles não forem beneficiados – a reforma agrária não pode ser só uma coisa dos camponeses – a população da cidade vai defender o agronegócio (LN-S).

Segundo o MST (2013), a partir de 2011, o movimento iniciou um

processo de debates nas diversas instâncias de coletivos e nos cursos de formação, em preparação do programa agrário “Lutar, Construir Reforma Agrária Popular”, para o VI Congresso Nacional do MST, em 2014. No documento, o MST afirma:

A implantação do nosso Programa de Reforma Agrária Popular depende, em parte, da nossa capacidade de reivindicar e pressionar os governos. Obter conquistas do Estado burguês é um fator importante na luta de classes e na formação de uma consciência política dos nossos militantes. Importante, mas insuficiente. A sua implantação depende da correlação de forças nos enfrentamentos com o inimigo principal da reforma agrária hoje, o agronegócio. [...] Construindo em nossos assentamentos, em nossas escolas, centros de formação, enfim, em todos os nossos espaços conquistados, o nosso modelo de agricultura para o campo brasileiro. Depende da nossa capacidade de construirmos alianças concretas em torno do programa com os demais setores do campesinato e com toda classe trabalhadora urbana. Depende da capacidade de dialogar e conquistar amplos setores da sociedade brasileira, para construir uma hegemonia – um consenso – que compreenda e defenda o nosso modelo de agricultura. Depende da democratização do Estado brasileiro, da mudança de seu caráter burguês. E de termos um governo hegemonicamente popular (MST, 2013: 6-7).

Para LN-I (Liderança Nacional do MST, Intelectual), o fato de MST defender a necessidade de uma Reforma Agrária Popular, por constatar o entrave da reforma agrária clássica, “a análise é correta, a forma é equivocada” (LN-I):

Quem superou a possibilidade de se realizar a reforma agrária clássica foi o desenvolvimento do capitalismo. A distribuição da terra para produzir matéria-prima para a indústria se tornou irrisória. O capital não precisa mais da pequena agricultura como ocorreu no passado, logo, do ponto de vista econômico e tecnológico a reforma agrária deixou de ser um pilar para o desenvolvimento. A viabilidade da reforma agrária ainda se situa no aspecto social, em deslocar grandes massas para o meio rural, tendo a facilidade de gerar renda, produzir alimentos de boa qualidade, elevar o nível cultural etc. E, no aspecto político, daria para desenvolver um projeto de agricultura agroecológico e ter uma força camponesa

organizada para os enfrentamentos de classe em sintonia com as forças populares urbanas. Nesse sentido, se o capital não quer, nem ao Estado interessa distribuir terras através da lei, a proposta da Reforma Agrária Popular é correta, mas a forma adotada é equivocada. Primeiro, porque a proposta não tem conteúdo de projeto; segundo, porque não se desvinculou do sistema de dependência reivindicatória do governo como sempre o fez na luta pela reforma agrária clássica; e terceiro, porque não aplica o aspecto do popular na articulação com a população para fazer com que a reforma agrária seja uma exigência de grande parte da sociedade, com ou sem a presença do Estado; ao contrário, continua fazendo acampamentos isolados no interior, alimentam-se de cestas básicas do governo, negocia e cede aos despejos, mantém-se com as mesmas forças históricas, ou seja, com os camponeses e ex-camponeses enfraquecidos. As grandes massas urbanas estão distantes e desarticuladas. De modo que a Reforma Agrária Popular, com a base sem-terra, não passa de um mote, de uma palavra de ordem para ter motivos para realizar um congresso. Essas palavras não se constituíram em categorias com a capacidade de fazer derivar delas todas as características ou predicados que identifiquem uma proposta de reforma agrária, nem chega a ser um conceito, pois lhe falta o conteúdo explicativo. Portanto, mudaram as palavras, não mudaram as práticas. Ou seja, o nome e a coisa não se identificam, nem se reconhecem (LN-I).

Sobre a Reforma Agrária Popular, o MST poderia refletir sobre as questões colocadas por LN-I. Seja ela uma proposta, um projeto, ou um conceito, a impressão que passa é que não saiu do papel, uma vez que, a despeito de ser a temática do último Congresso Nacional do MST, em comemoração dos seus 30 anos, em 2014, não foi assimilada nem mesmo pelas outras esferas de lideranças, principalmente as locais (LLs) e os militantes da base com quem conversei durante o trabalho de campo (em 2015 e 2016), que não se sentiam à vontade para tratar do assunto. Isso corrobora o problema levantado por LN-S, de

comunicação do movimento com a sociedade, como um dos principais desafios do MST. Muito difícil de ser implementada sem um total apoio da sociedade, o que exigiria um envolvimento inclusive das áreas de educação e da mídia do país, a proposta da Reforma Agrária Popular alivia a consciência de Lideranças Nacionais do MST, por não terem pressionado o governo Lula, ou seja, a ideia subjacente é que não adiantaria pressionar, visto que a reforma agrária clássica já estava derrotada pelo agronegócio e, assim, isentam também o governo Lula, já que por mais que ele quisesse, não estava mais colocada a possibilidade da reforma agrária. De qualquer maneira, além de ser objeto de crítica por parte de LN-I, a temática da Reforma Agrária Popular aparece apenas como um dos argumentos de LN-S em suas reflexões sobre a não realização da reforma agrária esperada no governo Lula.

Na análise mais geral das LNs, mesmo com políticas importantes na área social, o governo Lula deixou passar uma enorme oportunidade para concretizar reformas progressistas, não enfrentou absolutamente nenhum problema estrutural do Brasil e buscou apoio para suas ações na tênue política de coalizão, o que o levou a abrir mão de buscar apoio da base social popular para viabilizar as reformas. Na perspectiva de todos os militantes do MST, é importante o governo estimular a proposição de políticas públicas por quem realmente sabe o que precisa ser feito, os movimentos populares, que têm papel fundamental para fazer acontecer a mudança de baixo para cima e dar respaldo às ações sociais do governo. Lula, com sua política de agradar todo mundo, sempre dizia que devido a seu governo: “Nunca na história desse país os pobres melhoraram tanto de vida e os ricos ganharam tanto dinheiro”. Essa realidade, segundo as Lideranças Nacionais do MST, não se sustenta. Como se sabe, o Estado de Bem-Estar Social nos países que se desenvolveram só foi possível, porque o Estado atravessou a relação entre o capitalista e a acumulação de capital, isto é, para haver uma melhora para os pobres que seja efetiva, concreta, que não se reverta por qualquer conjuntura política ou econômica, é preciso tirar dos ricos de maneira estrutural, ou seja, via reformas estruturais, como a reforma agrária, a reforma tributária, entre outras.

Em suma, LN-A e LN-S explicam que a reforma agrária depende da vontade do presidente da República, mas que essa vontade só vira atitude pela pressão popular nas ocupações de terras, simultânea à incorporação nas políticas públicas, das proposições dos movimentos socioterritoriais organizados de massas que lutam pela terra. Aliás, essa interpretação é um consenso entre todas as escalas de lideranças do MST, da local à nacional. Conforme já registrado neste item sobre as razões da não reforma agrária no governo Lula, na voz da Liderança Nacional do MST, que vive em Assentamento: *“Não é possível fazer uma reforma estrutural profunda, muito menos a reforma agrária, se não for com uma mobilização de massa”* (LN-A). No entanto, se o governo está comprometido com poder econômico, não existe espaço para, ao mesmo tempo, estar disposto a realizar a reforma agrária, porque isso implica em confrontar-se com o poder econômico. No lulismo não tem confronto (Singer, 2012). A melhora de vida dos de baixo é conjuntural, não estrutural (Betto, 2006). No caso dos sem-terra que se submetem a montar e viver em um acampamento isolado na área rural por falta de alternativa diante da miséria na área urbana, um conjunto de políticas que resultem em efêmera melhora da condição de sobrevivência, arrefeceu o ímpeto dos militantes para realizar ocupações de latifúndios improdutivos como forma de pressionar o governo Lula a cumprir a promessa da reforma agrária.

LN-S, após fundamentar a não reforma agrária no governo Lula pela fragilidade da esquerda e dos movimentos populares após décadas de neoliberalismo, vai ampliar sua lista de argumentos, tecendo críticas às políticas assistencialistas implantadas sem a conscientização dos seus beneficiários. Trata-se do chamado lulismo, um modelo de governar que os integrantes do governo Lula e seus simpatizantes batizaram de neodesenvolvimentismo. As contradições desse modelo emergiram rapidamente, em virtude de que pelo fato de um terço da população do Brasil viver na pobreza ou na extrema pobreza,⁶⁰ as políticas compensatórias atingem, de imediato, uma amplitude muito grande da

⁶⁰ Em 2018, 26% da população brasileira, 54 milhões de pessoas viviam na pobreza (renda até US\$ 5,50 por dia); e 7%, 15 milhões de indivíduos em extrema pobreza (renda até US\$ 1,90 por dia), de acordo com o IBGE: Síntese de Indicadores Sociais, 2018.

população, mas geram uma melhora que não se sustenta sem reformas estruturais, e estas o governo Lula não se propôs a realizar. LN-S destaca que o lulismo *“não é um programa de reforma agrária, é um programa de políticas públicas do neodesenvolvimentismo para os pobres, entre os quais estão incluídas as famílias dos assentamentos”*.

4.1.4 Neodesenvolvimentismo?

Na academia, as análises que buscam destacar os méritos do governo Lula, o rotulam como pós-neoliberal (Sader, 2013; Pochmann, 2013; e demais), ou como nova forma de desenvolvimento, ou novo (neo) desenvolvimentismo (Mercadante, 2010; Barbosa, 2013; Mattoso, 2013; entre outros). Todavia, os economistas que reivindicam o novo desenvolvimentismo, conforme explica Sampaio Jr (2012: 679-80):

Procuram uma terceira via que evite o que consideram o grave problema do neoliberalismo — a cumplicidade com o rentismo — e o que atribuem como as inaceitáveis perversidades do velho desenvolvimentismo — o nacionalismo anacrônico, a complacência com a inflação e o populismo fiscal. O desafio do neodesenvolvimentismo consiste, portanto, em conciliar os aspectos “positivos” do neoliberalismo — compromisso incondicional com a estabilidade da moeda, austeridade fiscal, busca de competitividade internacional, ausência de qualquer tipo de discriminação contra o capital internacional — com os aspectos “positivos” do velho desenvolvimentismo — comprometimento com o crescimento econômico, industrialização, papel regulador do Estado, sensibilidade social. [...] O impacto devastador da ordem global sobre o processo de formação da economia brasileira não é considerado. Tampouco são examinados a fundo os efeitos de longo prazo da crise econômica mundial sobre a posição do Brasil na divisão internacional do trabalho. A discussão não ultrapassa o horizonte da conjuntura imediata.

Já os economistas que só expõem os fatores negativos do governo Lula (Paulani, 2003; Gonçalves, 2013; e outros), não vão além da miopia economicista da vulnerabilidade externa e reprimarização das exportações, como se fosse

possível o governo reverter a posição periférica na divisão internacional do trabalho da economia-mundo capitalista. Ora, se analiticamente, lanço luz somente para a política econômica no governo Lula – claudicante para o social e sob dominação dos banqueiros e da dívida pública, como artimanha de transferência de renda do trabalho para os bancos – sou obrigado pela história a reconhecê-la como uma política macroeconômica neoliberal. Conforme visto no Capítulo 2, o liberalismo foi suplantado pelo reformismo social e este pelo neoliberalismo, ou seja, um novo liberalismo, marcado pela aparente impotência do Estado-mínimo-liberal-não-tem-dinheiro-para-o-social e pela velada onipotência do Estado-máximo-interventor-antiliberal-só-tem-dinheiro-para-o-mercado-financeiro. O neoliberalismo é o resgate público do patrimônio privado financeirizado, pela intervenção deliberada do Estado em favor do rentismo.

Como lembra Passarinho, o governo Lula manteve o que prometia mudar:

Se, eleitoralmente, a esperança havia vencido o medo, na política real a prudência – ou a metamorfose política dos vitoriosos – venceu as esperanças de uma decidida, firme e clara superação do legado neoliberal. [...] Por força do modelo em curso, nos encontramos em acelerado processo de desnacionalização do nosso parque produtivo, em franca trajetória de reprimarização da nossa pauta de exportações, com a continuidade de medidas de liberalização financeira e sem nenhuma autonomia na estratégica área de geração de conhecimentos científicos e tecnológicos que possa atenuar a nossa dependência externa. Que país, portanto, estamos construindo? (Passarinho, 2010: 15-16).

Ficou evidente, desde a campanha eleitoral de 2002, a sinalização de Lula sobre a impotência de um governante para por em prática uma alternativa à condução da economia nacional moldada pelo neoliberalismo da atual fase do sistema mundial. As economias nacionais do mundo todo, transferem grande parte da arrecadação do setor público para o sistema financeiro rentista, dentro da lógica imperialista de fortalecimento dos Estados Unidos, maiores beneficiários da própria invenção da dívida pública como produto do mercado financeiro, para aspirar o excesso de dólares do mundo. Nessa lógica, o Estado brasileiro transfere o equivalente a cerca de 40% do seu orçamento para o sistema

financeiro, via juros da dívida pública. Mas se esse valor saísse totalmente do orçamento arrecadado, geraria um colapso das contas públicas, então, o governo rola boa parte da dívida de juros contraindo mais dívida. Logo, a dívida aumenta e motiva a chantagem do sistema financeiro para que o governo busque fontes de entrada de divisas no país, o que explica a obsessão pelas exportações e pela atração de capital estrangeiro, devido à falsa necessidade de influxo de capital estrangeiro, o qual, ao repor a saída que a sua entrada provoca, vai gerar um saldo positivo conhecido como reservas internacionais. Estas são emprestadas aos Estados Unidos, pelo mesmo mecanismo da dívida pública que gerou todo esse círculo vicioso. Os países de todo o mundo ao converterem suas reservas internacionais em títulos da dívida norte-americana, potencializam o poder dos Estados Unidos, pelas diversas maneiras de territorializar dólares no mundo, via investimentos em filiais das transnacionais, comércio internacional, complexo de sistemas do agronegócio, mercado financeiro e intervenções militares. O círculo vicioso dá uma volta completa e reinicia pela opção dos países de tornar a trocar os dólares por títulos da dívida dos Estados Unidos. O neoliberalismo é inseparável da dívida pública.

No contexto global, não só do descenso dos movimentos de massas, mas também quando já está consolidada a reconfiguração da economia-mundo capitalista pelo neoliberalismo, tem início o governo Lula, em 2003. Nesse ambiente, a política econômica da gestão do PT, tornou-se presa fácil à cartilha neoliberal do Consenso de Washington. Tanto que Lula, cuja primeira palavra do discurso de posse foi “mudança”, na prática admitiu que *there is no alternative* para mudar e escolhe como presidente do Banco Central, para os oito anos de seu governo (2003-2010), um forte representante do mercado financeiro, que posteriormente, em 2016, viria a compor o governo golpista ultra-conservador-colonial como ministro da Fazenda. Trata-se de Henrique Meirelles, que quando nomeado por Lula para conduzir a economia brasileira acabava de ser eleito deputado federal por Goiás, pelo PSDB (principal adversário eleitoral do PT), em 2002, depois de retornar dos Estados Unidos, aposentado do cargo de presidente do Bank Boston Mundial, que ocupou durante seis anos após ter sido, por doze

anos, presidente do Bank Boston Brasil. Isso culminou na manutenção dos fundamentos do Plano Real, ancorado na importação de bens de consumo mais baratos que os nacionais e no círculo vicioso da dívida pública, do monetarismo dos superávits primários, das elevadas taxas de juros, e na entrada de dólar via mercado financeiro, para amenizar a saída de dólar que a entrada de dólar provoca. Dito de outra maneira, a entrada de dólar via investimento direto estrangeiro, provoca saída de dólar, em magnitude de valor incontrolavelmente maior, via remessa de lucros das filiais para o país-sede. E a entrada de dólar via mercado financeiro, atraído pela maior taxa real de juros do mundo, é o capital volátil, aquele que só vem, porque sua repatriação imediata é cada vez mais facilitada pela liberalização financeira. Esse influxo de dólar especulativo, que desperta tanto entusiasmo nas mentes coloniais, tem o potencial de gerar um refluxo imediato de dólar para fora do país, em quantidade muito superior do que a entrada, pois carrega consigo os juros da dívida pública e demais ganhos especulativos.

Nesse cenário, eventuais melhoras na conjuntura econômica respingam na condição de vida, mas tanto a conjuntura favorável, quanto o progresso na vida material são momentâneos e não se consolidam como efetivas conquistas sociais. Como afirma Sampaio Jr:

O neodesenvolvimentismo só pode fantasiar sobre a possibilidade de um desenvolvimento capitalista nacional, porque ignora os encadeamentos necessários entre concentração e centralização dos capitais, dominância absoluta do capital financeiro sobre o processo de acumulação, lógica de império que preside a ação das potências imperialistas e total subordinação da ordem econômica mundial aos imperativos do capital financeiro. [...] Ao omitir as terríveis contradições geradas pela crise econômica mundial, o neodesenvolvimentismo não precisa explicar os nexos inexoráveis entre o crescimento econômico impulsionado pela bolha especulativa global, a revitalização da economia exportadora baseada no latifúndio e no extrativismo e o avanço irreversível da desindustrialização (2012b: 684).

A incompatibilidade entre uma política econômica que agrada ao mercado financeiro e a sustentação a longo prazo de uma política que corresponda com

programas sociais efetivos aos problemas fundamentais da sociedade, foi denunciada até mesmo pelo economista Joseph Stiglitz (ex-assessor de Bill Clinton, presidente dos EUA entre 1993 e 2001). Meses antes do início da campanha para a reeleição de Lula, em 2006, Stiglitz opinou sobre o Brasil:

O fato de o Brasil ter mantido seus juros muito altos por quatro anos prejudicou claramente a economia. O único benefício até agora, de certa maneira talvez o principal, foi agradar Wall Street. [...] É muito parecido com o que aconteceu no governo Clinton. Ele assumiu após uma campanha em que o principal lema era “o povo em primeiro lugar”, complementada por promover tecnologia, melhorar a educação, enfim, uma ampla e ousada plataforma social. Tudo isso foi colocado em compasso de espera, pois Wall Street ditou que tinha de reduzir o déficit público. Ele passou oito anos reduzindo o déficit, e a única consequência foi deixar dinheiro em caixa o bastante para que os republicanos assumissem o governo e patrocinassem o maior corte nos impostos para os mais ricos já ocorrido na história do país. Ou seja, deu dinheiro para as pessoas que pregam o exato oposto do que ele defendia quando candidato. Lula caiu na mesma armadilha. Está agradando o mercado financeiro, ano após ano, dizendo ao povo: “Esperem um pouquinho mais e então veremos os resultados”. Ele até fez algumas coisas para lutar contra a pobreza. A decepção é que poderia ter feito tão mais. Poderia usar de maneira sábia o superávit e investir em ações importantes, como a reforma agrária. Isso não teria sido inflacionário, não pesaria nas contas públicas, mas preferiu zerar a dívida com o FMI. [...] Eu] baixaria os juros e usaria em programas sociais o dinheiro gasto com a dívida. [...] É o que batizei de “O Consenso Pós-Consenso de Washington”, que repele o que deu errado com aquele modelo, que confundiu meios com fins, subestimou o papel importante que o governo tem de ter na área social, deu pouca ênfase à desigualdade social e deu mais importância ao controle da inflação do que às taxas de desemprego. É só fazer o contrário (Stiglitz, 2006: s.p.).

Segundo dados macroeconômicos organizados por Gonçalves (2013), é possível constatar que no governo Lula há continuidade da política econômica do governo FHC, caracterizada pela liberalização e desregulamentação financeira; vulnerabilidade externa estrutural; e beneficiamento dos setores financeiro, agronegócio, mineração e empreiteiras. A relação investimento/PIB, média de 17,9%, no período 2003-2010, é a 136ª em 170 países que têm dados para todos os anos no período. O crescimento das reservas internacionais deve-se à

conjuntura mundial de excesso de liquidez, à diferença entre taxa de juros doméstica e taxa de juros internacional e às pressões ocasionais do setor exportador nos períodos de grande apreciação cambial. Entre 2003 e 2010, a relação dívida das empresas/excedente operacional bruto sobe de 22,2% para 34%, alimentando a transferência de renda para o setor financeiro. A relação entre os ativos totais dos cinquenta maiores bancos e os ativos totais das quinhentas maiores empresas, vai de 0,97 para 1,78. A dívida das pessoas físicas passa de R\$ 133,4 bilhões para R\$ 420,9 bi. A razão dívida per capita/salário médio escala de 5,1% para 13,5%. O valor total da inadimplência aumenta de R\$ 8,5 bilhões para R\$ 19 bi. O número de inadimplentes sobe de 2,8 milhões para 5,4 milhões de pessoas. Este sério problema econômico-social do endividamento das famílias é causado pela política de grande expansão da oferta de crédito visando o crescimento econômico como um fim em si mesmo, sem se preocupar com itens que conspiram para a inadimplência: taxas de juros abusivas; modesto crescimento real do salário; enormes necessidades da população; baixo nível de educação; e abuso do poder econômico por parte dos bancos.

A conjuntura de expansão econômica, na análise de Sampaio Jr:

Foi impulsionada fundamentalmente por fatores circunstanciais e não autossustentáveis: abundância de crédito barato no mercado financeiro internacional; aumento das exportações, em grande parte causado pela elevação especulativa dos preços das *commodities*; e expansão do grau de endividamento das famílias. A modestíssima melhora na distribuição pessoal da renda [...] oculta o fato de que a concentração funcional da renda permanece praticamente inalterada.⁶¹ [...] Ao retirar as reformas estruturais da agenda política nacional, a burguesia brasileira naturaliza o subdesenvolvimento e a dependência (2012a: 3-4).

O que houve, de fato, foi acesso a bens materiais, expansão fugaz do consumo com base no endividamento das famílias que, no médio prazo, já

⁶¹ A distribuição funcional da renda revela a parte dos salários na economia. Os países desenvolvidos têm, em média, 60% ou mais da renda sob a forma de salários. No Brasil, durante a ditadura militar, houve acelerada concentração de renda. Antes de 1960, 50% da renda eram salários, nos anos 1990 caiu para menos de 40% e começou a subir no governo Lula, devido aos aumentos reais do Salário Mínimo (IBGE).

acordaram do sonho do consumo para o pesadelo do orçamento familiar abreviado pelas parcelas do empréstimo que, pela acachapante taxa de juros maior do mundo, transfere renda da sociedade para os bancos. O aumento do crédito que impulsionou o consumo foi feito, principalmente, via crédito consignado ao salário dos aposentados, pensionistas e servidores públicos. Um grande negócio de risco-zero para os bancos, já que recebem diretamente do governo a parcela mensal descontada dos vencimentos do devedor. A dilatação do consumo pelo crédito, no curto prazo, gera empregos e crescimento econômico, entretanto, em poucos anos o efeito é neutralizado pelo desfalque mensal na renda familiar, das parcelas do empréstimo, redirecionando a renda do consumo para o sistema financeiro, o que gera desemprego.

A política econômica do governo Lula prova que faltou ao PT, historicamente, um autêntico projeto para lidar com os desafios da economia brasileira, o que também ajuda a explicar como a candidatura Lula à presidência perdeu as eleições já no primeiro turno para FHC, em 1994 e 98. O próprio FHC admite que venceu graças ao Plano Real. Um plano facilmente refutável que urge ser reformulado, em virtude de ser plenamente possível controlar os preços fora do monetarismo que encara a inflação como um fenômeno estritamente monetário, de excesso de moeda em circulação, a ser combatido com política macroeconômica restritiva, de elevada taxa real de juros e contingenciamento do gasto público para o superávit primário (a quantia que o governo economiza nos gastos sociais e investimentos para pagar juros da dívida pública). Porém, a inflação no Brasil pode ser controlada – para citar apenas quatro reformas plenamente possíveis dentro dos limites da ordem capitalista – via reformas: tributária; agrária; urbana; e educacional. Com estas é possível corrigir a concentração da riqueza pela raiz, com tributação progressiva da renda e não a perversa tributação regressiva sobre o consumo, que encarece os bens e arruína os mais pobres. Reduzir o preço da alimentação ao aumentar a oferta de alimentos saudáveis, produzidos de maneira agroecológica, por quem deseja a terra para viver e trabalhar e, assim, reduzir o déficit habitacional nas cidades e estancar a especulação imobiliária, que eleva o custo de vida pelos altos aluguéis.

Reverter a completa inversão do tratamento dos transportes públicos pela lógica do lucro, como apenas mais um negócio rentável, quando, na verdade, deve ser tratado como serviço público em sentido estrito, pelo impacto na mobilidade urbana, no custo e na qualidade de vida. Esses efeitos, somados à educação da maior abrangência cultural,⁶² em tempo integral, podem amenizar a barbárie da violência no Brasil, além de controlar a inflação, como um meio para melhorar a vida e não como um fim em si mesmo.

A totalidade na qual se insere a economia é sistematizada por Belluzzo:

Uma economia urbano-industrial formada há anos não pode apoiar o crescimento e a estabilidade na exportação de *commodities*, cujos efeitos sobre o emprego e sobre a renda são limitados. [...] O país incorporou 16 milhões de famílias ao mercado de consumo moderno por conta das políticas sociais e de elevação do Salário Mínimo que habilitam esses novos cidadãos ao crédito. Essa incorporação será limitada se não estiver apoiada na ampliação do espaço de criação da renda, [...] fruto da articulação entre as políticas de desenvolvimento da indústria e o investimento público em infraestrutura. [...] Nos anos 2000, particularmente a partir de 2004, a estrutura e a dinâmica da produção e do comércio globais, [...] colocou o Brasil, por conta de sua dotação de recursos naturais – água, energia, terras agriculturáveis, base mineral – em posição simultaneamente promissora e perigosa. Bafejado pela liquidez internacional – antes e depois do estouro da bolha imobiliária – e abalroado pela demanda chinesa de *commodities*, o Brasil foi condescendente com a ampliação e generalização do déficit comercial, que afetou a maioria dos setores industriais, ao mesmo tempo em que o agronegócio e a mineração sustentavam um superávit global no comércio exterior (2013: 105).

⁶² Para Belluzzo: “Tão ou mais importante do que a modernização da infraestrutura é definir o destino que pretendemos dar ao sistema educacional brasileiro. Não se trata apenas de abastecer adequadamente o mercado de trabalho [...] trata-se de conter [...] a especialização precoce, em detrimento da formação cultural mais ampla e mais sólida, capaz de permitir a autonomia e a fruição da liberdade pelo cidadão. [...] Na verdade, está-se produzindo hoje, desculpe a expressão, uma geração de *idiots savants*, que se especializam no seu ramo de atividade e não têm a menor noção do mundo onde vivem. [...] Assim, a infraestrutura, a educação formal e a política cultural são as três questões fundamentais. Temos de superar o velho desenvolvimentismo que admitia o avanço social e cultural como consequência natural do desenvolvimento econômico e nos perguntar: que sociedade desejamos? Os grandes autores brasileiros, os intérpretes do Brasil perscrutaram a história para responder à questão: quem somos nós, os brasileiros? É hora de perguntar: que sociedade queremos?” (2013: 106-7). Posso citar ainda uma fala de Boaventura Santos: “Temos formado conformistas incompetentes e precisamos de rebeldes competentes”.

Frequentemente a análise econômica é economicista, atada aos números que são usados muitas vezes para forçar uma determinação estritamente econômica dos fatos, em textos de pouca fluência. Com exceções, como por exemplo, Celso Furtado (2004) e Sampaio Jr. (2013), as análises da conjuntura econômica do governo Lula sequer mencionam o problema da não-reforma agrária, pois limitam-se a criticar o baixo crescimento e a vulnerabilidade externa. Porém, a análise econômica não deve empobrecer os mecanismos da abstração, pelo fato dos números mostrarem uma escalada da vulnerabilidade externa que, na realidade, não imputou consequências durante o governo Lula, devido a sua “sorte” de governar em um período de conjuntura internacional favorável, de alta do ciclo capitalista mundial. A questão não é essa. Ao deter-se ao aspecto econômico, a maioria dos economistas ignoram que Godelier (1966), Furtado (1981) e Sampaio Jr. (1999), nos ensinam que os fenômenos econômicos afetam todas as esferas da vida e por isso a economia como ciência em si não carrega sozinha a explicação para si, tampouco para a economia na prática. Cano (2012) alerta que:

Os economistas precisam aprender que a economia vai além das premissas teóricas de que os neoclássicos tanto gostam. A economia é política! A economia como ciência é muito limitada. Economia é fruto de decisões sociais tomadas por homens que têm poder. Sejam empresários tomando decisões de investir ou não, de comprar ou vender, seja o Estado em adotar e tentar fazer cumprir certas metas e objetivos econômicos. Essas tomadas de decisões são sempre conflituosas. Sempre se defrontam com interesses diversos ou mesmo contraditórios. Não adianta pensar economia apenas por um prisma técnico de formular uma determinada receita quando o problema é político. Se os governos depois de 1990, “venderam a alma ao diabo”, ou seja, ao sistema financeiro; precisamos romper esse acordo” (Cano, 2012: 849).

A carência no PT, de um quadro de liderança em economia, com olhar abrangente da totalidade da nossa particularidade de subdesenvolvimento, permitiu ao governo Lula buscar fora do partido um economista do jaez de Henrique Meirelles, que enxerga a inflação como consequência de excesso de consumo e adota medidas para desestimular a demanda. Ignorando que o

investimento é demanda, o resultado aparente de controle da inflação, na verdade vai gerar o crescimento econômico. Veja o paradoxo, o governo Lula propagandeava ser novo desenvolvimentista por buscar promover o crescimento ao implantar políticas que, mesmo que de modo passageiro, redundassem na ampliação do mercado interno de consumo, enquanto na condução da política econômica, a política monetária do Banco Central tratava de desestimular o crescimento propagandeando que o único remédio contra a inflação era praticar a maior taxa real de juros do mundo e beneficiar o sistema financeiro. No mesmo diapasão, a política fiscal estabeleceu superávit primário além do requerido pelo FMI, ou seja, deixar de estimular a economia para destinar ao pagamento de juros da dívida pública mais do que os credores esperavam. Esse cenário caricato expõe a falta de uma visão totalizante da política econômica, já que, como explica Sampaio Jr:

A opção por ficar na superfície dos fenômenos impede que se vejam os vínculos indissolúveis entre burguesias rentistas, discriminação contra o investimento produtivo, ajuste fiscal permanente, limites estruturais à expansão do mercado interno e precariedade das políticas públicas. [...] A perda da perspectiva do todo faz desaparecer não apenas os vínculos orgânicos entre os diversos componentes do ajuste liberal (desregulamentação e privatização, estabilidade da moeda, Lei de Responsabilidade Fiscal, superávits primários, limite ao endividamento do setor público, ataque aos direitos trabalhistas), como também os efeitos da ordem global sobre as condições de funcionamento da economia brasileira (livre mobilidade dos capitais, perda de soberania monetária, impotência dos centros internos de decisão diante dos movimentos especulativos do capital internacional, restrição à expansão do mercado interno, bloqueios à política industrial, antagonismo entre políticas macroeconômicas e gasto público, concorrência entre políticas sociais universalistas e políticas sociais assistencialistas) (2012b: 682).

A fórmula que Lula implementou para vencer as eleições em 2002 foi uma incoerente coalizão não só partidária, mas principalmente, em torno dos proprietários de grandes fortunas dos setores como bancos, empreiteiras e agronegócio, que injetaram muito dinheiro na campanha eleitoral. O cerne da veleidade política da conciliação de classes foi acalmar o mercado na *Carta ao*

Povo Brasileiro. Uma vez eleito, a política de dar um pouquinho para os pobres, sem tirar dos ricos e propagandear isso como neodesenvolvimentismo, pode ter sido uma estratégia do governo Lula, para lançar luz a políticas isoladas que o diferenciam do governo FHC e deixar sob a sombra um panorama da totalidade do seu governo que não se dispôs às reformas sociais de grande envergadura para um país subdesenvolvido. O subdesenvolvimento brasileiro, já analisado no Capítulo 2, é bem sintetizado por Sampaio Jr:

É uma realidade composta pela totalidade de nexos orgânicos entre: controle da economia pelo capital internacional, latifúndio, desemprego estrutural, marginalidade social, inadequação tecnológica, heterogeneidade estrutural, estreiteza e precariedade do mercado interno, controle do Estado por burguesias aculturadas, modernização dos padrões de consumo, posição subalterna na divisão internacional do trabalho, transferência de recursos ao exterior, tendência estrutural a concentração do progresso técnico, colonialismo interno, instabilidade monetária, tendência estrutural à estagnação, fragilidade fiscal, deterioração dos termos de troca, tendência estrutural a desequilíbrios externos, dependência tecnológica, financeira e cultural (2012b: 678).

Abstraindo a natureza polarizadora da economia-mundo capitalista, na qual um país isoladamente não altera a sua posição periférica (Wallerstein, 1997), a tradição do pensamento crítico desenvolvimentista no Brasil é uma utopia sobre os desafios e os dilemas para o desenvolvimento nacional, entendido como a superação dos problemas fundamentais da sociedade, quando esta controla a mudança social e submete o progresso técnico às suas necessidades, para romper o círculo vicioso do subdesenvolvimento, a dupla articulação entre dependência externa e profunda desigualdade entre as classes sociais. Como enfatiza Sampaio Jr. (2012b: 685), “a perspectiva desenvolvimentista supõe a presença de sujeitos políticos dispostos a enfrentar o imperialismo e o latifúndio”. Contrariamente, o governo Lula foi entusiasta do capital financeiro e do agronegócio. A reforma agrária foi relegada em prol do latifúndio de monocultura e dos negócios extrativistas, aprofundando o modelo colonial de exportação de *commodities*. Dessa maneira, adotar os rótulos, pós-neoliberal ou

neodesenvolvimentista para o governo Lula, camufla a persistência de uma realidade que não pode ser encoberta apenas com políticas assistencialistas.

4.1.5 Lulismo X Reforma Agrária

As interpretações de LN-A (Liderança Nacional do MST, que vive em Assentamento) e de LN-S (Liderança Nacional do MST, integrante da Secretaria Nacional), apontam que o PT exerceu o poder na presidência da República, tendo como presidente, Lula, a maior liderança popular do país, sem se preocupar em “*acumular no campo ideológico*” (LN-A; LN-S), em conscientizar as camadas sociais mais pobres que seriam diretamente beneficiadas por suas principais políticas, em outras palavras, o governo Lula não politizou suas políticas. No ponto de vista de LN-A:

Faltou adicionar um conteúdo ideológico. Por exemplo, aqui na nossa cidade, foram entregues mais de quatro mil habitações populares, e o que o PT acumulou politicamente com isso? Nada. É um pessoal que vai votar tudo na direita. Então, esse tipo de governo, esse assistencialismo como um fim em si mesmo, não acumula pra classe trabalhadora. Agora, no MST, quando conquistamos um pedaço de terra, o nosso povo sabe que é fruto da luta, isso nos dá um elemento fundamental, que é o elemento subjetivo, porque você acumula no campo ideológico (LN-A).

O governo do PT “incluiu o pobre no orçamento” – uma das frases mais repetidas por Lula – mas abdicou do apoio popular que o afixava para empreender reformas estruturais, preferiu alcançar a grande popularidade que atingiu ao final do seu governo, pela personificação das efêmeras medidas populares na figura de Lula, o que mais tarde foi chamado de lulismo: um reformismo gradual, de ritmo lento e sem ruptura com o estado das coisas, isto é, um pacto conservador (Singer, 2012). Trata-se de um reformismo sem reformas

que garantam acesso aos bens sociais, limitando-se a promover o acesso a bens de consumo (Betto, 2006), que permita agradar os pobres, sem desagradar os ricos, dar um pouquinho aos mais pobres, sem nada tirar dos mais ricos. Essa política, de projeto pessoal muito em torno do símbolo Lula, fez quem estava sendo beneficiado pensar que sua melhora de vida se devia à pessoa do Lula, porque o governo Lula não priorizou um processo de reformas que garantisse a consolidação da melhora de vida, pelas reformas estruturais embebidas em um componente ideológico, de conscientização sobre a linha tênue que não garantia que uma nova vida em outro estrato social ou sem miséria fosse realmente irreversível no país.

No enfoque de LN-S, o lulismo foi decisivo para a não realização da reforma agrária esperada no governo Lula:

O governo foi muito hábil, o PT e o próprio Lula. O MST reivindicava, como questão central, terra pra assentar as famílias acampadas. E o que o governo fez e nossa base ficou feliz? Aumentou o microcrédito, que permitiu que nossos assentados, no país inteiro, comprassem moto, ou até carro. Isso não é a pauta do MST, mas na consciência das massas, ter uma moto, um carro, uma geladeira nova, poxa, é bom demais. São quatro políticas públicas que chegaram no campo e foram pesadíssimas, o Estado construiu uma agenda própria:⁶³ 1) o Microcrédito e não o crédito pra agroindústria, não, é o crédito da geladeira; 2) o Bolsa Família foi pesadíssimo nos assentamentos, em algumas regiões do país 87% da base recebe; 3) o Aumento do Salário Mínimo, 47% da nossa base tem algum pensionista, aposentado, trabalha fora; e 4) a Geração de Empregos, ela pegou a nossa base, tirou a pressão de que a família tinha que se beneficiar com toda a sua renda do lote, ou ter que acampar.

⁶³ Nesse momento, LN-S pega caneta, papel e escreve: “Microcrédito; Bolsa Família; Aumento do Salário Mínimo; e Geração de Empregos”. Após a anotação dessas quatro políticas em um rascunho à sua frente, LN-S vai recorrer a elas ao longo da nossa conversa, circulando-as à caneta e dizendo: “isso aqui”, se referindo às quatro políticas citadas como fundamental para compreender diversas questões tratadas, entre elas, a desmobilização da base do MST para pressionar o governo, via ocupações.

Então, a família pensa, não é todo mundo que precisa comer do que a gente tirar desses sete hectares de terra, fulano vai trabalhar aqui, ciclano ali. E o que é pior, tira a pressão dessa pessoa ter que ficar acampada pra conseguir a terra. Ela quer a terra, mas diz: Eu não vou mais ficar acampado esse tanto de tempo. São quatro temas que não estavam na pauta do MST. O MST quer crédito, PRONAF ⁶⁴ e terra. Isso aqui (Microcrédito; Bolsa Família; Aumento do Salário Mínimo; e Geração de Empregos) foi ótimo, mas não precisa de movimento social. “Eu, Lula, faço direto”. Poderia o governo ter combinado jogada com isso aqui antes, não no sentido maquiavélico da ideia, não da cooptação, mas sim combinar que isso estaria dentro de uma estratégia modelo petista, neodesenvolvimentista, e dizer, vai ser uma força que vai conseguir avançar dentro de um projeto. Mas o governo optou em acumular em uma única força, sequer o PT, mas exclusivamente no Lula. Que é o que o André Singer vai chamar de lulismo. Os diretórios não participaram disso (Microcrédito; Bolsa Família; Aumento do Salário Mínimo; e Geração de Empregos) nos municípios. A universidade não participou disso. Quem mais se beneficiou disso foi o lulismo. E no lulismo é: a base aliada [a composição dos partidos da política de coalizão], o governo, os deputados, os ministérios. É a institucionalidade do Estado. Não cabem as forças organizadas que não sejam, estados e municípios, Correios, Caixa Econômica, e assim por diante. É uma real distorção entre a forma clássica do movimento atuar e a forma nova de um governo implementar suas políticas públicas. E essa forma nova não acumulou no campo ideológico, ela acumulou um capital político para o seu executor, Lula. E

⁶⁴ O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), criado em 1996, oferece financiamento para estrutura de produção, beneficiamento, industrialização e serviços no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas, visando à geração de renda e à melhora do uso da força de trabalho familiar. Os beneficiários, são distinguidos em dois grupos, Grupo A: Agricultores familiares assentados pelo PNRA; Grupo B: Beneficiários que possuam renda bruta familiar nos últimos 12 meses de produção normal, não superior a R\$ 20 mil e que não contratem trabalho assalariado permanente (Fontes: Banco Central do Brasil, bcb.gov.br; Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), bndes.gov.br, consultados em 12.06.2015).

que foi importante. E a família lá no assentamento tem uma TV linda, uma geladeira linda, uma moto que está pagando o financiamento, mas tem, e está feliz da vida e pensa assim: Isso foi do Lula, não foi o assentamento, o MST, a esquerda, mas isso eu tive graças a São Lula. E isso é forte. Ser contra isso não é simples, porque você se afasta das massas. Não ter força pra organizar isso, te deixa puto da vida. E você dizer que isso não vale, claro que vale. A ideia de que isso é só um projeto de consumo, é não saber que você ter energia elétrica em todos os locais é importantíssimo do ponto de vista político. E as famílias terem acesso à informação, computador, isso é um avanço. Agora, e a terra? Não veio. E o crédito do Pronaf pra funcionar a agroindústria? Também não veio. Porque tudo isso aqui (Microcrédito; Bolsa Família; Aumento do Salário Mínimo; e Geração de Empregos) não resolveu o problema central, que é da terra; e não tem sustentação de médio prazo. Então, o primeiro problema que surge como, por exemplo, diminuição do emprego, volta de novo a pauta da terra. O MST está [em junho/2015] com 150 mil famílias acampadas. Isso, em um ano e meio de crise econômica brasileira [de 2014 a 2015]. Saímos de 60 mil pra 150 mil famílias. As contradições produzidas aqui (Microcrédito; Bolsa Família; Aumento do Salário Mínimo; e Geração de Empregos) não conseguiram esvaziar o movimento popular (LN-S).

Na percepção de Ricci (2013), o lulismo não demonstra uma identidade política evidente, visto que não se moldou como uma ideologia mobilizadora, mas como uma engenharia política de caráter gerencial e ação estatal formatada, que desmobilizaram a sociedade:

O lulismo, em sua origem, não é um movimento político. Esboçou-se a partir de um governo. Nasceu como tentativa de gerenciamento do Estado e da governabilidade política. Referia-se, portanto, ao campo estrito da engenharia política, não se constituindo num projeto de desenvolvimento. Enquanto modelo gerencial, o lulismo possuía natureza sistêmica, voltada para sua própria existência, ressentindo-se de impasses exógenos, não

previstos, revelando alguma fragilidade. Em outras palavras, possuía uma ação marcada pelo pragmatismo que objetivava sua manutenção e reprodução enquanto força política. [...] Alterou profundamente o projeto inicial petista, que se orientava por um discurso estratégico afiliado à lógica dos movimentos sociais que emergiram nos anos 1980 que, por sua vez, sustentavam-se na declarada autonomia política e na organização horizontalizada (com prevalência dos mecanismos de democracia direta) (Ricci, 2013: 41).

No governo Lula (2003-2010), foram gerados 16,8 milhões de empregos formais e o Salário Mínimo teve um aumento real de 75%. Em relação ao Bolsa Família, os dados referentes a 2018 são: mm benefício médio por volta de R\$ 180 por família; o repasse vai de R\$ 39 a R\$ 372, com a garantia de R\$ 85 para famílias classificadas como extremamente pobres. Para ter direito ao programa, a família deve apresentar renda per capita de até R\$ 185. O valor do benefício oscila em função da renda e de fatores condicionados, por exemplo, ao número de pessoas da família. Essa política de transferência de renda tem uma amplitude que alcança 21% da população do país, sendo que em onze estados das regiões Norte e Nordeste, transfere renda a mais de um terço da população. Só no Nordeste são quase sete milhões de famílias (DIEESE; Ministério do Desenvolvimento Social).

Não só as Lideranças Nacionais do MST, mas também sociólogos e cientistas políticos, que analisam o lulismo, costumam realçar a esterilidade das políticas compensatórias sem politização. Aqui, então, fica evidente a necessidade de um empenho efetivo, de grande envergadura, para a conscientização daqueles diretamente favorecidos pelas políticas do lulismo, como, por exemplo, os beneficiários do Bolsa Família, haja vista que não surtiram efeito concreto as iniciativas do governo nessa direção, simbolizadas principalmente quando Lula nomeia, desde o início de seu governo em 2003, Frei Betto, para o cargo de Coordenador da Mobilização Social do Programa Fome Zero – com toda a sua experiência na Pedagogia do Oprimido (Freire, 1968), com os trabalhos de base nas favelas, pela Teologia da Libertação, nas Comunidades Eclesiais de Base.

Betto deixou o governo em dezembro de 2004, “cético quanto aos rumos da política econômica” (2006: 125), e com a “decepção” do “atraso da reforma agrária” (2007: 505). Em suas reflexões sobre o poder, o escritor (Betto, 2006, 2007) relata os esforços na coordenação da empreitada de mobilização, na tentativa de fazer a ponte entre a sociedade civil e o programa de renda mínima, mas não se esquivava de concluir que o assistencialismo não deve ser um objetivo que prevaleça sobre a criação dos meios para que, os hoje assistidos, alcancem a dignidade, “quando os bens infinitos tiverem prevalência sobre os finitos” (2007: 527). Após dois anos de governo Lula havia, ao final de 2004, mais de 800 educadores trabalhando pela Rede de Educação Cidadã, nos 27 estados, com o objetivo de conscientização dos direitos e da cidadania dos beneficiários do Bolsa Família. Sobre o período 2003-2006, Betto registra que o governo:

Contribuiu para fortalecer os fóruns de economia solidária; estimulou a organização de associações e cooperativas de produção; promoveu iniciativas de controle social do Bolsa Família; criou núcleos de educação popular com a participação de famílias beneficiárias do Fome Zero; desenvolveu atividades educativas junto a indígenas, quilombolas, catadores de material reciclável e adeptos do hip-hop; empenhou-se na aprovação e no funcionamento de rádios comunitárias; supervisionou projetos de geração de trabalho e renda, alfabetização e capacitação profissional. [...Tudo isso tinha] suficiente potencial para colaborar num programa massivo de educação e formação ético-política; favorecer a inter-relação entre programas e agentes governamentais; e, sobretudo, contribuir para o Bolsa Família tornar-se emancipatório e encontrar a sua porta de saída, de modo a propiciar aos beneficiários autonomia quanto à geração de renda. [...No entanto,] o governo petista confinou-se no círculo hermético da lógica neoliberal. Inflou o Bolsa Família com os recursos destinados à voracidade do capital financeiro, via superávit primário e juros altos, enquanto acatava a focalização social recomendada pelo Banco Mundial em relação aos pobres. Via Bolsa Família, instituiu a rede de distribuição de renda mínima, cujo caráter assistencialista consiste em não oferecer aos beneficiários meios de se livrarem da dependência do poder público e ter acesso ao emprego e às condições de obtenção da própria renda. A estrutura social do Brasil, desigual e perversa, permanece intocada (2007: 519-20 e 526-27).

As contradições alimentadas pelos programas do lulismo – que

incorporaram as camadas mais pobres ao consumo com políticas desprovidas de politização – são sistematizadas por Bello (2016), ao investigar a percepção sobre o Bolsa Família pelos próprios beneficiários que, em sua maioria, assimila o programa como uma ajuda ou um favor, e não como um direito, muito menos um direito associado a processos públicos de legitimação. Na conclusão de Bello (2016: 183), essa passividade política “nutre-se também do fato de a pobreza ter erodido o debate público sobre as demais desigualdades sociais”. Inclusive não houve um empenho deliberado em esclarecer o próprio Bolsa Família, “contribuindo para que as percepções da população sobre a pobreza e o Bolsa Família não autorizassem políticas de superação da pobreza” (Bello, 2016: 183). A partir da citada pesquisa, Singer e Loureiro fundamentam que:

A sociedade brasileira tem visão discriminatória da pobreza, pensada como responsabilidade dos pobres e não como consequência de causas sociais, imagem negativa também internalizada pelos que recebem o Bolsa Família. É verdade que o programa melhorou as condições de vida dos muitos pobres. Porém, na medida em que foi um processo de incorporação ao consumo desprovido de politização, e por não ser visto pelos beneficiários como um direito, não colaborou para que as classes populares saíssem da passividade política na qual permanecem. Nesse contexto, a tendência é que carências e desigualdades sejam encaradas em termos individuais e não coletivos, não questionando assim a desigualdade e o autoritarismo da sociedade brasileira (Singer e Loureiro, 2016: 17).

Na abordagem de LN-S (Liderança Nacional do MST, integrante da Secretaria Nacional), historicamente, as políticas públicas em benefício dos oprimidos são resultadas, em geral, das pressões dos movimentos populares. Entretanto, como partiu do próprio governo as políticas de, Microcrédito; Bolsa Família; Aumento do Salário Mínimo; e Geração de Empregos, o mais recomendável para um processo de politização seria que tais iniciativas não tivessem sido simplesmente implementadas de cima para baixo, sem convidar as instituições como movimentos sociais e sindicatos para participar, não só da elaboração, mas também para exercer um papel fundamental de conscientização da população assistida, durante a implementação das políticas, para que o povo

se conscientizasse a pressionar a transformação das políticas assistencialistas emergenciais em reformas estruturais que garantissem uma nova realidade socioeconômica no país, sem a necessidade do assistencialismo. A “culpa” da direção do MST teria sido “não se convidar” para intermediar isso. A “culpa” do governo Lula seria não ter convidado o MST para prevenir que a política assistencialista despolitizasse os assistidos:

O PT trabalha com uma teoria que é muito fruto da característica do Lula, que para que a classe trabalhadora ganhe, deve haver uma aliança com os setores produtivos para que eles ganhem também, o bolo cresce e a gente vai ganhando junto. No confronto, diz ele, todo mundo perde. Em nenhum momento foi potencializado, ou o PT, ou o governo, contribuíram para que houvesse um processo de luta mais forte de enfrentamento durante todos esses últimos anos. Então, se não tem mais a perspectiva do trabalho de base, da organização popular, da formação de quadro no seio das massas. Se você não organiza as políticas públicas à la Bolsa Família, ProUni [Programa Universidade para Todos]⁶⁵ etc., se não dá uma organização popular pra isso, cai na lógica institucional, com vereador, com mandato, com não sei quem, é quem organiza. E isso resultou, ao final de doze anos de experiência petista [2003-2014], em uma coisa meio esquizofrênica: muitas conquistas populares, em todas as áreas, as mudanças que houve dentro da universidade, o ProUni, as políticas sociais, mesmo as políticas de cotas pra igualdade racial, foram importantíssimas, uma marca. E você vê o nível de despolitização dessas conquistas (LN-S).

⁶⁵ Nesse momento, LN-S escreve “ProUni”; e “Universidades Federais”, no rascunho, adicionando estas políticas àquelas outras quatro (Microcrédito; Bolsa Família; Aumento do Salário Mínimo; Geração de Empregos), que já vinha utilizando na argumentação sobre os limites e as contradições do lulismo. A partir de então, passa a indicar à caneta uma ou mais das seis políticas anotadas, dependendo do foco da sua explanação. O Programa Universidade para Todos (ProUni) tem como finalidade a concessão de bolsas de estudo integrais e parciais, em cursos de instituições de ensino superior privadas. Criado pelo Governo Federal em 2004 e institucionalizado por lei em 2005 oferece, em contrapartida, isenção de tributos àquelas instituições que aderem ao programa (ProUniportal.mec.gov.br, consultado em 20.10.2018).

Dessa maneira, LN-S alerta que, “*Lula foi direto na base*”, suas políticas não incluíram as organizações populares e os movimentos sociais no processo de elaboração, implementação, politização e acompanhamento. Com o Microcrédito, a família pensa: agora eu tenho esse bem de consumo por causa do Lula, sendo que antes, todas as conquistas dos militantes sem-terra eram consequência da luta no movimento. Com o Bolsa Família, o Aumento do Salário Mínimo e a Geração de Empregos, a família não precisa mais acampar esperando a conquista da terra para viver e trabalhar. O Bolsa Família, em algumas regiões chega a contemplar 87% da base do MST. E ainda, em 47% das famílias de toda a base, algum membro recebe um Salário Mínimo como pensão, aposentadoria, ou trabalhando fora do acampamento ou assentamento. A Geração de Empregos atenuou a pressão de que a família tinha que tirar todo o sustento do lote. Esses seriam os principais fatores que teriam contribuído para a desmobilização dos movimentos de massas durante o governo Lula. Devido às profundas amplitudes da miséria e da desigualdade no país, as políticas do lulismo, a despeito de atuarem na conjuntura e não na estrutura socioeconômica, tiveram efeito impactante, especialmente naqueles que se beneficiaram diretamente por elas, as camadas mais pobres da sociedade.

Chamo de camadas mais pobres da sociedade, a larga base da pirâmide social brasileira que vai desde os miseráveis aos trabalhadores que recebem até 1,5 Salário Mínimo, ou seja, formam a maioria da população e estão entre os mais impactados positivamente pelo lulismo, uma vez que são essas pessoas que vão acessar pelo menos uma das políticas do lulismo, nem que seja apenas o Bolsa Família – no caso da extrema pobreza, principalmente nas regiões Norte e Nordeste –, porém, o mais provável é que cada pessoa pobre do Brasil no governo Lula, tenha se beneficiado de mais de uma dessas políticas: Microcrédito; Aumento do Salário Mínimo; Geração de Empregos; Bolsa Família; Luz para Todos; Minha Casa Minha Vida; e Expansão das Universidades e Institutos Federais, com ampliação do acesso ao ensino superior e técnico, não só público e gratuito, mas também nas instituições privadas com as bolsas de estudo integrais ou parciais (ProUni). Portanto, chamo essa população,

frequentemente, pela denominação mais ampla de, camadas mais pobres da sociedade, para não criar mais um conceito ou eleger algum conceito que pudesse ser utilizado com o devido rigor para dar conta de incluir, dos miseráveis aos que recebem até 1,5 Salário Mínimo (incluindo o trabalho formal, passando pelos jovens, pelos vários tipos de trabalhadores informais, pelos desempregados, e pelos aposentados e pensionistas, os quais em sua maioria recebe um Salário Mínimo).⁶⁶ Na sistematização de Singer:

A conjuntura econômica mundial favorável entre 2003 e 2008, não só por apresentar um ciclo de expansão capitalista como por envolver um *boom* de *commodities*, ajudou a produzir o lulismo. No entanto, foram as decisões do primeiro mandato [2003-2006], intensificadas no segundo [2007-2010], que canalizaram o vento a favor da economia internacional para a redução da pobreza e a ativação do mercado interno. [...] O subproletariado, reconhecendo na invenção lulista a plataforma com que sempre sonhara – um Estado capaz de ajudar os mais pobres *sem* confrontar a ordem –, deu-lhe suporte para avançar, acelerando o crescimento com redução da desigualdade no segundo mandato e, assim, garantindo a vitória de Dilma em 2010 e a continuidade do projeto ao menos até 2014. Mas, [...o lulismo,] ao promover um reformismo suficientemente fraco para desestimular conflitos, ele estende no tempo a redução da tremenda desigualdade nacional, a qual decai de modo muito lento diante do seu tamanho, em compasso típico dos andamentos dilatados da história brasileira (2012: 21-2).

As contradições dessa política do lulismo, muito beneficiada pela conjuntura econômica internacional favorável, vieram à tona com a sucessão de Lula, quando a economia brasileira começou a apresentar, durante o governo Dilma, iniciado em 2011, os efeitos da crise mundial afluída em 2008. No entanto, o diagnóstico equivocado sobre a desaceleração da economia, isto é,

⁶⁶ Nomeadamente posso citar e sintetizar, grosso modo, os conceitos de: *proletários*, os trabalhadores empregados; *superpopulação relativa* e *exército industrial de reserva*, os desempregados (Marx, 1867); *precarizado*, o proletário precarizado, fração mais mal paga dos trabalhadores (Braga, 2012); *subproletariado*, os trabalhadores pauperizados, sem qualificação, sem prestígio, que tendem a se concentrar na construção civil e no setor de serviços pessoais (Paul Singer, 1983; André Singer, 2012); *pobretariado*, os habitantes das periferias urbanas, principalmente os das favelas das grandes cidades (Betto, 2006); e *ralé*, a fração de classe que vive o preconceito racial e/ou de classe social e é explorada enquanto “corpo” pela classe média tradicional (Souza, 2009).

acreditar que o modelo de crescimento era liderado pelo consumo e este já não garantia mais o lucro das empresas, vai resultar na pressão do setor produtivo, através da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e de grandes grupos empresariais a defenderem a redução dos custos da indústria, via medidas de política econômica. Ao longo de 2011 e 2012 o governo implementou incentivos fiscais para o setor produtivo e para financiá-lo capitalizou o BNDES, além de outras medidas não tarifárias e de ter forçado publicamente a redução dos juros dos bancos privados. Mas à semelhança do governo Lula, o cenário caricato – o de partir do próprio governo, medidas de estímulo e de desestímulo à economia – é reeditado quando o Banco Central, com o pretexto de conter alegada ameaça inflacionária, eleva os juros no início de 2013 e segue aumentando a taxa sem interrupções até o final de 2015, desgastando a relação entre o governo e o setor produtivo (Singer, 2016; Carvalho, 2018).

A desoneração tributária, entre outras medidas para baixar os custos do setor industrial não surtem efeito positivo em termos de crescimento econômico, pelo simples fato de que o que determina o aumento da produção é o investimento. Desse modo, não haverá investimento como consequência de redução dos custos se o ambiente é o da indústria funcionando com capacidade ociosa. O efeito será, pois, negativo, ao reduzir o poder de investimento do setor público e, assim, não gerar expectativas otimistas para o novo investimento privado (Keynes, 1936; Kalecki, 1954). Mas nada está tão ruim que não possa piorar. O governo Dilma (2011-2015), que correspondeu à leitura equivocada da conjuntura no primeiro mandato (2011-2014), desonerando o setor industrial, vai errar novamente no primeiro e único ano do segundo mandato, agora com um ajuste recessivo, para corresponder à pressão dos banqueiros.

A partir das manifestações de junho de 2013 até o colapso final do lulismo, perpetrado no golpe parlamentar travestido de *impeachment* da presidente no início de 2016, pouco mais de um ano depois de ter sido reeleita, Dilma perdeu rapidamente a base de apoio social. A mobilização das camadas populares seria a única sustentação possível, já que a presidente não teve o respaldo da burguesia industrial que a abandonou quando os grupos contrariados

pelas intervenções em benefício da indústria reagiram. Mas a passividade política plantada pelo lulismo dava seus frutos e as camadas populares não se mobilizaram quando a burguesia saltou do barco governista (Braga, 2016). Basta resgatar Maquiavel (1513), como faz Betto (2006), para enfatizar uma realidade recorrentemente demonstrada: “Mantém-se no poder com mais dificuldade o governante que depende da ajuda dos poderosos do que aquele que se apoia no povo. Este, quando desgostoso com o governante, o abandona. Já os poderosos não apenas abandonam, mas se vingam. [...] Por isso, deve governar com o povo” (Betto, 2006: 179).

Como também registra Singer (2016: 54): “Mais uma vez, o *mecanismo burguês pendular* de estimular o Estado a intervir e depois colocar-se na oposição a ele ficou sem a contrapartida dos trabalhadores”. No ambiente de queda da arrecadação resultada da agenda pró-indústria, Dilma sucumbiu, no início do segundo mandato em 2015, às pressões dos bancos privados para aprofundar o ajuste recessivo e aumentar o desemprego para conter os ciclos grevistas e, assim, justificar políticas impopulares de cortes no orçamento social para destinar recursos ao serviço da dívida pública, em benefício do sistema financeiro e das grandes empresas, os quais já arquitetavam o *lobby* das reformas trabalhista e da previdência (Braga, 2016; Singer, 2016).

As três reeleições consecutivas do PT após ter alcançado a presidência com Lula em 2002 (reeleito em 2006; e as vitórias de Dilma em 2010 e 2014), podem ser consideradas reeleições do lulismo, porque devem-se muito ao fato de que o governo Lula obteve uma média anual de geração de 2,1 milhões de empregos formais. Apesar desses postos serem preenchidos por 2 milhões de trabalhadores a receber até 1,5 Salário Mínimo, a geração de empregos é apenas mais um dos componentes do lulismo, que conquistou o consentimento dos dominados perante os dominantes, pela política de conciliação de classes, somando à geração de empregos, o aumento do Salário Mínimo; o microcrédito; o Bolsa Família; o programa de habitação Minha Casa, Minha Vida;⁶⁷ o acesso de

⁶⁷ A exemplo das demais políticas do lulismo, não houve politização do Minha Casa Minha

famílias residentes em áreas rurais à energia elétrica (Luz para Todos); os direitos trabalhistas para as empregadas domésticas; e a expansão das vagas no ensino superior, onde o número de universitários calouros passou de um milhão para 2,3 milhões entre 2001 e 2011 (LN-S; Pochmann, 2012; DIEESE, 2013; Braga, 2016).

Mesmo com todos os percalços suportados pela maioria da classe trabalhadora brasileira que vive com até 1,5 salário mínimo e convive com a alta rotatividade e as más condições de trabalho, típicas de funções que exigem pouca qualificação – e foi aonde houve a geração de quase a totalidade do significativo aumento do emprego formal – o apoio eleitoral à reedição dos governos do PT esteve sempre condicionado à manutenção do emprego, em virtude de que o incremento da renda “dos de baixo”, como salienta Braga (2016: 87), “transformou-se imediatamente em acesso a bens duráveis, o que modificou a norma social de consumo e elevou as expectativas populares”.

De acordo com o que demonstram Singer e Loureiro:

O mercado de trabalho da era lulista absorveu centenas de milhares de jovens, mulheres e não brancos nas áreas de serviços pessoais e construção civil. Não obstante a intensa exploração a que estiveram submetidas, as camadas recém-incluídas foram, ao menos em um primeiro momento, atraídas em direção à órbita governista. Para começar, porque o rendimento, mesmo que pequeno, permitia alavancar projetos de ascensão social. Em segundo lugar, porque, junto com a carteira assinada, houve aumento expressivo do acesso à educação superior (2016: 14-15).

Na perspectiva das Lideranças Nacionais do MST (LN-A; LN-S; LN-I), ao satisfazer a prática do consumo e abrandar as condições materiais de existência

Vida. De acordo com Braga (2016: 82-4), essa política “reproduz o padrão tradicional de articulação entre o Estado e os interesses privados que tem prevalecido historicamente no país, a espoliação dos fundos públicos em benefício da acumulação privada. [...] A faixa 1 do programa é totalmente subsidiada pelo governo, isto é, está fora do crédito hipotecário, e destinada àqueles classificados como de ‘baixíssima renda’. [...] Como as empresas são responsáveis por encontrar e adquirir a terra e por elaborar os projetos, o critério da rentabilidade prevalece. [...] Ou seja, apesar dos bilhões de reais em subsídios, o programa reproduz o velho padrão periférico de expansão das cidades por meio da segregação espacial entre ricos e pobres. [...] A consequência mais notável para as cidades foi o aumento da especulação imobiliária. [...] O que foi entregue ao precariado urbano por meio do reajuste do salário acima da inflação foi subtraído pelo aumento dos aluguéis”.

da extrema pobreza, o lulismo contentaria milhões de pobres e excluídos, legitimando a conversão do governo Lula a bajulador do mercado financeiro e do agronegócio. Arquitetar a acomodação com a ordem é o cerne do modo lulista de governar, qual seja, a conciliação de classes com políticas compensatórias sem politização e sem efetivas reformas, uma vez que as mudanças estruturais, as transformações dependem, necessariamente, do confronto da luta de classes.

Aqui é importante destacar que a reeleição de Lula foi muito apoiada no voto das camadas mais pobres dos eleitores que, tradicionalmente, nutriam rejeição a Lula, mas que durante o seu primeiro mandato, de alguma maneira foram beneficiadas pelas políticas públicas federais sistematizadas por LN-S. Em 2006, Lula recebe mais de 70% dos votos em praticamente todos os municípios da região Nordeste, onde se encontra a maioria dos assistidos pelo Bolsa Família. O Nordeste historicamente esteve sob o domínio dos “coronéis”, como são chamados os grandes proprietários rurais na região, os quais sempre tiveram sua opção política reprisada pela maioria dos seus conterrâneos, num vínculo conhecido como coronelismo. Portanto, trata-se de um realinhamento eleitoral que é uma das bases da explicação do lulismo por Singer (2012: 42), “a mudança de um padrão histórico de comportamento político das camadas populares no Brasil, em particular no Nordeste”, porque embora tenha recebido quantidade semelhante de votos em 2002 e em 2006, na reeleição em 2006, houve uma debandada da classe média e uma adesão dos mais pobres ao candidato Lula, que até 2002 sempre conquistou a maior parte dos votos entre os mais ricos e na classe média, grupos sociais cujos integrantes, em sua maioria, a partir do escândalo do mensalão, em 2005, converteram-se em anti-Lula e anti-PT.

A rejeição ao PT – disparada pela exposição de sua prática ilícita – cresceu muito em função da sua própria postura diante da desonra. De acordo com Betto (2006: 114), “a primeira reação da direção petista foi, no mínimo, equivocada, ao negar as acusações, mesmo ciente de que recorrera a métodos escusos. Como se a explosão da bomba não tivesse desencadeado um processo de erosão política. A imagem ética do PT foi duramente abalada”. O partido como um todo parecia não saber mensurar as consequências da gravidade do episódio.

Nas palavras de Betto (2006: 121), “um pequeno núcleo dirigente do PT conseguiu em poucos anos o que a direita não obteve em décadas, nem nos anos sombrios da ditadura: desmoralizar a esquerda”.

Mas há outro ingrediente, além do programa do lulismo de erradicação da miséria, a potencializar a repulsa da numerosa classe média, o fato de ter ficado mais oneroso explorar a “ralé”. Conforme esclarece Souza (2009: 24), a classe média brasileira “tem o singular privilégio de poder poupar o tempo das repetidas e cansativas tarefas domésticas, que pode ser reinvestido em trabalho produtivo e reconhecido fora de casa”. Portanto, ter de arcar com um Salário Mínimo mais elevado, com os custos da formalização da atividade da trabalhadora doméstica e, ainda, ver os filhos da ralé na universidade, levaram a classe média a nutrir uma crescente rejeição odiosa ao PT.

A complexidade no entendimento de Singer é que:

O lulismo existe sob o signo da contradição. Conservação e mudança, reprodução e superação, decepção e esperança num mesmo movimento. É o caráter ambíguo do fenômeno que torna difícil a sua interpretação. [...] Teria havido, a partir de 2003, uma orientação que permitiu, contando com a mudança de conjuntura internacional, a adoção de políticas para reduzir a pobreza – com destaque para o combate à miséria – e para a ativação do mercado interno, sem confronto com o capital. Isso teria produzido, em associação com a crise do “mensalão” [escândalo político-midiático envolvendo o PT em 2005], um realinhamento eleitoral que se cristaliza em 2006, surgindo o lulismo. O aparecimento de uma base lulista, por sua vez, proporcionou ao presidente maior margem de manobra no segundo mandato, possibilitando acelerar a implantação do modelo ‘diminuição da pobreza com manutenção da ordem’ esboçado no primeiro quadriênio (2012: 9 e 13).

Singer (2012, 2016) concebe o lulismo, como a política que alimenta um pacto conservador para levar adiante um reformismo gradual. O lulismo é uma espécie de reformismo fraco, com mudanças muito diluídas, porém, se essas mudanças forem mantidas ao longo do tempo, atingem resultados significativos, sem uma ruptura com o modelo. Ao longo de doze anos tem-se, mais de 70% de aumento do salário mínimo, aumento de 30% na renda dos assalariados,

desemprego caindo de 12% para 4,3%. O lulismo, portanto, não é uma política de confrontação, é uma política de conciliação. Dito de uma outra forma, é a tentativa de promover transformações na estrutura social brasileira, sem rupturas, sem disputa ideológica, em torno de uma conciliação de classes. Não parte para a politização dos seus atos, para a luta ideológica. Por que? Porque não quer radicalizar. Luta ideológica implica em confrontar. Confrontar os mais poderosos, os que detêm o poder de fato, pelo tanto de capital que possuem. Mas a esquerda recuou. E parte significativa da esquerda mundial acabou achando que o mais interessante do ponto de vista eleitoral era aderir às teses neoliberais. No entendimento de Singer (2012: 10): “Na aparência, tendo vencido a eleição de 2002 envolto ainda por restos da aura do movimento operário dos anos 1980, o ex-metalúrgico apenas manteve a ordem neoliberal estabelecida nos mandatos de Collor e FHC. Decidido a evitar o confronto com o capital, Lula adotou política econômica conservadora”.

Embalados pela continuidade da política econômica favorável ao rentismo no governo Lula, os fundos de pensão viraram a galinha dos ovos de ouro do Brasil. Os operadores desses fundos têm à disposição o bolo de recursos que cresce diariamente com os depósitos e realizam transações como qualquer outro agente em busca da rentabilidade financeira da especulação. Eles colocam todo o recurso dos clientes no mercado financeiro e põem tudo a perder, na gananciosa e arriscada lógica da especulação.⁶⁸ No caso em tela, a ganância era motivada não só pelo enriquecimento individual, via gratificações, mas também para o desvio de recursos principalmente como uma das táticas do PT para financiar sua conversão ao jogo político tradicional de manutenção no poder. Conforme protesta LN-I:

⁶⁸ Com a crise de desvalorização dos ativos financeiros, em 2008, proliferaram notícias de perdas bilionárias dos fundos de pensão mundo afora. Os quatro fundos de pensão das principais empresas públicas brasileiras (Petrobrás, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Correios) somaram perdas milionárias, sem contar os desvios de recursos da corrupção para o caixa dois das campanhas eleitorais. Em 2018, dez anos depois do tremor financeiro que expôs a debilidade dos fundos de pensão, os resultados apresentados nos seus balancetes patrimoniais fazem o tema ser abordado como a falência mundial dos fundos de pensão.

Como saber se as campanhas eleitorais estavam equivocadas, se o caixa dois se tornou uma necessidade e a ética na política um estorvo? Como saber se uma campanha era cara ou barata se os 'marketeiros' davam as diretrizes do que se deveria fazer para ganhar a eleição? Como ganhar uma eleição sem mudar os princípios e o discurso? (LN-I).

Uma das principais marcas do transformismo do PT enquanto governo foi a reforma para piorar a previdência social. Os parlamentares petistas que se opuseram à mudança de princípios, votando contra a reforma, foram expulsos do partido no final de 2003 por indisciplina e infidelidade partidária (senadora Heloisa Helena e os deputados João Batista Babá, João Fontes e Luciana Genro). Para Antunes (2005: 166), a ação do governo do PT “contra a previdência pública foi a visceral e completa negação de todo seu passado, gerando frenesi e catarse junto aos novos operadores e ‘analistas simbólicos’ dos fundos de previdência”. Tratou-se, na verdade, como advertiu Antunes, de uma:

Contrarreforma da imprevidência, de conteúdo fiscalista, que tira dos funcionários públicos para transferir recursos para o sistema privado de previdência, dos fundos de pensão, que de fato vão lucrar muito com essa proposta. Trata-se, portanto, de uma reforma privatista e que incentivou o sistema financeiro do país, imaginando com isso alavancar o capitalismo brasileiro, associando sistema financeiro, sindicatos e fundos de pensão. Por isso os bancos ficaram tão felizes com o início do governo Lula (2005: 148).

A piora das condições de aposentadoria pela previdência pública, aprovada no início do governo Lula, gerou uma proliferação dos fundos de pensão, incluindo os do próprio governo. Uma espécie de privatização da previdência pública que estabeleceu para o valor da aposentadoria um teto lastreado a um limite máximo também para a dedução do desconto destinado à previdência dos trabalhadores em atividade, atingindo principalmente o funcionalismo público, pondo fim às aposentadorias integrais. Obviamente motivou nas pessoas a iniciativa de fazer um plano de previdência privada. Assim, para completar os vencimentos da futura aposentadoria do novo servidor que

ingressa no serviço público e não tem o direito adquirido antes da piora da previdência, são criadas fundações de previdência complementar do servidor público federal, nas quais os cargos mais elevados de conselhos de administração, foram ocupados por quadros da elite da burocracia sindical petista (Oliveira, 2003, 2007; Antunes, 2005; Braga, 2012).

O primeiro mandato do governo Lula, de acordo com Braga (2016: 62-4):

Preencheu aproximadamente metade dos cargos superiores de direção e assessoramento – cerca de 1.305 vagas, no total – com sindicalistas que passaram a controlar um orçamento anual superior a 200 bilhões de reais. Além disso, posições estratégicas dos fundos de pensão das empresas estatais foram ocupadas por dirigentes sindicais. [...] Dos 64 ministros nomeados, dezessete eram ligados ao sindicalismo. [...] Como muitos sindicatos filiados à CUT, o Sindicato dos Bancários de São Paulo alinhou-se desde o primeiro momento ao governo Lula [... e] foi o principal meio de ligação da aliança afiançada por Lula entre a burocracia sindical e o capital financeiro. Na verdade, o cimento desse pacto foram os setores da burocracia sindical que se transformaram em gestores dos fundos de pensão e dos fundos salariais [FGTS e FAT]. [...] No entanto, em vez de “transformar trabalhadores em investidores”, os fundos de pensão brasileiros têm atuado como uma linha estratégica do processo de fusões e aquisições de empresas no país, financiando a oligopolização econômica com efeitos sobre a intensificação dos ritmos de trabalho, o enfraquecimento do poder de negociação dos trabalhadores e o enxugamento dos setores administrativos das empresas.

A meu ver, um aspecto central para assimilar a conveniência do conservadorismo na condução da economia é a reforma da previdência do governo Lula. Para além de beneficiar imensamente o sistema financeiro, foi uma reforma institucional em benefício próprio com o objetivo de sedimentar um projeto de longevidade no poder através do controle do governo federal por seus quadros partidários, seu núcleo duro, oriundo dos postos de dirigentes sindicais, transformados em operadores de fundos de previdência. No panorama do sociólogo Chico de Oliveira (2003), uma das motivações para o abandono das causas e das bases sociais do Partido dos Trabalhadores no governo Lula deve-se ao fato de que muitos dos membros do PT que passaram a compor o governo, se transformaram numa nova classe social, qual seja, os operadores de fundos de

pensão (das fundações de previdência complementar do servidor público federal), que enriqueceram e seduziram-se com o novo extrato bancário e com a sensação de pertencer a outro estrato social.⁶⁹ Na verdade, conforme argumenta Iasi (2006), foi um aburguesamento dos antigos operários que, agora, como operadores de fundos de pensão, com elevados salários, passaram a compor a pequena-burguesia.

De qualquer maneira, onde quer que se encaixe, a burocracia sindical lulista enquanto grupo social não escapa de servir como mais um exemplo que corrobora aquilo que (como analisado no Capítulo 2) Michels (1915) prognosticou já há mais de cem anos, sobre a lógica até agora empiricamente comprovada pela história, de que o poder emanado do povo se coloca acima do povo. Na sociedade onde processos de mobilização política, que antes de se estabelecerem no controle do Estado representam anseios de rupturas, de mudanças que promovam melhorias de vida das classes subalternas, a partir do momento em que o embate é ultrapassado e efetivamente os líderes, os quadros ativistas, revolucionários ascendem ao poder, vão se criar novas estruturas, espaços para a organização de uma nova elite, que acomoda-se no conforto dos cargos, literalmente, e uma nova oligarquia dirigente se identifica mais com os assuntos de como se manter no poder do que com as questões que a levaram ao poder. Em nome das tarefas de administração e de disputa de poder renunciam à educação política dos trabalhos de base e aos valores éticos. Em outras palavras, a probabilidade de isso ocorrer só se apresenta quando o partido de esquerda chega ao governo. Ocorre que todo partido (que se diz) de esquerda ao alcançar espaço na institucionalidade burguesa, em vez de transformá-la é cooptado por ela.

⁶⁹ Como sublinha Betto (2006: 244-5): “O poder atrai prestígio e dinheiro e opera na pessoa mudança de lugar social e cultural. Vê-se cercada de bajuladores, recebe convites para homenagens, ganha presentes e passa a dispor de uma infraestrutura que a reveste de uma aura especial. [...] Aos olhos do comum dos mortais, aquele senhor ou aquela senhora possui as chaves da felicidade alheia. Tem o poder de aprovar projetos, liberar verbas, autorizar obras, permitir viagens, distribuir cargos, promover pessoas, conceder bolsas. [...] Quem se apegue ao poder não suporta críticas, toma-as por ofensas, por minar sua autoimagem e exibir suas contradições aos olhos de outrem. Daí porque se isola, fecha-se num círculo hermético ao qual só têm acesso os que lhe cumprem ordens, dizem amém às suas ideias”.

Betto ressalta que além desse transvio do PT: “Em muitos outros países, a esquerda desmoralizou-se e esvaziou a força de suas propostas ao abraçar práticas e métodos políticos típicos de seus adversários e inimigos, trocando a ética e os princípios ideológicos pela busca pragmática de resultados” (2007: 524). Frei Betto, que elaborou com o amigo Lula, o discurso do fundador do PT na sua 1ª Convenção Nacional, em 1981, vai resgatar trechos do documento, antes de tecer considerações sobre um partido de esquerda chegar ao governo, abandonar seu programa socialista e compactuar com a ordem vigente:

Diante dos primeiros sintomas de elitismo no interior do PT, seu fundador [Lula, em 1981] advertiu: “Queremos deixar bem claro uma coisa: no dia em que os dirigentes do PT não poderem mais ir às portas de fábricas, aos locais de trabalho, ou lá onde se luta pela terra, é melhor fechar o PT. Não somos um partido de gabinetes, de salas atapetadas, de conchavos nos bastidores. É lá na porta de fábrica, no local de trabalho, na luta pela terra, na periferia, que nos abastecemos, que aprendemos com o povo, que corrigimos a direção do nosso projeto político, que reafirmamos a nossa fidelidade ao trabalhador brasileiro. [...] Queremos, com todas as forças, uma sociedade que, como diz o nosso programa, terá que ser uma sociedade sem exploradores. Que sociedade é esta senão uma sociedade socialista?” [...Após citar esse trecho, Frei Betto conclui.] Hoje me pergunto se o líder petista queria mesmo aquilo. [...] A dúvida acentuou-se-me quando, na Presidência da República, ele declarou em público que nunca fora de esquerda e evitou promover reformas de estruturas, como a fundiária. Ora, o poder não muda as pessoas, faz com que manifestem a verdadeira face (Betto, 2006: 93-6).

O raciocínio a seguir, de LN-I, bem ilustra essa realidade prática do ponto de chegada destoante do conteúdo do processo histórico:

Se gastamos três décadas nos preparando para chegar ao governo, e quando chegamos ao governo, não governamos, porque o presidente tem que montar o ‘seu governo’, o partido fica sem função. Veja a situação: o PT, embora tivesse alguns quadros envolvidos, sempre esteve fora do governo. Quando o governo teve alguns êxitos o partido não foi valorizado, agora [no início de 2016, prestes a concluir o processo de impeachment de Dilma] que o governo está desgastado, o partido é o

principal culpado, contestado e agredido nas ruas. Então o partido serve para que? (LN-I).

Gramsci (1926, 1935) explica a diferença, no exercício do poder político, entre guerra de posição (que busca criar hegemonia na sociedade) e guerra de movimento (que visa fundamentalmente tomar o Estado), porque historicamente, a burguesia, para alcançar a posição de classe dirigente, além de classe dominante, precisou conquistar a hegemonia. O Estado burguês, então, exerce a função decisiva de educador ao adequar “a moralidade das mais amplas massas populares às necessidades do contínuo desenvolvimento do aparelho econômico de produção” (Gramsci, 1935: 23). Nas condições da nossa sociedade em que há um monopólio da mídia e, portanto, uma forte midiaticização, e uma fortíssima influência na construção da hegemonia, todos os países que querem fazer a contracorrente tem de preocupar-se com a guerra de posição, ou seja, criar hegemonia. E aqueles que não se preocupam em fazer hegemonia e vão apenas com a ideia de movimento, por exemplo, o PT, ao exercer o poder sem politização, ao conquistar o controle do Estado como um fim em si mesmo, ao se preocupar mais em não perder o poder, acaba por perder, e derrota consigo todo o acúmulo de forças progressistas que vinham conquistando espaço, num processo histórico de várias gerações. Por que? Porque não se dispôs a fazer o trabalho de criar hegemonia. E a população, em geral, sequer reconhece o governo Lula por tudo aquilo que fez, já que não foi feito com conscientização política visando hegemonia social, com a transformação da ideia das pessoas em relação aos direitos sociais, com a mudança daquilo que se ensina nas universidades, com a regulamentação da mídia, sendo privilegiados os meios de comunicação alternativos. Sem propósito para a guerra de posição (a hegemonia pela conscientização política), de nada vale a guerra de movimento (o poder pela tomada do Estado).

Braga sintetiza a preocupação do lulismo, fundamentalmente com o poder, pelo controle do aparelho político do Estado, controle que exerceu através do consentimento ativo dos quadros dirigentes administrando o consentimento

passivo das massas:

O projeto do governo petista soube combinar concretamente os interesses da burocracia sindical, das lideranças dos movimentos sociais e de setores médios intelectualizados, criando as bases para um *consentimento ativo* ao lulismo, cujo lócus é o aparelho de Estado. Além, da absorção de milhares de sindicalistas às funções de assessoria parlamentar, cargos em ministérios e chefias de empresas estatais, parte da burocracia sindical ascendeu a posições estratégicas nos conselhos dos grandes fundos de pensão das estatais administrados como fundos de investimento, assumindo, em acréscimo, posições nos conselhos gestores do BNDES, do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal. [...] Ocorre que, se esse poder político-administrativo não assume a forma da propriedade privada de capital, a posição social privilegiada da burocracia sindical não se cristaliza, dependente que é do controle do aparelho político. Daí a ideia de um regime hegemônico precário. [...] Ainda que com grandes dificuldades decorrentes da assimilação do petismo às regras antidemocráticas do jogo eleitoral brasileiro e da tentativa do primeiro governo Lula de romper com os esquemas do presidencialismo de coalizão por meio da compra direta de apoio político no parlamento, a hegemonia lulista alcançou até 2014 notável êxito em reproduzir tanto o *consentimento passivo* das massas quanto o *consentimento ativo* das direções (Braga: 2016, 87-8).

No início do governo Lula, em 2003, a imediata reforma da previdência e a sua conseqüente funcionalidade para a ascensão de quadros do PT dirigentes de sindicatos aos postos de comando dos fundos de pensão institucionais, em perfeita sintonia com os interesses do mercado financeiro, levou Oliveira (2003) a refletir sobre a essência da criação dos operadores petistas de fundos de pensão, como símbolos da incompatibilidade entre o governo do PT e a política partidária do PT. Um partido que havia conquistado a posição de principal partido de esquerda do país, aglutinando as forças progressistas da sociedade, que já se mobilizavam desde antes da criação do Partido dos Trabalhadores em 1980. A reeleição de Lula, em 2006, motivou Oliveira (2007) a elaborar a ideia de “hegemonia às avessas”, a partir de uma “reflexão gramsciana” da concepção de Marx e Engels (1846) sobre a força dos dominantes e o consentimento dos dominados. Em síntese, para as classes dominantes permanecerem no comando político é fundamental que o resultado do conflito de classes seja o consentimento

dos dominados, esculpidos de acordo com a ideologia elaborada pelos dominantes, que se converte em ideologia dominante.⁷⁰ Na análise de Oliveira:

A África do Sul, provavelmente, anunciou essa hegemonia às avessas: enquanto as classes dominadas tomam a “direção moral” da sociedade, a dominação burguesa se faz mais descarada. As classes dominadas [...] derrotaram o *apartheid*. [...] E, no entanto, o governo sul-africano oriundo da queda do *apartheid*, rendeu-se ao neoliberalismo. [...] No Brasil, a longa “era da invenção” [dos anos 1970-80] forneceu a direção moral da sociedade brasileira na resistência à ditadura e alçou a questão da pobreza e da desigualdade ao primeiro plano da política. Chegando ao poder, o PT e Lula criaram o Bolsa Família, que é uma espécie de derrota do *apartheid*. [...] Mas] Lula despolitiza a questão da pobreza e da desigualdade. Ele as transforma em problemas de administração [...] e funcionaliza a pobreza. [...] Nos termos de Marx e Engels [1846], da equação “força + consentimento” que forma a hegemonia, desaparece o elemento “força”. E o consentimento se transforma no seu avesso: não são mais os dominados quem consentem em sua própria exploração; são os dominantes que consentem em ser politicamente conduzidos pelos dominados, com a condição de que a “direção moral” não questione a forma da exploração capitalista (Oliveira, 2007: 24 e 27).

A criação do Partido dos Trabalhadores e sua particularidade de ramificação para todo o território brasileiro pelo trabalho de base das diversas instituições responsáveis pela sua fundação (Igreja, via círculos bíblicos, CEBs, CPT e outras pastorais; sindicatos de trabalhadores urbanos e rurais; sem-terra; associações de professores e de funcionários públicos; intelectuais, enfim) foi um processo que valorizou a política partidária. Todavia, no lulismo, “*Eu, Lula, faço direto*” (LN-S). O lulismo, ao centrar na personalidade, restou irrelevante a política partidária e subestimou a gravidade da despolitização que provocara ao associar as políticas públicas federais à figura de Lula. Assim, as camadas mais pobres da sociedade vão associar a satisfação dos seus desejos de consumo ao presidente

⁷⁰ Gramsci (1935) definiu como transformismo, o consentimento com as classes dominantes de líderes ou da totalidade de um grupo antes adversários daquelas classes. Braga (2012), em seu livro sobre o lulismo, ao abordar o conceito de hegemonia às avessas de Oliveira (2007) indica que: “Um paralelo interessante poderia ser encontrado na experiência histórica da superação do *apartheid*: ‘Ok, nós temos o Estado, mas onde está o poder?’, costumava provocar o sociólogo Patrick Bond durante o período em que trabalhou como conselheiro no gabinete de Nelson Mandela” (Braga, 2012: 24).

Lula. No corolário de Oliveira: “O lulismo é uma regressão política, a vanguarda do atraso e o atraso da vanguarda” (2009: 376) (LN-A; LN-I; LN-S; Oliveira, 2007, 2009; Braga, 2012; Singer, 2012).

4.2 O MST se enfraqueceu no governo Lula?

4.2.1 Reflexões sobre se o MST se enfraqueceu no governo Lula, pelas vozes de Lideranças Locais do MST (LLs)

As Lideranças Locais do MST têm uma percepção de que o movimento se enfraqueceu no governo Lula. E lamentam que, justamente o governo do PT, partido aliado histórico, que tirou a força do MST, pela falta de conquistas dos sem-terra no período. Por outro lado, as LLs admitem que deveriam ter realizado mais ações coletivas para pressionar, visto que durante governos de partidos adversários, o movimento esteve sempre a fazer pressão e, só assim, foi obtendo conquistas, de acordo com o entendimento de LL1:

O governo do PT tirou a força do MST, porque quando eram os outros, a gente fazia pressão e saía alguma coisa. Depois que passou a ser governado pelo PT, a gente confiou que ia fazer a reforma agrária, porque ele tinha prometido, a gente confiou na palavra dele e deixou meio frouxo, né? Aquela coisa de que o Lula é amigo do movimento sem-terra, então, ele vai fazer. Daí foram passando os anos, a gente esperando, e nada. Ele trata a gente como amigo e a gente trata ele como amigo também, mas, na verdade, ele não foi amigo, porque apesar de não mandar a polícia bater, também não faz a reforma agrária. A minha conclusão é que o MST com o governo Lula, mais perdeu força do que ganhou. E o MST fracassou também, porque na área financeira ficou muito difícil, não teve recursos e, assim, o fracasso aumentou nos últimos anos. Daí muitas vezes a gente vai lutando, lutando, tem pessoas que acreditam e não

desistem, e tem muitas que desanimam de lutar, porque quando a luta consegue respaldar alguma coisa, a animação aumenta, mas quando fica no mesmo lugar, daí desanima. Então, o movimento fracassou, porque as lutas ficam em vão. Toda vez que você procura um órgão do governo, a promessa é a mesma, você pensa assim, mas que coisa é essa que não desenvolve nada, está nas mãos deles e não fazem, e a gente todo dia ali cobrando, todo ano discutindo a mesma pauta. É por isso que o movimento, vai indo, fracassa, né? Então, o que desmobilizou o movimento foi um governo amigo, porque a gente acreditava muito nele. A verdade é que o Estado gosta muito de prometer na hora de pedir o voto, mas na hora de fazer, não faz. Ou seja, depende do bom senso e da boa vontade pra fazer as coisas. Tem até alguns projetos que são propostos pelo Estado, mas chega na hora de acessar, a gente não consegue, as leis são muito rígidas. A reforma agrária só fica no papel, porque eles não querem fazer. Recurso tem. Mas não fazem, porque nós que moramos na zona rural, não vamos dar retorno pro governo, não vamos pagar quase nada de impostos, comparando com o agronegócio. Olha, eu vim pra essa terra, tinha 13 anos de idade, e as mudanças que a gente vê é porque o movimento correu atrás. Não veio nada que o governo ofereceu, nunca chegou nada aqui, então, como desenvolve uma coisa dessas? Hoje [2015] tou com 44 anos, daqui a pouco tou com 60, 70 e sem ver nada. Mas a esperança é a última que morre. Se eu não alcançar, meus filhos, meus netos alcançam, se Deus quiser (LL1).

O raciocínio das diversas Lideranças Locais do MST, com as quais convivi, vai nessa mesma direção de que o MST se enfraqueceu no governo Lula, em virtude de perceberem que o que desmobilizou o movimento foi um governo amigo, pois confiavam que finalmente viria a reforma agrária e ela não veio. Consequentemente, muitas pessoas desanimaram de lutar quando a luta fica em vão, sem respaldar algo concreto. Dessa maneira, a desmobilização pelo desânimo foi inevitável, uma vez que a família viver acampada debaixo de uma

lona preta, sem garantia de quando vai conquistar a terra para trabalhar, enfraqueceu o MST pelo aspecto do arrefecimento do ímpeto das massas, da base, do povo, para empreender novos acampamentos, conforme indica LL2:

O governo amigo tirou nossa força, porque quando o governo é mais adversário do movimento sem-terra, a nossa luta é mais de garra, mais de força e mais uma luta de confiar. E pelo governo que temos hoje ⁷¹ [em 2015], a nossa luta continua, mas ficamos sem condições, porque foi tanta promessa, e nenhum respaldo pra nossa luta, que agora a gente acabou, entre nós mesmos, acomodando um pouco. Então, falamos, vamos voltar para o campo, preparar nossas áreas, discutir com a nossa direção pra gente tomar novos rumos, chega de promessa só. A reforma agrária só sai do papel no dia em que a sociedade se unir com os movimentos sociais e dizer, chega, precisamos de reforma agrária, de saúde adequada, de educação adequada, de empregos. Agora, do presidente, do governo, eu não espero mais a reforma agrária (LL2).

Na compreensão das Lideranças Locais do MST (LLs), depois que chegou à presidência, o PT fez com que os petistas não tivessem mais o entusiasmo que tinham antes, haja vista que o governo Lula declinou e não efetivou o notório compromisso de longa data do PT com a reforma agrária. Na visão das LLs, ao chegar à presidência, Lula deveria ter encontrado um caminho que contemplasse pelo menos uma parte do tanto que havia prometido da reforma agrária, principalmente descentralizar a terra. Porém, as alianças que foram feitas para ganhar as eleições inviabilizaram a reforma agrária, como procura demonstrar LL3:

⁷¹ No meu trabalho de campo, desenvolvido quase todo em 2015 (exceto as correspondências que troquei com LN-I, que foi em 2016), os militantes produziram conhecimento sobre o governo Lula, do PT (2003-2010), mas às vezes estendem suas análises como no caso acima, quando LL2 diz: “E pelo governo que temos hoje”... Esse “hoje” é 2015, enquanto o país ainda era governado pelo PT, no começo do segundo mandato de Dilma, que durou apenas um ano, já que foi abreviado no início de 2016 pelo golpe midiático-parlamentar.

O governo só dá condições para os grandes, que já têm condição. Se você for ver o que esses grandes pegam de dinheiro do governo é uma vergonha. Então, o governo do PT piorou para os movimentos. No governo da direita, a gente ia muito mais em cima das coisas. Agora, não que eu queira a direita. Pra ser sincero, não sei o que é melhor, não, se um governo de esquerda, ou de direita, em relação à força dos movimentos de luta pela terra. Agora, uma coisa eu quero dizer, tinham três capetas do lado de lá nessas eleições [de 2014], o PSDB, o DEM e o PMDB; e nós [com o PT] do lado de cá; e no meio dos três capetas, tinham alguns que se aliaram com nós; e pra ganhar essas eleições foi isso que aconteceu mesmo, ganhamos com aliados dos capetas. Mas essa avaliação de que, se um dos capetas tivesse ganhado sozinho, sem se aliar com a gente, que isso seria melhor pro movimento ficar mais forte, essa avaliação é complicada. Nós temos exemplo do que é perder uma eleição. Uma questão é fato, depois que chegou à presidência, o PT fez com que os petistas não tivessem mais o entusiasmo de antes. Olha, a questão do mensalão é séria, mas houve muitos mensalões do PSDB que nunca levaram pra frente. O fato é que, voltando para nós, nós petistas, estamos desentusiasmados com o nosso governo. Então, a relação entre o MST e o governo do PT não é boa. É o que a gente fala nas assembleias, que não acreditamos mais na possibilidade de fazer a reforma agrária com Dilma, com os aliados que ela tem. O Lula não fez o que falou que ia fazer. Lula comeu rapadura aqui na frente da minha casa. Naquela época ele falava do latifúndio que só explorava. E o MST tá desarticulado até nas lideranças. Tá tendo muita dificuldade de levar os companheiros pra terra, porque viver debaixo de uma lona preta, com a família, sem uma garantia de que dia vai começar pelo menos trabalhar, ai ai. A lei mexeu tanto, que se for trabalhar na terra, sem ser assentamento, piora. Então, viver de feira [doações de alimentos], o povo não quer isso, não (LL3).

No ponto de vista das Lideranças Locais do MST (LLs), a partir do momento em que o país é governado pelo PT, partido historicamente comprometido com a reforma agrária, os sem-terra confiavam nesse compromisso e, naturalmente, afrouxaram a tensão das ocupações que caracteriza a relação entre movimento socioterritorial e governo. Uma pressão era encarada como um desgaste político que traria desconforto para ambos os lados, devido ao fato de Lula ser amigo do movimento sem-terra. Para o governo Lula, seria um “fogo amigo” tipicamente indesejado pelo cinismo que contagia quem chega governo. E da parte do MST, o equívoco foi justamente não pressionar o governo Lula, teoricamente de esquerda, com o receio de dar munição para a direita. Nesse imbróglio, as LLs nutriram, resignadas, a esperança da reforma agrária. O fato é que a confiança virou acomodação. Com tanta promessa e nenhum respaldo para a luta, conseqüentemente, desanimaram e chegaram à conclusão de que o MST perdeu força com o governo Lula. Restou nas LLs a conclusão de que, do presidente, do governo, não esperam mais a reforma agrária. Nas palavras de LL4:

Hoje [2015], pelo menos há clareza, qualquer liderança nossa, seja local, regional ou nacional, de que não temos um governo inimigo, mas também não é nosso defensor a ponto de conseguir concretizar o que é vital para o movimento, o atendimento das suas reivindicações. Nenhum movimento social consegue sobreviver se não tiver sua pauta de reivindicação atendida, porque vivemos de resultado. Como um movimento de tamanha expressão como é o MST consegue justificar passar um ano, dois anos, três anos, sem conseguir assentar uma família? Isso não existe. Então, esse resultado temos tido muitas dificuldades de concretizar. Isso levou a divergências internas no MST, justo no momento em que era preciso recrutar forças pra poder pressionar o governo, no sentido de ampliar nossa organização, ocupar mais áreas, fazer mobilização. Ficamos muito em volta do próprio rabo, apagando fogo e dizendo, olha, movimento social é isso mesmo, tem seus altos e baixos (LL4).

Historicamente, o Estado brasileiro, seja qual for o governo, e no de Lula não foi diferente, só realizou assentamentos rurais quando pressionado pelas ocupações da luta pela terra. Evidente que os governos não promoveram o assentamento de todas as ocupações, apenas algumas. Mas o governo Lula ficou marcado nas vozes dos sem-terra como o aquele que menos desapropriou terras nos últimos tempos, porque assentar sem-terra é desapropriar o latifúndio, é tirar terra efetiva ou potencial do agronegócio. Como manifesta LN-S, “terra é guerra”. Frente a essa realidade, De Carli alerta que:

A desapropriação, seguida de uma área de conflito, se constituiu uma via política frágil para os movimentos sociais e para a reforma agrária enquanto projeto político. Primeiramente porque esse método expôs os movimentos sociais camponeses a uma situação de risco, quando passaram a disputar terras improdutivas com os latifundiários, quase sempre armados com pistoleiros, jagunços ou mesmo com as forças policiais locais a seu favor. Em segundo lugar, porque essa política quase sempre constituía em dar a terra como única demanda atendida dos trabalhadores, abandonando-os à própria sorte, sem qualquer tipo de estrutura básica, como água, energia, estradas, escola, posto de saúde, casas de tijolos, assistência técnica, fomento e crédito agrícola. Esses benefícios, quando vieram, ocorreram num processo lento e gradual. Soma-se a isso os problemas já detectados de outrora, como a burocracia do INCRA, o compromisso do governo, da justiça e do parlamento com os latifundiários, a burguesia agrária (2014: 143).

A realização de assentamentos rurais no Brasil, desde sempre, limitou-se a ações de mediação do poder público para atender demandas pontuais dos movimentos sem-terra, ou como última alternativa para apaziguar áreas onde os conflitos da luta pela terra trazem maior desgaste político, quando envolve mortes de trabalhadores, com conivência dos poderes executivo e judiciário. Nesse tema o judiciário é marcado pela parcialidade deliberadamente em favor da propriedade e inoperante para corresponder à territorialização da luta pela terra, nas ocupações que só são realizadas em terras improdutivas devolutas ou griladas que não cumprem a função social. Portanto, o mais apropriado é chamar de política pontual, incompleta e ineficiente de assentamentos rurais e não política de reforma agrária, haja vista que ao formalizar legalmente o assentamento, depois

de longos anos de espera – os assentados nunca tiveram acesso a um conjunto de ações que possa se reconhecer de fato como reforma agrária, em uma visão da totalidade que o termo representa. Porque a desapropriação da terra é apenas o início do processo de reforma da estrutura fundiária. A desapropriação sem a estruturação básica do assentamento, sem o crédito e sem a assistência técnica não é reforma agrária, é uma política de assentamentos rurais que não passa de um contingente programa de moradia (LLs; LEs; LNs; De Carli, 2014).

Na narrativa dos militantes para a produção do conhecimento sobre se o MST se enfraqueceu no governo Lula, fica bem demarcada uma distinção entre as vozes de Lideranças Locais do MST (LLs) em relação às Lideranças Estaduais (LEs) e às Lideranças Nacionais (LNs). Veremos adiante que, as LEs e as LNs não identificam na diminuição das ocupações um enfraquecimento do MST, ou se reconhecem alguma dificuldade, ou algum problema no movimento, não atribuem exclusivamente ao governo Lula. As LEs e as LNs têm clareza que vai arrefecendo o ímpeto para as ocupações à medida que o governo vai implantando políticas compensatórias e políticas para a geração de empregos, mas estão a analisar a atuação do MST em uma abordagem que extrapola as ocupações, além de frisar que dentro da esquerda a desmobilização foi geral e irrestrita, e que o MST desmobilizado é mais mobilizado do que qualquer outra instituição da esquerda durante o governo Lula. Já na percepção das LLs, praticamente não figura em suas análises, que a desmobilização seja resultado das políticas compensatórias e demais iniciativas do governo, que reverberaram em temporária diminuição da miséria e da extrema pobreza no país, talvez porque elas próprias, as LLs, compõem a base, o povo do MST, que em sua maioria é beneficiária dos programas tipo Bolsa Família.

4.2.2 Reflexões sobre se o MST se enfraqueceu no governo Lula, pelas vozes de Lideranças Estaduais do MST (LEs)

Entre as Lideranças Estaduais do MST, a percepção é de que o governo

Lula não enfraqueceu o movimento. As LEs chamam a atenção para a importância da particularidade do MST de atuar em várias frentes, principalmente, o trabalho de base, a educação e a formação política, e não apenas a ocupação de terra e a manifestação na cidade, as quais são as que mais incomodam o status quo e, por isso, são ações coletivas que o observador mais progressista, que vê o movimento de fora, gostaria que ele atuasse. De acordo com a sistematização de LE2:

Pra quem tá de fora, é mais fácil falar que o MST se enfraqueceu pelo governo amigo do que reconhecer que o MST não parou de crescer desde quando nasceu. Tem muitos fatores envolvidos na ação de um movimento da proporção do MST. As pessoas falam como se ele tivesse obrigações a cumprir, tipo uma cartilha de movimento social. E qual é a cartilha? Ah, porque o MST tem que pressionar o governo, tem que criticar o presidente, tem que romper com o PT, tem que fazer a revolução socialista. Eu convido a se olhar no espelho quem faz doutrinação dessa por aí e se acha muito sabido pra dizer que você foi cooptado, tá em crise, tá fraco, você nem movimento é mais, e que o Brasil não é socialismo ainda por culpa do MST. Superestimam suas teorias e subestimam o MST. Acham que é só acampamento em beira de estrada e apanhar da polícia na manifestação na cidade. Daí, se tão vendo menos barracos quando tão passando nas estradas e menos manifestação, já fala que o MST tá ficando fraco. Não sabem o que é resgatar uma pessoa da periferia, da favela, sem perspectiva nenhuma de vida, analfabeta, que não tem uma oportunidade de emprego. Na teoria, o melhor é largar essa pessoa lá, até ela se revoltar por não ter nada e chamar as vanguardas pra organizar ela com as outras que não tem nem o que comer e com a barriga vazia fazer a revolução, e pronto, virou socialismo. O MST é o primeiro a querer o socialismo, mas ele vai lá na periferia e faz trabalho de base e a pessoa decide entrar na luta pela terra e se forma dentro do movimento, se forma pelo movimento e chega até a virar professora com

pós-graduação e tudo. A mudança acontece com elevação da consciência, não com revoltas (LE2).

Em sintonia com essa argumentação, LE3 descreve a condição de vida e a resistência sem-terra para evidenciar que quanto mais obstáculos à reprodução da vida material no cotidiano do oprimido, mais improvável fica a possibilidade de organização popular em busca da superação das dificuldades dos subalternos e não o contrário:

O governo do Lula não enfraqueceu o MST. Eu não concordo com aquela visão de que um governo inimigo faz o movimento social ficar mais forte, não. Vamos apoiar quem? Vai lá pra periferia e escuta os pobres. Vai pro meio dos sem-terra, pra ver o que eles passam. Pra aqueles que dizem que quanto pior a nossa situação, melhor pra fazer a revolução, eu quero dizer que a gente não faz a revolução com fome, sem reconhecer os direitos. Eu queria um dia ver um intelectual que faz essa comparação, do quanto pior o governo, melhor pra revolução, viver com um Salário Mínimo. Queria ver ele levantar de manhã sem ter um café pra tomar e desenvolver um trabalho na agricultura, morar debaixo de uma barraca de lona preta. Por que ele acha que isso é bonito? E acha que o sem-terra faz isso por que é ideológico e é bonito? É porque não tem opção. Morar debaixo da lona, tomar água contaminada, pegar o sol de todo dia, formiga mordendo o tempo todo, escorpião dentro da barraca, saindo correndo com filho doente sem saber onde levar e a criança morrer na estrada, antes de chegar no médico. A gente não faz isso porque é bonito, não, a gente faz porque não temos condição de ter um projeto de vida. Então, a gente nessa situação não é mais fácil pra revolução, e sim pra direita se manter no poder. Quanto mais gente passar fome, mais gente com menos conhecimento, fora da escola, fora da discussão política, fortalece a direita, o neoliberalismo, porque quanto mais miséria pro pobre, mais riqueza pro rico (LE3).

De acordo com Ademar Bogo (2009), militante que atuou no setor de formação do MST, a educação do militante que, ao entrar no MST, sai da miséria e passa a ser um sujeito consciente de seus direitos, traz como resultado da formação política, o fortalecimento da cultura sem-terra enquanto um aspecto prático importante para a maneira como os movimentos socioterritoriais resistem ao neoliberalismo, porque a cultura sem-terra é de resistência e de valorização da autoestima dos trabalhadores rurais em torno do território. Sem o território nada são e suas culturas morrem:

Ao fazer a luta pela terra, os sem-terra se ampliam socialmente e se compõem como classe. Entender que esses esqueletos de gente resgatados da miséria pela organização também são cultura não é tarefa fácil. A cultura deve ser entendida como sendo tudo o que existe transformado na natureza pelo esforço humano e que faz sentido de existir. Os sem-terra, pelo esforço organizativo [...dão] a si próprios um novo significado e uma nova função social definida em sua identidade coletiva (Bogo, 2009:10).

Para se contraporem à ideia de que o governo Lula os teria cooptado, as Lideranças Estaduais do MST (LEs), sublinham que são sujeitos politizados pelo movimento, com postura consciente e não apenas pobres passíveis de cooptação. As LEs reúnem argumentos com perspectiva e modo concreto de produção de conhecimento com base na efetiva realidade dos sem-terra. As vozes de LE1 e LE2 realçam o trabalho de educação desenvolvido pelo MST e o desafio da tarefa de formação política de pessoas que vivem nas condições descritas por Bogo (2009) e por LE3. Por sua vez, LE4, para questionar a ideia de cooptação, narra o permanente confronto a que se dispõem os militantes do MST, que usam seus corpos na luta pela terra:

Não tem essa de cooptação. Isso é coisa de quem fica teorizando e nunca vai saber que só com a teoria não entendeu nada, nem conhece a nossa realidade. Trabalhar como lavrador, estudar, viajar pra curso de formação, ficar sabendo quase todo dia de companheiro que foi assassinado, ameaçado, ferido, preso injustamente, participar de uma

ocupação enfrentando de peito aberto um monte de jagunço, pistoleiro, polícia, tudo armado. Olha, é muita imaginação falar que o povo do MST foi cooptado, com o tanto que a gente incomoda e enfrenta o poder do agronegócio. A teoria pode vim com estatística de que diminuiu, de que caiu, isso é só número. Daí você acorda um dia e vê a teoria falar assim, olha lá o MST cooptado, diminuiu ocupação. E eu aqui, no mesmo dia, me arrebatando pra arrebatando a cerca dum latifúndio grilado, ilegal, terra devoluta do Estado, tá?! Numa ocupação e vendo um pistoleiro, um polícia, tirar a vida dum companheiro. Olha, eu vou lhe dizer, tem que ter muita paciência pra falar dessa teoria de cooptação. Na verdade, eu tenho é pena de quem fala das coisas sem conhecer de perto, diferente de você que tá aqui conhecendo pra poder falar (LE4).

Com a continuidade da rotina descrita acima, desde o início do governo Lula, ficou evidente que a questão agrária não seria enfrentada. De acordo com Antunes:

Os grileiros e madeireiros não aceitam o caráter público das terras devolutas e acabam forçando os mais diversos governos e administrações locais a liberar a exploração privada da terra, da madeira, por meio da grilagem, e de mecanismos que mais nos aproximam de uma terra sem lei. Os assassinatos, então, parecem a regra: sua punição, a exceção. [Entre 1984 e 2004] das quase 1.500 vítimas dos conflitos agrários, somente pouco mais de 7% dos crimes foram julgados, sendo que apenas 64 executores e 15 mandantes foram condenados, conforme dados da CPT. [...] E o governo Lula, em vez de mexer na estrutura das peças, de modo que se enfrente na raiz a questão agrária, está prisioneiro do leque de forças que construiu (2006: 61-2).

As Lideranças Estaduais do MST (LEs) admitem que o MST se iludiu com o governo Lula, mas sobre isso, LE1 faz o seguinte questionamento: o que falar sobre a postura dos outros movimentos sociais, dos sindicatos, da CUT, do PT e do próprio Lula? Assim, LE1 destaca que entre as mobilizações sociais que compunham o leque de protagonistas das lutas dos anos 1980-90, como sindicatos, partidos, igrejas e movimentos sociais, o MST é, de longe, o mais

atuante em termos de ocupações de terra, e é o único que permanece realizando trabalho de base, formação política, e não recebeu cargos importantes no governo. Na explanação de LE1:

Um governo amigo não enfraquece o movimento, porque quem fala assim, acha que quanto pior pra família, melhor pra lutar. A família tem que estar forte, saudável pra lutar, mas com o trabalho de formação política, cada pessoa que você consegue formar é um passo a mais que você dá pra lutar. Mas, em termos de governo amigo, tem muita liderança que se quisesse tá no governo, taria, só que o MST não tem esse objetivo. Agora, o governo pode ter dado um pouquinho de fôlego pra nós, porque os governos que são mais ou menos de esquerda, não tratam o MST como inimigo. Essa é a grande diferença, porque nenhum governo fez a reforma agrária, nem de direita e nem de esquerda. Isso depende da pressão do povo. Aí, é a luta. Se os movimentos sociais acharem que o governo vai fazer alguma coisa sem luta, não vão conseguir nada. Historicamente, tudo foi conquistado através da luta de classe. Não foi porque o governo é bonzinho, é de esquerda, foi o povo quem conquistou. Tem muitos movimentos hoje que estão no governo. O MST é o único que continua com o processo de luta e não se entregou, mantém sua autonomia. Tanto que não reivindica cargos dos governos bonzinhos. Tem pessoas lá que são importantes, mas não precisa ser do movimento. É por isso que completou 31 anos [em 2015] e continuamos fazendo o que sempre fizemos, ocupar terra, fazer luta na cidade, pressão no INCRA, pressão no governo estadual. Não houve cooptação. O que houve foi uma esfriada no processo de ir mais pra cima, mas quem tá indo pra luta hoje [2015]? Porque antigamente não era só o MST que fazia a luta. O sindicato dos trabalhadores rurais fazia ocupação de terra, assim como a CPT, a CUT, a Fetaemg [Federação dos Trabalhadores na Agricultura - Minas Gerais] e posso te citar vários outros. Hoje quem ocupa terra ainda é o MST, então, não foi cooptado. Se fosse cooptado não fazia luta mais,

ia só pro governo, pra fazer os programas sociais que são importantes, mas que não resolvem o problema do povo se não fizer a reforma agrária, porque política social tem que ser feita e bem feita, mas depois de um processo de reforma agrária pras famílias se desenvolverem (LE1).

Na interpretação das Lideranças Estaduais do MST, não se pode justificar a queda das ocupações apenas pelas políticas compensatórias do governo Lula, mas também porque, com o crescente poder do agronegócio, não só as decisões das famílias para ocupar a terra, mas também as condições para permanecerem acampadas na ocupação se tornaram mais complexas. Dessa maneira, como esclarece De Carli:

Ao focar as ocupações de terras de grandes empresas, nota-se uma maior capacidade destas em atuar contra a luta pela terra. Antes, a luta era contra “o fazendeiro bota suja”, geralmente iletrado e com uma arma na cintura ou com um jagunço armado ao seu lado. Hoje, as fazendas contam com assessoria de imprensa, confederação organizada, empresa de segurança armada, com viatura e toda a tecnologia militar à sua disposição, tem um maior poder de persuasão junto não somente à bancada ruralista, como também a deputados de partidos de esquerda. Além disto, tem uma maior articulação com o judiciário, com empresas de advocacia, que contratam muitas vezes alguns políticos e advogados que historicamente se associaram aos movimentos sociais na defesa de seus interesses, para atuar em seu favor (2014: 350).

LE1 ressalta que para consolidar esse poder em torno do agronegócio, o governo federal ainda colabora com o sucateamento do INCRA. O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, criado na ditadura militar para organizar o cadastro dos sem-terra, dentro das políticas de colonização do interior do país, é o órgão federal que trata das políticas públicas em relação à reforma agrária. Segundo De Carli (2014), na década de 1990, nos governos Collor e FHC, seu sucateamento foi agravado, com recursos apenas para desapropriação da terra e financiamento do agricultor. No governo Lula, não foi diferente, com gradual desestruturação do órgão pelos sucessivos cortes no orçamento da área. Com reduzido orçamento e estrutura deficiente, o INCRA não tem recursos para

corresponder às necessidades básicas do sem-terra acampado, o qual se submete, entre outros problemas, à insegurança por permanecer longos anos como acampado, devido à lentidão na desapropriação das terras. Já o camponês assentado, em geral, convive com a falta de condições mínimas de financiamento, assistência técnica, beneficiamento e escoamento da produção, além das demandas familiares básicas para viver no assentamento como, água potável, energia, escola, manutenção de estradas e pontes, moradia etc.

Como explica LE1, estão entre os desafios relacionados à queda nas ocupações: a consternação da família por não conquistar o assentamento como recompensa pela situação extrema de realizar uma ocupação e viver acampada; as políticas compensatórias que proporcionaram sobreviver, sem se submeter à condição de acampada; e o fato de que, antes, o inimigo da reforma agrária era o “latifúndio atrasado”, isolado “lá no mato”, agora, o inimigo é o agronegócio, com todo o aparato de segurança privada e aliado com políticos e com o poder judiciário:

A falta de conquistas ajudou a dar uma desmobilizada no povo, num governo que dizia de fazer a reforma agrária numa canetada só. E teve políticas, que não vou dizer que não são importantes, como o Bolsa Família que tirou as pessoas da miséria, que não tinham condição de pôr o pão na mesa, mas de uma forma mal aplicada. Outra coisa é que, há 20 anos, ocupávamos terra de latifúndio improdutivo, atrasado. O latifúndio de hoje não é o mesmo, então, não é só questão de desânimo pra fazer luta. Nós tamos mexendo com uma burguesia latifundiária que é vinculada a políticos, ao agronegócio articulado em nível internacional, com grandes empresas multinacionais, que vêm e compram um montão de terra aqui. E quando você ocupa a terra de um grande latifúndio que é ligado a uma multinacional, é diferente de um latifúndio atrasado que tá lá no mato. Tem essa diferença e aí vem a repressão. Com o PT melhorou muito pouco. Algumas políticas são interessantes, mas o governo tentou de todas as formas desarticular os movimentos, isso é verdade,

desmobilizar pra que não fizessem a luta e muitos caíram nessa armadilha. Mas quem diz que foi o governo do PT que enfraqueceu o MST, simplifica demais as coisas. A ofensiva da burguesia tem destruído muitos movimentos sociais e tentou destruir o movimento sem-terra e não conseguiu. Se você pegar uma experiência de onde aconteceu um massacre, de Eldorado dos Carajás, de Felisburgo e vários outros, ali já tem destruído a mente das pessoas que queriam fazer luta, não luta mais com medo de morrer. Quem aí na sociedade, que se acha de esquerda e diz que deve ser radical, o que faz pra reforma agrária? Quem diz que quanto pior o governo, melhor pra mobilização social, não conhece nem a realidade do campo, quanto mais de fazer luta. Nossa luta é muito difícil, o INCRA tá sucateado, não tem recurso, falta funcionário; o Poder Judiciário é inimigo da classe trabalhadora; o Congresso Nacional é conservador. Então, presidente nenhum faz a reforma agrária se não fizer a reforma política. Agora, o pecado capital do Lula, do PT, foi abandonar o povo, a base, os movimentos sociais e se aliar com a burguesia (LE1).

Os militantes sem-terra convivem com coerções que vão do jagunço ao juiz, porque na luta pela terra denunciam a propriedade privada da terra sem função social. Isso incomoda imensamente aqueles que os jagunços e o poder judiciário representam. Ao possuir a terra, a enxada e a foice, os camponeses produzem, no mínimo, a subsistência. As evidências de que não foram cooptados são as ocupações e a rotina de assassinatos de militantes sem-terra. Essa ideia de cooptação vem de análises abstratas demais da realidade. É o típico caso de teorizar sem conhecer. Basta se propor a conhecer um território do MST para reconhecer que não encontrará sujeitos cooptados, muito pelo contrário. No meu trabalho de campo conheci a realidade de pessoas que lutam pela terra como uma filosofia de vida e, a despeito de todos os contratemplos, se orgulham por serem militantes do MST, onde conquistaram além da terra para viver e trabalhar, a consciência política que demonstram em suas reflexões sobre a conjuntura. Em narrativas críticas à não reforma agrária no governo de um partido historicamente

aliado do MST, que diz ser de esquerda, mas que, aqueles com os quais pude conversar classificam como o pior governo da história recente das políticas agrárias em termos de desapropriação de latifúndios, haja vista que o governo Lula não procurou agilizar os trâmites institucionais entre a ocupação da terra e a sua conquista. Essas negligências, adicionadas às políticas assistencialistas, tiraram a pressão das famílias se submeterem à situação de permanecer acampadas por longo tempo, já que sem resultados com a luta, muitas são obrigadas a buscar a sobrevivência na cidade e abandonam a ocupação pela falta de respaldo em relação à conquista da terra. Portanto, todos esses pontos somados, podem estar relacionados à desmobilização da base do MST.

4.2.3 Reflexões sobre se o MST se enfraqueceu no governo Lula, pelas vozes de Lideranças Nacionais do MST (LNs)

Nos anos 1980 o MST surge como um movimento socioterritorial que, na luta pela terra, tem a conquista da terra como trunfo para garantir a sua existência ao se territorializar no ato de desterritorializar o latifúndio e o agronegócio. Porém, a partir da década de 1990, com avanço o neoliberalismo e a crescente financeirização, vai haver uma “fusão” do latifúndio “atrasado”, com os setores financeiro e produtivo transnacionais, forjando o agronegócio. Dessa maneira, ficará cada vez mais difícil a desapropriação de terras para fins de reforma agrária, já que são as grandes corporações e os grandes conglomerados financeiros, que controlam as ações do complexo de sistemas do agronegócio e ampliam o domínio sobre a propriedade da terra não só para exploração imediata, mas como reserva para uso futuro, com o principal objetivo da produção de *commodities* para exportação (Fernandes, 2013b).

Esses constrangimentos à desapropriação de terras são o contexto do início do governo Lula e evidenciam porque este governo do Partido dos Trabalhadores evitou o caminho da reforma agrária, ao priorizar políticas compensatórias e, portanto, se apartou do MST. No enfoque de LN-I (Liderança

Nacional do MST, Intelectual), as políticas assistencialistas do governo Lula podem ter sido um dos motivos que explicam a desmobilização dos sem-terra, “mas as circunstâncias não se medem por um aspecto” (LN-I):

Houve muitos acampamentos, ocupações, a maior marcha realizada, em 2005, desde Goiânia a Brasília, com 12 mil pessoas, e nada destravou os bloqueios da reforma agrária. De fato, no aspecto das políticas públicas, o governo Lula sempre manteve o apoio, mas isto não chegou a ser decisivo. Na verdade, todos os setores reduziram as pressões sobre o governo. Em 1997, saímos com três colunas de marcha de, São Paulo, Cuiabá e Governador Valadares, entre as três somavam dois mil caminhantes. Quando chegamos em Brasília havia 100 mil esperando. Quando chegamos, em 2005, com 12 mil pessoas não tinha ninguém esperando. Então, houve uma total desmobilização social, sindical e política interna e perda total da solidariedade externa, pois o governo foi visto como aliado dos trabalhadores. Quem tirou a força do MST não foi o governo amigo, mas o processo construído com as circunstâncias adversas para os camponeses. Veja que os índios jamais se deixaram cooptar e não se fortaleceram, tal qual os remanescentes de quilombos. Há três coisas a diferenciar: governo, partido e Estado. O que derrotou a esquerda em geral foi a falta de um projeto de poder que sempre deve ser conduzido por um partido. Não é errado um movimento social ou sindical aliar-se a um partido, errado é o partido não ter projeto para enfrentar na política, com o governo na mão, os inimigos que os movimentos enfrentam na luta econômica. Essa ideia pequeno-burguesa de que o partido não pode se confundir com o governo é a declaração de fracasso antecipado. Esse equívoco histórico da análise das esquerdas em considerar que “partido é partido e governo é governo” leva ao desastre institucional, porque entrega para o eleito o destino do projeto de milhões que se envolveram na campanha (LN-I).

O fato de um partido fundado por trabalhadores negar suas origens populares quando alcança o poder é uma postura recorrente ao longo da história (Michels, 1915), resultada do transformismo (Gramsci, 1935) dos quadros partidários que, no conforto dos cargos que passam a ocupar, transformam sua posição a favor dos interesses contra os quais militava. Como expõe De Carli:

O partido que, durante muito tempo, foi aliado enquanto a luta pela terra era contra o latifundiário tradicional e se encontrava na oposição, não necessariamente será aliado quando se encontra no governo e quando a luta pela terra representa a luta contra empresas nacionais e estrangeiras. Principalmente quando essas empresas financiaram a campanha desse partido (2014: 355).

Sendo assim, políticas públicas serão direcionadas para sustentar o agronegócio, com a justificativa das entradas de divisas cambiais pelas exportações. Na essência, o governo corresponde ao compromisso com o poder econômico que financia suas campanhas eleitorais, em ultraje às posições que defendia enquanto partido de oposição. Em uma conjuntura de fragilidade da esquerda diante da força do neoliberalismo, o governo do PT não sofreu resistência efetiva pelo seu adesismo ao agronegócio. Nas análises das Lideranças Nacionais do MST (LNs), isso comprova que não houve tentativa de cooptação do MST pelo governo Lula, simplesmente porque não era essa a intenção. No prisma de LN-S (Liderança Nacional do MST, integrante da Secretaria Nacional), cooptação é quando o poder público traz o movimento para compor o governo, ou quando atende às suas demandas, porém, no lulismo, a desmobilização social se dá pelo fato de o governo se distanciar dos movimentos e não por incorporá-los:

Não dá pra colocar a culpa no PT e no governo, que foi proposital desmobilizar as massas, que queria cooptar, porque não houve um processo de cooptação das mobilizações, nem das lideranças, não tinha interesse do governo em cooptar. Ele queria construir uma relação direta com as massas, e conseguiu pela força e a figura do Lula, ou seja, a base do MST foi muito mais lulista do que as instâncias de direção. O MST se

reuniu três vezes com o Lula durante oito anos. O Lula não foi em nenhum congresso do movimento. Visitou dois assentamentos. E a base amava o Lula. Por que? Porque por esses caminhos, Microcrédito, Bolsa Família, Aumento do Salário Mínimo, Geração de Empregos, ProUni, Novas Universidades, construiu uma relação direta. O problema é que isso não se sustenta só com símbolo. Tem que ter, entre o que o Estado realiza e a base, mediação política, que deve ser feita por força política organizada. E não é mediação no sentido da correia de transmissão, ou no sentido do aparelho privado clássico hegemônico⁷² do governo petista. O MST não se dispõe a ser isso. Mas se você faz por fora, a base fica bem, o governo fica bem, mas a força política organizada não consegue acumular. Portanto, há dois desvios dos intelectuais progressistas. Um é pensar que quanto pior o governo, melhor pra luta de classes. E há um desvio, em especial dos pensadores mais governistas, de que estamos no céu, ou quase lá, o melhor governo da história. Nós temos três problemas. Primeiro, o final do ciclo do FHC, [do PSDB, na presidência, 1995-2002] ele conseguiu derrotar as forças organizadas da classe trabalhadora. A direita brasileira foi eficiente. Desmontou nós. Então, não é verdade que o nosso desmonte se dá no governo Lula. Ele é consequência do que estávamos vivendo. A maior greve do movimento sindical, com força real, foi em 1995, dos petroleiros, que foi derrotadíssima pelos tucanos [políticos do PSDB]. De lá pra cá não teve greve geral, não teve um monte de coisa do esquerdismo. O segundo problema, é que esse não é um fenômeno só brasileiro, mas internacional, fruto da reorganização do mundo do trabalho que pega nós. Botar a culpa das mobilizações que não houve no mundo, ou aqui, por causa do PT, é demais, não dá pra oferecer esse argumento. O terceiro problema tem três elementos, que somados, são o lulismo. Primeiro

⁷² Gramsci (1935) define a sociedade civil, como o conjunto amplo dos aparelhos privados de hegemonia que não exclui a sociedade política (os aparelhos de coerção e de dominação militares e burocráticos) utilizados por determinadas classes na luta pela hegemonia da direção política e moral da sociedade.

elemento, o método PT de governar é muito ruim, no sentido de, abre aspas, “não deixar aumentar as contradições entre as classes”. Segundo elemento: a governabilidade foi toda à base do Congresso Nacional, não houve pedidos das ruas em nenhum momento. E um terceiro elemento: criou-se uma ideia que diz assim, as casas do Minha Casa, Minha Vida foi “eu, Lula”, quem garantiu, não foi uma conquista dos trabalhadores; o Pronaf, “eu” aumentei de R\$ 2 bilhões para R\$ 24 bi, porque “eu, Lula”, que dei pra vocês. Então, tira aquela ideia da conquista do trabalhador. E por último, que é o mais terrível, uma crise grave da esquerda nos últimos anos, que não é só do PT, é da esquerda como um todo, que o José Paulo Netto, vai chamar de um déficit organizativo terrível⁷³ (LN-S).

Para LN-S, o MST como uma organização de esquerda, não abriu mão de seus princípios e, justamente por isso, não foi correspondido pelo governo Lula, uma vez que *“a agenda do MST é pesada”* (LN-S) para um governo de conciliação de classes, que não quer partir para o confronto com as elites poderosas:

A relação entre o MST e o governo Lula é uma relação de movimento social com o governo, não tem nenhum nível de promiscuidade, nem

⁷³ Nas palavras de Netto (2010), o caminho para a esquerda superar seu déficit organizacional passa pela: “Invenção de um novo padrão político-organizacional e a formulação de seus parâmetros, que permitam direcionar para um processo revolucionário as generalizadas insatisfações e resistências em face da ordem do capital será resultado de uma elaboração coletiva, capaz de incorporar a massa crítica de que já dispomos sobre o capitalismo contemporâneo e de apreender as/responder às formas atuais da sociabilidade. [...] Devendo conjugar, num registro antes desconhecido, a teoria revolucionária atualmente acessível com demandas muito diferenciadas e pulverizadas, [...] situando-as numa perspectiva universalizante que supere particularismos e corporativismos. E trata-se de tarefa factível desde que, aproveitando as lições do passado, deixemos de tomá-las como exemplos. [...] A incontornável referência à herança não pode hipotecar a experimentação necessária. [...] Quer-me parecer que, nos dias correntes, o problema não reside em o marxismo [...] estar desvinculado de movimentos de massa – o problema está em que movimentos de massa são raros. A invenção de um novo padrão de organização política, se, de um lado, é condicionada pela existência desses movimentos, de outro pode fomentá-los e torná-los mais densos. Não é possível sequer prospectar se e quando uma tal invenção terá lugar – ainda que, para ela, estejam dados muitos elementos” (Netto, 2010: 5-6).

cumplicidade, por dois motivos. Primeiro, porque o governo não quer a gente por perto, a agenda do MST é pesada, é difícil de ser respondida. Por que o governo vai querer trazer pra dentro dele isso? Então, não vai nos cooptar, por esse motivo. Segundo, a nossa relação com o governo é difícil, a cada reunião com Lula e com Dilma, saímos pior do que entramos, porque dizemos o que não foi feito e o que queremos que seja feito. É uma agenda que tem de enfrentar o modelo. Não existe política de reforma agrária sem enfrentar a turma da Kátia Abreu [pecuarista, ícone da bancada ruralista, senadora do PMDB de Tocantins, escolhida por Dilma no início de seu segundo mandato em 2015 para comandar o Ministério da Agricultura]. Não existe crédito para a terra sem tirar do agronegócio. A nossa agenda é ainda de classe, não tem mediação possível. Políticas públicas como o Pronera,⁷⁴ um pouquinho de educação pros pobres sem-terra é fácil, todo mundo aceita, é bonito, agora terra, não, tem que tirar do latifúndio, confrontar a harmonia do nosso desenvolvimentismo agrário. Terra é guerra. Colocar esse assunto em discussão assusta. Nós tivemos muito problema com o segundo mandato do Lula. Não foi uma relação tranquila. Não tivemos audiência. Foi uma relação muito amistosa, de longe. E o primeiro mandato inteiro da Dilma,

⁷⁴ Segundo Clarice Santos (2012a), o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera) é uma política pública para a educação formal de jovens e adultos assentados da reforma agrária e para a formação de educadores para as escolas dos assentamentos ou do seu entorno. Envolve alfabetização, ensino fundamental, ensino médio para jovens e adultos, ensino médio profissional, ensino superior e pós-graduação. Foi criado em 1998, pelo então Ministério Extraordinário da Política Fundiária, no ascenso da luta pela reforma agrária que aliava a forte organização e mobilização dos sem-terra à sensibilidade da sociedade brasileira em torno da causa, após os massacres de Corumbiara, em Rondônia, em 1995, e de Eldorado dos Carajás, no Pará, em 1996. Os movimentos sem-terra souberam aproveitar o ambiente favorável para trazer pautas normalmente esquecidas, como a educação no campo, com a falta de escolas e de educadores para as poucas que existiam, o que impunha o acesso apenas aos anos escolares iniciais. O Pronera nos primeiros dez anos induziu centenas de projetos, em parceria com mais de sessenta instituições, que alfabetizaram, escolarizaram e capacitaram cerca de 400 mil trabalhadores rurais assentados. E produziu, no debate acadêmico, o diálogo com uma nova perspectiva de produção do conhecimento e de pesquisa; legitimou o conflito no ambiente da universidade, ao reconhecer os camponeses como sujeitos coletivos de direitos, que entram como turma específica no ensino superior; e estabeleceu um rompimento conceitual, ao reconhece-los como portadores de conhecimento, e não objeto de pesquisa.

não tivemos audiência também. Veja a nossa cumplicidade com o governo, que em doze anos, ficamos os últimos oito anos sem se reunir, isso mostra que não é uma relação simples. Agora, não colocamos como inimigo principal do MST, o governo. O inimigo principal é o latifúndio e, em segundo, o agronegócio. É muito simplismo por parte da intelectualizada dizer que foi esvaziada a pauta, ou desmobilizou. Não é assim. Houve problemas da parte nossa de não ter reivindicado no momento certo, e da parte do governo, de como organizar. Isso abriu um processo de mobilizações no final do primeiro mandato da Dilma [desde junho de 2013] e agora [no início do seu segundo mandato, em 2015] e o mais grave é que abriu mais contradição na classe média e se constituiu um movimento popular desorganizado pela direita. É um momento de autocrítica de todo mundo, MST, PT, esquerda. E o nosso grande desafio é de como pegar essa experiência de luta, de conflito, de contradição, e isso possa ajudar os desafios que estão colocados. Nossa relação é conflituosa com o PT, a relação com o governo tem problemas, mas é uma boa referência para os movimentos novos que vão vir pela frente. Como não se cooptar? Como manter as vitórias dos trabalhadores e sua independência? Isso é o manual clássico do Florestan Fernandes, não se deixar cooptar, não se deixar dividir, não se deixar esmagar, lutar sempre. O MST está abrindo um novo ciclo muito bem posicionado, com a base teórica satisfatória para um bom confronto na batalha das ideias, inclusive com a academia, com uma base de militantes com um nível de politização significativo e com uma base real que é a experiência da práxis de 30 anos, dos erros e dos acertos (LN-S).

O MST queria terra, mas o governo Lula não se dispôs a desapropriar latifúndios para não contrariar a dinâmica do mercado de terras controlado pelo complexo de sistemas do agronegócio, que precisa de fatias do território disponíveis não só para o uso no presente, mas também um estoque de terras que garanta uma previsibilidade para futuros empreendimentos. O MST queria

crédito, porém seus assentamentos captam menos de 1% do total do financiamento público para a agricultura. O MST queria participar da implantação das medidas assistencialistas que contemplaram a base dos militantes sem passar pelas lideranças do movimento. Além dessa falta de sintonia entre o que o MST propunha e as ações do governo, LN-S indica um erro na postura do MST, mas que só foi identificado em análises de sua Coordenação Nacional quando já havia se encerrado o governo Lula. O erro seria não ter reivindicado participar das políticas públicas relacionadas à expansão do acesso ao ensino superior, uma das principais marcas do governo Lula.

De fato, o ex-operário que chegou à Presidência da República sem curso superior foi o presidente que mais criou universidades, institutos e escolas federais de educação técnica e superior e ampliou as existentes, interiorizando-as em municípios distantes das capitais e do litoral. De 2003 a 2010 foram criadas 214 escolas técnicas e 126 câmpus universitários, não só como expansão das universidades já existentes, mas também como parte das 14 novas universidades federais implantadas. O salário do professor federal foi equiparado ao das universidades estaduais de São Paulo. Nos três mandatos do PT na presidência, de 2003 a 2014, são 18 novas universidades, 173 câmpus e 422 escolas técnicas. O país em 2002 tinha 3,5 milhões de universitários. Em 2014 somava 7,1 milhões. Além das vagas ampliadas no ensino superior público, que no Brasil é de alto nível, a despeito da notória deficiência da educação básica, Lula criou o ProUni para ampliar o acesso ao ensino superior, pela via das instituições privadas. Trata-se de um programa de bolsa de estudo integral ou parcial, cujo valor, a instituição acolhedora abate dos impostos a serem recolhidos. Também foi ampliado, significativamente, numa lógica distinta, o Financiamento Estudantil (Fies), que o estudante depois de formado deve ressarcir o governo (Lula, 2013; PT, 2013).

LN-S sublinha que o MST poderia ter exercido um papel-chave, principalmente na politização e vinculação estratégia do ensino superior aos interesses da classe trabalhadora:

O problema foi a ideia da esquerda de que ela tinha uma força pra enfrentar as bandeiras do governo, por exemplo, “Bolsa Família, não é comigo, ProUni, não é comigo, Microcrédito e outras tantas. Tudo isso é coisa do governo, eu [esquerda] tenho a minha fórmula da década de 1980 que é central, a geração de emprego, a reforma agrária”. Mas não tivemos força pra colocar a nossa pauta, e humildade pra construir isso aqui [ProUni]. O ProUni, você só dizer que é uma cooptação do capital da educação, ou que está só tirando vaga da universidade pública e colocando na instituição privada é simplismo. A universidade pública não dá conta de corresponder à demanda do pobre que está aí, porque você podia colocar cinco mil vagas a mais e os pobres não iam entrar lá, nem os negros, por uma questão simples, a universidade é o que ela é. Daí vou ficar, como esquerda, só criticando e dizendo, em defesa da universidade pública, e não dialogo com isso aqui [ProUni]. Então, foi sendo feito pelo Estado. Poderíamos ter tido mais força pra ter melhorado isso [ProUni; Bolsa Família]. O Bolsa Família está nas mãos das prefeituras. Os pobres, a tal classe miserável que sempre almejamos estar juntos, tá nas mãos dos caras [políticos com mandato institucional, independente do partido]. Deixamos isso [ProUni] como um assunto menor, foi posição da esquerda, criticando duramente e dizendo, não nos interessa, isso é pra formar profissional medíocre pra esse modelo que tá aí. E vou só dizer que sou contra e acreditar que tenho força pra impor outra agenda? Não dou conta disso. Não é dizer que tenho que ajudar a implementar essas maldadezinhas contra nós. Mas não deixar dizer, achar que isso é menor. Isso [ProUni, Bolsa Família] cria uma agenda política importante. Então, eu somaria essa postura como um erro (LN-S).

Os desdobramentos do imbróglio da esquerda – que acometeu não somente o MST, mas toda a esquerda brasileira perante as expectativas frustradas no governo Lula – são bem sintetizados por De Carli:

No governo Lula, houve dois processos políticos no campo da esquerda: por um lado, um completo adesismo ao governo, cooptação de entidades sindicais e de movimentos sociais; por outro um rompimento à esquerda que resultaram em dois novos partidos: o PSOL e a REDE, integrando alguns movimentos sociais e grupos políticos descontentes com os rumos do PT no governo. O MST, entretanto, não ficou inserido nem de um lado, nem de outro, ficando, de certa maneira, numa situação de isolamento no qual se tornou nem tão distante do governo, nem tão perto. Assim, muitas vezes, para a oposição à esquerda, o MST era demasiadamente governista. Para o governo, era demasiadamente oposicionista (2014: 399).

Na percepção de LN-A (Liderança Nacional do MST, que vive em Assentamento), foi muito comum na dita esquerda criticar o MST por não rachar com o PT, entretanto, essa crítica não leva em conta que foi generalizado o esmorecimento da militância de esquerda durante o governo Lula:

O MST tem muitas críticas ao governo do PT. O MST não foi cooptado. Então, vamos trocar o PT em troca do que? Às vezes se coloca para o MST um papel que não damos conta, porque o retrocesso quem fez foi o PT no governo. Qual é a grande reforma que o PT fez em doze anos [2003-2014]? Poderíamos ter feito a opção de ir pra cima, mas vamos fazer isso num momento em que a sociedade não está lutando? Tivemos essa clareza de dizer, olha, não dá pra irmos sozinhos. Não temos essa força de impor as coisas pra um governo. No governo FHC, tivemos muito mais conquistas do que no Lula, mas porque conseguimos aglutinar a sociedade nacional e internacional. A nossa força não está na radicalidade do discurso das nossas lideranças, mas sim na quantia de força que conseguimos aglutinar em torno da gente, daí você impõe tua pauta. Também temos consciência que a reforma agrária, no Brasil, não vai acontecer como uma ilha, isolada, sem mexer em nada mais, na questão urbana, na indústria. Então, ou você faz aliança com a classe trabalhadora, ou não faz nenhuma reforma. Essa é a ilusão que o PT e o Lula caíram. Essa coisa da cooptação é uma viagem de quem fala. Só conseguimos sobreviver até hoje [2015], por 31 anos, por causa dessa

autonomia. Nós precisamos de ajuda, da Igreja, dos políticos, do governo, mas na hora de decidir, deixa com a gente (LN-A).

De qualquer maneira, seja qual for a linha de argumentação na autocrítica do militante do MST, provavelmente não haja discordância interna com o raciocínio de LN-I sobre a postura passiva do MST no governo Lula.

A relação do MST com qualquer governo sempre foi a de negociação das pautas para a reforma agrária. A diferença é que, com Lula, as negociações sempre estiveram abertas e o governo nunca criminalizou os movimentos. Mas o MST tinha um potencial maior que os demais movimentos e aceitou a condição passiva de agir com as mesmas táticas. Quando poderia ter se sobressaído, não apenas na formulação de pressões mais ousadas contra o governo, mas impor uma agenda com o apoio da sociedade para que o processo fosse ofensivo contra o capital, não conseguiu. Ao falar de tática e estratégia, de fato, as vezes o conceito sem o devido conteúdo não esclarece, até porque esses dois são de origem militar que foram transmutados para a política. Geralmente se usa a definição de Tática para reunir o conjunto das ações, ou seja, para cada momento utiliza-se esta, aquela ou várias ações, como: greves, ocupações, marchas, eleições etc. Neste sentido essas táticas têm maior eficiência se elas trouxerem consigo ou estiveram integradas a uma Estratégia ou um objetivo claro que se quer alcançar a médio e longo prazo, daí precisa-se de métodos que reúnam as táticas e ideias que ajudem a preparar o desfecho para a chegada. É isso que está dito acima, o MST tinha potencial maior que as demais forças, mas aceitou fazer as disputas associando-se às demais forças nas disputas eleitorais como estratégia. Ou seja, chegar ao governo era tudo. Um tudo que virou nada (LN-I).

Chegar ao comando do Estado como um fim em si mesmo, sem o

compromisso popular de confrontar a ordem, fez com que o PT, no entendimento de Antunes, fosse:

Convertido em partido da ordem, distante de sua origem, quando propugnava uma ação política autônoma e independente, respaldada na classe trabalhadora, o PT que restou, tomado pelo seu núcleo dominante, converteu-se num partido tipicamente eleitoral, que busca alianças em todos os lados, para conseguir se (re) eleger. Transformou-se numa espécie de PMDB dos anos 2000, desvertebrado. O resultado não poderia ser outro: foi engolfado pelos aliados, vivenciando um caso típico de fagocitose, tragado que foi pelas forças da ordem (2006: 80).

Na verdade, todos os que desertaram do PT, por se dizerem mais de esquerda do que o governo do PT, foram muito atuantes, intelectualmente, para diagnosticar a conjuntura e criticar o governo Lula, mas sem qualquer ação efetiva. Por sua vez, o MST deve assimilar a autocrítica de LN-I sobre os limites das disputas eleitorais e reconhecer que deu em nada a sua postura morna de não romper e também não se indispor com o governo Lula. LN-S admite que:

Como o governo Lula estava sempre acuado por algum fato criado pela direita, houve uma ideia na esquerda de que mobilização de rua acumulava para a direita, e não para a esquerda, e isso foi frequente. O MST talvez incorreu menos nesse erro, mas a própria CUT poderia ter tido momentos para pautar temas importantíssimos da luta, o próprio movimento por moradia, a própria Igreja que tem uma base social significativa. E a ideia de que luta por direitos é luta contra o governo de esquerda, e isso joga água no moinho da direita, isso foi fato entre nós, tem que ter feito essa autocrítica. Quantas mobilizações aconteceram em Brasília, nesses últimos 12 anos [2003-2014]? Zero. É a falta de força política, porque fomos todos fazer campanha pra eleger os nossos vereadores, prefeitos, deputados. Tava bom aquilo. Se você pegar o que foi em 2006, elegeru tudo aí. Todo mundo teve a sua chance. Nós ficamos muito ocupados com isso. Quando eu digo nós, somos nós mesmos [as lideranças], e eu não posso botar a culpa nos outros. Se você não tem

uma hegemonia pra botar uma outra, você é levado por quem está. Essa foi uma agenda que tirou esse foco da mobilização popular. Tivemos chances importantes que a esquerda poderia ter se colocado, por exemplo, a liberação dos transgênicos no Brasil, faltou força aí da esquerda estar unificada, o Código Florestal, são bandeiras emblemáticas, simbologia forte, são derrotas que vão 50 anos pra você se recuperar. E por fim, e que a esquerda vai pagar caro, é o seguinte, a nossa luta é pelo socialismo, então, temos que acumular força nessa direção. Agora, há uma distância nossa entre o acumular força na luta tática com a luta estratégica terrível. Exemplo, não conseguimos construir nenhuma agenda a nível internacional, aproveitando o governo que está aí. O Fórum Social Mundial não acumulou nada para as esquerdas, acontecendo aqui no Brasil, com o governo do PT. E não está combinado assim: o Lula, com o capital, contra a esquerda. O PT, sua direção se vendeu? Não é tão macabro. Quem vê de longe acha que tá tudo combinadinho, mas não. Tem uma complexidade que precisa de uns anos, pra compreender o que aconteceu em quinze anos, que você sai derrotado ideologicamente. O povo feliz: Que saudade do Lula. E nós? [Lideranças do MST] Qual a estratégia para onde estamos indo? A ideia do projeto democrático-popular, a ideia da pinça, aonde o institucional pega o popular e vai se juntando pra chegar no poder. Isso foi uma derrota, literalmente, não teve o democrático-popular (LN-S).

Some-se a essas circunstâncias, uma questão prática de sobrevivência do MST a partir da eclosão do escândalo do mensalão, no terceiro ano do governo Lula, em 2005. Daí em diante, os partidos mais conservadores do Congresso Nacional investirão contra organizações populares, dentre as quais o principal alvo de investigação foi o MST. Em face da perseguição política que sofreu de parlamentares da bancada ruralista, o movimento necessitou de apoio do PT no acompanhamento das CPIs e CPMLs instauradas para prejudicar o MST. Como expõe Antunes:

A CPI da Terra considera ocupação de terra como “crime hediondo” e a ação dos trabalhadores sem-terra “ato terrorista”. Não considera crime hediondo os atos dos responsáveis pelo assassinato da Irmã Dorothy e dos milhares de lutadores pela dignidade do trabalho e da vida humana que tomaram na luta contra o latifúndio nas últimas décadas. Não considera crime hediondo a brutal concentração de terras (e de riquezas) que assusta qualquer cidadão que pensa em algumas formas de equidade social (2006: 125-6).

Ao longo do governo Lula, a bancada ruralista insistiu em processos de investigação no parlamento (CPMI da Terra; CPI das ONGs; e CPMI do MST) que foram sendo prorrogados e se arrastaram por anos sem conseguir comprovar nada contra o MST, mas lograram paralisar seu acesso a vários projetos institucionais para a agricultura familiar e, principalmente, o prejudicaram ao obriga-lo a desviar sua atenção para articulação de apoio parlamentar na tramitação das investigações que tinham por objetivo subjugar e criminalizar a luta pela terra e seus militantes.⁷⁵

Acerca desse ambiente desfavorável, LN-S faz um breve resgate histórico procurando demonstrar que o MST não foi enfraquecido pelo governo Lula, mas sim pelo governo FHC e, depois, pela bancada ruralista durante o governo Lula:

Não houve cooptação do MST pelo Lula. Quem desmontou nós, foi o

⁷⁵ O relatório final aprovado pela CPMI da Terra, no fim de 2005, recomendou o indiciamento de três dirigentes de entidades ligadas ao MST; e um projeto de lei que define como “ato terrorista” a “invasão” de propriedade realizada “com o fim de pressionar o governo” (Senado Federal, senado.leg.br, acesso em 5.11.2018). A partir da instalação da CPMI do MST em 2009, a CPI das ONGs (2007-2010) caiu no ostracismo, mas foi constantemente prorrogada e mantida aberta como mais um mecanismo de investigação de entidades populares, em especial as entidades agrárias. A CPI das ONGs aprovou quebras de sigilos fiscal, bancário e telefônico de entidades que teriam relações com MST: Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB); Associação Nacional de Cooperação Agrícola (ANCA), Centro de Formação e Pesquisa Contestado; e Instituto Técnico de Estudos Agrários e Cooperativismo. A CONCRAB e a ANCA já haviam sido investigadas na CPMI da Terra (2003-2005), sendo que seus representantes foram novamente convocados para prestar depoimentos na CPMI do MST, em 2010, demonstrando conexões políticas entre as três comissões. A CPI das ONGs foi encerrada sem ter seu relatório apreciado ou votado. A CPMI do MST foi encerrada no início de 2011, também com arquivamento, pela impossibilidade de se estender à próxima legislatura, deixando claro o objetivo exclusivo de intimidar as organizações ligadas à luta pela reforma agrária (Instituto de Estudos Socioeconômicos, inesc.org.br, acesso em 5.11.2018).

neoliberalismo, foi o FHC. É que ninguém quer admitir que o Lula ganhou e não foi por obra da esquerda. Nós estávamos de joelhos. O Lula ganha, porque o FHC nos arrasou, fudeu a nossa vida, nos desmontou, mas ele produziu tanta contradição do ponto de vista econômico que rachou a burguesia e permitiu que metade dela se juntasse com o Lula, em especial a burguesia nacional, se é que se pode chamar assim, e ele já tinha o capital político dos 30, 40% dos pobres. Daí vem os intelectuais nos criticar pela falta de conquistas no governo Lula, dizer que fomos cooptados e dizer: Ah, porque vocês. Vocês quem?! Não tinha uma greve há anos. Tinha uma Polícia Federal em cima das organizações. Só em 2006, vai se recuperar o poder de mobilização da esquerda institucional, que consegue ter uma vitória acachapante no Congresso Nacional. Mesmo assim, em 2005, a direita impõe a bandeira do mensalão, que desmonta a marca identidade do PT, da moral, da honestidade. O MST, já nessa fase teve três CPIs. No final do primeiro mandato do Lula [2003-2006] teríamos uma fase boa, se não tivesse o mensalão, porque havia um núcleo do governo que poderia dizer, olha, temos compromissos históricos. Mas com o mensalão tudo foi desmontado. No segundo mandato [2007-2010], a orientação foi mobilizar isso aqui (Microcrédito, Bolsa Família, Aumento do Salário Mínimo, Geração de Empregos), daí implementou o neodesenvolvimentismo, veio junto o PMDB e uma frente de composição que diluiu completamente as intenções do início do primeiro mandato. Isso tira a reforma agrária. Se você pegar as intenções do início do primeiro mandato eram, número 1, o Fome Zero, e número 2, a reforma agrária. O mensalão diz, olha, a agenda que ganhamos a eleição se foi, tira o componente ideológico, vamos direto pras massas. E é isso aqui (Microcrédito, Bolsa Família, Aumento do Salário Mínimo, Geração de Empregos). Muda até o nome do Fome Zero pra Bolsa Família. E construiu essa maquinona que deu Dilma. Não precisou de nós. Se você não acompanha isso no detalhe e percebe que já estávamos de joelhos em 2002, porque o FHC nos fudeu a vida e a de

todo mundo, você vem e fala: O Lula ganha, aplica o modelo, coopta aqui, e olha o resultado. Mas não, é mais complexo (LN-S).

A influência do período FHC no poder de ação do MST no governo Lula é tratada de maneira distinta por LN-I que, a despeito de reconhecer a investida de FHC contra o movimento, manifesta que em ambos os governos o MST teve o mesmo potencial de ação:

No final do governo FHC, o MST e demais movimentos estavam bastante debilitados devido às perseguições, CPIs, contenção de créditos, suspensão de cestas básicas, crise da agricultura, criminalização, criação do Banco da Terra para comprar algumas áreas e esvaziar as ocupações, medida que impedia as vistorias de áreas ocupadas etc. Era, portanto, um governo ruim, e não só os camponeses estavam fragilizados, como os movimentos urbanos, petroleiros etc. Mas o governo FHC não aniquilou o MST, ele só não cresceu em quantidade de massa nova, mas continuou e continua com o seu potencial de mobilização, de produção e agindo nos moldes de sua posição conservadora. Quando Lula assumiu havia 60 mil famílias acampadas e, em poucos meses esse número triplicou, mas a reforma agrária não ganhou maior impulso. Então, o que falta de fato é o projeto de transição conduzido pelo partido, para que se possa utilizar todos os esforços para fazer as rupturas necessárias. Sem isto, não conseguimos medir a validade das ações nem considerar os equívocos como desvios. Durante todos esses anos a perspectiva do socialismo foi sendo esmaecida. Aquilo que se queria na década de 1980, que era derrotar a burguesia, na década de 1990 ela se tornou aliada e na década de 2000, cúmplice de um projeto desenvolvimentista do capitalismo. Essa guinada permitiu que se transmutasse a luta para o socialismo, na luta para ser governo. No Brasil, além de se ter perdido a perspectiva socialista, não se estabeleceu nenhuma ruptura estrutural, ao contrário fortaleceram-se os laços em torno da conciliação de classes. Na medida

em que se perdeu ou não se aprofundou a marcha em direção a superação do capitalismo e todas as forças foram inseridas na mesma ordem, perdeu-se o critério para avaliar a eficiência das ações (LN-I).

Qual a validade de buscar a conquista do Estado a qualquer custo? Os desvios morais do PT no poder, desvitalizaram não só o partido, mas toda a esquerda. A investida da bancada ruralista com CPIs contra o MST, bloqueou recursos de políticas públicas e de projetos institucionais, enfraquecendo a capacidade financeira do movimento simultaneamente ao tremor moral que abalava o governo Lula e o PT. Essa conjuntura de dificuldades de naturezas diferentes, o MST sendo perseguido pelos poderes legislativo e judiciário e o PT enfrentando uma crise moral, revitalizou a relação entre o MST e o PT, pois o movimento necessitava de apoio no Congresso e o partido recebeu do MST, apoio público nas eleições de 2006. Segundo De Carli:

O MST necessitou de apoio direto das bancadas parlamentares de partidos ligados à esquerda (PT, PSB, PCdoB, PDT, PSOL), dentre os quais o PT (por ser o maior partido) era o majoritário aliado do MST. [...] Essas CPIs] tiveram dois efeitos políticos principais: a paralisação de grande parte dos programas de apoio aos assentamentos executados pelo INCRA e MDA e, de alguma forma, reforçou um laço de dependência política entre MST e PT. [...] O MST encontra-se preso à órbita gravitacional política do PT. [...] A grande questão é que [...] apesar de efetivamente o governo do PT ter conseguido melhorar a vida dos assentados, apesar de o PT se ter mostrado um parceiro político do MST nas perseguições mais diretas tanto formais quanto informais, a verdade é que o PT vem conseguindo algo que nenhum partido conservador conseguiu na história da recente democracia brasileira: minguar a reforma agrária enquanto política de Estado e enfraquecer o MST (2014: 400-01).

O governo Lula não correspondeu às principais demandas do MST e, assim, não criou condições para a incorporação da pauta da reforma agrária na agenda política nacional, o que possibilitaria um fortalecimento do MST em termos de conquistas para a base do movimento, como assentamentos com a devida estruturação. Agora, uma coisa é o governo não fazer por onde fortalecer o

MST, outra coisa é afirmar que o governo, deliberadamente, enfraqueceu o MST. No realce de LN-I o MST se enfraqueceu, porque sua direção teria se acomodado e não por esforço intencional do governo Lula que, querendo ou não:

Alienou ainda mais as massas das práticas reivindicatórias e revolucionárias. Mas aí é que está o dilema. Será que era proposital como é próprio dos governos populistas, cooptar para tornar uma força de potencial inimiga em aliada, ou as próprias forças escreveram o texto e passaram a ver uma conjuntura favorável para não lutar? Parece-me que o governo não fez esforço algum para manter os movimentos ao seu favor, muito pelo contrário, Lula dizia: “A esquerda critica, mas não terá saída a não ser votar em mim”. Ao não desapropriar suficientemente para fazer uma reforma agrária massiva, ao liberar as sementes transgênicas etc., contra a vontade dos movimentos, o governo não estava preocupado em cooptar essas forças! É verdade que liberou mais créditos, convênio, projetos, não reprimiu, mas o lado de cá se acomodou, porque nunca viu o governo como inimigo. Já no final [de 2015 e início de 2016], quando Dilma estava caindo, os movimentos por livre vontade passaram a defendê-la em nome da democracia e contra o golpe, e talvez tenha sido a primeira e última vez que foram ouvidos, pois levaram uma pauta de emergência para ela assinar que logo em seguida foi barrada pela justiça. Mas do contrário os governos sempre agiram “contra” os movimentos, vide o vigor que ganhou o agronegócio. Daí a culpa também fica sem parâmetros, pois não se trata da batida entre dois carros. As direções sempre são responsáveis pelo resultado de seus atos e as massas precisam de liderança para agirem ordenadamente. Veja a profundidade da alienação: como se explica hoje [2016], um governo com 10% de aceitação, um Congresso desmoralizado com centenas de políticos denunciados por corrupção; um poder judiciário cheio de decisões equivocadas, e o governo está aprovando reformas contra o povo e o país, e ninguém se mobiliza? Não é por culpa das direções que perderam

a moral e a capacidade de convocação? (LN-I).

As LNs, através de argumentação diversificada, procuram demonstrar que a realidade não corrobora a ideia da cooptação do MST pelo governo Lula, ideia difundida na produção do conhecimento acadêmico. Em geral, os argumentos das LNs destacam que o governo Lula se inicia em um contexto de fragilidade de toda a esquerda, mas é imputado exclusivamente ao MST a ausência de pressão sobre o governo. Dada essa conjuntura, LN-S insiste numa linha de raciocínio de que o erro das Lideranças Nacionais do MST foi não se proporem a organizar/intermediar, na base do MST, algumas políticas do governo Lula, como, Microcrédito, Bolsa Família, Aumento do Salário Mínimo, Geração de Empregos, e ampliação do acesso ao ensino superior via ProUni e expansão das universidades federais.

Refletir sobre a problemática da relação entre o MST e o governo Lula, inclusive é frequente dentro do MST, como uma autocrítica que perpassa todas as esferas de lideranças, com nuances em relação às justificativas para a ausência de pressão ou de rompimento com o governo. Como analisado anteriormente, as LLs reconhecem que confiaram demais que o governo Lula faria a reforma agrária e não criticaram, porque sempre nutriram a esperança de que ele iria fazer. As LEs, ao perceberem as alianças que o governo Lula havia construído, com a direita e com o agronegócio, analisam que nesse ambiente a causa da reforma agrária já estava derrotada e em vez de criticarem o governo, direcionaram a atenção para desenvolver outros aspectos importantes como a educação e a formação política. Para LN-A e LN-S, não houve qualquer movimento a pressionar o governo Lula em termos de ações coletivas em manifestações públicas, mas o único que recebe críticas é o MST. Por sua vez, o MST de fato foi governista, não por participar da composição do governo Lula, mas, considerando que o governo do PT jamais agiria com truculência às manifestações dos sem-terra, o MST deixou passar a sua maior oportunidade de pressionar o Estado para a reforma agrária. E, na lógica do “ruim com ele, pior sem ele”, se autolimitou à estratégia de militar a favor dos candidatos do PT nas disputas eleitorais.

4.3 Por que o MST continua a apoiar o PT?

4.3.1 Reflexões sobre o que leva o MST a apoiar o PT, pelas vozes de Lideranças Locais do MST (LLs)

Na base do MST, onde se encontram as LLs e as LEs, a questão da violência, ou não, do Estado no tratamento das ações coletivas de espacialização e de territorialização da luta pela terra, pelos movimentos socioterritoriais, é decisiva para o apoio do MST ao PT, uma vez que os militantes se expõem aos confrontos com a polícia, em manifestações nas rodovias e nas cidades, no cumprimento pela polícia das ordens de despejo dos acampamentos, além de enfrentarem os jagunços dos fazendeiros, nos processos de ocupação e de resistência nos acampamentos. Por isso, as LLs dão tanta importância à ponderação do governo perante as manifestações da luta pela terra, haja vista que o MST, ao longo de sua história, perdeu muitos membros assassinados, tantos outros já foram feridos em tentativas de assassinato ou em lesões do despropósito policial, além de várias prisões infundadas. Esse contexto é retratado por LL1:

Nós apoiamos o PT, porque ele representa a classe trabalhadora. Dos piores, ele ainda tá sendo o melhor. Não faz o que precisamos, a reforma agrária, mas, pelo menos a polícia dá outro tratamento. E tem diálogo pra poder segurar as áreas de assentamento. Mas é complicado, ele não tira, mas também não dá e, mesmo assim, a gente apoia, por que? Porque não é partido que faz as coisas, se a pessoa se dispor a fazer, se tem a boa vontade, a sensibilidade, faz. Agora, tem outros partidos que se fossem eleitos seriam pior do que o PT. Porque, pelo menos, a gente ainda consegue dialogar com algumas pessoas do governo, e esses outros, nem conversar não querem mais, por exemplo, no caso do Aécio Neves [do PSDB], quando era governador [de Minas Gerais, 2003-2010], fizemos uma mobilização em Belo Horizonte, e lá o pau quebrou com a polícia. E é o governador quem manda na polícia, apanhamos muito

naquele dia. Se não tivéssemos deputados do PT amigos, tinha ficado um bocado de gente presa. E aí, o Rogério Correa [deputado federal do PT] que pagou pra tirar esse pessoal. Pagou por cabeça de pessoa. Então, é por isso que eu falo do amigo, é nessa hora. A grande diferença tá sendo essa. Eu acho que se fosse um governo do PSDB, pra nós, não teria tendo saída mais (LL1).

A postura do governo Lula, de não recriminar os sem-terra, tem fortíssima repercussão entre todas as esferas de militantes do MST e é, sem dúvida, um dos fatores que explicam o apoio do movimento à Lula e ao PT, mesmo sem haver uma política de reforma agrária de fato, em virtude de que esta nunca existiu no Brasil, e não foi com Lula que ela passou a existir. Como ressalta LL2:

O Lula deu esperança pro trabalhador, então, a gente tinha aquela coisa de que o Lula ia ser isso, ia ser aquilo, ia dar uma melhorada na questão social. E a gente teve oportunidade de participar da luta, e o Lula tava com nós, na luta, e a gente apostava naquilo. Agora também não dava pra continuar com aqueles governos [do PSDB] que tavam, porque era ruim demais. Mesmo tendo sido péssimo pra reforma agrária, continuamos a apoiar o Lula e depois a Dilma nas eleições, porque pelo menos, alguma coisinha eles fazem pra melhorar a saúde, a fome. E na hora da campanha, nós, uma equipe nossa da direção nacional sentou com o governo e colocou a nossa pauta da reforma agrária pra condicionar o nosso apoio. Depois não cumprem a nossa pauta, mas a questão é que não dava pra voltar o que era antes, com aqueles outros, os tucanos [políticos do PSDB]. Era pior? Era, mas hoje a gente vê que não mudou muita coisa (LL2).

Na interpretação de LL3, o PT ainda teria condições de fazer a reforma agrária, desde que revise suas alianças:

Mesmo não cumprindo nada do tanto que o Lula falou da reforma agrária, mesmo assim apoiamos nas eleições, porque a gente tem uma esperança do Partido dos Trabalhadores mudar. Quer dizer, mudar do que tá agora [em 2015] pro que era antes [de chegar ao governo em 2003], entende? Mas Dilma tá aliada com a capetada [com o PMDB] (LL3).

O MST se reuniu oficialmente com Lula na Presidência da República, apenas três vezes nos oito anos de governo, mas não teve suas proposições atendidas, mesmo assim, faz toda a diferença para as Lideranças Locais do MST (LLs) o fato de ele ser respeitado enquanto um movimento de massas que luta pelo direito constitucional da terra como bem social. Na fala a seguir, LL4 apresenta uma narrativa que se alinha com a visão das LEs, e de algumas LNs. A análise de que a possibilidade de uma alternativa ao PT ainda não está colocada historicamente. Em outras palavras, com todos os limites, equívocos e contradições do PT, no ângulo de LL4, não há alternativa partidária ao PT para resistir ao neoliberalismo:

Essa coisa de apoiar o PT, não temos problema nenhum quanto a isso. Não está tudo perdido porque o Lula não fez a reforma agrária. Quem fez? Vai lá falar de reforma agrária naquele Congresso [Nacional]. Não é nada fácil. Quase todos os outros partidos são conservadores, tratam a gente como terroristas. E tem esses partidos radicais aí, são muito bonitos, porque ainda não chegaram no governo (LL4).

As LLs continuam apoiando o PT, principalmente devido à maneira como o MST foi tratado pelo governo Lula que, a despeito de não corresponder às expectativas de reforma agrária, não ordenou que a polícia agisse com truculência às manifestações da luta pela terra. Mas também, porque a ligação entre os militantes do MST e os do PT, vem desde as lutas do final dos anos 1970, que os antecederam e, como visto no capítulo anterior, ambos nascem das mesmas forças sociais. Inclusive tendo em comum a Igreja Católica, uma das

principais instituições a participar na concepção do PT e do MST, e que deixou neles o legado da formação política e do trabalho de base, muito importante para a ramificação do movimento e do partido em praticamente todo o território nacional, pelo trabalho das Comunidades Eclesiais de Base, com a Teologia da Libertação.

A imensa maioria dos militantes do MST não entrou para a política como candidato a um cargo político, mas sempre participou ativamente da política partidária, votando e militando a favor dos candidatos do PT. Para além das mobilizações em torno das cinco candidaturas de Lula à Presidência da República, os sem-terra têm muita proximidade com os demais candidatos e os deputados eleitos do PT, os quais são sensíveis às necessidades materiais mais básicas dos militantes que compõem a base do movimento. Com raras exceções de assentamentos antigos e em áreas estruturadas da região sul do Brasil, a realidade do povo do MST, vai da miséria dos acampados à extrema pobreza e à pobreza dos assentados. Quem vive nessa realidade está sempre a precisar de ajuda em todos os sentidos. Alguns exemplos de ajuda bem-vinda, são itens alimentícios e de primeira necessidade não produzidos no local, combustível, transporte, trator para arar a terra, assessoria jurídica, apoio político, enfim, o fato é que na hora que os sem-terra mais precisam, quem os presta assistência são deputados do PT. Quando dos militantes do MST se referem ao PT como o partido amigo, é porque o deputado amigo é do PT.

4.3.2 Reflexões sobre o que leva o MST a apoiar o PT, pelas vozes de Lideranças Estaduais do MST (LEs)

O governo Lula não correspondeu à agenda defendida pelo MST. Mesmo assim, as LEs mantêm o apoio ao PT e valorizam, assim como as LLs, não serem tratadas como inimigos pelo governo nas manifestações, já que manifestar-se faz parte do cotidiano dos sem-terra, seja nas ocupações de latifúndios e sedes de órgãos públicos, ou protestos nas rodovias ou nas ruas da cidade. No ponto de vista de LE1:

Apesar de Lula e Dilma não ser um governo sério de esquerda, não fez a reforma agrária, antes falava uma coisa e enquanto governo faz outra, agora, apoiar entre o PT e o PSDB, o MST tem uma formação política e jamais poderia ficar com o principal representante da burguesia no governo, que poderia trazer um retrocesso. O governo Lula não fez muita coisa, mas também não reprimiu tanto. Pode ter reprimido de uma forma diferente, com suas bolsas, com suas políticas mal aplicadas, ter criado um desânimo. Mas a burguesia atrasada do PSDB, além de combater com violência os trabalhadores, não representa nós. Então, tem que votar no menos ruim, porque hoje não tá tendo o político bom e quando tem umas pessoas mais sérias, são enfraquecidas pelos partidos e não conseguem chegar até lá. Sentar com outros candidatos, o MST fez muito isso. O Plínio de Arruda Sampaio era uma pessoa que fez a sua campanha [para presidente da República, pelo PSOL, em 2010] defendendo o movimento sem-terra e a reforma agrária. Era uma pessoa boa, mas a gente sabe que o movimento não tem como eleger um presidente. Não é uma questão de se acomodar e dizer, com o PT tá ruim, mas tá bom. Existe uma grande diferença entre governo inimigo e governo adversário. Então, esse governo abandona os movimentos sociais e se alia com a burguesia. O que o MST vai fazer? O MST mantém sua autonomia política desde quando surgiu. Se o governo pisa na bola com os movimentos, a luta continuará nas ruas como adversários e sabemos que podemos ir pras ruas protestar, porque o governo, por pior que seja, não vai tratar a gente como inimigo (LE1).

Nas vozes das demais LEs, transparece uma afeição por Lula e pelo PT, e uma esperança de que um governo do Partido dos Trabalhadores ainda vai corresponder mais às expectativas do movimento, pois percebem que o PT representa a classe trabalhadora, ao sempre estar junto na luta. Como fica evidente nas opiniões de LE3 e LE2:

Às vezes a gente fica rodeando, porque como o Lula é uma criação nossa, da classe trabalhadora, um companheiro que veio das lutas populares, do sindicalismo, um analfabeto que estudou, assim como eu, depois de participar de outros espaços de conhecimento, então, não é fácil desapegar disso. Você não vai jogar a criança junto com a água do banho, não. A gente fica tentando recuperar aquilo que é da gente. Agora, inimigo declarado a gente não fica do lado dele, não, porque ele pode vim pra cima e tratorar, matar, dizimar o movimento. Nós não temos essa correlação de forças suficiente pra combater um inimigo do porte do PSDB. A direita não tem dó de ninguém (LE3).

O apoio do MST ao PT é histórico. Nossa história não é de hoje. A partir do momento que você tá junto, tá com as qualidades e os defeitos. A gente com o PT, não vamos jogar fora toda a história, por causa de uma decepção. A vida não é assim. Desde que você tenha caminhado uma história ao lado do companheiro, você apoia ele, não é essa intolerância, esse rancor, esse ressentimento com o erro (LE2).

O pragmatismo das LEs vem da constatação de que, dentre os partidos com reais condições de vencer uma eleição para presidente, o PT é o menos pior. Para as LEs, quanto mais conservador o governo, pior para o MST. Sobre essa questão citam, reiteradas vezes, os tempos difíceis que não gostariam de reviver, da época do governo que antecedeu o de Lula, do presidente FHC, do PSDB. Por que? Simplesmente, porque na hora que eles mais precisam, quando vão presos, estão apanhando numa manifestação, precisam de um dinheiro para abastecer o carro e ir auxiliar uma situação urgente em outro acampamento, e no percurso têm o carro apreendido pela fiscalização da polícia, pois os militantes não têm dinheiro para o licenciamento do veículo, nem para obter uma carteira de habilitação, nessas horas, quando tem alguém que ajuda, frequentemente, é um vereador, um deputado estadual ou federal do PT. A fala de LE4, por exemplo, procura salientar a falta de alternativa concreta ao PT:

Apoiamos o PT, porque o PT e a gestão do Lula com todos os problemas, a política não se resume a um mandato de presidente, é o dia a dia da luta. E quem vê de fora fala muita teoria, mas não entende nada da luta. Ora, tem muita gente boa no PT, com mandatos excelentes como deputados, que tãõ na luta aí junto com a gente. Então, vamos apoiar quem? Ou melhor, em quem nós vamos apoiar? Você tem alguma sugestão? (LE4).

As LEs interpretam como sendo óbvio o pragmatismo de continuar apoiando o PT, apesar de todos os problemas, pelo simples fato de não haver alternativa concreta à esquerda do PT na resistência ao neoliberalismo. Como expõe Betto, “sem o PT os movimentos populares perderiam sua representação política institucional. É verdade que poderiam delega-la a outros partidos progressistas, mas nenhum deles tem ainda suficiente capilaridade no país, nem suscita o entusiasmo confiante que o PT gozava Brasil afora” (2006: 115). Em geral, as LEs explicam que seu pragmatismo é resultado de uma escolha perante o seguinte dilema: entre um governo que os trata como terroristas e quer aniquilar o movimento e o governo do PT que não faz a reforma agrária, mas reconhece e respeita o MST, as LEs optam pelo PT que, pelo menos, não cria problemas de criminalização dos movimentos populares e eles podem desenvolver-se em vários aspectos que compõem a luta pela terra, mesmo que a correção da estrutura fundiária do Brasil pela reforma agrária não aconteça na velocidade que gostariam.

4.3.3 Reflexões sobre o que leva o MST a apoiar o PT, pelas vozes de Lideranças Nacionais do MST (LNs)

Conforme já demonstrado pelas vozes militantes do MST, a ausência de empenho do governo Lula para as reformas esperadas pelos campos progressistas da sociedade brasileira, somada à falta de iniciativa de ações

coletivas a pressionar pelas reformas, repercute no MST em divergências internas de opiniões sobre o relacionamento com o governo do partido historicamente aliado que, ao ascender ao poder, se comprometeu com os principais inimigos do MST, o latifúndio e o agronegócio. O dilema entre pressionar ou apoiar o governo Lula, não foi exclusividade do MST, pelo contrário, a maioria das instituições e personalidades da esquerda receberam com perplexidade as escolhas do governo Lula, principalmente a aliança com o agronegócio e a manutenção da política econômica neoliberal dos governos anteriores, aos quais o PT tanto se opunha.

Sobre o que leva o MST a apoiar o PT, no entendimento de LN-S (Liderança Nacional do MST, integrante da Secretaria Nacional):

Não é a agenda principal do MST as eleições, quiçá a ideia de que é algo institucional que vai resolver os problemas do nosso povo. Mas temos a ideia de que precisamos ir construindo a maioria na sociedade, das bandeiras, dos valores, do projeto que avaliamos que é importante e, para tanto, temos de derrotar a direita. E isso só é possível, na atual conjuntura, ocupando eventualmente esses espaços da luta eleitoral. Então, o debate, a disputa e as eleições presidenciais cumprem esse papel. Mas tem que ser realista. Eu até queria que o Mauro Iasi ganhasse pra presidente, mas não está colocado na agenda.⁷⁶ Então, se não é o Mauro Iasi, o que dialoga mais próximo do que acreditamos, ainda é o governo do PT. Portanto, o nosso pragmatismo nessa hora é muito fácil de resolver. Não vem dizer que quanto pior o governo, melhor pra lutar, que o inimigo fica mais evidente. Não, porque se o Aécio ganha [para presidente, em 2014, pelo PSDB] dá FHC, nos derrota de novo, daí ele vem pra acabar de vez conosco. Quanto pior, pior. Não temos problema nenhum com isso e também não dizemos: Fomos traídos com o Lula. A

⁷⁶ Mauro Iasi, sociólogo, professor da UFRJ, candidato a presidente da República em 2014 pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), ficou em penúltimo lugar no pleito, num total de onze candidatos, com 47,8 mil votos, 0,05% dos votos válidos (www.tse.jus.br).

realidade é um pouquinho mais complicada do que eu dizer e escrever como eu gostaria que ela fosse (LN-S).

Como a globalização hegemônica neoliberal da economia-mundo capitalista determina a condução da política econômica em praticamente todos os países, o MST apoia o PT, por este ser o único partido competitivo eleitoralmente, que mesmo com todas as concessões ao poder econômico em sua gestão, ainda se orienta para resistir à total dominação do neoliberalismo no controle do Estado. A seguir, LN-A (Liderança Nacional do MST, que vive em Assentamento) traz mais elementos para a problematização do pragmatismo eleitoral do MST:

O PT se preocupou demais em tomar o poder institucional, mas nesses doze anos de poder [2003-2014], não se preocupou em fazer nenhuma reforma. A do judiciário, que é um dos principais obstáculos à reforma agrária. A dos meios de comunicação. E abandonou a luta de massa. Uma crítica que recebemos é que ajudamos a criar isso [o PT] e estamos ligados. Nós, enquanto lideranças, temos uma autonomia do PT, mas o nosso povo, que viu o deputado defendendo a gente da polícia e foi preso junto com a gente, é ligado aos deputados [estaduais e federais do PT], não ideologicamente, mas afetivamente. E os deputados têm um carisma com o povo. Eles vêm pras romarias da terra, vêm pras ocupações, vêm pedir voto, e o pessoal se identifica ali, como se o partido ainda mantivesse as origens. Então, nós, apenas como direção, não podemos romper simplesmente. Tem que criar um processo que rompa e mantenha o povo junto com você. A dificuldade é muito grande e essa é a diferença nossa em relação a muita gente de esquerda e partido de esquerda que, inclusive, só tem intelectuais muito bem empregados, mas nós temos um povo que temos que dar respostas. Nosso povo precisa de casa, terra, crédito, escola. A maioria nesses partidos radicalóides tem uma posição boa, confortável, e não tem uma massa de gente que eles precisam dar respostas. Nós precisamos bater no governo, mas precisamos negociar

avanços.⁷⁷ E aí conseguimos muita coisa. E se não fosse o MST? Não é aquele projeto de reforma agrária que a gente pensava, mas temos aqui no nosso assentamento, e em grande parte dos outros assentamentos, pelo menos cinco coisas garantidas, que esse povo não tinha antes e o MST conquistou pra eles. Aqui tem escola, trabalho o ano inteiro, moradia confortável, segurança e alimentação. Temos conquistado isso, nos permite avançar pra outras coisas possíveis que talvez não seja ainda a revolução, a transformação radical da estrutura, mas nos dá o cacife de dizer, olha, comandamos um povo que fizemos transformações profundas e eles estão com a gente. A direção, se dependesse só da nossa vontade política, romperíamos hoje. O governo Lula e Dilma, temos autoridade pra romper, porque onde eles menos atenderam a pauta popular foi no campo. O crime que o PT cometeu é ter deixado de fazer a reforma agrária. O cerne da estrutura do capital no Brasil é a questão da propriedade da terra. O PT não teve coragem de mexer. Teríamos muitos argumentos pra dizer, olha, queremos distância. Agora, não podemos apenas romper e cair no isolamento. Temos que romper na medida em que tiver um acúmulo. Enfim, caminhamos num fio de faca, temos responsabilidade com o povo, não é apenas um compromisso com dirigente pra satisfazer meu ego. Apoiamos o PT por falta de opção. Porque quanto pior, pior. Se o Aécio tivesse ganhado a eleição [para presidente, em 2014, pelo PSDB], representa a vinculação direta com o Imperialismo norte-americano, a entrega geral do que falta entregar do Brasil, que é o [recurso das receitas geradas pelo petróleo do] Pré-Sal, que o governo do PT acenava colocar em função da educação e de coisas populares. Isso não quer dizer que o PT tenha acertado na estratégia, eles tinham que buscar mais mobilização. Mas a história cobra

⁷⁷ Essa crítica é amparada dentro da academia, pela voz de Santos, que enfatiza, qual deve ser a atitude do intelectual a partir das epistemologias do Sul: “Cinismo, só para os intelectuais da classe média que têm o salário garantido. Quem não tem garantia de direitos, quem está vivo e não sabe se amanhã vai estar, quem alimenta seus filhos hoje e amanhã não sabe, essa pessoa não é cínica e nem pode sê-la, tem que pensar numa sociedade melhor, e é para eles que nós trabalhamos e com esses que trabalhamos” (2017: s.p.).

muito da gente, nunca vamos tomar posição, enquanto movimento social, de fazer alianças pontuais. Mesmo sem o governo fazer a reforma agrária, porque não tem coragem de mexer na estrutura do capital. Mas não é só por causa disso, e sim porque não existe uma força política importante, temos um movimento social importante, mas não tem governo. O movimento social só consegue impor a sua pauta ao governo se há uma articulação com a sociedade e daí você constrói a força política. A questão-chave é que estamos num período de descenso de massa, mas não ficamos esperando a revolução pra experimentar o que precisamos pros assentamentos. Temos experiências acumuladas, de agroecologia, gestão de cooperativas, educação para o campo (LN-A).

Para LN-A, diferente de outras instituições e pessoas de esquerda, a Coordenação Nacional do MST é comedida em não romper com o governo do PT, porque tem a responsabilidade de conquistar para os assentamentos uma estrutura mínima, que depende muito do acesso a políticas públicas e projetos do Estado. E ainda existe o lado subjetivo de que a base é vinculada afetivamente não só ao Lula, como aos deputados do PT, um fator também destacado por LN-I (Liderança Nacional do MST, Intelectual):

O MST é um movimento de camponeses pobres e nunca teve um projeto estratégico de transformação social, embora seus quadros defendam o socialismo ele é uma ideologia, não um projeto. Nesse sentido o MST apoiou o PT, porque não se propôs a assumir a liderança de um processo fora da institucionalidade. Tentamos em 1997, com a criação da Consulta Popular,⁷⁸ mas ela não vigorou, porque passou a representar os

⁷⁸ De acordo com a Consulta Popular, sua criação em 1997 é consequência de: “Militantes de movimentos sociais que não aceitavam a lógica da política imposta pela esquerda eleitoral, que gradativamente foi rebaixando seu programa e se contentando com a perspectiva de serem apenas gerentes da máquina administrativa. [...Recusa] uma prática sectária que transforma partidos de esquerda em pequenas seitas que pretendem encaixar a realidade em seus manuais. [...Busca] retomar os ensinamentos revolucionários acumulados pela classe trabalhadora, mas se recusa a um pensamento eurocêntrico e formalista em que a

movimentos do campo e a seguir o seu pensamento dependente. Devido às circunstâncias criadas historicamente, a relação com o PT se deu em diferentes sentidos: político, eleitoral e afetivo. No aspecto político, o PT sempre esteve presente nas ocasiões mais duras da luta contra o latifúndio, ajudando a ampliar a relação com a sociedade. No aspecto eleitoral, muitos militantes passaram a ser candidatos e o PT sempre foi um partido de fácil aceitação que ajudou inclusive a manter a unidade na base. Como o processo eleitoral se tornou parte dos hábitos culturais, todos se envolvem e nos assentamentos encontra-se uma quantidade de votos significativa que desperta a atenção de muitos candidatos. E, no aspecto afetivo, também é histórica a relação, principalmente com Lula. Mas este não é o maior problema, porque na esfera da disputa eleitoral, não há perspectivas de inovações nas práticas de quaisquer outros partidos. O maior problema é a posição conservadora do MST que embora ocupe a propriedade privada da terra, o objetivo não é expropriá-la, nem criar territórios livres, mas negociar a desapropriação, regularizar lotes, pegar financiamentos, criar cooperativas com subvenções do Estado e inserir-se no mercado. Ou seja, o objetivo não é a emancipação humana e social, mas elevar o excluído ao grau de cidadão, com os direitos civis burgueses garantidos. Nesse sentido, o MST não foi atendido com novas desapropriações, embora de vez em quando pintem algumas, mas foi atendido em outros convênios que possibilitou mantê-lo vivo. [...] Daí nos deparamos com “governo amigo ou inimigo”, a amizade no caso brasileiro foi com alguns funcionários, não com o governo. E os funcionários ainda precisam ser diferenciados entre os que são do

humanidade está condenada a ser, no máximo, coadjuvante de sua própria história, definida estritamente pela economia. A proposta principal é contribuir na construção de um Projeto Popular para o Brasil, [...] que organize o uso de sua capacidade criativa e produtiva [...] e a força social organizada lutando para executar seu programa político de mudanças estruturais na sociedade. Estudando os autores que pensaram profundamente o Brasil, em cursos que chamamos de ‘Realidade Brasileira’, aprendemos que a burguesia, pela natureza capitalista da formação social e econômica de nosso país, se mantém umbilicalmente atada à burguesia internacional e ao projeto político do imperialismo. Portanto, não tem interesse e não pode implementar qualquer medida que atenda aos problemas estruturais que conformam o programa de um Projeto Popular” (consultapopular.org.br, acesso em 13.12.2016).

governo e os que são do Estado que ninguém mexe. Não basta ter um governo ruim ou bom para se avançar para a revolução. No entanto, na medida em que temos um projeto de poder para alcançar, o partido pode eleger as táticas adequadas para cada momento e, dentre elas pode até haver disputas eleitorais e conquistas de espaço no parlamento e nos governos, mas sempre deve responder a esta pergunta: ajuda a fazer a revolução? (LN-I).

As lideranças estaduais e nacionais do MST, assim como boa parte dos setores mais progressistas da sociedade, verdadeiramente gostariam que vencesse a eleição para presidente do Brasil, um candidato com o perfil do “antigo” PT, com o ímpeto do Lula de trinta anos atrás, quando quase se elegeu para presidente, pelo PT, em 1989. Após o desapontamento com o governo Lula, com a conseqüente debandada do PT e a criação do PSOL, este partido, nas eleições presidenciais cumpre o papel de colocar em pauta os problemas fundamentais da sociedade brasileira, mas sem êxito eleitoral, obtendo os seguintes percentuais de votos válidos nas eleições presidenciais que disputou, 6,85% (2006), 0,87% (2010), 1,55% (2014), 0,58% (2018). No Brasil, partidos como o PSOL (Partido Socialismo e Liberdade) e o PCB (Partido Comunista Brasileiro), que carregam no próprio nome, “Socialismo” ou “Comunista”, enfrentam dificuldades de várias naturezas, talvez a principal seja a completa distorção promovida pelos meios de comunicação, por políticos conservadores etc., do próprio significado teórico e prático daquelas palavras. E, para citar apenas mais uma dificuldade, o problema grave de comunicação dos que, como manifesta LE1, “*se dizem de esquerda*”. O “fogo amigo” é abrangente e se alastra pelo colonialismo das esquerdas eurocêntricas, conclamando o imediatismo da necessidade de um socialismo, de uma revolução, como, por exemplo, a postura de LN-I, muito distante da imediata preocupação concreta das pessoas que não sabem se amanhã terão o que comer.

Essas pessoas, que resistem à opressão, recebem críticas como, por exemplo, que a produção associada em cooperativa é um instrumento a serviço

do capital; que o camponês é atrasado, alienado devido ao seu misticismo, à sua ânsia conservadora, pequeno-burguesa de possuir uma terra e produzir para o mercado e, assim, não ajuda a fazer a revolução; os índios, então, nem são levados em consideração, estariam abaixo do nível da crítica, pois seus modos de vida não corresponderiam a uma sociedade emancipada. No viés de LN-I:

Conservador pode ser também um revolucionário que passa a “conservar” ou repetir sem se importar com o devido movimento ascendente das contradições. O pequeno agricultor ou assentado não deixa de ser explorado pelo capital, mesmo que venha a ter a sua própria terra, principalmente porque ele precisa entrar nas relações mercantis simples. Em muitos casos ao entrar para o sistema integrado ou mesmo se constituir uma cooperativa de comercialização ela tende a se tornar uma grande empresa e sobreviver do excedente de seus associados. Para além disso, a propriedade privada ou particular da terra não torna o camponês livre, nem emancipado, mas refém da própria. A liberdade de escolha na forma de posse e produção permitida pelo MST é louvável, mas criou desvios. Primeiro porque se o MST impusesse a coletivização da terra, ninguém iria para as ocupações; segundo que, ao ter o domínio sobre a própria terra, dá autoridade ao camponês a distanciar-se da organização. Esse aspecto foi disputa no governo de FHC que queria titular o lote e entregá-lo ao assentado, “emancipação do assentado” e o MST sempre venceu defendendo a “concessão de uso”; e continua sendo disputa agora [em 2016] no governo Temer com grandes possibilidades de ser vitorioso. Ou seja, se houver a titulação dos lotes eles se transformam de um bem de uso, em mercadoria. Pronto: no mundo das mercadorias, são elas e não os homens que estabelecem relações, daí comprovo por outro caminho que não há “território livre”. Podemos apontar avanços? Sim. Mesmo integradas à economia de mercado, muitas cooperativas elevaram as condições de vida de seus sócios, implantaram escolas com currículos avançados e integrados ao meio;

desenvolveram outra matriz produtiva da agroecologia; rejeitaram as sementes transgênicas; dispensaram os agrotóxicos etc., mas no geral não houve avanços em termos da ofensiva contra o mercado e, mesmo “desterritorializando” o latifúndio não houve prejuízos ao capital, ao contrário o agronegócio continua sempre mais forte e capaz de engolir as iniciativas dispersas dos sem-terra (LN-I).

No Capítulo 1, que traz a metodologia, já foi apresentado um quadro teórico sobre as limitações epistemológicas de análises como a de LN-I. De Carli (2014) sintetiza bem os limites de abordagens desse tipo:

[O intelectual] cita o que o movimento social deveria fazer e não fez para se tornar um movimento mais legítimo, propositivo e responsável. [...] Há um problema epistemológico grave já que se cria uma dicotomia entre movimentos sociais atrasados e movimentos avançados politicamente. [...] Percebe-se certa prepotência em querer ditar as normas e as estratégias do [...] MST. [...] E sugerir, inclusive com um viés crítico, temas para debate dos movimentos sociais, mas quando [o intelectual] argumenta o que um movimento social deve ser, ou não deve ser, ou parte para a questão de julgar o movimento social, parece operar uma tentativa de colonização, em nível de saber, dos movimentos sociais pela academia (De Carli, 2014: 154-5).

No enfoque de LN-I, “os desafios colocados ao MST dependem do ponto de vista que se adota”:

Para permanecer como um movimento dentro da ordem é auto sustentar-se, se afirmar como uma força conservadora capaz de persistir enquanto movimento, como ocorre com o movimento sindical, tentar cada vez mais as subvenções do Estado. Pressionar e negociar. Poderá avançar em experiências de produção, educação através das subvenções do governo, mas nada que confronte o modo de produção capitalista. A vida camponesa pode ser contra hegemônica, mas para si própria. É a favor de si mesma e não a favor do todo. Por exemplo, se alguém se cansa da cidade e migra para o campo, cria o seu paraíso, pode destoar de tudo o

que é o capitalismo, mas não influi sobre o todo. Outro exemplo são os povos indígenas que mantêm as suas culturas, formas organizativas e produtivas e também lutam para demarcarem os seus territórios, mas isto não é uma contra hegemonia, porque ninguém pensará em imitá-los, nem tampouco aqueles hábitos estão na linha de um dia virem a ser hegemônicos contra a hegemonia burguesa. A vida camponesa no Brasil é muito diversa. Temos regiões mais avançadas que pouco se mantêm do passado. Há lugares que a urbanização já tomou conta e outros como os ribeirinhos, que mantêm a cultura tradicional, mas sem atração. Rapidamente o campo também se estrutura nos moldes da cidade. Assim como a industrialização assaltou e urbanizou ainda mais as cidades, estabelecendo as relações do centro e dos subúrbios, no campo também o agronegócio está implementando o mesmo formato: centro e subúrbio. Em termos de hegemonia o centro determina as relações. O subúrbio poderá vir a ser contra hegemônico se se levantar contra o centro, enquanto convive passivamente e recorre a ele para solucionar as suas necessidades do estômago e da fantasia, não representa ameaça nenhuma. Do ponto de vista revolucionário (a alternativa mais remota) teria que fazer uma revolução interna, retomar a organicidade democrática em que envolvia todas as pessoas em tarefas e funções; reformular as táticas e adequá-las à elaboração de um programa que vise a superação do capitalismo em direção à transição socialista. Para isso teria que, de fato, transformar-se em alternativa popular para a reforma agrária e as reformas urbanas, organizando as mesmas massas para ambos os objetivos. Essa alternativa é remota, pela degradação ideológica dos quadros, perda da capacidade de formação política, envelhecimento da entidade e dificuldade de massificação do MST (LN-I).

Esse discurso de LN-I parte do pressuposto de que para transformar a sociedade é necessário seguir um roteiro teórico de tempo linear para superação do capitalismo. Já outras análises que são a orientação epistemológica mais geral

da minha tese, podem considerar essa postura uma limitação, uma visão eurocêntrica, um colonialismo (Dussel; 2005; Wallerstein, 2007; Santos e Menezes, 2009) típico da esquerda latino-americana colonizada (Grosfoguel, 2008), que vislumbra uma vanguarda a guiar o povo. Frei Betto, a partir da sua experiência no trabalho de base, afirma que essa postura que não prescinde da vanguarda age “como se os militantes de base não houvessem aprendido nada em todos aqueles anos, nem conquistado autoestima e capacidade de caminhar com as próprias pernas” (Betto, 2006: 54). Sobre esse tema, o seguinte relato de Betto é elucidativo:

Ao deixar a prisão me surpreendi com um movimento popular que não havia sido organizado por nós da esquerda carimbada, ornados de teorias professadas num lapidar rigor acadêmico que as transsubstanciava em dogmas religiosos. Como fora possível? Como o povo se organizara se nós, a “vanguarda”, os dirigentes, estávamos na cadeia? Como criara movimentos de moradia, de luta contra a carestia, de mulheres, de negros, de indígenas, de direitos humanos... se nós, intelectuais, nós que conhecíamos bem o marxismo, a tática e a estratégia, nós que havíamos lido Engels e Gramsci, Trotski e Mao, Lênin e Althusser, nós, os timoneiros, não figurávamos à frente de seus movimentos? (Quanta pretensão!) (2006: 49-50).

A explanação de LN-I reproduz o dualismo da modernidade/racionalidade eurocentrada (Quijano, 2005), quando, por exemplo, se refere à vida camponesa em “*regiões mais avançadas que pouco se mantém do passado*”, e quando afirma que a cultura dos índios não é contra hegemônica, porque “*ninguém pensará em imitá-los*”. LN-I, com essa perspectiva eurocêntrica, portadora exclusiva da modernidade e dos valores “*mais avançados*” de um suposto progresso, defende a seguir a necessidade de uma “*revolução cultural*”, a despeito de anteriormente ter apresentado uma narrativa que relaciona ao passado e inferioriza culturas não alinhadas com um evolucionismo unidirecional à sociedade moderna. Para LN-I:

É importante compreender que todos os movimentos e partidos criados na década de 1980, tinham uma finalidade que era crescer dentro da ordem. Possuem, portanto, esta natureza. Não foram preparados, nem

possuem condições para converterem-se em movimentos conspirativos agindo por fora da ordem. E hoje não tem mais força nem consenso para isto. É o mesmo que imaginar que Lula volte à presidência e agora dê o troco para a burguesia. Circunstâncias históricas vêm e passam. Elas deverão se formar novamente, mas de outra forma e com outras forças. O que seria um “projeto fora da ordem”? Por exemplo, aplicar aquilo que havíamos elaborado de “Projeto de Reforma Agrária Popular”. O que é isso? Na lei brasileira só podem ser desapropriadas áreas que não cumpram a função social. Mas quem diz se ela cumpre ou não é o proprietário. Ele pode criar bois, plantar eucalipto, formar área de lazer. Qual era a ideia: localizar áreas próximas às cidades ou não, e debater com a população urbana sobre a preservação, a produção e chegar a um consenso que aquela área (mesmo sendo produtiva) não cumpre a função social e precisa ser ocupada para que venha cumprir. Então, toda população é convidada a ocupar a área, não para receber um pedaço, mas para que algumas pessoas venham a cuidar daquela terra para os objetivos estabelecidos. Nesse sentido, a luta é contra a ordem que estabelece que área produtiva é intocável. Hoje o MST já não consegue fazer esse movimento, por que? Porque não fez no final da década de 1990 a “revolução cultural” que propomos e passou para o mundo da legalidade. Mas podem contribuir na medida em que surja um movimento ou partido com essa natureza e necessite desse patrimônio metodológico do trabalho de base, da formação dos quadros, da proposta de educação das crianças e jovens, da disciplina e responsabilidade com a organização, da mística militante etc. Por si só estas entidades cumpriram o seu papel e não conseguem recomeçar um novo ciclo. Como já disseram alguns analistas, é provável que o MST seja o último movimento de um ciclo que iniciou com a luta pela democratização do Brasil e se encerrou com o ápice da tática eleitoral do PT. Como será o novo ciclo, quem o iniciará e o conduzirá, ainda é uma incógnita. Não sabemos ainda quem será o sujeito da revolução brasileira, mas temos a certeza que ela

virá, porque a história não para. A questão não está posta como um fim. O movimento, fisicamente não poderá acabar. Ele permanecerá, pois as áreas de reforma agrária, se houver a limitação de que uma família não poderá ter dois lotes, será sempre uma área de pequenos agricultores. O que já se transmutou são os objetivos, os princípios e muitos valores. Isso não é fatalismo, é dialético. O movimento das contradições foi mudando os predicados do sujeito. Dizer que você vai envelhecer e vai morrer não é fatalismo. Lembre da tese última sobre Feuerbach onde Marx fala de que os filósofos até aqui interpretaram o mundo, o que interessa é transformá-lo. Isto que você vê como “politizado” não está integrado em um processo de transformação. A militância do PT é politizada, mas não tem mais força para recuperar o partido, terá que suportá-lo e utilizá-lo para aquilo que ele se tornou. Agora, são organizações que possuem um grande aprendizado. Um patrimônio enorme em experiências. Mas elas somente poderão ser utilizadas e recuperadas se surgirem outros movimentos inovadores que dependam dessa herança para ir mais rápidos. Foi assim conosco. Quando iniciamos o MST no Brasil havia uma riqueza enorme das CEBs da Igreja que atuavam com os “Círculos Bíblicos”, nós os transformamos em núcleos de base; o trabalho de base, os cursos de formação de lideranças, a animação, a mística, tudo veio da experiência das CEBs. No que se tornaram as CEBs mesmo tendo todo esse patrimônio? Por isso, não é para desanimar, mas para encher-se de euforia, pois o novo irá nascer. Não sou daqueles que separam militância e pesquisa, no entanto, é preciso eliminar do raciocínio toda piedade que imuniza a vítima de qualquer culpa. Nesse sentido as direções têm culpa e a base da mesma forma por serem coniventes ou por quererem tudo pelo caminho mais fácil. Veja em relação ao governo Lula, a tolerância e a conivência do movimento levou ao enfraquecimento de ambos (LN-I).

O olhar de LN-I se prende à ideia da condução do movimento pelas lideranças e desperdiça a experiência dos saberes incorporados nos militantes da

base que resistem com êxito à opressão (Freire, 1968; Fals Borda, 1995; Santos, 2002, 2008), pela luta, pela mística, pela cultura, para viver e trabalhar na terra. Como afirmar que desempregados e miseráveis são alienados, porque não têm projeto fora da ordem? Até que ponto é possível lutar pela igualdade social, como questiona Betto, “através do discurso hermético de conceitos inacessíveis ao entendimento popular, utilizando um dialeto só apreendido pelos membros da tribo ideológica”? (2006: 104). Essas questões encontram ressonância no testemunho de Betto:

Os anos de luta clandestina, de cárcere, de convivência numa favela, de atuação pastoral junto aos mais pobres infundiram-me a desilusão de esperar coincidir meu tempo pessoal com o tempo histórico. Ao contrário do que apregoavam as quimeras esquerdistas, convenci-me de que o socialismo ao alcance das mãos não passava de miragem. O processo de humanização, o acesso a um patamar civilizatório melhor, no qual toda pessoa irá se sentir engrandecida de dignidade, ainda levará longos anos, até que se supere o acúmulo de bens e de poder como suprema ambição, valor prioritário dessa nossa conflitiva convivência social. [...] Nem por isso perdi minha fé num outro mundo possível, no qual liberdade individual e justiça social se complementem, e a cidadania e a democracia sejam levadas à radicalidade – o que chamo de socialismo. [...] Sei que não terei de participar da colheita. Mas faço questão de ficar ao lado dos que lançam, ainda que em terra árida, as sementes de um futuro melhor (Betto, 2006: 122, 126, 128).

Como comparar um acampado que resiste na terra, porque não tem alternativa, com um sujeito que se aposenta e decide morar na zona rural? Como chamar de pequeno-burguesa, porque produz para o mercado, uma família que compõe a realidade da imensa maioria da base do MST, que vive nos assentamentos e acampamentos como pobre ou extremamente pobre e produz para subsistência e o pouco que sobra vai vender nas feiras livres na cidade? Como afirmar que a falha do MST foi não virar uma “*força dirigente da revolução*”? Segundo LN-I:

O MST definiu em 1990 o seu caráter tripartite: a) Popular, porque tem características de movimento popular, transitório, no caso das ocupações

muitas pessoas desistem, por isso se assemelha a um movimento de moradia; b) Sindical, têm características reivindicatórias; atua através de negociações, luta econômica, terra, crédito; c) Político, a transformação da sociedade. Os dois primeiros aspectos o MST cumpriu bem e, com eles imprimiu o ritmo diferenciado na luta pela terra, desenvolveu valores, a mística. Mas no terceiro, por resistir à ideia de virar “um partido”, no caso, uma força dirigente da revolução brasileira, instigando as demais forças a darem um passo à frente, ele “entregou” essa tarefa ao PT que inicialmente tinha um viés socialista, mas, posteriormente renegou tudo. É esse o aspecto que reputei, que ambos não possuem mais condições de retomar. E isso não tem nada demais, são processos históricos de 30 anos que se esgotam. Logo, é preciso maturidade para refletir sobre o real e não sobre o sentimental. É claro que todos sentimos a derrocada do socialismo no Leste Europeu, na China, os riscos que corre Cuba com as reformas, assim como sentimos a derrota do PT e esta situação incômoda que vive o MST, mas a história não para. Há os aspectos positivos que citei. Mas veja que isto foi no final da década de 1990 e início de 2000. O potencial era enorme. Hoje, muito daquela animação se perdeu nos assentamentos. Continua ainda nos acampamentos pela necessidade de mantê-los (LN-I).

Seria pertinente a crítica de que os sem-terra não estão contribuindo para organizar a revolução? Até que ponto é realista afirmar que o MST tem apenas ideologia socialista, mas não tem projeto de socialismo? Afinal, o projeto do socialismo científico já não está pronto? Não é só implantar? O que estamos esperando? Ora, como tudo o que é histórico, nem sempre existiu e nem sempre existirá, o capitalismo será superado, mas não sabemos quando, nem pelo o que. Será resultado de um processo histórico e não uma sucessão de tempo linear. Se o que vier for tão bom que possamos chamar de socialismo, terá sido, invariavelmente, uma construção histórica e não uma experimentação da teoria.

Conclusão

De quem é a terra? O que aconteceu com a reforma agrária e com o MST no governo Lula? No ponto de vista de Lula (2013), em seu governo foi feito o possível diante da correlação de forças desfavorável e um parlamento que, mesmo dentro da política de coalizão, alimentou instabilidade política. O governo Lula, com o pretexto da conciliação de classes, fez todas as alianças possíveis: com o sistema financeiro, com os empresários, com o agronegócio, com o MST e até com o PMDB, que viria a dar um golpe e tomar o poder do PT em 2016. Lula defende que sua atenção foi voltada para os mais pobres, e mesmo que suas políticas não tenham sido suficientes, o pouco que fez é muito, quando comparado ao que veio antes do PT na presidência.

É notório que durante o governo Lula caiu o número de pessoas vivendo em pobreza absoluta e o Brasil viveu um ambiente mais democrático. A partir da boa relação com os movimentos populares e da criação de ministérios específicos para as minorias, foram implantadas as cotas raciais e sociais para o acesso ao ensino superior e ao serviço público. O aumento do Salário Mínimo beneficiou a maioria dos aposentados e dos trabalhadores. A ampliação dos direitos trabalhistas da empregada doméstica corrigiu a discriminação formal deste grupo tão numeroso de trabalhadoras. A política assistencialista do Bolsa Família é uma ação civilizatória, uma verdadeira ação humanitária. Quem passa fome não pode esperar até ter as condições para reproduzir a sua vida com dignidade. Desde o Bolsa Família não há mais ondas de saques no Nordeste no período da seca. Foi levada energia elétrica a mais de 15 milhões de pessoas do meio rural. Um programa de subsídio ampliou o acesso à moradia (Minha Casa, Minha Vida). Na diplomacia das relações exteriores, o governo Lula teve postura distinta do provincianismo dos últimos presidentes.

Lula conquistou, ao longo de um processo histórico, a posição de maior liderança popular do país, desde as greves em plena ditadura militar, a criação do PT e da CUT, a relação com os movimentos populares e as políticas mencionadas

acima. Sou servidor público, professor da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), no câmpus implantado por Lula em 2006, em Teófilo Otoni, Minas Gerais, distante sete horas da capital do estado, um município que é o retrato do Brasil pela tão evidente pobreza em meio à abundância. Quem, antes de Lula, olhou para Teófilo Otoni, ou Itabaiana, no agreste do Sergipe, ou São Gabriel da Cachoeira, no extremo noroeste do Amazonas, dentre tantas outras dezenas de municípios beneficiados com uma universidade ou um instituto federal, cujas populações do entorno jamais haviam imaginado seus filhos no ensino superior público e gratuito?

Todas essas medidas devem ser consideradas avanços durante o governo Lula, no entanto, além das profundas contradições e limites impostos pela equivocada manutenção da política econômica neoliberal, no quesito destinação de recursos para as universidades, ainda no próprio governo Dilma, do PT, o setor universitário foi vítima do aprofundamento do neoliberalismo sofrendo agressivos cortes nos recursos repassados pelo governo federal, o que compromete a consolidação dos novos campus universitários em áreas sem prestígio. Outro fator preocupante, alertam LN-A (Liderança Nacional do MST, que vive em Assentamento) e LN-S (Liderança Nacional do MST, integrante da Secretaria Nacional), é que na expansão do acesso ao ensino superior, assim como nas demais políticas, não houve a mínima iniciativa para uma conscientização em benefício de avançar, pela educação, as bases para uma sociedade brasileira mais democrática, uma vez que as universidades e institutos de ensino superior foram criados sem politização, sem uma nova concepção de universidade não elitista, não colonizada, não colonizadora.

Esse modo de implementar as políticas de um reformismo fraco, dentro de um pacto conservador – nas palavras de Lula, dar aos pobres, sem tirar dos ricos – ficou conhecido como lulismo (Vianna, 2011; Singer, 2012; Ricci, 2014). Na interpretação de LN-S, o lulismo promove uma transitória melhora conjuntural, sem reformas estruturais, sem a reforma agrária, sob a lógica de promover a conciliação de classes na sociedade e a estabilidade política do mandato presidencial pela política de coalizão. Assim, políticas como, Bolsa Família,

microcrédito, aumento do Salário Mínimo, e geração de empregos, chegaram na base do MST sem a intermediação das lideranças do movimento, o que levou a base a atribuir as políticas diretamente à figura do Lula. Segundo LN-S, a responsabilidade neste caso é dividida, haja vista que nem o governo propôs a intermediação de suas políticas às lideranças, nem estas se propuseram a intermediar o processo de implantação e conscientização.

A despreocupação do lulismo em conscientizar a população assistida a ser a própria guardiã dos seus direitos, somada à reprodução pelo PT da mesma prática política que sempre vigorou no Brasil em todos os partidos de, em conluio com empresários, sucumbir aos desvios de recursos via licitações de serviços e obras públicas para, principalmente, financiar as milionárias campanhas eleitorais, numa preocupação em se manter no poder custe o custar e não como um projeto político de longo prazo, custou caro ao PT. Os meios de comunicação e os políticos conservadores sobrevalorizaram os episódios de corrupção que ocorreram na órbita do governo Lula e, assim, simplificaram a política brasileira e demonizaram Lula e o PT. O Partido dos Trabalhadores construiu sua história dizendo ser diferente, uma espécie de pregador e guardião da honestidade. Como asseverou Ciro Gomes, o pecado do pecador é perdoável, mas o do pregador, não. Conseqüentemente, o ódio que nasceu do êxito da estratégia midiática de aniquilar Lula e o PT, fez com que grande parte dos próprios beneficiários das políticas do governo Lula, como as famílias que ascenderam à classe média e os jovens que conquistaram o acesso a um curso superior, se identificassem mais com o ponto de vista conservador, com medo de perderem o novo *status* e, portanto, avessos em auxiliar a conscientização para consolidar uma sociedade mais democrática e menos desigual. As populações incluídas pelas políticas do governo Lula, principalmente as novas classes médias, à beira sempre de perderem o *status* que alcançaram, em vez de agentes progressistas a contribuir para elevar o nível de consciência, reproduziram a demagogia moralista do discurso anticorrupção e, em nome da renovação política anti-PT, se reconheceram na imoralidade de políticos obsoletos, conservadores, reacionários, antidemocráticos e corruptos.

E, se com o PT não foi tão bom como esperava-se, é evidente que o país melhorou com as políticas que a correlação de forças permitiu que o governo Lula fizesse. A relação amistosa de Lula e demais políticos do PT com as classes e movimentos populares tem um peso para explicar o apoio que o Partido dos Trabalhadores recebe do MST, que mesmo sem ser correspondido, valoriza o que talvez seja a única conquista do movimento com o governo Lula, não ser criminalizado, não sofrer, por parte do governo, tentativas de ser aniquilado. Um avanço, mas longe daquilo que poderia ter alcançado, porque a correlação de forças não permitiu. Por outro lado, em tudo aquilo que extrapola esta questão, o desafio é refletir sobre como fazer uma análise da totalidade, dentro dos limites encontrados por Lula, mas também da sua acomodação perante estes limites. Ao analisar a questão da reforma agrária no governo Lula pelas vozes militantes do MST, é preciso confrontar variáveis sociais com processos de mudança social, para não fazer uma discussão da conjuntura política, nem da busca do “culpado”, porque a lógica é sempre uma dinâmica estrutural, embora estruturante ao mesmo tempo e são vários protagonistas, atores sociais, forças econômicas, sociais e políticas que têm um vínculo estrutural.

O que Lula procurou sempre justificar foi estar naquele limbo da conciliação de classes. E para determinados setores da sociedade brasileira, não conseguiu ficar no limbo, ele teve de optar. É possível que, subjetivamente, ele tenha identificação maior com o MST e com as causas populares, do que com os grandes capitalistas mundiais. O problema é como é que as assimetrias do poder jogaram nesse terreno. Talvez o governo Lula estivesse convencido de que, com sinais de crescimento da economia, iria conseguir satisfazer os interesses do agronegócio e muitos outros e ao mesmo tempo continuar a distribuir dividendos para as classes trabalhadoras no sentido de elas melhorarem, um pouco que fosse, a sua condição e aí reforçar as suas bases de apoio. Mas evidentemente, qualquer governo, seja Lula, seja de direita, seja de esquerda, está sempre interessado em construir políticas que garantam uma base eleitoral, que garantam um sucesso eleitoral para a continuidade no poder.

A ambivalência estampada nas opções políticas dos governos do PT é um

dos fatores que explicam a inexistência de um processo de mudança estrutural. Há uma realidade que não pode ser minimizada sobre o Brasil, a classe média e as classes privilegiadas são extremamente arrogantes, poderosas e estão habituadas a controlar o aparelho de Estado. Por isso, os ativistas e intelectuais brasileiros olham sempre o Estado como algo que está a serviço das classes privilegiadas. Os governos do PT, de certo modo, tiveram o mérito de mostrar que queriam fazer mais para as classes trabalhadoras, porém, o que fizeram foi limitado a, no máximo, inserir essas classes, minimamente, no mercado de consumo. Como alerta Estanque (2015: 80), “o ponto de partida era tão baixo, isto é, a situação do passado recente era tão precária que qualquer ligeira melhoria pode facilmente suscitar o ‘entusiasmo’ dos segmentos mais miseráveis da sociedade, iludidos com a ideia de uma entrada triunfal na ‘nova classe média’”. E também é verdade que é duvidoso se essas políticas que ficaram nos primeiros degraus e não passaram de políticas sociais minimalistas, programas como o microcrédito e o Bolsa Família, foram, intencionalmente, dirigidas à satisfação das necessidades populares, ou se foram mais orientadas para a satisfação de interesses da banca, de credores, de negócios que assim ampliaram um mercado de determinados tipos de bens, determinados serviços.

Quais foram as pressões do mercado, de financiadores das campanhas eleitorais, dos grandes investidores e grupos internacionais interessados nos recursos naturais e nas *commodities* brasileiras? Que força eles têm para obrigar, para condicionar um governo que mesmo que do Lula, lhes faça concessões? Por que o governo Lula optou por adotar uma política mais favorável ao agronegócio do que à expectativa dos sem-terra?

Uma das maiores lições herdadas do governo Lula é não desperdiçar a ocasião para transformar a sociedade, quando um partido com trajetória política e ideológica de esquerda chegar novamente ao poder no Brasil. Santos (2016a) lembra que a direita no poder se une; a esquerda se divide. Sempre é preciso reivindicar que o mandato cumpra o compromisso popular. Não cair na armadilha de não criticar um governo que diz ser de esquerda, mas não age como tal, com receio de que essa crítica vá beneficiar a direita. Ou seja, não hesitar em

manifestar críticas a um mandato presidencial eleito pelo voto popular, quando o governo não tiver empenho em buscar apoio popular para se sobrepôr na correlação de forças em nome das reformas necessárias. Como disse Celso Furtado (2004: 484), “compreende-se que os beneficiários de altas taxas de juros defendam seus interesses. O que não se compreende é que nós mesmos não defendamos com idêntico empenho o direito a desenvolver o país”. As políticas do governo Lula como, Bolsa Família, microcrédito, aumento do Salário Mínimo, geração de empregos, expansão das universidades públicas, são todos avanços conjunturais, não estruturais. Ao não avançar na desapropriação de terras e na reforma agrária, mas sim promover o agronegócio, o governo Lula abriu mão do país ter soberania alimentar. O sofisma do agronegócio exportador que sustenta o Brasil pela receita de exportações, esconde que é o Brasil quem sustenta o agronegócio, o qual explora os recursos naturais do país e tem expandido a fronteira agrícola com devastação do Cerrado e desmatamento da Amazônia, para a produção de *commodities* para exportação.

A complexidade é que um indivíduo não é o elemento determinante, embora as lideranças sejam fundamentais. As promessas do candidato Lula e as expectativas em torno das suas promessas, não é uma questão do Lula, mas das possibilidades que ele simboliza como liderança popular construída num processo histórico. Do ponto de vista subjetivo dos sem-terra, a expectativa a partir da ascensão do Partido dos Trabalhadores ao posto mais alto da República, não poderia deixar de ser: Agora ganhou o Lula, portanto, ele vai resolver os nossos problemas. Isso alimenta uma esperança, uma subjetividade coletiva muito poderosa, o que, a partida, desmobiliza em termos de capacidade de ação coletiva por parte do movimento. É uma realidade que vai ao encontro daquilo que defende Touraine (1998), de que a ação do movimento social, de pressionar de baixo para cima, é estimulada quando há um obstáculo, um inimigo visível que está a barrar um projeto coletivo. Mas se há alguém que promete abrir as portas e ainda por cima é um símbolo da classe trabalhadora, que é eleito presidente e havia prometido resolver os problemas com a questão da terra, isso naturalmente tem um efeito, o efeito de apaziguar, de criar uma expectativa positiva nos sem-

terra. O símbolo Lula é uma chave para perceber isso, por aquilo que representa, devido às expectativas que criou e ao travesseiro amargo de todos os dilemas que enfrenta a partir do momento que finalmente chega à Presidência da República e vai ter que deixar de prometer, para realizar, cercado por uma máquina que o engole.

Para as Lideranças Locais do MST (LLs), o governo Lula não fez a reforma agrária, porque não dependia só da vontade dele, mas naquilo que poderia avançar, deixou passar a oportunidade. Apesar da escalada das ocupações no início do governo Lula, as LLs acreditam que ele enfraqueceu o movimento, ao não realizar as desapropriações para novos assentamentos, gerando desmobilização e desânimo para a luta, e falta de iniciativa também para criticar o governo amigo que não cumpriu sua promessa de reforma agrária. Apesar de quase nove em cada dez famílias da base do MST, onde vivem as LLs, serem contempladas com o Bolsa Família, não aparece nas análises das LLs uma relação entre as políticas assistencialistas do governo Lula e a queda das ocupações. De qualquer maneira, as LLs admitem que houve acomodação de ambas as partes, já que, seja qual for o governo, só há assentamentos rurais em resposta à pressão das ocupações da luta pela terra. Mesmo insatisfeitas, as LLs apoiam o PT, não somente devido ao tratamento sem violência da parte do governo durante a gestão Lula, como pelas afinidades históricas vinculadas desde os trabalhos de base da criação do PT e do MST e, mesmo com todos os desvios do PT, as LLs não reconhecem alternativa partidária concreta na resistência ao domínio total do neoliberalismo no comando do Estado.

As Lideranças Estaduais (LEs) e as Lideranças Nacionais do MST (LNs), diferentemente das LLs, não relacionam menos ocupações com enfraquecimento do MST, nem associam suas dificuldades apenas ao governo Lula, mas alertam que o MST ficou isolado em suas ações coletivas, devido à total desmobilização da esquerda. As LEs e as LNs admitem que caem as ocupações a partir das políticas compensatórias e da melhora da economia do país. E ainda acrescentam o maior poder do agronegócio quando comparado ao do latifúndio isolado como outro fator que dificulta as ocupações. Na ótica das LEs e das LNs,

o abandono da base popular pelo governo Lula que se aliou com a burguesia e não deu abertura para receber o apoio popular indispensável para tocar reformas estruturais, foi decisivo para a não realização da reforma agrária. As LEs enfatizam que quando a conjuntura está desfavorável para aumentar a conquista da terra pelas ocupações, o MST está sempre se desenvolvendo em outras áreas como o trabalho de base, a educação e a formação política. Assim, as LEs e as LNs, advertem sobre as afirmações equivocadas de cooptação, uma vez que os militantes não participaram do governo Lula, ele nunca quis incorporar a agenda do MST, essa agenda inclui a desapropriação de terras e o governo não queria o confronto, muito menos com o agronegócio. Além disso, não dá para classificar de cooptados, militantes que continuaram com as ocupações, sendo que ainda há os que perdem a vida nos conflitos da luta pela terra. Mesmo sem conquistar aquilo que esperava com o PT, as LEs o apoiam por se identificarem afetivamente não só pelo partido, mas também com Lula e por atribuírem extrema importância, assim como as LLs, a não serem criminalizadas pelo governo. Para as LEs e as LNs, quanto mais conservador o governo, pior. E, mesmo desapontadas, se mantêm politicamente ligadas ao PT, por não identificarem outro partido competitivo eleitoralmente, à esquerda do PT, na resistência ao neoliberalismo.

A minha tese é que o MST teria tudo para rachar com o PT, mas afirmar isso é esquecer a hegemonia do neoliberalismo. MST e PT seguem resistindo. O governo Lula teve avanços e acomodações diante da correlação de forças. Entre as instituições que tradicionalmente se mobilizariam para pressionar o governo, o MST restou como o movimento mais crítico durante o governo do PT, sem deixar de apoiá-lo, porque o PT é o único partido que tem condições efetivas de enfrentar o neoliberalismo. E por que o MST não acabou? Porque é um movimento socioterritorial, que tem o território como trunfo, que precisa conquistar a terra para dar uma sustentação ao povo que é a sua base de sustentação e só está no MST, por ele ser o movimento que organiza a luta pela terra. A luta pela terra é diferente da luta por terra. A luta pela terra envolve a conscientização sobre direitos, a formação política, a percepção da sua própria existência para afirmar-se como sem-terra, como uma filosofia de vida construída na luta.

Bibliografia

ABRA (2006) Associação Brasileira de Reforma Agrária. “Política Agrária no governo Lula” *Revista Reforma Agrária*. 32(1).

ABRA (2007) “Qual é a questão agrária atual” *Revista Reforma Agrária*. 34(2).

ABRA (2013) “Agronegócio e realidade agrária no Brasil” *Revista Reforma Agrária*. Edição Especial.

Abramovay, Ricardo (1992) *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. São Paulo; Rio de Janeiro; Campinas: Hucitec; Anpocs; Unicamp.

Alentejano, Paulo (2012) “Terra” in Caldart, Roseli S.; Pereira, Isabel B.; Alentejano, Paulo; Frigoto, Gaudêncio (orgs.) *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro; São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/FIOCRUZ; Expressão Popular, 742-745.

Almeida, Jorge; Vieira, Maria Alice; Cancelli, Vitória (orgs.) (1998) *Resoluções de encontros e congressos*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.

Antunes, Ricardo (2005) *A desertificação neoliberal no Brasil: Collor, FHC e Lula*. Campinas: Autores Associados.

Antunes, Ricardo (2006) *Uma esquerda fora do lugar: o governo Lula e os descaminhos do PT*. Campinas: Autores Associados.

Arida, Pérsio; Lara-Resende, André (1986) “Inflação inercial e reforma monetária” in Arida, Pérsio (org.) *Inflação Zero: Brasil, Argentina e Israel*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Arroyo, Miguel G. (2012) “Pedagogia do Oprimido” in Caldart, Roseli S.; Pereira, Isabel B.; Alentejano, Paulo; Frigoto, Gaudêncio (orgs.) *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro; São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/FIOCRUZ; Expressão Popular, 553-561.

Bacen (vários anos) Banco Central do Brasil. *Relatório Anual*.

Barbosa, Nelson (2013) “Dez anos de política econômica” in Sader, Emir (org.) *10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma*. São Paulo: Cortez.

Batista, Paulo Nogueira (1994) *O Consenso de Washington. A visão neoliberal dos problemas latino-americanos*. Caderno Dívida Externa Nº 6. São Paulo: Pedex.

Beaud, Michel (1981) *História do Capitalismo – de 1500 até nossos dias*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

Bello, Carlos Alberto (2016) “Percepções sobre pobreza e Bolsa Família” in Singer, André; Loureiro, Isabel (orgs.) *As contradições do lulismo: a que ponto chegamos?* São Paulo: Boitempo.

- Belluzzo, Luiz Gonzaga (2005) "O processo de mercantilização é antinatural" *IHU on-line*. Revista do Instituto Humanitas Unisinos. Edição especial: A Grande Transformação. As origens da nossa época. Os 60 anos da obra clássica de Karl Polanyi, jun., 2005, www.unisinos.br/ihu.
- Belluzzo, Luiz Gonzaga (2009) *Os antecedentes da tormenta: origens da crise global*. São Paulo: Unesp.
- Belluzzo, Luiz Gonzaga (2013) "Os anos do povo" in Sader, Emir (org.) *10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma*. São Paulo: Cortez.
- Betto, Frei (2006) *A mosca azul: reflexão sobre o poder*. Rio de Janeiro: Rocco.
- Betto, Frei (2007) *Calendário do poder*. Rio de Janeiro: Rocco.
- Bielschowsky, Ricardo (1988) *Pensamento econômico brasileiro: O ciclo ideológico do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Ipea; Inpes.
- Bielschowsky, Ricardo (2012) "Estratégia de desenvolvimento e as três frentes de expansão no Brasil: um desenho conceitual" *Revista Economia e Sociedade*. 21, 729-47.
- Bogo, Ademar (2009) *O MST e a cultura*. São Paulo: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra.
- Bogo, Ademar (2012) "Mística" in Caldart, Roseli S.; Pereira, Isabel B.; Alentejano, Paulo; Frigoto, Gaudêncio (orgs.) *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro; São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/FIOCRUZ; Expressão Popular, 475-479.
- Bourdieu, Pierre (2001) *Contrafogos 2*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Bourdieu, Pierre (2006) *As estruturas sociais da economia*. Porto: Campo das Letras.
- Braga, José Carlos S. (2000) "O Estado Antiliberal da Macroeconomia da Riqueza Financeira" *Indicadores DIESP*. 81, nov./dez., 3-5.
- Braga, Ruy (2012) *A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista*. São Paulo: Boitempo.
- Braga, Ruy (2016) "Terra em Transe: o fim do lulismo e o retorno da luta de classes" in Singer, André; Loureiro, Isabel (orgs.) *As contradições do lulismo: a que ponto chegamos?* São Paulo: Boitempo.
- Braga, Ruy; Santana, Marco Aurélio (2009) "Sociologia Pública: engajamento e crítica social em debate" *Caderno CRH*. Dossiê: Sociologia Pública, 22(56), 223-32.
- Burawoy, Michael (1998) "The Extend Case Method" *Sociological Theory*. 16(1).
- Burawoy, Michael (2005) "Por uma Sociologia Pública" *Política & Trabalho, Revista de Ciências Sociais*. 25, 2006, 9-50.

- Burawoy, Michael (2009) "Abrir as ciências sociais: Para quem e para quê?" *Caderno CRH*. Dossiê: Sociologia Pública. 22(56).
- Caldart, Roseli S.; Pereira, Isabel B.; Alentejano, Paulo; Frigoto, Gaudêncio (orgs.) (2012) *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro; São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/FIOCRUZ; Expressão Popular.
- Cano, Wilson (2012) "A desindustrialização no Brasil" *Revista Economia e Sociedade*. (21), 831-51.
- Cardoso, Fernando Henrique (2015) *Diários da presidência, 1995-1996*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Carvalho Filho, José Juliano (2007) "O governo Lula e o esvaziamento da reforma agrária" *ABRA, Revista Reforma Agrária*. 34(2).
- Carvalho, Laura (2018) *Valsa Brasileira: Do boom ao caos econômico*. São Paulo: Todavia.
- Castells, Manuel (1997) *The power of identity: the information age: economy, society and culture*. Oxford: Blackwell.
- Chesnais, François (1994) *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.
- Chesnais, François (coord.) (1996) *A mundialização financeira: gênese, custos e riscos*. São Paulo: Xamã, 1998.
- CNBB (1980) Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. "Igreja e problemas da terra" in Stedile, João Pedro (org.) *A questão agrária no Brasil 3: Programas de reforma agrária 1943-2003*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- CNV (2014) Comissão Nacional da Verdade. "Violações de direitos humanos dos camponeses" *Relatório*. Volume II. Texto 3. Textos Temáticos.
- Cohen, Jean; Arato, Andrew (1992) *Civil Society and Political Theory*. Cambridge: MIT Press.
- Costa, Francisco A.; Carvalho, Horácio M. (2012) "Campesinato" in Caldart, Roseli S.; Pereira, Isabel B.; Alentejano, Paulo; Frigoto, Gaudêncio (orgs.) *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro; São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/FIOCRUZ; Expressão Popular, 113-120.
- Coutinho, Luciano (1995) "Nota sobre a natureza da globalização" *Revista Economia e Sociedade*. 4.
- Coutinho, Luciano; Belluzzo, Luiz Gonzaga (1998) "Financeirização da riqueza, inflação de ativos e decisões de gasto em economias abertas" *Revista Economia e Sociedade*. 11.
- CPT (diversos anos) Comissão Pastoral da Terra. *Conflitos no campo Brasil*. www.cptnacional.org.br.
- DATALUTA (diversos anos) Banco de Dados da Luta pela Terra. *Relatório Brasil*.

Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA); Programa de Pós-Graduação em Geografia; Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais, Universidade Estadual Paulista (UNESP), www.fct.unesp.br/nera.

De Carli, Caetano (2014) *Sonhos de Abril. A luta pela terra e a reforma agrária no Brasil e em Portugal: os casos de Eldorado dos Carajás e Baleizão*. Tese de Doutorado em Sociologia. Universidade de Coimbra.

Della Porta, Donatella (2003) *O movimento por uma nova globalização*. São Paulo: Loyola, 2007.

Delgado, Guilherme (2013) "Reestruturação da Economia do Agronegócio – Anos 2000" in Stedile, João Pedro (Org.) *A Questão Agrária no Brasil – volume 7: O debate na década de 2000*. São Paulo: Expressão Popular, 57-88.

Diani, Mario (1992) "The concept of social movement" *Sociological Review*, 40(1) 1-25.

Diani, Mario; Bison, Ivano (2004) "Organizações, Coalizões e Movimentos" *Revista Brasileira de Ciência Política*, Dossiê: Movimentos sociais e ação coletiva, 3(1), jan./jul., 2010, 220-249.

DIEESE (diversos anos) Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. *Boletim de Conjuntura*. dieese.org.br.

Dirceu, José (1989) "Prefácio" in Gadotti, Moacir; Pereira, Otaviano (orgs.) *Pra que PT: origem, projeto e consolidação do Partido dos Trabalhadores*. São Paulo: Cortez, 11-13.

Durkheim, Émile (1893) *Da divisão do trabalho social*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

Dussel, Enrique (2005) "Meditações anti-cartesianas sobre a origem do anti-discurso filosófico da Modernidade" in Santos, Boaventura de S.; Meneses, Maria P. (orgs.) *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Almedina, 2009, 283-336.

Estanque, Elísio (2000) *Entre a Fábrica e a Comunidade: subjectividades e práticas de classe no operariado do calçado*. Porto: Afrontamento.

Estanque, Elísio (2009) "Sociologia e Engajamento em Portugal: Reflexões a partir do Trabalho e do Sindicalismo" *Caderno CRH*. Dossiê: Sociologia Pública. 22(56), 311-24.

Estanque, Elísio (2014) "Prefácio" in Oliveira, Roberto; Bridi, Maria; Ferraz, Marcos (orgs.) *O sindicalismo na era Lula*. Belo Horizonte: Fino Traço.

Estanque, Elísio (2015) *Classe média e lutas sociais: ensaio sobre a sociedade de trabalho em Portugal e no Brasil*. Campinas: Unicamp.

Fals Borda, Orlando (1995) "Pesquisa-Ação, ciência e educação popular nos anos 90" in Streck, Danilo R. (ed.) *Fontes da Pedagogia Latino-Americana: uma antologia*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

Fals Borda, Orlando (2005) “Da pedagogia do oprimido à pesquisa participativa” in Streck, Danilo R. (ed.) *Fontes da Pedagogia Latino-Americana: uma antologia*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

Fernandes, Bernardo Mançano (1999) *Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro: Formação e territorialização do MST (1979-1999)*. Tese de Doutorado em Geografia. USP.

Fernandes, Bernardo Mançano (2001) *Questão agrária, pesquisa e MST*. São Paulo: Cortez.

Fernandes, Bernardo Mançano (2005) “Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais” *Observatório Social de América Latina*. Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (CLACSO). 16, 273-284.

Fernandes, Bernardo Mançano (2008) “Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial” in Buainain, Antônio M. (org.) *Luta pela Terra, Reforma Agrária e Gestão de Conflitos no Brasil*. Campinas: Unicamp.

Fernandes, Bernardo Mançano (2012a) “Reforma Agrária e Educação do Campo no governo Lula” in Fernandes, Bernardo M. *Construindo um estilo de pensamento na questão agrária: o debate paradigmático e o conhecimento geográfico*. Tese de Livre-Docência em Geografia. Unesp, 2013, 322-343.

Fernandes, Bernardo Mançano (2012b) “Acampamento” in Caldart, Roseli S.; Pereira, Isabel B.; Alentejano, Paulo; Frigoto, Gaudêncio (orgs.) *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro; São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/FIOCRUZ; Expressão Popular, 23-27.

Fernandes, Bernardo Mançano (2012c) “Território Camponês” in Caldart, Roseli S.; Pereira, Isabel B.; Alentejano, Paulo; Frigoto, Gaudêncio (orgs.) *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro; São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/FIOCRUZ; Expressão Popular, 744-748.

Fernandes, Bernardo Mançano (2013a) “A reforma agrária que o governo Lula fez e a que pode ser feita” in Sader, Emir (org.) *10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma*. São Paulo: Cortez.

Fernandes, Bernardo Mançano (2013b) *Construindo um estilo de pensamento na questão agrária: o debate paradigmático e o conhecimento geográfico*. Tese de Livre-Docência em Geografia. Unesp.

Fernandes, Bernardo Mançano; Martin, Jean Yves (2004) “Movimento socioterritorial e ‘globalização’: algumas reflexões a partir do caso do MST” *Lutas Sociais*, PUC-SP. 12.

Fernandes, Bernardo Mançano; Medeiros, Leonilde S.; Paulilo, Maria I. (orgs.) (2009) *Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas. O campesinato como sujeito político nas décadas de 1950 a 1980*. São Paulo; Brasília: Editora Unesp; Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural.

- Fernandes, Bernardo Mançano; Welch, Clifford A.; Gonçalves, Elienai C. (2012) *Os usos da terra no Brasil: Debates sobre políticas fundiárias*. São Paulo: Cultura Acadêmica; Unesco, 2014.
- Fernandes, Florestan (1974) *A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Fernandes, Florestan (1989) *Pensamento e ação: O PT e os rumos do socialismo*. São Paulo: Globo, 2006.
- Freire, Paulo (1968) *Pedagogia do Oprimido*. São Paulo: Paz e Terra, 1985.
- Fundação Perseu Abramo. *Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo*. www.fpabramo.org.br.
- Furtado, Celso (1959) *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1980.
- Furtado, Celso (1961) *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura.
- Furtado, Celso (1974) *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Furtado, Celso (1976) *A economia latino-americana: formação histórica e problemas contemporâneos*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- Furtado, Celso (1977) *Prefácio à Nova Economia Política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Furtado, Celso (1981) *Pequena introdução ao desenvolvimento: enfoque interdisciplinar*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- Furtado, Celso (1992) *Brasil: a construção interrompida*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Furtado, Celso (2004) "Os desafios da nova geração" *Revista de Economia Política*. 24(4), out.-dez., 483-86.
- Gadotti, Moacir; Pereira, Otaviano (1989) *Pra que PT: origem, projeto e consolidação do Partido dos Trabalhadores*. São Paulo: Cortez.
- García Linera, Álvaro (2010) *A potência plebeia: ação coletiva e identidades indígenas, operárias e populares na Bolívia*. São Paulo: Boitempo.
- Genoino, José (2003) "O Projeto PT" *O Estado de S. Paulo*, 15/03/2003, p. 3.
- Girardi, Eduardo Paulon (2010) "Atlas da Questão Agrária Brasileira" *in* Campos, Janaina Francisca S.; Coca, Estevan Leopoldo F.; Fernandes, Bernardo Mançano (orgs.) *DATALUTA: questão agrária e coletivo de pensamento*. São Paulo: Outras Expressões, 2014.
- Godelier, Maurice (1966) *Racionalidade e Irracionalidade em Economia*. Rio de

Janeiro: Tempo Brasileiro, 1970.

Gohn, Maria da Glória (1997) *Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Loyola, 2010.

Gohn, Maria da Glória (2008) *Novas teorias dos movimentos sociais*. São Paulo: Loyola.

Gonçalves, Reinaldo (2013) *Balanço crítico da economia brasileira nos governos do Partido dos Trabalhadores*. Mimeo.

Goulart, João (1964) "Discurso do presidente no comício do dia 13 de março de 1964 na Central do Brasil" in Stedile, João Pedro (org.) *A questão agrária no Brasil 3: Programas de reforma agrária 1943-2003*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

Gramsci, Antonio (1926) "Alguns temas da questão meridional" *Temas de Ciências Humanas*. 01, 1977.

Gramsci, Antonio (1935) *Cadernos do Cárcere. Volume 3: Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política*. Editores: Coutinho, Carlos N.; Henriques, L. S.; Nogueira, M. A. (Eds.) Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

Grosfoguel, Ramón (2008) "Para Descolonizar os Estudos de Economia Política e os Estudos Pós-Coloniais: Transmodernidade, Pensamento de Fronteira e Colonialidade Global" *Revista Crítica de Ciências Sociais*. 80, 115-147.

Grosfoguel, Ramón (2012) "Descolonizar as esquerdas ocidentalizadas: para além das esquerdas eurocêntricas rumo a uma esquerda transmoderna descolonial" *Contemporânea*. 2(2), jul.-dez., 337-362.

Harvey, David (2010) *O enigma do capital: e as crises do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2011.

Hobsbawm, Eric (1995) *Era dos Extremos: o breve século XX, 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras.

Honneth, Axel (2003) *Luta por reconhecimento*. São Paulo: Editora 34.

Iasi, Mauro (2006) *As metamorfoses da consciência de classe: o PT entre a negação e o consentimento*. São Paulo: Expressão Popular.

Kalecki, Michal (1954) *Teoria da dinâmica econômica*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

Keynes, John Maynard (1936) *A teoria geral do emprego do juro e da moeda*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

Kurz, Robert (1991) *O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

Kurz, Robert (2002) "O mecanismo da corrosão" *Folha de São Paulo*, Caderno Mais!, 18.08.2002.

Lara Jr., Nadir (2012) “Análise das principais influências ideológicas na constituição do MST” *Revista Nera*. Unesp: Presidente Prudente. 15(20), jan.-jun., 156-174.

Leite, Sérgio P. (2012) “Assentamento rural” in Caldart, Roseli S.; Pereira, Isabel B.; Alentejano, Paulo; Frigoto, Gaudêncio (orgs.) *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro; São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/FIOCRUZ; Expressão Popular, 110-114.

Lula (2013) “O necessário, o possível e o impossível” (Entrevista concedida a Emir Sader e Pablo Gentili) in Sader, Emir (org.) *10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma*. São Paulo: Cortez.

Maquiavel, Nicolau (1513) *O Príncipe*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

Martins, José de Souza (1979) *Cativeiro da Terra*. São Paulo: Hucitec.

Martins, José de Souza (1980) *Expropriação e violência*. São Paulo: Hucitec.

Martins, José de Souza. (1989) *Caminhada no chão da noite: emancipação política e libertação nos movimentos sociais no campo*. São Paulo: Hucitec.

Martins, José de Souza (1994) *O poder do atraso*. São Paulo: Hucitec.

Martins, José de Souza (2016) *Do PT das lutas sociais ao PT do poder*. São Paulo: Contexto.

Marx, Karl (1858) *Grundrisse*. São Paulo: Boitempo, 2011.

Marx, Karl (1867) *O Capital*. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

Marx, Karl; Engels, Friedrich (1846) *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.

MDA, Ministério do Desenvolvimento Agrário (s.d.) *II Plano Nacional de Reforma Agrária*. Brasília.

Mattoso, Jorge (2013) “Dez anos depois” in Sader, Emir (org.) *10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma*. São Paulo: Cortez.

Melucci, Alberto (1989) “Um objetivo para os movimentos sociais” *Lua Nova*, jun., 17(1), 49-66.

Melucci, Alberto (1996) *Challenging Codes: Collective action in the information age*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

Mendonça, Sonia Regina (2006) “A classe dominante agrária: natureza e comportamento, 1964-1990” in Stedile, João Pedro (org.) *A questão agrária no Brasil 5*. São Paulo: Expressão Popular.

Mercadante, Aloísio (2010) *As bases do novo desenvolvimentismo: análise do governo Lula*. Tese de Doutorado em Economia. Unicamp.

Michels, Robert (1915) *Para uma sociologia dos partidos políticos na democracia*

moderna: investigação sobre as tendências oligárquicas na vida dos agrupamentos políticos. Lisboa: Antígona, 2001.

Mignolo, Walter (2007) “El Pensamiento Decolonial: Desprendimiento y Apertura. Un manifesto” in Castro-Gómez, S.; Grosfoguel, R. (Ed.) *El Giro Decolonial: Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Siglo del Hombre Editores.

Moreira, Marcílio Marques (2001) *Diplomacia, Política e Finanças*. Depoimento ao CPDOC/FGV. Rio de Janeiro: Objetiva.

Moretti, Cheron Zanini; Adams, Telmo (2011) “Pesquisa Participativa e Educação Popular: epistemologias do Sul” *Educação e Realidade*. 36(2), 447-63.

MST (2008) *Terra Prometida* (Vídeo resgata os acontecimentos do massacre de Felisburgo). www.mst.org.br [13.04.2010].

MST (2009) *Carta de Felisburgo*. www.mst.org.br [02.04.2010].

MST (2013) *Programa Agrário do MST: Lutar, Construir Reforma Agrária Popular*. São Paulo: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra.

MST (s./d.) *Cartilha de Formação*.

Mussi, Ricardo (2006) “Prefácio” in Iasi, Mauro. *As metamorfoses da consciência de classe: o PT entre a negação e o consentimento*. São Paulo: Expressão Popular, 9-14.

Nascimento, Rangel (2003) *A abertura da economia brasileira no governo Collor*. Dissertação de Mestrado em Economia. Unesp.

Nepomuceno, Eric (2007) *O massacre. Eldorado dos Carajás: uma história de impunidade*. São Paulo: Planeta do Brasil.

Netto, José Paulo (2010) “O déficit da esquerda é organizacional” in *PCB – Partido Comunista Brasileiro*, publicações, 22.03.2010, 1-6.

Novaes, Henrique T.; Mazin, Ângelo; Santos, Lais (orgs.) (2015) *Questão agrária, cooperação e agroecologia*. São Paulo: Outras Expressões.

Oliveira, Ariovaldo U. (2006) *A não reforma agrária do MDA/INCRA no governo Lula*. São Paulo: Instituto Iandê.

Oliveira, Ariovaldo U. (2010) “A questão agrária no Brasil: não reforma e contrarreforma agrária no governo Lula” in *Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003-2010*. Rio de Janeiro: Garamond.

Oliveira, Francisco de (1972) *Crítica à Razão Dualista*. São Paulo: Boitempo, 2003.

Oliveira, Francisco de (2003) *O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo.

Oliveira, Francisco de (2007) “Hegemonia às Avessas” in Oliveira, Francisco;

Braga, Ruy; Rizek, Cibele (orgs.) *Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira*. São Paulo: Boitempo, 2010.

Oliveira, Francisco de (2009) “O Averso do Averso” in Oliveira, Francisco; Braga, Ruy; Rizek, Cibele (orgs.) *Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira*. São Paulo: Boitempo, 2010.

Paraná, Denise (2002) *Lula, o filho do Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.

Paulani, Leda Maria (2003) *Brasil Delivery: A política econômica do governo Lula*. Mimeo.

Pereira, Mônica C. B. (2012) “Revolução Verde” in Caldart, Roseli S.; Pereira, Isabel B.; Alentejano, Paulo; Frigoto, Gaudêncio (orgs.) *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro; São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/FIOCRUZ; Expressão Popular, 685-689.

Pochmann, Marcio (2012) *Nova classe média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira*. São Paulo: Boitempo.

Pochmann, Marcio (2013) “Políticas públicas e situação social na primeira década do século XXI” in Sader, Emir (org.) *10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma*. São Paulo: Cortez.

Polanyi, Karl (1944) *A Grande Transformação: as origens da nossa época*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

Prado Jr., Caio (1966) *A Revolução Brasileira*. São Paulo: Brasiliense.

Prado Jr., Caio (1979) *A questão agrária no Brasil*. São Paulo: Brasiliense.

Prebisch, Raúl (1949) *O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais*. CEPAL, Boletín económico de América Latina, VII(1), Santiago do Chile: 1962. Escrito em 1949, como “Introdução” no *Estudio económico de la América Latina, 1948*.

Prestes, Luís Carlos (1985) Palestra na estreia do programa *Tribunal do Povo*, TVE, quando debateram Luís Carlos Prestes e Roberto Campos.

PT (2013) *O decênio que mudou o Brasil*. São Paulo: Partido dos Trabalhadores; Instituto Lula; Fundação Perseu Abramo.

Quijano, Aníbal (2005) “Colonialidade do Poder, Eurocentrismo e América Latina” in Lander, E. (org.), *A Colonialidade do Saber: Eurocentrismo e Ciências Sociais. Perspectivas Latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 117-142.

Ribeiro, José S. (2009) “Ética, investigação e trabalho de campo em antropologia e na produção áudio-visual” *Doc-online*. 7, 29-51.

Ricci, Rudá (2014) *Lulismo: da era dos movimentos sociais à ascensão da nova classe média*. Rio de Janeiro: Contraponto.

Sader, Emir; Benjamim, César; Soares, Laura T.; Gentili, Rafael (2004) *Governo Lula: decifrando o enigma*. São Paulo: Viramundo.

Sader, Emir; Garcia, Marco Aurélio (orgs.) (2010) *Brasil, entre o passado e o futuro*. São Paulo: Boitempo.

Sader, Emir (2013) "A construção da hegemonia pós-neoliberal" in Sader, Emir (org.) *10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma*. São Paulo: Cortez.

Salgado, Sebastião (1997) *Terra*. São Paulo: Companhia das Letras.

Salgado, Sebastião (1999) "Contracapa" in Stedile, João Pedro; Fernandes, Bernardo Mançano. *Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular.

Sampaio Jr., Plínio de A. (1999) *Entre a Nação e a Barbárie: os dilemas do capitalismo dependente em Caio Prado, Florestan Fernandes e Celso Furtado*. Petrópolis: Vozes.

Sampaio Jr., Plínio de A. (2012a) "Vivemos um processo de reversão neocolonial" *Revista IHU*. Instituto Humanitas Unisinos, 13.05.2012.

Sampaio Jr., Plínio de A. (2012b) "Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa" *Revista Serviço Social & Sociedade*. 112, out.-dez., 672-688.

Sampaio Jr., Plínio de A. (2013) "Notas críticas sobre a atualidade e os desafios da questão agrária" in Stedile, João Pedro (org.) *A questão agrária no Brasil 8: Debate sobre a situação e perspectivas da reforma agrária na década de 2000*. São Paulo: Expressão Popular, 189-240.

Sampaio Jr., Plínio de A. (2016) "Um desfecho melancólico: notas sobre o momento histórico e os desafios da esquerda" *Revista Novos Rumos*. Instituto Caio Prado.

Sampaio, Plínio de Arruda (2003) "Proposta de Plano Nacional de Reforma Agrária" (Documento apresentado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, pela equipe técnica encarregada da sua formulação, em outubro de 2003) *ABRA, Revista Reforma Agrária*. 32(1), jan.-jul., 2005.

Sampaio, Plínio de Arruda (2010) *Depoimento*. CPMI da Terra, Senado Federal.

Sampaio, Plínio de Arruda; Carvalho Filho, José Juliano (2007) "Documento: Qual é a questão agrária atual" *ABRA, Revista Reforma Agrária*. 34(2).

Santos, Boaventura de Sousa (1983) "Os Conflitos Urbanos no Recife: O Caso Skylab" *Revista Crítica de Ciências Sociais*. 11, 9-60.

Santos, Boaventura de Sousa (1994) *Pela Mão de Alice: o Social e o Político na Pós-Modernidade*. Coimbra: Almedina, 2013.

Santos, Boaventura de Sousa (2002) "Para uma sociologia das ausências e uma

- sociologia das emergências” *Revista Crítica de Ciências Sociais*. 63, 237-280.
- Santos, Boaventura de Sousa (2003) “Poderá o direito ser emancipatório?” *Revista Crítica de Ciências Sociais*. 65, 3-76.
- Santos, Boaventura de Sousa (2006) *A Gramática do Tempo: para uma nova cultura política*. São Paulo: Cortez.
- Santos, Boaventura de Sousa (2007) “Para além do Pensamento Abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes” *Revista Crítica de Ciências Sociais*. 78, 3-46.
- Santos, Boaventura de Sousa (2008) “Introdução” in Santos, Boaventura de S. (org.) *As vozes do mundo*. Coleção Reinventar a Emancipação Social: Para Novos Manifestos – 6. Porto: Afrontamento.
- Santos, Boaventura de Sousa (2012) *Desenvolvimento ou autodeterminação?* Aula Magistral. Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra.
- Santos, Boaventura de Sousa (2014) *A cor do tempo quando foge: uma história do presente. Crônicas 1986-2013*. São Paulo: Cortez.
- Santos, Boaventura de Sousa (2016a) *Brasil: a democracia à beira do caos e os perigos da desordem jurídica*. Mimeo.
- Santos, Boaventura de Sousa (2016b) *Os países não se demoram nas encruzilhadas*. Mimeo.
- Santos, Boaventura de Sousa (2016c) *Nota de solidariedade à Escola Nacional Florestan Fernandes e ao MST*. Mimeo.
- Santos, Boaventura de Sousa (2016d) *A Difícil Democracia: Reinventar as Esquerdas*. São Paulo: Boitempo.
- Santos, Boaventura de Sousa (2017) *As Ciências Sociais 100 Anos Depois da Revolução Russa*. Aula Magistral. Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra.
- Santos, Boaventura de Sousa; Meneses, Maria Paula (2009) “Introdução” in Santos, Boaventura de S.; Meneses, Maria P. (orgs.) *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Almedina.
- Santos, Clarice A. (2012a) “Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária” in Caldart, Roseli S.; Pereira, Isabel B.; Alentejano, Paulo; Frigoto, Gaudêncio (orgs.) *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro; São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/FIOCRUZ; Expressão Popular, 629-637.
- Santos, Milton (2000) *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record.
- Saramago, José (1997) “Prefácio” in Salgado, Sebastião. *Terra*. São Paulo: Companhia das Letras.

- Scherer-Warren, Ilse (1993) *Redes de Movimentos Sociais*. São Paulo: Loyola.
- Scherer-Warren, Ilse (2010) “Movimentos sociais e pós-colonialismo na América Latina” *Ciências Sociais Unisinos*. 46(1), jan./abr.,18-27.
- Secco, Lincoln (2011) *História do PT, 1978-2010*. Cotia, SP: Ateliê Editorial.
- Shanin, Teodor (2005) “A definição de camponês: conceituações e desconceituações” *Nera*, 8(7), jul./dez.
- Silva, José Gomes da (1994) Entrevista concedida a Regina Bruno e Abdias Vilar de Carvalho. *Estudos Sociedade Agricultura*. 6, julho, 1996, 36-48.
- Smith, Adam (1776) *A Riqueza das Nações*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- Singer, André (2012) *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Singer, André (2016) “A (falta de) base política para o ensaio desenvolvimentista” *in* Singer, André; Loureiro, Isabel (orgs.) *As contradições do lulismo: a que ponto chegamos?* São Paulo: Boitempo.
- Singer, André; Loureiro, Isabel (2016) “Apresentação: elementos para uma cartografia do desenvolvimentismo lulista” *in* Singer, André; Loureiro, Isabel (orgs.) *As contradições do lulismo: a que ponto chegamos?* São Paulo: Boitempo.
- Singer, Paul (1983) *Dominação e Desigualdade: estrutura de classes e repartição de renda no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra.
- Souza, Jessé (2009) *A ralé brasileira: Quem é e como vive*. Belo Horizonte: UFMG.
- Souza, Jessé (2017) *A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato*. Rio de Janeiro: Leya.
- Stedile, João Pedro (org.) (2005a) *A questão agrária no Brasil 1: O debate tradicional – 1500-1960*. São Paulo: Expressão Popular.
- Stedile, João Pedro (org.) (2005b) *A questão agrária no Brasil 2: O debate na esquerda – 1960-1980*. São Paulo: Expressão Popular.
- Stedile, João Pedro (org.) (2005c) *A questão agrária no Brasil 3: Programas de reforma agrária 1943-2003*. São Paulo: Expressão Popular.
- Stedile, João Pedro (org.) (2006) *A questão agrária no Brasil 4: História e natureza das Ligas Camponesas 1954-1964*. São Paulo: Expressão Popular.
- Stedile, João Pedro (2007) “Os Agrocombustíveis e a Soberania Energética” *in* Via Campesina Brasil, *Cartilha Soberania Alimentar*.
- Stedile, João Pedro (2009) “MST: 25 anos de lutas, resistência e conquistas” *Pastoral da Terra*. CPT, Comissão Pastoral da Terra, 34(195), jan.-mar.
- Stedile, João Pedro (2012) “Questão Agrária” *in* Caldart, Roseli S.; Pereira, Isabel

B.; Alentejano, Paulo; Frigoto, Gaudêncio (orgs.) *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro; São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/FIOCRUZ; Expressão Popular, 641-646.

Stedile, João Pedro (org.) (2013a) *A questão agrária no Brasil 6: O debate na década de 1990*. São Paulo: Expressão Popular.

Stedile, João Pedro (org.) (2013b) *A questão agrária no Brasil 7: O debate na década de 2000*. São Paulo: Expressão Popular.

Stedile, João Pedro (org.) (2013c) *A questão agrária no Brasil 8: Debate sobre a situação e perspectivas da reforma agrária na década de 2000*. São Paulo: Expressão Popular.

Stedile, João Pedro (2013d) "Tendências do Capital na Agricultura" in Stedile, João P. (Org.) *A questão agrária no Brasil 7: O debate na década de 2000*. São Paulo: Expressão Popular, 19-38.

Stedile, João Pedro; Fernandes, Bernardo Mançano (1999) *Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular.

Stiglitz, Joseph (2006) "Lula caiu na cilada do mercado" *Folha de São Paulo*, caderno Brasil, 07.04.2006.

Szmrecsányi, Tamás (1990) *Pequena história da agricultura no Brasil*. São Paulo: Contexto.

Szmrecsányi, Tamás (2007) "Expansão do agronegócio e ameaças à soberania alimentar: o problema dos biocombustíveis" *ABRA, Revista Reforma Agrária*, 34(2).

Tilly, Charles (2009) "Movimentos sociais como política". *Revista Brasileira de Ciência Política*, 3, jan.-jul., 2010, 133-160 (Do original "Social movements as politics", publicado como o primeiro capítulo do livro *Social movements, 1768-2004*. Copyright Boulder/London: Paradigm Publishers, 2009).

Tilly, Charles; Wood, Lesley (2009) *Los movimientos sociales, 1768-2008*. Barcelona: Editorial Crítica, 2010.

Touraine, Alan (1998) *Iguais e diferentes: poderemos viver juntos?* Lisboa: Instituto Piaget.

Touraine, Alan (1999) *Igualdade e diversidade: o sujeito democrático*. Bauru: Edusc.

Touraine, Alain (2009) "A Sociologia Pública e o Fim da Sociedade" *Caderno CRH*. Dossiê: Sociologia Pública, 22(56), 245-254.

Valor (2018) *Valor Setorial Agronegócio. O poder do campo: Influência decisiva na economia e na política do país*. Rio de Janeiro: Valor Econômico, julho, 2018.

Vianna, Luiz Werneck (2011) *A modernização sem o moderno: análise de*

conjuntura na era Lula. Rio de Janeiro: Contraponto.

Von Bülow, Marisa; Abers, Rebecca (2011) “Movimentos sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo através da fronteira entre Estado e sociedade?” *Sociologias*, 13(28), set./dez., 52-84.

Wallerstein, Immanuel (1974) *The Modern World-System*. New York: Academic Press.

Wallerstein, Immanuel (1997) “A Reestruturação Capitalista e o Sistema Mundial” *Perspectivas*. 20(21), 249-267.

Wallerstein, Immanuel (1999) “Análise dos Sistemas Mundiais” in Giddens, Anthony; Turner, J. (orgs.) *Teoria Social Hoje*. São Paulo: Unesp, 447-470.

Wallerstein, Immanuel (2007) *O Universalismo Europeu: a retórica do poder*. São Paulo: Boitempo.

Wanderley, Maria N. B. (2006) “Raízes históricas do camponato brasileiro” in *XX Encontro anual da Anpocs*. GT-17, Processos Sociais Agrários. Caxambu, MG: Anpocs.

Documentários

Linha de Montagem. Documentário sobre as greves lideradas por Lula e seus companheiros de sindicato. Direção: Renato Tapajós, 1981.

Entre Atos. Documentário com filmagens dos bastidores da campanha eleitoral de Lula para presidente em 2002. Direção: João Moreira Salles, 2004.

Peões. Documentário com depoimentos de trabalhadores nordestinos que migraram para a região metropolitana da grande São Paulo, se fixaram em São Bernardo do Campo como metalúrgicos (peões) e viveram as greves lideradas por Lula e seus companheiros de sindicato. Direção: Eduardo Coutinho, 2004.